

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

**CAMPESINATO, RESISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO:
O MODELO AGROECOLÓGICO ADOTADO PELO
MST NO ESTADO DO PARANÁ**

SÉRGIO GONÇALVES

ORIENTADOR: PROF. DR. ANTONIO THOMAZ JÚNIOR

Tese de Doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, para a obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental.

Linha de Pesquisa: Estudos Agrários.

**PRESIDENTE PRUDENTE
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

TERMO DE APROVAÇÃO

DEDICATÓRIA

**AOS TRABALHADORES RURAIS ASSENTADOS
PELA LUTA NA TERA E O ESFORÇO PARA
CONSTRUIR UM PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO
AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL, ECOLÓGICO E
COM RELAÇÕES SOCIAIS PARTICIPATIVAS**

**AO GRANDE AMOR DA MINHA VIDA
PELA LONGA ESPERA ...
MAS OS DIAS DE SOLIDÃO HÃO DE ACABAR
TE AMO!**

AGRADECIMENTOS

Ao grande mestre Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior, que topou a empreita de me orientar e, apesar dos reveses, da minha ausência, das minhas “fugas”, teimosia e até em alguns casos, falta de compromisso, não mediu esforços para que a Tese fosse finalizada.

À Prof. Dr^a Rosangela Espanhol e ao Prof. Dr. Antonio Luiz Barone pelas discussões e o debate na fase da qualificação.

Aos professores Dr. Jorge Ramon Montenegro Gómez, Prof. Dr. Raul Borges Guimarães, Dr. Antonio Luiz Barone e Prof. Dr^a Valéria de Marcos pela riqueza do debate e pelas considerações na banca de Defesa da Tese.

Aos funcionários da Pós Graduação em Geografia, pelo compromisso e atenção prestados ao longo destes 4 anos.

Aos meus companheiros do CEGEo – Curso Especial de Graduação em Geografia para Assentados da Reforma Agrária. Avante! Façamos da Geografia ferramenta de luta na Reforma Agrária.

Aos companheiros da (ex) Mellen Isaac 96, Fernando, Nizete, Neto, Camila, Luizão, Mariana, Naiã, Mãe e Jânio, além dos agregados que por lá passaram para tomar uma breja, tocar um samba, dançar quadrilha e pular carnaval, discutir Geografia, fazer loucuras ou simplesmente curtir a vida. Aprendi com vocês que o sentido da vida é viver.

Aos amigos da Pós, Sobreira, Jânio, Elaine Cícero, Gisa Garcia, Edmilson e Denise: pelas palavras de incentivo. Eu bem queria desistir de tudo, mas os conselhos, os toques, o reconhecimento, enfim, as palavras de carinho me fizeram “meter a cara”, escrever e, aí está o resultado. É por vocês amigos, que pesquisei, li, refleti, escrevi, enfim, produzi a tese.

Aos assentados da Reforma Agrária paranaense, que me receberam em suas casas, que repartiram a sua comida, que compartilharam os seus conhecimentos, que me concederam depoimentos sobre suas realidades.

Aos militantes do MST, das escolas, dos assentamentos, das Secretarias e Brigadas, pelo apoio logístico, depoimentos, acolhida, alimentação.

Aos camaradas do Departamento de Geografia da UNICENTRO de Irati, pela saída para fazer as “correrias” do doutorado no meio da semana de geografia. Ao Roberto e ao Almir, pelas conversas no boteco em casa...por quê será que geo se aprende e se faz no bar?

Aos meus alunos do 1º ano de Geografia 2008, Bola, Rafael e Mariana, pelo trabalho de transcrição de depoimentos. Valeu mesmo!!!

Ao maluco, companheiro e grande amigo Sapato (Cleverson Nunes), que largou a faculdade por 11 dias, e encarou a empreita de sair por aí, rodar o Paraná de Leste a Oeste, de Norte a Sul, dirigindo por mais de 3.500 quilômetros. Como sempre, me diverti muito com as trapalhadas, com as histórias. Cara, se não fosse você, esta Tese nunca seria concluída. Te devo esta.

RESUMO. Nos últimos 50 anos, o desenvolvimento do modo de produção capitalista impactou de várias formas o campo brasileiro. Devido às políticas públicas de fomento agrícola, ampliou-se a produção de *commodities* e configurou-se o padrão técnico e organizacional da “Revolução Verde” e da Agrobiotecnologia. Amplamente interconectado com a economia internacionalizada, o capital provocou transformações sociais, econômicas, políticas, técnicas e ambientais em nosso meio rural e em nossa agricultura, gerando graves impactos ambientais, econômicos e sociais. Lutando contra a exclusão social, parte dos camponeses brasileiros tem moldado mecanismos de resistência. No último quarto de século, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem mobilizado uma grande quantidade de trabalhadores tanto na *luta pela terra* (a luta contra o capital fundiário ou a luta para entrar na terra), mas também organiza a *luta na terra*, que é a luta para resistir na terra de trabalho e amealhar a maior parcela das riquezas produzidas no campo, portanto, uma luta contra o capital agrocomercial e agroindustrial e suas demais frações. O grande trunfo político que mobiliza o MST é a negação do padrão de desenvolvimento agrícola existente no País, colocando em evidência a necessidade da preservação e reconstrução da agricultura camponesa pela via da Reforma Agrária, além de propor formas de gestão e participação do campesinato em sistemas cooperativizados e também sistemas agroecológicos de produção. No caso da Agroecologia, este é um debate recente, cujo objetivo é a construção de um conjunto de práticas produtivas e um conjunto de práticas de comercialização da produção, que se baseiam em princípios como a sustentabilidade ecológica da produção, a produtividade, a equidade, a saúde ambiental, a justiça social, a viabilidade econômica, baseada na agricultura familiar e camponesa e na interação entre produtores e consumidores. Estruturalmente, consolidar a Agroecologia nos assentamentos rurais e acampamentos requer constituir sistemas produtivos que diminuam a dependência de produtores e consumidores em relação às empresas que dominam a agricultura, contribuindo assim para a formação do que os movimentos chamam de “Soberania Alimentar”. Esta Tese trata destas questões, colocando em evidência os processos, os avanços e os retrocessos do MST na construção e territorialização da Agroecologia nos assentamentos do Estado do Paraná.

PALAVRAS CHAVE: Assentamentos Rurais; Agroecologia; Luta na Terra; MST.

RESUMEN. En los últimos 50 años, el desarrollo del modo de producción capitalista ha afectado de muchas maneras el campo brasileiro. Debido a las políticas públicas para promover la agricultura, ampliar la producción de productos básicos y establecer el modelo de organización y técnica de la "Revolución Verde" y Agrobiotecnología. Ampliamente interconectados con la economía internacionalizada, el capital ha provocado cambios sociales, económicos, políticos, técnicos y ambientales en nuestras zonas rurales y en nuestra agricultura, generando graves impactos ambientales, económicos y sociales. Luchando contra la exclusión social, parte de los campesinos brasileños han dado forma a diversificados mecanismos de resistencia. En el último cuarto de siglo, el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) ha movilizó a un gran número de trabajadores tanto en la lucha por la tierra (la lucha contra los terratenientes o la lucha para conquistar la tierra), sino también en la organización de la lucha en la tierra, que es la lucha por resistir en la tierra de trabajo y controlar el mayor parte de la riqueza producida en el campo. Por lo tanto, é una lucha contra el capital aerocomercial, agroindustrial y demás fracciones del agronegocio. El gran activo político que hace el MST es la negación del modelo de desarrollo agrícola en el país, poniendo en la necesidad de la preservación y la reconstrucción de la agricultura campesina a través de la Reforma Agraria, y proponer formas de gestión y participación del campesinado en los sistemas cooperativizados y también los sistemas agroecológicos de producción. En el caso de la Agroecología, se trata de un reciente debate, cuyo objetivo es construir un conjunto de prácticas productivas y un conjunto de prácticas de comercialización de la producción, basado en principios como la sostenibilidad ecológica de la producción, la productividad, la equidad, salud ambiental, la justicia social, la viabilidad económica, sobre la base de la agricultura familiar y campesina, en la interacción entre productores y consumidores. Estructuralmente, la consolidación de Agroecología en los asentamientos rurales y los campamentos requiere construir sistemas productivos para reducir la dependencia de los productores y consumidores respecto a las empresas que dominan la agricultura, contribuyendo para a formación del movimiento llamado "Soberanía Alimentaria". En esta Tesis Doctoral, se abordan estas cuestiones, poniendo de relieve los procesos, avances y retrocesos del MST en la construcción y la territorialización de la Agroecología en los asentamientos en el Estado de Paraná- Brasil.

PALABRAS CLAVE: Asentamientos Rurales; Agroecología; Lucha en la Tierra; MST.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Paraná – Localização dos Assentamentos Rurais e das Iniciativas no âmbito da Agroecologia gestados pelo MST, 2008.....	30
Figura 2	Crescimento da Área Global das Lavouras GM, em milhões de hectares, 1995-2006.....	79
Figura 3	Selo de Certificação Participativa da Rede Ecovida.....	143
Figura 4	Ramos científicos e contribuições teóricas para o desenvolvimento da Agroecologia.....	154
Figura 5	Elementos norteadores para a construção da Agroecologia.....	155
Figura 6	Municípios Brasileiros onde ocorreram as ocupações de terras no período 1978 – 2007.....	168
Figura 7	Brasil – Número de Ocupações e Número de Assentamentos realizados entre 1985 e 2007.....	171
Figura 8	Brasil – Número de Famílias em Ocupações e Número de Famílias Assentadas entre 1985 e 2007.....	172
Figura 9	Modelo Tradicional de Organização do MST nos Estados.....	206
Figura 10	Brigada – Modelo de Organização e de Gestão Territorial do MST no Paraná.....	211
Figura 11	Encontro da Coordenação Estadual do MST do Paraná – ITEPA, município de São Miguel do Iguçu.....	213
Figura 12	Brigadas e Rede de Gestão Territorial do MST no Estado do Paraná, 2008.....	222
Figura 13	Copavi – Secador Solar para processar frutas passa.....	225
Figura 14	Vista parcial da entrada da Fazenda da Syngenta Seeds em Santa Tereza do Oeste/PR, onde se vê à esquerda militantes do MST e no primeiro plano uma faixa de protesto contra as multinacionais da agrobiotecnologia Syngenta e Monsanto.....	231
Figura 15	Ocupação do MST na fazenda da Syngenta Seeds em Santa Tereza do Oeste/PR.....	232
Figura 16	7ª Jornada de Agroecologia - Marcha pelas ruas de Cascavel/PR.....	233
Figura 17	7ª Jornada de Agroecologia – detalhe da camiseta usada por membros do MST.....	234
Figura 18	Plenária da 7ª Jornada de Agroecologia.....	235
Figura 19	7ª Jornada de Agroecologia – oficinas temáticas.....	237
Figura 20	Prédio construído no ITEPA com recursos de convênio com a Itaipu Binacional para alojar educandos e educadores dos cursos de Agroecologia.....	242
Figura 21	Banco de Sementes Crioulas do ITEPA. O galpão e os equipamentos apresentados na imagem foram comprados com recursos alocados pela Itaipu Binacional.....	243
Figura 22	Na foto, o Governador do Paraná, Roberto Requião, assina documento que cria a ELAA – Escola Latino Americana de Agroecologia. Do lado direito da imagem, o representante da Universidade Federal do Paraná. Do lado esquerdo, o representante do Governo Bolivariano da Venezuela. No centro e atrás do Governador, o Ministro do MDA, Miguel Rosseto.....	244

LISTA DE FIGURAS

Figura 23	Copavi – Produção Agroecológica de Leite. Na foto, à direita vemos o antigo galpão onde o gado era criado estritamente com ração servida no cocho. Ao fundo, gado criado a pasto, no sistema Voison (piqueteamento).....	253
Figura 24	Copavi – Produção Agroecológica de Hortaliças. Na foto, vemos no primeiro plano um monte de composto utilizado na adubação do solo. No centro, produção de diferentes hortaliças. No fundo da imagem, temos os “quebra-ventos” de capim Napier, que tem a função de proteger o sistema produtivo da entrada de insetos que transmitem doenças ou mesmo se alimentam de folhas das plantas.....	254
Figura 25	Os derivados da cana-de-açúcar são a principal fonte de recursos da Copavi, que tem exportado parte da produção de cachaça para Alemanha e Espanha.....	256
Figura 26	Reunião da Coordenação do Assentamento “Ander Rodolfo Henrique”. A Coordenação é um coletivo que responde politicamente pelas decisões no assentamento, e conta com representantes escolhidos nos Núcleos de Base locais.	261
Figura 27	Assentamento “Antônio Companheiro Tavares”. Lavoura de trigo produzida no sistema convencional. Muitos produtores estabelecem parcerias com a Lar para desenvolver esta atividade em seus lotes. Na foto, a casa do produtor está no lado direito. Atravessando o lote, vemos as linhas de transmissão de energia da hidrelétrica de Itaipu.....	266
Figura 28	Assentamento “Antônio Companheiro Tavares”. Caminhão com 15 toneladas de milho colhidas em um dos lotes do assentamento “Antônio Companheiro Tavares”. Na imagem, o senhor à esquerda é o dono da carga.....	267
Figura 29	Assentamento “Antônio Companheiro Tavares”. Na foto, o produtor mostra a semente crioula do milho guardada em recipiente vedado e com adição de cinzas para a proteção contra caruncho.....	270
Figura 30	Assentamento “Contestado”. Horta de dois vizinhos que trabalham em conjunto na produção de repolho, cebolinha, ervilhas, cenoura e couve. Além da produção associada, os produtores desenvolvem individualmente o cultivo de batata-doce, mandioca, abóbora, batata Yacon, e cebola. Porém, todos os produtos são comercializados de forma coletiva, através da Associação Contestado.....	275
Figura 31	Assentamento “Contestado”. Produtor aparece em meio a um cultivo de inverno, onde foram plantados em conjunto centeio, ervilhaca e aveia. Além de proteger o solo da ação da chuva, a diversidade de plantas dinamiza o agroecossistema e no momento de sua incorporação, fertilizará o solo para a cultura de verão.....	279
Figura 32	Assentamento “Contestado”. Mandala – sistema de produção agroecológico integrado.....	280

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Cultivo Global de OGMs, 1996 – 2005 (milhões de hectares, segundo o País).....	80
Tabela 2	Culturas Transgênicas - porção da área cultivada em relação ao total da área cultivada (%) com Soja, Milho, Algodão e Canola, por País em 2005.....	83
Tabela 3	Biotecnologia - Ranking Mundial dos Recursos Empresariais Aplicados em P & D, 2004.....	88
Tabela 4	Ranking de solicitações de Patentes Tecnológicas e biotecnológicas – dados de Países e Empresas, 2004.....	89
Tabela 5	Participação Mundial das Multinacionais na Indústria Farmacêutica, Medicina Veterinária e Sementes 2004.....	92
Tabela 6	Ranking Global das Empresas de Produção/Comercialização/ Agroindustrialização/Distribuição de Alimentos e Bebidas e Supermercados, 2004.....	94
Tabela 7	Indicadores da evolução populacional e da produção agrícola mundial entre 1975 e 2005.....	117
Tabela 8	Produção agrícola mundial de produtos específicos entre 1961 e 2005 (em toneladas).....	118
Tabela 9	Agricultura Orgânica no Mundo: Países Selecionados, 2002.....	147
Tabela 10	Brasil – Situação da Produção Orgânica, 2005.....	149
Tabela 11	Número de Ocupações e Número de Famílias envolvidas em Ocupações de Terras no Brasil, segundo os Estados da Federação, no período 1988 – 2007.....	169
Tabela 12	Brasil – Número de Imóveis Rurais segundo as classes de área, 1992/1998/2003.....	174
Tabela 13	Brasil – Área Ocupada pelos Imóveis Rurais segundo as classes de área, 1992/1998/2003.....	174
Tabela 14	Brasil - Número de Assentamentos Rurais, segundo os Estados da Federação, no período 1979 – 2007.....	180
Tabela 15	Sistema Cooperativo dos Assentados - Paraná, 2007.....	219

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Custos de Certificação, segundo valores de referência. Ano: 2008.....	140
Quadro 2	Organismos Certificadores Internacionais que atuam no Brasil, 2007.....	144
Quadro 3	Organismos Certificadores Nacionais que atuam no Brasil, 2007.....	144
Quadro 4	Publicações seminais na história da Agroecologia, 1928 a 1984.....	152
Quadro 5	Centros de Formação e Capacitação Técnica em Agroecologia Organizados pelo MST/PR, 2008.....	239
Quadro 6	Paraná – Territórios Agroecológicos da Reforma Agrária, 2008.....	251

LISTA DE SIGLAS

AAA - Agricultural Adjustment Act (Legislação Agrícola dos EUA).

ABRA – Associação Brasileira da Reforma Agrária.

AECO – Associação do Agronegócio Certificado Orgânico.

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas.

AOPA - Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia no Paraná.

APP - Área de Proteção Permanente.

AS-PTA - Associação de Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas.

ASSESSOAR - Associações da Agricultura Familiar e Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

BM – Banco Mundial.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

BR-277 – Rodovia Federal “Rodovia das Cataratas”, Curitiba para Foz do Iguaçu.

BSE – Encefalopatia Espongiforme Bovina.

Bt – *Bacillus Trugirensis*.

CAPA - Centro de Capacitação dos Pequenos Agricultores.

CCA - Central de Cooperativas dos Assentados.

CCIR - Cadastro dos Contribuintes dos Imóveis Rurais.

CEAGRO – Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia.

CEE - Comunidade Econômica Europeia.

CEPAG – Centro de Estudo e Pesquisa Ernesto Guevara.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

CIAT - Centro Internacional de Agricultura Tropical.

CIMMYT - Centro Internacional de Melhoramento do Trigo e Milho.

CIP - Centro Internacional da Batata.

CLOC - Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo.

Cocamp – Cooperativa de Prestação de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados do Pontal.

LISTA DE SIGLAS

CONAB – Companhia Brasileira de Abastecimento.

CONAMURI – Conselho Nacional das Mulheres Indígenas do Paraguai.

Copavi - Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória.

CPA - Cooperativas de Produção Agropecuária.

CPS - Cooperativas de Prestação de Serviços.

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

CRABI - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu.

CRED - Cooperativa de Crédito.

CRESOL - Sistema Cooperativo de Crédito Solidário.

CTNBio - Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.

CUT - Central Única dos Trabalhadores.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.

DESER - Departamento de Estudos Rurais.

ELAA - Escola Latino Americana de Agroecologia.

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

ETR - Estatuto do Trabalhador Rural.

EUA – Estados Unidos da América.

EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional.

F - Família

FAO - Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

FCT – Faculdade de Ciências e Tecnologia.

FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil.

FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantias Agrícolas.

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

FM - Frente de Massas

FMI - Fundo Monetário Internacional.

LISTA DE SIGLAS

GCCT - Grupo de Cooperação do Campus de Terrassa.

ha - Hectares

I PNRA – Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária.

IARCs - Centros Internacionais de Pesquisa Agropecuária (Internacional Agricultural Research Centres).

ICRISAT - Instituto Internacional de Cultivos para as Zonas Tropicais Semi-Áridas.

IEEP - Instituto Equipe de Educadores Populares.

IFOAM – Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica.

II PNRA – Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária.

IIIPA - Instituto Internacional de Investigação sobre Políticas Alimentares.

IITA - Instituto Internacional de Agricultura Tropical.

IN - Instrução Normativa.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IPARDES – Instituto Paranaense de Pesquisas e Desenvolvimento Econômico e Social.

IRRI - Instituto Internacional de Pesquisa do Arroz.

ISO - International Organization for Standardization.

ITEPA – Instituto Técnico de Capacitação e Estudo da Reforma Agrária.

ITESP - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

ITR - Imposto Territorial Rural.

Lar – Cooperativa Agroindustrial Lar.

LULA – Luiz Inácio da Silva.

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens.

MAELA - Movimento Agroecológico para América Latina e Caribe.

MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária.

MASTEL - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná.

MASTEN - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná.
LISTA DE SIGLAS

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra.

MASTES - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná.

MASTRECO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas.

MPA - Movimento de Pequenos Agricultores.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

MST/PR – MST DO PARANÁ.

N-10: Núcleo de dez famílias.

N-50: Núcleo de cinquenta famílias.

OCE - Órgãos Colegiados Estaduais.

OCN - Órgãos Colegiados Nacionais.

OGM – Organismo Geneticamente Modificado.

OMC - Organização Mundial do Comércio.

ONGs - Organizações Não Governamentais.

PAC - Política Agrícola Comum.

PDA - Plano de Desenvolvimento Agropecuário dos Assentamentos.

PEA - População Economicamente Ativa.

Petrobrás – Companhia de Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima.

PJR - Pastoral da Juventude Rural.

PLANAF – Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool.

PROCERA – Programa Nacional de Crédito para a Reforma Agrária.

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

LISTA DE SIGLAS

PT - Partido dos Trabalhadores.

Rede ECOVIDA - entidade que promove a Certificação Solidária.

SCA - Sistema de Cooperativismo dos Assentados.

SEAB-PR - Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento do Paraná.

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural.

SOC – Sindicato Obreros del Campo.

SPC - Sistema de Proteção ao Crédito.

Terra de Direitos – Associação de Advogados para as causas populares.

UDR - União Democrática Ruralista.

UEM – Universidade Estadual de Ponta Grossa.

UFPR - Universidade Federal do Paraná.

ULTABs – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste Paranaense.

UPOV – União Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

USDA - Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

Voison – técnica de piqueteamento e pastoreio de gado.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
RESUMEN.....	7
LISTA DE FIGURAS.....	8
LISTA DE TABELAS.....	10
LISTA DE QUADROS.....	11
LISTA DE SIGLAS.....	12
INTRODUÇÃO.....	19

CAPÍTULO 1

A “TRAMA” ESPACIAL E O PROCESSO DE DOMINAÇÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO	37
1.1 A LÓGICA DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA.....	38
1.2 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	54
1.3 A AÇÃO DO ESTADO E O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS.....	64
1.4 O DESENVOLVIMENTO DA AGROBIOTECNOLOGIA E A TERRITORIALIZAÇÃO DOS CULTIVOS GENETICAMENTE MODIFICADOS....	72
1.5 A INTEGRAÇÃO, A CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL E SEUS IMPACTOS SOBRE A AGRICULTURA E O SISTEMA ALIMENTAR.....	84
1.6 O DESMONTE E O CONTROLE DA AGRICULTURA CAMPONESA	97

CAPÍTULO 2

A AGROECOLOGIA E A REESTRUTURAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO CAMPO	112
2.1 O MODELO AGRÍCOLA ATUAL E A EXPANSÃO DA POBREZA, DA FOME E DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS.....	113
2.2 O DEBATE SOBRE AS AGRICULTURAS ALTERNATIVAS.....	124
2.3 A CERTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA E A FORMAÇÃO DO AGROECONOMIA.....	134
2.4 PARA ALÉM DO AGRONEGÓCIO E DO AGROECONOMIA – A “AGROECOLOGIA” E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS ALTERNATIVAS AO ATUAL SISTEMA AGRÍCOLA E ALIMENTAR.....	152

SUMÁRIO

CAPÍTULO 3

O MST E A BUSCA DE UM NOVO MODELO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA	160
3.1 O MST NO CONTEXTO DAS LUTAS DO CAMPESINATO BRASILEIRO.....	161
3.2 A LUTA NA TERRA E A (FALSA) AUTONOMIA CAMPONESA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS.....	179
3.3 OS AVANÇOS E RETROCESSOS DA COOPERATIVIZAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DO MST.....	189
3.4 A AMPLIAÇÃO DOS REFERENCIAIS DE LUTA DO MST E O DEBATE SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA.....	194

CAPÍTULO 4

A AGROECOLOGIA E A LUTA NA TERRA NOS ASSENTAMENTOS PARAENSES	205
4.1 A REESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO TERRITORIAL DO MST NO PARANÁ.....	206
4.2 OS ESPAÇOS DE FORMAÇÃO POLÍTICA E O DEBATE SOBRE A AGROECOLOGIA NA REFORMA AGRÁRIA PARANAENSE.....	223
4.3 OS CENTROS DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO TÉCNICA EM AGROECOLOGIA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO E DA EXTENSAO RURAL.....	238
4.4 OS TERRITÓRIOS AGROECOLÓGICOS DA REFORMA AGRÁRIA PARANAENSE.....	250
4.4.01 – Os Assentamentos e Acampamentos Agroecológicos.....	252
4.4.02 – Os Lotes Agroecológicos Isolados.....	264
4.5 OS AVANÇOS E OS RETROCESSOS DO MST NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS PARANAENSES.....	283
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	292
BIBLIOGRAFIA.....	295

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Nos últimos 50 anos, o desenvolvimento do modo de produção capitalista impactou de várias formas o campo brasileiro. Amplamente interconectado com a economia internacionalizada, o capital provocou transformações sociais, econômicas, políticas, técnicas e ambientais em nosso meio rural e asseverou ainda mais a questão agrária.

Um mecanismo fundamental neste processo foi a incorporação e difusão de elementos técnico-científicos no espaço agrário pela via da “Revolução Verde”, pacote tecnológico que resultou na industrialização da agricultura brasileira e, conseqüentemente, no aumento da produção agropecuária, no aumento da exploração da mais-valia social e concentração do capital em suas várias frações, sobretudo a comercial, a agroindustrial, a industrial, a financeira e o fundiário.

A organização e a difusão da “Revolução Verde” foi amplamente “regada” por significativas somas de recursos provenientes de fundos públicos, privados e de agências multilaterais de desenvolvimento, cuja implementação “arrebentou” e continua a “arrebentar” com as lógicas econômicas e organizativas ditas “tradicionais”, entre as quais as comunidades camponesas, indígenas, quilombolas, faxinalenses, etc.

Assim, elementos como a motomecanização agrícola (tratores, colheitadeiras, máquinas de beneficiamento, arados, grades, motos-bombas de irrigação, pulverizadores, aviões agrícolas), insumos petroquímicos (adubos, inseticidas, herbicidas, maturadores, antibióticos, micro-nutrientes, plásticos de uso agrícola em irrigação e proteção de lavouras), plantas e sementes “melhoradas” (híbridas, reengenheradas e transgênicas), bem como empresas agroindustriais, tornaram-se elementos estruturais em um espaço agrário em mutação.

Ademais, organizou-se toda uma rede e infra-estrutura de transporte e processamento das mercadorias agrícolas, que subjugou o trabalho dos produtores rurais aos ditames das empresas agrocomerciais, cada vez mais organizadas e participantes de um comércio agrícola mundial oligopolizado e dominado pelas “*tradings companies*”.

A dotação do valor das principais matérias-primas agrícolas (*commodities* agrícolas como arroz, carne de gado e de frango, algodão, açúcar, leite, papel e celulose, soja e milho) ocorre fundamentalmente através de negociações e

especulações em bolsa de valores e a articulação entre as várias frações do capital e o movimento de concentração e centralização do capital e da terra, tornaram-se práticas comuns da ação do capital.

No caso brasileiro, a difusão dos elementos técnico-científicos e das estruturas de dominação do capital não ocorreu de maneira linear e homogênea, mas sim de maneira fragmentada e heterogênea, sobretudo porque é desigual a produção do espaço pelo capital.

Assim, a participação dos produtores rurais no processo de industrialização foi díspar e tornou ainda mais assimétrica a diferenciação entre eles, decretando o enriquecimento de uma pequena parte desses produtores, sobretudo os médios e grandes proprietários, e asseverando a exclusão social de uma parcela significativa dos camponeses, muitos deles arrendatários e moradores em terras alheias, sujeitos geralmente relegados pelas principais políticas públicas.

É verdade que a capacidade de produção de alimentos foi ampliada, tanto pela expansão da área cultivada, quanto pelo aumento da produtividade, porém, as novas dinâmicas produtivas da agricultura desencadearam uma série de problemas.

Neste caso, chamamos especial atenção para os problemas ambientais (desmatamento, erosão genética com extinção de espécies animais e vegetais, assoreamento, poluição e contaminação de rios e mananciais de água, erosão e contaminação dos solos, desertificação) e os problemas sociais, da contaminação dos produtores rurais e consumidores com resíduos químicos de adubos e pesticidas agrícolas, ao aumento da fome, da miséria e da pobreza rural e urbana, sobretudo pela incapacidade de oferta de emprego e renda condizentes com as mínimas necessidades de sobrevivência da população.

A agudização dos problemas sociais no campo e na cidade tem permitido o surgimento de duras críticas contra os desarranjos provocados pelo capital e a agricultura por ele preconizada. Entre as diferentes ações, destacamos a mobilização social dos produtores rurais excluídos e em processo de exclusão e as ricas experiências de luta articuladas contra a lógica destruidora do capital e contra as ações e inépcia dos poderes públicos constituídos.

Entre as experiências geradas, destacam-se os movimentos de contraposição ao modelo agrícola dominante, também conhecidos como “Movimento da Agricultura Sustentável” e o “Movimento Agroecológico”, que pregam sistemas de produção agrícola em bases ecológicas e socialmente incluídas, baseadas no

trabalho de tipo familiar camponês, portanto, independentes dos pacotes tecnológicos químico-industriais-transgênicos.

Além disso, destacam-se os Movimentos Camponeses, que são organizações que mesclam inovadoras ações em diferentes escalas (local, regional, nacional e internacional), além de atuar em favor da reconstrução da agricultura camponesa, participando ativamente na criação de mecanismos de luta, de resistência e de emancipação do campesinato frente ao capital.

Neste grupo destacam-se os sem terras, cujas ações de luta e resistência resulta na recriação camponesa nos assentamentos rurais e, a partir de experiências de cooperativização e coletivização, apontam novas possibilidades de desenvolvimento rural.

É claro que o capital também se articula no sentido de criar mecanismos de contraposição às forças sociais de luta e resistência, ampliando ou preservando sua força hegemônica de controle social.

O mecanismo clássico adotado pelos agentes do capital é ampliar ainda mais sua capacidade de gestão territorial, se apoiando muitas vezes na força política e econômica dos organismos multilaterais internacionais (FMI – Fundo Monetário Internacional, OMC – Organização Mundial do Comércio, BM – Banco Mundial, ONU – Organização das Nações Unidas) e, sobretudo, na força política e econômica do Estado brasileiro.

Neste caso, o reforço ao capital é realizado através de políticas e programas de desenvolvimento específicos, como o programa de “Reforma Agrária de Mercado”, patrocinado pelo Banco Mundial, cuja centralidade é deslocar o tema reforma agrária do âmbito da luta política para o âmbito de uma relação de mercado entre quem possui a terra e a quer vender, e quem não possui a terra, mas aceita participar de um fundo público para adquiri-la em suaves prestações.

Além disso, é comum o Estado colocar seu poder de polícia para controlar as forças sociais, realizando prisões e despejos, ampliando os conflitos sociais no campo.

No Brasil, em razão das especificidades e as características da questão agrária, que expressa uma realidade de terras extremamente concentradas em mãos de poucos e uma grande quantidade de excluídos do campo, um dos mecanismos centrais há décadas praticado pelos camponeses na luta contra o capital é a luta pela terra.

Processada pelos movimentos sociais do campo, a luta pela terra é um dos principais mecanismos políticos que revela na luta de classes da sociedade brasileira que os camponeses, na luta contra o capital e pressão sobre o Estado e os poderes públicos constituídos, têm consciência de classe e são capazes de se organizar para conquistar o apoio público para o desencadeamento da Reforma Agrária.

Apesar dos reveses e das diferentes formas de violência praticados pelo capital e seus comandados (jagunços) e pelo Estado (polícia) contra os movimentos sociais do campo (mortes de lideranças, perseguições políticas, despejos), ao longo das últimas cinco décadas, milhares de famílias foram assentadas em projetos de Reforma Agrária, caracterizando uma lenta, gradual e pouco efetiva política de assentamento rurais, já que não tocou num ponto central da realidade fundiária nacional: a injusta concentração da terra.

Além disso, os poucos assentamentos implantados no País resultaram na recriação de um campesinato que vive, em muitos casos, em áreas deficitárias do ponto de vista infra-estrutural (deficiência de acesso a água, energia elétrica, estradas, escolas, posto de saúde, telefone), longe de centros urbanos, explorando terras com problemas de fertilidade e topografia.

Há comunidades de famílias assentadas com sérios problemas ambientais (sem licenciamento ambiental e com problemas de desmatamento) e, o que é mais grave, sem o aporte necessário de políticas públicas de desenvolvimento rural para sanar os problemas infra-estruturais, ambientais e as deficiências ecológicas, potencializando a produção agrícola, o associativismo e a geração de riqueza e renda no campo.

É interessante destacar que ao assentar trabalhadores que perderam a terra e até mesmo sem terras provenientes dos centros urbanos – ou seja, que nunca vivenciaram em momentos anteriores a experiência de trabalho rural como camponeses ou operários rurais - o Estado recria o campesinato nos projetos de assentamento rural.

Porém, em raríssimos casos, como o campesinato nunca foi o objeto central das políticas públicas empreendidas no Brasil, este processo de recriação redundou na promoção de sujeitos sociais que retornam ou passam a viver em um ambiente social e econômico totalmente adverso - o meio rural brasileiro, onde os mecanismos

de destruição e de empobrecimento dos pequenos agricultores familiares ainda persistem.

Assim, a “reforma agrária brasileira” é um processo de recriação do campesinato realizada de maneira incompleta, pois o Estado pouco tem atuado no sentido de reestruturar as políticas públicas de desenvolvimento dos pequenos produtores rurais.

Esta estruturação negativa do espaço agrário, que cria um ambiente social e econômico de exclusão e de empobrecimento dos pequenos produtores rurais – sejam eles assentados ou não, ocorre porque o capital não se estrutura controlando somente a propriedade da terra, mas porque o capital cada vez mais busca exercer o controle sobre a circulação da mercadoria e das trocas que acontecem antes, durante e depois da produção agropecuária realizada no campo, dentro das unidades de produção, sejam eles sítios, chácaras, lotes ou fazendas.

Desta forma, através da oferta de produtos (máquinas, implementos), insumos (sementes, adubos, pesticidas, combustíveis), serviços (armazenagem, comercialização), negócios (compra e venda da produção), empréstimos e créditos (bancos e agiotas) e novas tecnologias (produtos da engenharia e da biotecnologia) aos produtores rurais, seja comprando a produção e realizando o processamento agroindustrial, impondo o regime de trabalho e o preço das mercadorias agrícolas, o capital controla o campo e extrai parte da riqueza produzida pelos camponeses e demais produtores, colaborando para o controle do processo produtivo.

Estas situações variadas revelam os diversos mecanismos coordenados pelo capital para realizar a extração ampliada da renda da terra, que é cobrada da sociedade e não fica em mãos dos produtores rurais, que tendem ao empobrecimento e exclusão social, apesar de produzirem riquezas.

Um dos movimentos mais importantes na luta contra o capital é o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pois comparece como uma das forças de resistência camponesa das mais dinâmicas.

No último quarto de século, o Movimento (MST) tem mobilizado uma grande quantidade de trabalhadores tanto na *luta pela terra* (a luta contra o capital fundiário ou a luta para entrar na terra), mas também organiza a *luta na terra*, que é a luta para resistir na terra de trabalho e amealhar a maior parcela das riquezas produzidas no campo, portanto, uma luta contra o capital agrocomercial e agroindustrial e suas demais frações.

O grande trunfo político que mobiliza o MST é a negação do padrão de desenvolvimento agrícola existente no País, colocando em evidência a necessidade da preservação e reconstrução da agricultura camponesa pela via da Reforma Agrária, além de propor formas de gestão e participação do campesinato em sistemas cooperativizados e também sistemas agroecológicos de produção.

No caso da Agroecologia, este é um debate recente, um desafio assumido a pouco mais de uma década, cujo objetivo é a construção de um conjunto de práticas produtivas e um conjunto de práticas de comercialização da produção, que se baseiam em princípios como a sustentabilidade ecológica da produção, a produtividade, a equidade, a saúde ambiental, a justiça social, a viabilidade econômica, baseada na agricultura de base familiar e camponesa e na interação entre produtores e consumidores.

Estruturalmente, consolidar a Agroecologia nos assentamentos rurais e acampamentos requer constituir sistemas produtivos que diminuam a dependência de produtores e consumidores em relação às empresas que dominam a agricultura, contribuindo assim para a formação do que os movimentos chamam de “Soberania Alimentar”.

Mais do que uma simples mudança na base técnica da produção, é uma aposta na recomposição de todo o sistema agrícola, já que a “Soberania Alimentar” exige a criação de mecanismos que priorizam o desenvolvimento local/regional, valorizando os produtores, a produção de alimentos saudáveis, o acesso da população de um País ao alimento, de um comércio mais justo, destituindo a ação danosa dos mega-conglomerados que atuam na agricultura e que tem preocupação somente com o lucro.

Ademais, além da Agroecologia, em seus programas políticos os Sem Terra propõem que o Estado assuma a realização de uma Reforma Agrária ampla e massiva, que quebre efetivamente com poder do latifúndio e rompa com a concentração da terra, aumentando conseqüentemente a presença das unidades camponesas de produção no espaço agrário, amplamente apoiada por políticas públicas de desenvolvimento rural.

Para o MST, a *agricultura camponesa* é uma forma de trabalho infinitamente superior à existente nas grandes propriedades, pois apresenta potencialidades econômicas (produção de riquezas, maior produção e oferta de alimentos e matérias-primas para a sociedade, maior demanda de equipamentos e produtos

para a agricultura, beneficiando o comércio local/regional) e sociais (distribuição de renda, resolução do problema da fome, inclusão social, geração de trabalho no campo e na cidade, diminuição da pressão demográfica da população migrante, etc) que só se efetivariam em nossa sociedade mediante a realização da Reforma Agrária.

Afora a divisão da terra, o MST reconhece que a Reforma Agrária só se efetivaria mediante uma intervenção pública que priorizasse a implantação de programas de infra-estrutura social nos assentamentos rurais (água, saneamento, energia elétrica, estradas, postos de saúde, escolas), políticas de fomento e apoio para o desenvolvimento econômico (financiamentos agrícolas, fomentos para compra de máquinas e equipamentos), formação técnica e capacitação produtiva (programas de extensão e assistência técnica rural), além da cooperação na produção (cooperativas de crédito, cooperativas coletivas e cooperativas regionais) para fomentar não só a produção agrícola, mas também a transformação agroindustrial e a venda ao consumidor final.

Como a “tímida” política de assentamentos desenvolvida pelo Estado frustra os interesses dos sem terra, na “espera” de um ambiente político que desencadeie a Reforma Agrária desejada, nos assentamentos controlados pela organização, o MST tem acumulado erros e acertos desenvolvendo experiências organizativas no ambiente político da Reforma Agrária atual.

Desde a década de 1990, o MST tem se colocado a difícil tarefa de rearticular sua base, reestruturando a Organização, reforçando na escala local uma maior interação entre famílias assentadas e acampadas.

Ademais, o MST tem ampliado sua pauta política e seu arco de alianças. Ao participar da Via Campesina, o Movimento tem assumido lutas contra diversos projetos apoiados pelo Estado e pelo capital que colocam em xeque a agricultura camponesa, entre os quais as políticas de desenvolvimento do agronegócio em diferentes seguimentos (agroenergia, produção de celulose, projetos de irrigação, transgenia, etc).

Além de “olhar para dentro”, ou seja, de articular a base, o MST tem “olhado os de fora”, estabelecendo pactos políticos em diferentes escalas (do local ao global, passando pelo regional, estadual e nacional), com agentes diferenciados como grupos de apoio, partidos políticos, ONGs (Organizações Não Governamentais), movimentos sociais do campo, entre os quais o Movimento dos Atingidos por

Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), sobretudo no arco de apoios da Via Campesina e movimentos camponeses de outros países, além de movimentos urbanos, associações, sindicatos, instâncias progressistas das igrejas católica e luterana (Comissão Pastoral da Terra – CPT, Cáritas, Pastoral da Juventude Rural - PJR), além de pesquisadores de universidades e intelectuais, que são convidados a participar de projetos, cursos e debates.

De maneira geral, as articulações ocorrem com organizações e entidades que apoiam a Reforma Agrária, que consideram a agricultura camponesa como forma superior de organização agropecuária e distribuição da terra agrícola, que compreendem ser a Agroecologia o padrão mais viável de produção agrícola, que pensam a luta contra o capital como uma luta globalizada, que enviesem o discurso da sustentabilidade agrícola, da autonomia dos povos, da Soberania Alimentar e da Soberania Energética.

Nesta “escalada” de novos elementos que compõem o rico quadro sócio político da luta na terra, priorizamos compreender como o Movimento tem se articulado internamente, do ponto de vista das suas estruturas político-organizativas (famílias assentadas, famílias acampadas, setores, núcleos de base, centros de formação), e externamente, do ponto de vista de organizações e instituições parceiras e de apoio (universidades, organizações não governamentais, outros movimentos sociais, partidos, sindicatos, igrejas), para desenvolver a Agroecologia em assentamentos rurais.

A princípio, a Agroecologia é um debate nacional que faz parte da pauta política do MST desde o ano 2000. Porém, segundo nossas pesquisas, o Movimento pouco avançou neste debate, já que na maioria dos Estados onde está organizado, o MST não conseguiu articular e criar iniciativas mínimas de desenvolvimento da Agroecologia na Reforma Agrária.

Há 12 anos estudando o MST, particularmente no interior do Estado de São Paulo e Paraná, pudemos conhecer iniciativas nestes estados e participar diretamente deste debate, através de congressos nacionais, estaduais e regionais, cursos, discussões, encontros e palestras organizados pelo Movimento, envolvendo assentados, assessorias, organizações de apoio e entidades públicas ligadas à Reforma Agrária.

Esta vivência permitiu compreender que na escala nacional aconteciam diferentes iniciativas que redundaram na constituição de experiências para o desenvolvimento da Agroecologia protagonizadas pelo MST, mas territorialmente, entre os diversos Estados da Federação, uma importante fração das iniciativas se concentrava em ações praticadas pelo MST paranaense, com destaques para encontros, cursos, escolas, além de produtores em assentamentos e acampamentos.

Em discussões realizadas com o orientador, Prof. Dr. Thomaz Júnior, foi definido o tema da pesquisa (Campeinato, Resistência e Emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná), cujo sentido é compreender no âmbito da luta na terra, como o MST tem trabalhado o desenvolvimento da Agroecologia como estratégia de emancipação camponesa frente ao capital.

O recorte territorial escolhido foi o Estado do Paraná, já que neste Estado o MST tem conseguido estruturar diferentes projetos (centros de pesquisa, cursos de formação) e fóruns de debate (Jornada de Agroecologia) sobre o tema.

Em relação às ações práticas (assentamentos e acampamentos com produção agroecológica), segundo informações coletadas junto ao MST e arroladas a partir de trabalhos de campo, no ano de 2008 existiam 100 famílias acampadas e 1.747 das 19.210 famílias assentadas, organizando suas unidades familiares de produção em bases agroecológicas, em diferentes municípios do Estado do Paraná.

Para fazer a análise geográfica dos processos sociais que ocorrem nos assentamentos e acampamentos paranaenses, associamos a diversidade de iniciativas segundo seu caráter estrutural, definindo três categorias para compreender o processo de difusão e estruturação da Agroecologia pelo MST do Paraná:

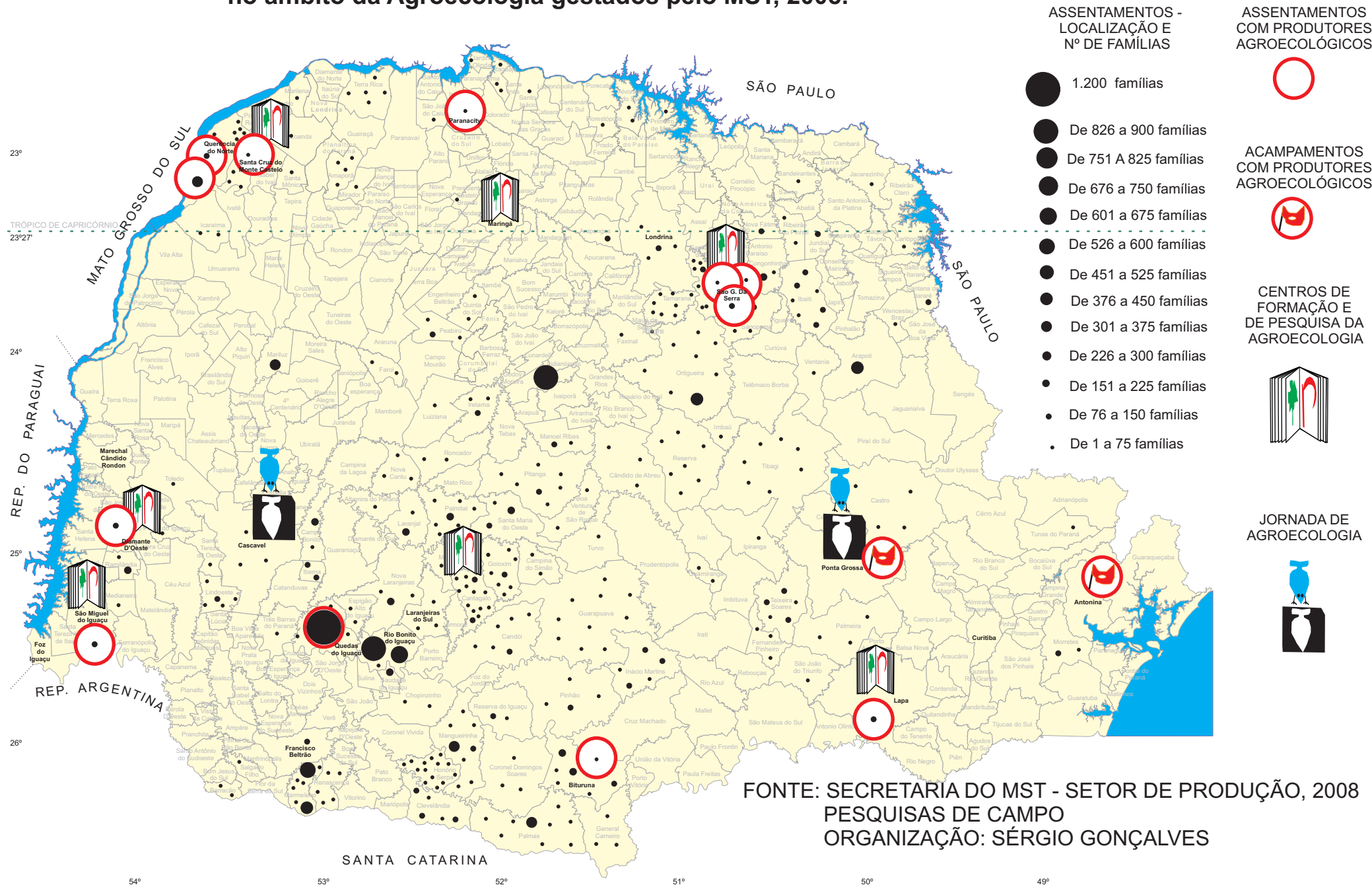
a) Os Espaços de Formação Política, que são os eventos e encontros organizados pelo MST para difundir a Agroecologia;

b) Os Centros de Formação e Capacitação Técnica em Agroecologia, que são Centros de Pesquisa onde são ofertados cursos de curta duração (informais) e cursos formais de nível médio e superior em Agroecologia;

c) Os Territórios Agroecológicos da Reforma Agrária são os assentamentos, acampamentos e lotes individuais de produtores que trabalham e aplicam os preceitos da Agroecologia nas unidades familiares de produção.

Para cartografar a espacialidade dos assentamentos rurais e localizar no território do Estado do Paraná os assentamentos rurais onde o Movimento criou Centros de Formação e de Pesquisa da Agroecologia, os municípios onde acontecem as Jornadas de Agroecologia e onde, efetivamente, há produtores assentados e acampados trabalhando sob a matriz Agroecológica, organizamos a Figura 1, apresentada na próxima página.

FIGURA 1: Paraná - Localização dos Assentamentos Rurais e das Iniciativas no âmbito da Agroecologia gestados pelo MST, 2008.



ASSENTAMENTOS -
LOCALIZAÇÃO E
Nº DE FAMÍLIAS

- 1.200 famílias
- De 826 a 900 famílias
- De 751 A 825 famílias
- De 676 a 750 famílias
- De 601 a 675 famílias
- De 526 a 600 famílias
- De 451 a 525 famílias
- De 376 a 450 famílias
- De 301 a 375 famílias
- De 226 a 300 famílias
- De 151 a 225 famílias
- De 76 a 150 famílias
- De 1 a 75 famílias

ASSENTAMENTOS
COM PRODUTORES
AGROECOLÓGICOS



ACAMPAMENTOS
COM PRODUTORES
AGROECOLÓGICOS



CENTROS DE
FORMAÇÃO E
DE PESQUISA DA
AGROECOLOGIA



JORNADA DE
AGROECOLOGIA



FONTE: SECRETARIA DO MST - SETOR DE PRODUÇÃO, 2008
PESQUISAS DE CAMPO
ORGANIZAÇÃO: SÉRGIO GONÇALVES

Conforme a Figura 1, apresentada na página anterior, as iniciativas protagonizadas pelo MST no âmbito da Agroecologia ocorrem em 14 DOS 307 assentamentos existentes no Paraná, sendo complementadas com iniciativas desenvolvidas pelas famílias que ocupam 2 fazendas.

Para compreender a construção do discurso e para analisar as transformações que resultam efetivamente no desenvolvimento da Agroecologia, formulamos as seguintes questões norteadoras da pesquisa:

1) A proposta da Agroecologia não se desenvolveu em todos os assentamentos do Estado do Paraná. Quais são os assentamentos onde ela está presente e como se construiu a inserção e o desenvolvimento da Agroecologia nestes espaços?

2) Nos assentamentos onde a proposta não se viabilizou, ou ainda em assentamentos onde há diferentes sistemas produtivos (Agroecológico X Químico/industrial/Transgênico), será que os limites a esta expansão devem-se à forma como o MST gestiona os assentamentos, deve-se à resistência dos camponeses da base em incorporar um discurso e transformá-lo em ação concreta, ou deve-se a impossibilidade de desenvolvimento econômico e social da Agroecologia em comparação com outras matrizes produtivas?

3) O processo de educação e de formação desenvolvido pelo MST e seus parceiros em Centros de Formação e Cursos de Agroecologia tem garantido efetivamente a estratégia de formação de quadros para difusão da proposta agroecológica nos assentamentos rurais?

4) Nos assentamentos rurais e acampamentos que optaram pelo modelo agroecológico, que tipo de melhorias são verificados do ponto de vista ambiental, produtivo, social e econômico? Há distinção entre assentamentos agroecológicos e assentamentos cujas famílias não produzam utilizando este viés? Que diferenciações estão presentes e permitem qualificar o processo?

5) Há cerca de oito anos o MST é um movimento social que se tornou portador do discurso pró-agroecologia. Quais as diferentes iniciativas organizadas para sua consolidação nos assentamentos rurais? Em que escalas as diferentes iniciativas se apresentam?

6) O Paraná é o Estado onde as ações do MST em favor da Agroecologia são destacáveis em relação aos demais MSTs dos estados brasileiros. Que elementos político-organizativos permitem este protagonismo? Será que está

se desenvolvendo no Paraná uma Reforma Agrária Agroecológica?

7) Quais são os desafios colocados na prática? Enquanto discurso, nos parece que a proposta agroecológica tem sim viabilidade social, econômica e ambiental. Mas, estariam dispostos os camponeses assentados a assumir realmente este modelo?

8) Ao longo dos últimos 20 anos, outras propostas organizativas foram propugnadas pelo Movimento como revolucionárias e libertárias, sobretudo quando se discutiu a cooperativização dos assentados. Em que medida a Agroecologia (não) redundaria nos mesmos erros do passado?

9) Se o capital em suas várias frações impõe um conjunto de lógicas de dominação aos produtores do campo, determinando o desencadeamento dos processos de exclusão, empobrecimento e de dominação, afetando principalmente os pequenos agricultores, quais são as perspectivas de resistência e de contraposição de forças dos camponeses assentados ao capital? A Agroecologia é uma ferramenta de luta contra o capital?

Para compreender o processo de difusão da Agroecologia pelo MST e procurar respostas a este conjunto de questionamentos, inicialmente procuramos coletar informações sobre o processo de desenvolvimento da Agroecologia pelo MST do Paraná (MST/PR), com o recolhimento de informações na Secretaria Estadual do MST em Curitiba.

Depois, foram realizados diversos trabalhos de campo, visitas a assentamentos e acampamentos localizados em diferentes municípios e regiões do Estado do Paraná (Norte, Noroeste, Oeste, Sudoeste, Litoral, Campos Gerais e Região Metropolitana de Curitiba), para conhecer as iniciativas organizadas e gestadas pelo MST no âmbito da Agroecologia.

É importante destacar que os trabalhos de campo ocorreram em diferentes momentos nos últimos 4 anos, porém, foram concentrados entre os anos de 2007 e 2008. Estas atividades de pesquisa tiveram como objetivos coletar informações, realizar observações, fotografar experiências e gravar depoimentos de diferentes pessoas que se envolviam direta e indiretamente com expressões do projeto agroecológico do MST, fosse em acampamentos, assentamentos, centros de pesquisa e formação e escolas.

Nos centros de formação e cursos oferecidos pelos sem terra, procuramos recolher dados e informações sobre os mesmos, para definir qual o perfil educacional e a dimensão política posta, analisar qual a dinâmica de inserção dos educandos nos assentamentos e no MST, os problemas estruturais, os acordos institucionais que permitem seu funcionamento, as organizações de apoio, além de procurar em assentamentos, educandos já formados que tem inserção na base trabalhando na assistência técnica.

Compreendendo que há um conjunto de agentes e um conjunto de informações importantes para qualificar a pesquisa, mas que também, dificilmente poderíamos compreender o objeto de estudo em sua totalidade e complexidade, procuramos desenvolver uma pesquisa qualitativa, elegendo um conjunto de pessoas que fossem representativas nos acampamentos, assentamentos, em seus movimentos, ONGs, instituições e empresas, a fim de realizar coleta de informações e realizar entrevistas semi-estruturadas.

Assim, foram entrevistados assentados, acampados e lideranças, estudantes e educadores dos cursos de formação, pessoas que participaram eventos pelo MST nos últimos 7 anos, representantes de organizações de apoio (geralmente ONGS), educandos já formados e que trabalham em assentamentos, agentes públicos de extensão rural (INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural).

Também ocorreram entrevistas com consumidores, gestores de políticas públicas de programas institucionais (Compra de Alimentos da CONAB – Companhia Brasileira de Armazéns), enfim, diferentes sujeitos que trabalham direta e indiretamente para o desenvolvimento da Agroecologia em assentamentos e acampamentos.

Como contraponto, já que a Agroecologia não é o padrão técnico-produtivo-organizacional presente na maioria dos assentamentos rurais paranaenses, procuramos também coletar informações e depoimentos de assentados que não aceitaram desenvolver a Agroecologia em seus lotes, assentados que iniciaram o processo de desenvolvimento da Agroecologia, mas que desistiram da proposta, e de assentados que não aderiram à proposta mas que estão em vias de se agregar aos àqueles que desenvolvem tal matriz produtiva.

Neste caso, abordamos comerciantes, gestores de cooperativas que não são do MST, atravessadores e arrendatários que financiam e compram a produção

proveniente dos assentamentos rurais, mas que têm relação direta com a manutenção de sistemas produtivos baseados no padrão químico/industrial/transgênico.

As inserções na realidade local de acampamentos e assentamentos, como também, a participação de diferentes atividades propostas e gestadas pelo MST, ocorreram em diferentes momentos ao longo dos últimos 8 anos.

Devemos destacar, que em muitos casos estávamos presentes como agentes formadores de opinião, quando participei na condição de educador em cursos coordenados pelo MST, sobretudo na Escola Milton Santos.

Em outros momentos, participei como agente receptor da formação, pois me encontrava na condição política e social dos demais assentados, quando todos assistíamos às Jornadas de Agroecologia ou travávamos debates em reuniões realizadas em diferentes lugares (acampamentos, assentamentos, assembleias, encontros).

Esta inserção no MST do Paraná permitiu, já no doutorado, uma grande possibilidade de “mergulhar” no universo de pesquisa, reestabelecer contatos, ampliar o leque de contatos e relacionamentos, amplamente necessários para qualificar o estudo.

Referenciados em diferentes autores que discutem o desenvolvimento da agricultura (ABRAMOVAY, 1992; ALTIERI, 2004; AMIN e VERGOPOULOS, 1986, BROWNM, 1969; BRUM, 1988; CAPORAL e COSTABEBER, 2002; CAPORAL e COSTABEBER, 2006; CARVALHO, 2001; CHAYANOV, 1974; ENGELS, 1981; GLIESSMAN, 2001; GRAZIANO DA SILVA, 1982; GORENDER, 1994; MARTIE, 1987; MARTINS, 1994; MAZYER e ROUDART, 1997; OLIVEIRA, 2003; OLIVEIRA, 2001; PAULUS, 1999; THOMAZ JUNIOR, 2007a; VEIGA, 1991) procuramos compreender em que medida há um jogo escalar que contrapõe os diferentes agentes (produtores rurais, Estado e empresas privadas) envolvidos nas dinâmicas agrárias.

Confrontando o conjunto de leituras realizadas (teorização), com os elementos encontrados na realidades dos assentamentos e acampamentos, procuramos dissociar, no processo histórico, o movimento de dominação do capital e o movimento de construção de mecanismos de autonomia e de superação ao capital gestados pelos trabalhadores.

Assim, esta tese se apresenta como uma interpretação desta dinâmica, focando a análise da participação do MST no desenvolvimento da Agroecologia, uma pequena dimensão, porém, uma rica experiência de construção de alternativas ao sistema metabólico do capital.

O documento está dividido em 4 capítulos.

No primeiro capítulo, baseado na leitura de autores clássicos e contemporâneos, procuramos discutir a natureza e a lógica de dominação do capitalismo no campo, fazendo uma discussão sobre o desenvolvimento técnico-científico, a ação do Estado e seus impactos sobre os agricultores, a agricultura e a sociedade.

No segundo capítulo, destacamos as diferenças técnico-produtivas entre as diversas expressões das chamadas “agriculturas alternativas” ou “agriculturas de base ecológica”, destacando o duplo sentido que envolve estas práticas – a contraposição à lógica industrial presente na agricultura da “Revolução Verde” e Agrobiotecnológica, e o reforço ao capital, pelo viés do Agroeconegocio.

No terceiro capítulo, procuramos compreender como o Movimento (MST) se institucionalizou como uma das principais representações de luta pela Reforma Agrária, revelando os projetos políticos, organizativos e econômicos criados para mediar a luta e a resistência dos assentados, destacando as “travagens” e os “avanços” do projeto de cooperativização, mas procurando destacar a nova “roupagem” do projeto de emancipação do campesinato “tocado” pelo MST: a construção da proposta de desenvolvimento dos assentamentos rurais através da Agroecologia.

Em nosso entendimento, a dominação do capitalismo no campo tem se ampliado e colocado novos desafios aos trabalhadores, revelando cada vez mais um sistema de dominação que freia a dinâmica de emancipação do campesinato, mesmo aqueles que partilham desta condição pela via do assentamento rural.

Neste capítulo, a Agroecologia foi focada a partir das fundamentações teóricas com base em diferentes autores, destacando sua proposição como uma interpretação teórica e metodológica da agricultura, visando uma reestruturação que coloca a centralidade do campesinato no processo produtivo, mas nega um padrão agrícola (base da produção) e alimentar (esfera da distribuição, consumo) excludente – como é o mercado de produtos orgânicos, em defesa de uma reorientação organizativa da agricultura que priorize a soberania alimentar, a

sustentabilidade da produção, a Reforma Agrária e uma outra relação entre sociedade e natureza, entre produtores e consumidores.

No quarto e último capítulo, destacou-se o Estado do Paraná, sobretudo pela diversidade de ações conduzidas pelo MST, que tem atuado com bastante ênfase na construção de seu “projeto agroecológico” nos assentamentos paranaenses.

Entre as diversas iniciativas, destacamos os encontros e os cursos de formação, os centros de pesquisa, fóruns de debate e formação política (Jornadas de Agroecologia), os assentamentos e os lotes agroecológicos, a produção agroecológica, os bancos de sementes, oficinas, palestras, parcerias e projetos locais, enfim, uma diversidade de situações que revelam o protagonismo dos sem terra do MST do Paraná (MST/PR) em relação a outros Estados da Federação.

É neste capítulo que evidenciamos os avanços e as travagens do MST na construção da Agroecologia como uma ferramenta da luta na terra nos assentamentos paranaenses.

CAPÍTULO 1

A “TRAMA” ESPACIAL E O PROCESSO DE DOMINAÇÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO

1.1 A LÓGICA DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA

A agricultura capitalista surgiu em decorrência da crise vivenciada na sociedade feudal europeia. O aumento da produção de excedentes e a eliminação das áreas comunais de pastagens nativas pela apropriação privada, como também, as diversas manifestações de ascensão econômica e política da burguesia geraram um estado de crise que produziu um lento e gradual processo de transição do sistema econômico e que, entre os séculos XVI e XIX, resultou no desenvolvimento do capitalismo, provocando, conseqüentemente, novas e intensas mudanças no campo.

Na literatura mundial, uma interpretação teórica fundamental deste processo foi realizada por Marx (1989b), quando este discorreu sobre o feudalismo, o campesinato, o capitalismo e a agricultura, afirmando que:

A indústria moderna atua na agricultura mais revolucionariamente que em qualquer outro setor, ao destruir o baluarte da velha sociedade, o camponês, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. A necessidade de transformação social e a oposição de classes no campo são assim equiparadas às da cidade. Os métodos rotineiros e irracionais da agricultura são substituídos pela aplicação consciente, tecnológica da ciência. (MARX, 1989b, p. 577-578).

Para Marx (1989b, p. 578), a agricultura capitalista se desenvolveu pela exploração ampliada tanto da força de trabalho, quanto das potencialidades naturais do solo em produzir alimentos e matérias-primas. Assim, vislumbrando a dupla irracionalidade do processo de exploração, sentenciou: *[...] todo aumento da fertilidade da terra num tempo significa esgotamento mais rápido das fontes duradoura dessa fertilidade*,

Marx, ao teorizar sobre as leis que regiam o movimento e o desenvolvimento do capitalismo em seu tempo, revelou como a agricultura da Europa Ocidental se transformava, sobretudo pela emergência de um processo dual de mudanças nas relações de produção envolvendo o campesinato.

Essa dualidade se apresentava: a) via processo de liberação da mão-de-obra, ou desterreamento dos camponeses, cujo destino era o trabalho nas manufaturas urbanas e a formação do “exército industrial de reserva” e; b) subordinação ao mercado dos camponeses que continuavam resistindo no campo.

A tese central do pensamento de Marx (1983b) era de que a geração da riqueza nas sociedades emanava do trabalho: a ação racional do homem sobre os elementos da natureza. Para Marx (1983b), desde os primórdios da civilização, o processo do trabalho se destinava a um fim: a criação de valores de uso, a propriedade que os objetos contêm de satisfazer as necessidades humanas de qualquer natureza (física, psíquica, emocional, orgânica, etc), ou seja, trabalho concreto.

Para o autor (MARX, 1983b), a relação dos camponeses com a terra e com o artesanato rural lhes permitia um rol de possibilidades de transformação da natureza em produtos destinados, primeiramente, ao consumo da unidade familiar de produção (homens, mulheres, crianças, agregados e animais). Na hipótese da necessidade de algo mais que não podia ser produzido nessa unidade familiar, pela troca ou mesmo pela venda, os camponeses obtinham o bem desejado junto a outros camponeses ou mesmo nas vilas, que estipulavam um sistema de trocas nas feiras, mas que preservavam nestas negociações o caráter social de trabalhar para sanar as necessidades de consumo e de vida.

Ao analisar estas relações, Marx (1983a) concebeu a existência de valores de uso expressos nos produtos que eram trocados, pois para os sujeitos trocarem entre si um saco de trigo por um sapato e um frango, mesmo que houvesse um mediador comum, no caso, o dinheiro, a ação visava obter valores de uso.

Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferentes qualidades, como valores de troca só podem ser de quantidades diferentes, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso (MARX, 1983a, p. 47).

Mesmo no caso da circulação do produto, trocava-se trabalho concreto por trabalho concreto, porque o trabalho era entendido como um fim em si mesmo, e os negociadores – camponeses na maioria – eram iguais.

Antonello (2001), discorrendo sobre as especificidades do pensamento marxiano sobre trabalho e campesinato, evidenciou que o principal impacto do avanço das relações capitalistas de produção no campo e sobre o campesinato foi a mutação do trabalho concreto do camponês em trabalho abstrato, transformação que cristalizou “[...] a *deformação da atividade humana como trabalho concreto e prescreve a satisfação básica do homem, a partir da venda da única mercadoria que*

lhe pertence: a sua força de trabalho". (ANTONELLO, 2001, p. 24).

Para Antonello (2001), reproduzindo de forma ampliada este mecanismo, o capital se difundiu como um sistema de acumulação da riqueza extraída do trabalho abstrato (trabalho assalariado), cujo fim visa a produção de valores de uso (mercadorias) que são portadores de valores de troca (valor monetário que cobre o gasto com as matérias-primas, com a força de trabalho), que na circulação no mercado cristaliza o processo de acumulação do sobre-trabalho (uma forma de mais-valia), o que conduz à acumulação e reprodução ampliada do capital.

Dinamicamente, Antonello (2001) compreendeu que a aceleração do processo de mutação do campesinato decorreu da maior inserção dos camponeses no mercado. Neste "lugar comum", e abandonando o circuito simples de circulação de mercadoria representado pela vizinhança das glebas e da aldeia, duas novas forças se impuseram sobre os camponeses e modificaram sua possibilidade de existência social.

A primeira força foi a concorrência da produção da grande propriedade capitalista que, organizada em torno de uma racionalidade produtiva superior, produzia mais. Tal processo contribuía para rebaixar o preço médio dos produtos agrícolas. Desta forma, capitalizados, os grandes proprietários resistiam com mais facilidade aos longos períodos de crise econômica.

A segunda força situava-se no nível das relações de dependência estruturadas em favor do capital comercial e industrial, cujas ações na monopolização dos circuitos de comercialização e do processamento agroindustrial, ditando os preços pagos aos produtores, drenavam parte da riqueza gerada pelo trabalho no campo, fato este responsável pelo empobrecimento dos camponeses.

Para Antonello (2001), paulatinamente, a conjugação dessas duas forças minou a resistência histórica dos camponeses e acelerou sua proletarização parcial (trabalho acessório) ou efetiva, através do desterroamento. Àqueles que resistiram a estes processos de exclusão e submissão, a alternativa histórica possível consistiu na especialização produtiva em um ramo da produção agropecuária, portanto, não mais ligada somente à satisfação das necessidades da unidade familiar de produção, mas sim, submetendo a unidade familiar de produção à lógica de compra e venda do capital comercial para colocar os produtos no mercado, relações que contribuíram para expandir a miséria no campo por intermédio da diminuição da renda familiar e do aumento da jornada de trabalho dos membros da família (auto e

super exploração do trabalho).

Assim, o processo de desenvolvimento capitalista lentamente se sobrepôs aos indivíduos, ditando-lhes, através de um domínio social, econômico e cultural, novas formas de produzir, de comercializar, enfim, reestruturando as formas de relacionamento do homem com a terra e dos homens entre si.

Nesse sentido, é revelador entender como se desenvolveu, desde então, um dos pilares de sustentação das relações capitalistas de produção no campo: o circuito de geração, extração e acumulação da renda da terra.

Segundo Marx (1985), a agricultura é um setor específico da economia, possui particularidades no circuito de geração de riqueza e complementa o processo de estruturação do capitalismo.

Dessa maneira, a extração da renda da terra é o elemento diferencial para se entender o capitalismo neste espaço produtivo. Por um lado, os proprietários de terra – camponeses, além de médios e grades proprietários, transferiam a renda da terra aos capitalistas comerciais e industriais na circulação da mercadoria agrícola. Por outro, sobre os produtores rurais não-proprietários, incorporados ao processo produtivo agrícola na condição de arrendatários, parceiros, meeiros e demais formas de aluguel da terra agrícola, o impacto da renda da terra era ainda maior, pois além de pagá-la na circulação da mercadoria, pagavam renda aos capitalistas proprietários já no início do processo de produção.

A extração da renda da terra pelo capitalista que arrenda ao camponês uma parcela rural decorre da propriedade privada do solo. Marx (1985) apresentou três variações possíveis de extração de renda nesta relação social. Na primeira, o processo de extração da renda da terra surge na forma de *renda em trabalho*, uma relação na qual o produtor, para ter acesso a uma gleba de terras do proprietário fundiário, tem que trabalhar uma parte da semana manualmente ou com instrumentos de trabalho (arado, bois, etc.) que lhe pertencem de fato ou de direito, cultivando outra área de solo sob o domínio do proprietário fundiário, sem, no entanto, receber qualquer remuneração por isso. No segundo caso, é a *renda em produtos*, quando o acesso a terra é mediado pelo repasse de uma parte da produção do camponês ao proprietário fundiário, que acumula dinheiro sem mobilizar forças e recursos próprios para tornar a terra produtiva. E, em terceiro, a *renda em dinheiro*, quando o acesso a terra é feito com o pagamento prévio de um valor em dinheiro, ou, no caso da *parceria*, quando há uma divisão dos custos

(insumos, capital de giro, etc.) entre o proprietário do solo e o indivíduo que vai cultivá-lo. Neste caso,

Por um lado, o rendeiro, quer ele empregue trabalho próprio ou alheio, tem direito a uma parte do produto, não em sua qualidade de trabalhador, mas como possuidor de uma parte dos instrumentos de trabalho, como seu próprio capitalista. Por outro lado, o proprietário de terra reivindica sua parte não exclusivamente devido a sua propriedade do solo, mas também como prestamista de capital. (MARX, 1985, p. 259).

Em seu modelo teórico, Marx (1985) apontou que uma tendência geral do sistema capitalista seria a eliminação do campesinato, e em razão deste fato, somente a grande propriedade poderia resistir, uma vez que o grande proprietário possuiria maior possibilidade de investimento de capitais e conduziria de maneira mais racional o processo produtivo, fatores que condicionariam aos grandes proprietários mecanismos de maior resistência e até de controle (investimento em agroindústrias), amenizando a extração da renda da terra em favor de outros segmentos do capital.

Nessa conjuntura, Marx (1985) destacou que a opção de sobrevivência com dignidade do campesinato no modo de produção capitalista estaria situada fora da agricultura, deixando de ser camponeses e passando a viver no campo ou na cidade como assalariados. Além disso, baseado em seus estudos, o autor revelava que, em vista do empobrecimento dos camponeses, as unidades familiares de produção eram consideradas uma “barbárie”, nas quais a contenção do nível de consumo e o trabalho excedente – em ritmo crescente – predominavam.

As análises produzidas por Marx (1985) tiveram como foco as especificidades do desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra e boa parte de suas observações e exemplos focaram a classe operária e o campesinato na indústria e na agricultura inglesa, onde se difundiu o arrendamento de terras.

Marx (1985) partiu do pressuposto de que para se entender as leis gerais de um dado fenômeno, o cientista devia estudá-lo em que ponto ele se manifestava de forma superior e complexa. O paradoxo desta metodologia é que no período histórico que Marx (1985) produziu sua análise político-econômica, contribuindo para o entendimento da questão agrária e camponesa, o objeto de estudo apresentava especificidades ímpares nas diversas regiões e até países da Europa, pois

Na França, dominava a parcelarização da propriedade; na Alemanha, nas regiões industriais, prevaleciam as propriedades camponesas, que se transformaram cada vez mais em produtoras para o mercado, ao passo que a Prússia era caracterizada pela presença dos *Juncker*, os proprietários de média grandeza; nas vastas extensões de terreno cultivável da Espanha e da monarquia austro-húngara, reinavam os latifúndios semifeudais; a mesma situação existia na Rússia, onde, porém, subsistiam ainda, vitais, as comunidades de aldeia (*miry* e *obsciny*). Acrescenta-se a isto que, naquela época, a estatística agrícola se achava ainda em condições lamentáveis e era particularmente difícil o trabalho para o estudioso que, em tal situação, quisesse indicar uma tendência universalmente válida. (HEGEDÜS, 1984, p. 154, grifos do autor).

Uma importante discussão iniciada por Marx (1983a) dizia respeito à reconhecida falta de participação política dos camponeses, já que acusava os camponeses de politicamente isolados, sujeitos de relações sociais pobres, massa de manobra na mão dos seus próprios inimigos – a burguesia latifundiária, constituindo um verdadeiro “*saco de batatas*” (MARX, 1997).

Para Marx (1983a), os camponeses não constituíam uma força revolucionária autônoma. Sua ignorância os tornava lacaios da burguesia e competia ao operariado o papel de guiá-los rumo à Revolução.

À medida que milhões de famílias vivem sob condições existencial-econômicas que separam o seu modo de vida, seus interesses e sua formação cultural das outras classes e os antepõem hostilmente, elas constituem uma classe. À medida que entre os pequenos camponeses existe apenas uma conexão local e a mesmidade de seus interesses não cria entre eles nenhuma comunidade, nenhuma ligação nacional, nenhuma organização política, eles não constituem uma classe. São, por isso, incapazes de impor o seu interesse de classe em seu próprio nome, seja através de um Parlamento, seja através de uma convenção. Eles não conseguem representar-se, precisam ser representados. (MARX, 1983c, p. 284).

Em 1889, baseado em estatísticas mais confiáveis sobre a situação agrária da Alemanha e de outros países do centro da Europa, e inspirado pelas discussões que se seguiram em torno do debate sobre o programa agrário do Partido da Social Democracia da Alemanha, realizado em 1894 na cidade de Frankfurt, Karl Kautsky lançou a obra “*A Questão Agrária*”, redimensionando as análises de como o capitalismo se estruturava, dominava o campo naquele final de século XIX e desestruturava o modo feudal de produção, afirmando que “*É o modo capitalista que domina a sociedade atual*” (KAUTSKY, 1986, p. 13).

Com base em um quadro conceitual amplo, Kautsky (1980) discutiu temas diversos, dentre eles estão: o desenvolvimento da agricultura capitalista moderna, no qual abordou a divisão do trabalho; as mudanças na base técnica da produção, cuja análise foi sobre as cadeias produtivas dinâmicas e seus impactos em áreas de agricultura tradicional; discorreu sobre as categorias valor e mais valia, renda diferencial e renda absoluta; discutiu direito consuetudinário.

Kautsky (1980) foi o precursor da análise do processo de agroindustrialização e a relação campo-cidade, na qual inseriu as discussões a respeito da crise da agricultura camponesa e demonstrou como o capital engendrou a transformação dos camponeses de produtores rurais de auto-sustento, para produtores em vias de diferenciação dentro da comuna feudal, cada vez mais dependente de um conjunto de elementos externos à pequena propriedade, onde secularmente resistiu ao praticar a agropecuária de subsistência, com nula ou baixa produção de excedentes e com renda complementada pela indústria doméstica.

O autor interpretou que a insustentabilidade existencial do campesinato ocorreu mediante o avanço das relações capitalistas de produção que determinou a necessidade da importância da produção de excedentes agrícolas para o mercado, lugar onde o camponês perdia, se desterritorializando, já que no mercado concorria diretamente com a grande propriedade – esta sim, apta a resistir e crescer, pois contava com melhores recursos técnicos (sementes e animais melhorados, maquinaria, divisão do trabalho, rotação de culturas, escala de produção, etc), e, acima de tudo, operários bem alimentados e melhor instruídos.

Nesta luta entre desiguais, Kautsky (1986) percebeu que a única perspectiva possível de continuidade dos camponeses sobreviverem no campo, trabalhando e produzindo, era reorganizar seu estabelecimento familiar. Porém, esta reestruturação tendia a uma alimentação subumana e uma super-exploração do trabalho da família na terra ou o trabalho acessório em terras alheias e nos centros urbanos, para complementar a renda.

“Estes dois fatores atestam, antes de mais nada, o atraso econômico do pequeno estabelecimento; ambos constituem entraves sérios ao progresso econômico” (KAUTSKY, 1986, p. 105).

Para Kautsky (1986), em ritmo crescente, a dependência dos camponeses em relação ao trabalho acessório (trabalho parcial e temporário realizado em outras propriedades ou nas cidades) para sobreviver e o seu grau crescente de miserabilidade minavam a possibilidade de reprodução social dos camponeses como produtores rurais, processo que os conduzia definitivamente à proletarização.

O trabalho acessório mais a alcance do pequeno camponês é o trabalho agrícola assalariado. Já o encontramos na época feudal, logo que a diferenciação na aldeia se aprofundou de tal modo que umas explorações se tornaram muito pequenas para o sustento dos respectivos donos, e as outras muito grandes, de maneira a exigir braços com que não contavam o proprietário e sua família. (KAUTSKY, 1980, p.198).

Contra-pondo-se às teses dos teóricos partidários da superioridade da produção camponesa em relação à grande propriedade, cujas análises dos números das estatísticas censitárias acusavam um aumento no número de pequenos estabelecimentos em várias regiões, Kautsky (1980) apontou que esta realidade estava diretamente ligada ao subconsumo, à avareza, à subalimentação, bem como à super-exploração do trabalho familiar, somando-se a isto o fato de que as médias e pequenas propriedades eram afetadas de tal forma pelo processo de empobrecimento, que abandonavam suas funções de produzir um mínimo que fosse para o mercado e cada vez mais se tornavam lugares de moradia de uma mão-de-obra assalariada das empresas rurais e urbanas.

Analisando dados censitários de províncias onde ocorriam a expansão numérica da exploração camponesas, Kautsky (1980) destacou que este fato não ocorria por razão do empreendedorismo ou da superioridade produtiva das unidades camponesas de produção, mas que este fenômeno se inseria na lógica de domínio territorial do capital que **recriava** as unidades camponesas através de incentivos à expansão da indústria caseira, ao fornecer matérias-primas e comprar a produção para posteriormente revender, recriação do campesinato observada também na ação dos grandes estabelecimentos agropecuários quando estimulavam o aumento ou, ainda, a **manutenção do campesinato marginal**, geralmente localizado próximo das grandes propriedades capitalistas, o que garantia uma “reserva estratégica” de mão-de-obra agrícola permanentemente barata e acessível ao capital.

Ao discorrer sobre as formas de renda da terra, Kautsky (1980) recuperou todo o arcabouço teórico desenvolvido por Marx, ao demonstrar como a cidade rapidamente ocupou o centro dinâmico do capitalismo e o campo, num ritmo crescente, perdeu função e população.

Com a uso e difusão cada vez mais intensivo da maquinaria nas diversas fases dos cultivos, aliado à emergência da agroindústria que se justapunha entre o produtor rural e o comércio urbano, transformando seus produtos e lhes retirando uma parte considerável da renda, fatores que referendavam a tese da sujeição da renda da terra e o controle exercido pelo capital urbano-industrial sobre o campo.

No seu entendimento, o proletariado industrial deveria se libertar e libertar ao mesmo tempo a população agrícola para a transformação revolucionária da realidade do modo de produção capitalista para o socialismo. Partindo da premissa de que a evolução da indústria moderna conduziria a este fim, Kautsky (1980) **desqualificou o campesinato como classe revolucionária**, cabendo ao operariado arrastá-los “[...] para essa transformação, adaptando-as às suas finalidades, igualmente as esferas incapazes de proporcionar a si mesmas as condições preliminares do advento revolucionário”. (KAUTSKY, 1980, p. 324).

No ano de 1889, também participante neste debate, Lênin (1985) lançou a obra “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, assim, cunhou a tese da “desintegração do campesinato”, destacou que este é um processo que ocorre através da ampla inserção da economia mercantil nas relações de produção no campo, por meio da influência da concorrência, via concentração da terra e através da dificuldade dos camponeses em acessar os avanços do progresso técnico.

Ao evidenciar que não se tratava pura e simplesmente de um processo de diferenciação do campesinato, Lênin apontou que

É claro que o surgimento de desigualdades entre os patrimônios é o ponto de partida de todo o processo, que em hipótese alguma se esgota nessa “diferenciação”. O campesinato antigo não se “diferencia” apenas: **ele deixa de existir**, se destroi, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma nova sociedade denominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (sobretudo a pequena burguesia) e o proletariado rural – a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados. (LÊNIN, 1985, p. 114. Grifo nosso).

Para Lênin (1985), em ritmo crescente não se sustentava mais no campo a forma tradicional de produção camponesa, mas sim o sistema pequeno burguês, com produtores especializados e até pluriativos, que transformava os camponeses em três classes distintas: a dos camponeses médios, a dos camponeses ricos e o proletariado rural.

O campesinato médio foi concebido por Lênin (1985) como o conjunto dos produtores que gravitava entre a ascensão social – formação da burguesia rural pelo enriquecimento, e o descenso social – proletarização, pelo empobrecimento e desterritorialização.

Para Lênin (1985), a existência e a resistência dos camponeses teriam relação direta com seu sucesso econômico e financeiro, e estaria circunscrito às boas colheitas ou ao trabalho assessorado realizado fora da unidade familiar de produção.

Com a intenção de definir as classes sociais, Lênin (1985) descreveu o campesinato rico como pertencente da burguesia rural, que desenvolvia uma agricultura mercantil especializada em produtos de alto valor comercial cultivados sobre uma base técnica agrícola avançada. Estes faziam grandes investimentos de capitais, fator que lhes permitia dominar o processo de industrialização da produção em certos ramos (aguardente, açúcar de beterraba, fécula de batata, óleos comestíveis e o tabaco). Esta classe utilizava amplamente o trabalho assalariado (diarista e mensalista), obtinha alta produtividade agrícola, e, muitas vezes, se integrava a empresas comerciais e industriais.

Devido ao retorno valorizado do capital investido, o campesinato rico apresentava renda elevada, fator que lhe garantia a capacidade de reinvestir em condições mais favoráveis, seja nas atividades agropecuárias, em mais terras, mais equipamentos, seja em outros ramos produtivos (indústria e comércio). Esta pujança econômica garantia à burguesia rural desempenhar melhor os papéis de produção agrícola e exercer maior poder político.

Em relação ao proletariado rural, definiu como a classe formada por assalariados sem-terras ou aqueles que a possuíam em pequena extensão. Devido ao fato de sucumbir e vender suas terras, acessá-la de maneira marginal (pagando renda), ou possuí-la em ínfimas dimensões, o proletariado rural encontrava-se em decadência social.

Apesar de a lógica do capitalismo no campo ser a expropriação definitiva da terra, fato este que transforma o camponês em assalariado, Lênin (1985) explicitou que este processo não ocorria de maneira linear, direta, efetiva, pois

[...] a tese segundo a qual o capitalismo necessita de operários livres e sem-terra é freqüentemente compreendida de forma demasiadamente trivial. Isso é perfeitamente verdadeiro enquanto tendência básica, mas o capitalismo penetra na agricultura de maneira particularmente lenta e toma formas muito variadas. Aos operários rurais muito amiúde interessa que terras sejam distribuídas aos operários agrícolas; aliás, o operariado agrícola dotado de um pedaço de terra é um tipo próprio a todos os países capitalistas, variando conforme as condições nacionais [...]. (LÊNIN, 1985, p. 116).

Lênin (1985) analisou as especificidades do arrendamento de terras e demonstrou que esta recriação do campesinato era uma fórmula usual dos capitalistas para abater o alto custo dos salários e dos juros nas atividades agrárias, pois o capitalista utilizava o arrendamento como estratégia para garantir a presença de trabalhadores rurais “gravitando” próximo a sua propriedade rural, facilitando seu acesso à mercadoria mais importante do circuito produtivo: a mão-de-obra.

Por representar um dos limites ao avanço contínuo da grande propriedade capitalista, a reprodução da propriedade camponesa efetuada pelo capital é um processo contraditório, pois o capital recria o que destrói como forma de garantir sua reprodução ampliada. No entendimento de Lênin (1985), em algumas regiões, a existência de uma quantidade representativa de estabelecimentos de camponeses pobres em relação aos estabelecimentos dirigidos por classes sociais mais abastadas (burguesia agrária), de forma alguma demonstrava o pequeno parcelamento do solo e a agricultura camponesa como formas superiores de divisão da terra. Pelo contrário, sua visão era de que a presença massiva de camponeses pobres era transitória, pois o processo de destruição do campesinato, que fortalecia a migração para as cidades, era uma das mais avassaladoras necessidades do capital, que ditava os ritmos do

[...] processo bilateral de abandono da agricultura pela indústria (industrialização da população) e de desenvolvimento de uma agricultura capitalista industrial e comercial (industrialização da agricultura). [...]. O mercado interno para o capitalismo é criado justamente pelo desenvolvimento paralelo do capitalismo na agricultura e na indústria, pela formação de uma classe de empresários rurais e industriais. (LÊNIN, 1985, p. 369).

Porém, Alexander V. Chayanov (1981) contrapôs-se veementemente aos postulados teóricos e metodológicos defendidos por Marx, Lênin e Kautsky. Chayanov (1981) rebateu as críticas teóricas e políticas de que qualquer outra forma de organizar a produção que não visasse superar o capitalismo (a leitura dos marxistas) deveria ser abandonada. Também saiu em defesa dos camponeses, por entender que os debates científicos e políticos estavam contaminados por uma visão economicista, que ofuscava a capacidade de compreender o campesinato como organização social superior.

Na moderna teoria da economia nacional tornou-se costume pensar *todos* os fenômenos econômicos exclusivamente em termos de economia capitalista. Todos os princípios de nossa teoria – renda da terra, capital, preço e outras categorias – formaram-se dentro do marco de uma economia baseada no trabalho assalariado, que busca maximizar lucros (ou seja, a quantidade máxima da parcela de renda bruta que resta, após se deduzirem os custos materiais de produção e os salários). Todos os demais tipos (não capitalistas) de vida econômica são vistas como **insignificantes, ou em extinção**; no mínimo considera-se que não tem influência sobre as questões básicas da economia moderna e não apresentam, portanto, interesse teórico. (CHAYANOV, 1981, p. 133, grifos do autor).

Chayanov (1974) reconheceu a expansão e o domínio do capital e as teses que explicam o seu avanço. Porém, não comungou da tese de que as relações capitalistas de produção dominariam de forma total e absoluta o campo, pois, para ele, o campesinato, no momento histórico em que ocorria sua análise, detinha uma importante função socioeconômica nas economias de vários países, realidade que garantia a tendência de permanência e não somente de exclusão do camponês na terra.

Criticando a metodologia proposta pelos marxistas ortodoxos, Chayanov (1981) apontou que a unidade de produção familiar não podia ser posta a prova através de modelos analíticos nos quais as categorias econômicas inerentes ao capitalismo como salário, renda e juros não existiam, o que diluía a aplicabilidade

desses conceitos como instrumentos de análise da realidade do campesinato.

Para este autor, na economia natural a atividade econômica humana era dominada pela exigência de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção, que se constituía ao mesmo tempo enquanto uma unidade de consumo.

Chayanov (1974) corroborava que era este o caráter diferencial que permitiu historicamente ao campesinato existir e atravessar qualquer sistema econômico, seja ele capitalista ou feudal, adaptando-se à lógica da formação econômica e social do país na qual o campesinato se constituía.

Por lo tanto, si queremos tener un simple concepto organizativo de la unidad de explotación doméstica campesina independiente del sistema económico en el cual está insertada, inevitablemente deberemos basar la comprensión de su esencia organizativa en el trabajo familiar. (CHAYANOV, 1974, p. 34).

A unidade camponesa de produção foi entendida como uma estrutura social que possuía uma lógica muito específica e complexa, determinada por “[...] *la manera de combinar cuantitativamente y cualitativamente la tierra, la fuerza de trabajo y el capital*” (CHAYANOV, 1974, p. 96). Na teoria chayanovista haveria um “**ponto de equilíbrio econômico**” que o camponês não ultrapassava, porque excedê-lo significava trabalhar mais sem, no entanto, obter retorno que pagasse o **verdadeiro valor do seu trabalho**.

Chayanov (1974) teceu considerações sobre os fatores internos (incapacidade laboral de algum dos membros da família, faixa etária dos mesmos, fertilidade do solo da unidade de produção, etc.) e externos (preço dos produtos agrícolas no mercado, etc.) que podiam afetar a unidade familiar de produção. Chegou à conclusão de que qualquer mudança brusca em um ou mais fatores gerava um desequilíbrio socioeconômico.

Porém, como estratégia de sobrevivência, o camponês reestruturava internamente seu estabelecimento a fim de permanecer no campo, mesmo que este movimento significasse trabalhar e sofrer ainda mais. Esta possibilidade só era possível, pois os camponeses possuíam uma racionalidade ímpar e um domínio amplo sobre a força de trabalho e os bens de produção (animais, insumos, implementos, ferramentas, etc) da família.

Ao refletir sobre a importância econômica do campesinato para a sociedade, Chayanov (1974) percebeu que, muitas vezes, os camponeses realizavam cultivos e a criação de animais muito diferentes daqueles praticados nas unidades capitalistas de produção. Assim, produziam gêneros agropecuários diferenciados e até mesmo relegados pelas demais classes agrárias, o campesinato contribuía para a satisfação do consumo da sociedade. Portanto, através da sua subordinação, o campesinato cumpria alguns papéis sociais importantes na produção de alimentos e matérias-primas mais baratos.

Sobre a funcionalidade econômica do campesinato para o sistema capitalista e a questão da destruição do campesinato, Chayanov (1974) percebeu que o capital se reproduzia não somente no sentido da **proletarização do camponês**, mas preservando a sua existência ou até recriando o campesinato para, através da apropriação econômica dos resultados do trabalho familiar na esfera da circulação, subjugar-lo novamente por meio de projetos integrados.

[...] para que la agricultura ingrese en el sistema capitalista general no es necesaria la creación de unidades de producción muy grandes, organizadas al modo capitalista sobre la base de la fuerza de trabajo asalariada. La agricultura, repitiendo las etapas del desarrollo del capitalismo industrial, sale de una existencia seminatural y se somete al capitalismo comercial que, a veces, bajo la forma de empresas comerciales en gran escala, conduce masas dispersas de unidades económicas campesinas hacia su esfera de influencia y vincula con el mercado a estos productores de mercancías en pequeña escala para subordinarlos económicamente a su influencia. (CHAYANOV, 1974, p. 306).

Com sua participação no mercado, as unidades camponesas eram impactadas negativamente, pois os camponeses reorganizavam sua lógica interna de estruturação e divisão das funções e da carga de trabalho dos membros da família. Porém, Chayanov (1974, p. 306) afirmou que

[...] se ha estudiado muy poco el sistema de feria rural local, en la que el campesinato vende su cosecha y compra lo que necesita, y a cuyo alrededor cristalizan todas las relaciones económicas del campo.

Neste sentido, a produção para o mercado e através dele a busca pela satisfação da unidade familiar, nada igualava a unidade camponesa à unidade capitalista de produção, sobretudo, porque inexistia no seio do campesinato a

exploração do trabalho assalariado, e, tampouco, a busca pelo lucro do capital empregado nos negócios. Apesar de produzir principalmente para o auto-consumo, o camponês podia levar seus produtos ao mercado e ali satisfazer as necessidades daqueles produtos que se absteve ou não pode produzir.

Em relação à questão da **proletarização parcial do camponês**, Chayanov entendeu este processo como parte da estratégia de resistência do campesinato à proletarização total mediante a perda da terra, pois o assalariamento serviria tanto para ocupar a mão-de-obra no período de tempo em que esta se encontrava ociosa, quanto para prover de recursos externos a unidade familiar de produção em momentos de colheitas ruins ou outra condição adversa, estratégia que garantia a capitalização da família com recursos extras (renda que raramente seria obtida nas atividades normais desenvolvidas pela família em seu estabelecimento rural).

Chayanov (1974), com uma posição de contrapor-se ao projeto político de concentração vertical das unidades camponesas em grandes explorações vinculadas à agroindústria como forma superior de cooperação agrícola a ser atingida no socialismo com a constituição de grandes estabelecimentos de trabalho cooperativado, evidenciava que estes eram idealismos elaborados por teóricos de gabinete que não sabiam analisar a realidade e entender que a **cooperação agrícola** nasceu no seio das comunidades camponesas.

Este modo de concebir la cooperación agrícola quizá sea el único método para incorporar nuestra agricultura al sistema de capitalismo de estado, que es nuestra principal tarea en este momento. Nuestra cooperación agrícola se originó mucho antes de la Revolución. La cooperación existía y existe en muchos países capitalistas. Por lo tanto entre nosotros antes de la Revolución como en todos los países capitalistas, no fue más que la adaptación de los pequeños productores de mercancías a las condiciones de la sociedad capitalista, no fue mas que una arma en la lucha por la sobrevivencia. (CHAYANOV, 1974, p. 317).

Chayanov (1974) propôs que a cooperação agrícola deveria ocorrer visando o abastecimento do mercado urbano industrial, mas, de forma alguma, poderia ser erigida na base da grande unidade fundiária. Para tanto, a união de vários pequenos produtores, o apoio efetivo do Estado através de investimentos de capital (créditos cooperativos) e de infra-estrutura (energia elétrica, acesso a tecnologias de produção, irrigação, drenagem, presença da estrutura política do Estado, estradas, etc) seriam saídas para se gerar a socialização entre as unidades camponesas e,

possivelmente, gerariam o desenvolvimento do campesinato e ampliariam sua capacidade de contribuir para a sociedade.

1.2 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Em meados do século XX, como consequência do atendimento aos ritmos e ditames de desenvolvimento do capitalismo industrial, um conjunto de ferramentas, inovações tecnológicas e lógicas organizacionais foram desenvolvidas e aplicadas no espaço agrário, provocando a integração da agricultura ao processo geral de industrialização.

Este desenvolvimento técnico-científico potencializou, por um lado, a capacidade de geração de riquezas no espaço agrário, sobretudo pelo aumento da produtividade e da produção de mercadorias agrícolas, mas, por outro, ampliou as “artimanhas” e as estratégias de drenagem da renda da terra realizadas pelos agentes do capital, já que parte considerável dos recursos econômicos dos produtores rurais passou a ser drenada e distribuída entre suas várias frações, quais sejam: o capital fundiário, o capital comercial, o capital financeiro, o capital agroindustrial, estruturados em diversas escalas de atuação e domínio (local/regional, nacional e internacional).

O novo padrão técnico e organizacional que passou a caracterizar a industrialização da agricultura resultou das articulações entre diferenciados agentes estruturadores do espaço geográfico.

Nesta conjuntura, deve-se destacar que os principais agentes que atuam na agricultura são o Estado (é o gestor das políticas públicas de crédito, reforma agrária, assistência técnica, estoques reguladores, preços mínimos, segurança alimentar, além de deter o poder político e exercer a gestão territorial na sociedade), os agentes privados (sobretudo ligados ao capital fundiário, agrocomercial, agroindustrial e bancário, que se organizam da escala local, passando pela nacional e internacional, produzindo no campo, comprando a produção, ofertando créditos, vendendo insumos e máquinas, etc), os produtores rurais (em suas diversas classes e representações de classe: camponeses, latifundiários, posseiros, etc), os trabalhadores rurais (em suas diversas categorias e representações, sobretudo, sindicatos), e a sociedade civil organizada (os movimentos sociais, as ONGs - Organizações Não Governamentais, as entidades filantrópicas, etc), cada qual com papéis e importância variável, principalmente quando se leva em consideração as características políticas e econômicas das sociedades onde vivem/atuam.

A industrialização da agricultura é um processo ligado à dinâmica econômica mundial, no qual a agricultura se inseriu com uma função cada vez mais marginal e dependente, e se configurou, segundo Brum (1988), pelas intensas modificações na base técnica da produção, com introdução crescente de elementos técnico-científicos (máquinas, implementos, equipamentos, insumos diversos), pelas mudanças nas relações sociais de produção (uma agricultura que visa o mercado e o lucro, portanto, a acumulação de capital), a especialização produtiva (passagem dos policultivos para a monocultura), que potencializaram o fenômeno da industrialização da agricultura, através da integração ou dependência desta às empresas industriais e comerciais.

Enfim, um conjunto de ações e inovações que tornaram e dotaram a agricultura de funções cada vez mais marginais e dependentes no sistema econômico, principalmente, em relação às empresas industriais, comerciais, ao sistema bancário e às políticas públicas.

Para Elias (2003, p. 59), a industrialização da agricultura é uma das faces do período técnico científico e informacional que incorpora sociedades e territórios à sua lógica. Tais transformações impactaram as atividades agropecuárias pela revolução tecnológica, já que a agricultura incorporou os principais signos e transformações pelos quais passaram os demais setores econômico-produtivos.

Ademais, a emergência de novas formas de produção, a distribuição e o consumo determinaram a reestruturação da agricultura, que se organizou sob um novo modelo de desenvolvimento técnico, econômico e social baseado

[...] na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação para aumentar a produção e a produtividade agropecuária, culminando com memoráveis transformações econômicas e, conseqüentemente, sócioespaciais. Hoje, também a agricultura se realiza de forma globalizada, se não na sua produção propriamente, mas na sua circulação, distribuição ou consumo, mostrando-se uma atividade das atividades mais contagiadas pela evolução tecnológica. (ELIAS, 2003, p. 59)

O processo de produção agrícola se diversificou com o desenvolvimento das forças produtivas e os novos aparatos tecnológicos disponibilizados para a prática da agricultura, além do conjunto de conhecimentos proporcionados pelo desenvolvimento da genética (produção de sementes melhoradas), da química e da bioquímica (produção de adubos, fertilizantes e agroquímicos), da técnica

agropecuária (pedologia, zootecnia, medicina veterinária e agronomia), da mecânica (motorização e mecanização agrícola), da biotecnologia (difusão das lavouras de organismos geneticamente modificados e a clonagem de plantas e animais) que, incorporados à agricultura, permitiram a difusão de artificialidades “criadoras” de ambientes favoráveis para a produção agrícola, como a drenagem de áreas alagadas, a irrigação de áreas desérticas, a plasticultura, a hidroponia (o cultivo de plantas na água, portanto, sem a necessidade de solo), com o conseqüente aumento da produção e produtividade.

Segundo Brum (1988), historicamente o processo de industrialização da agricultura teve início no ano de 1943, quando o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) firmou convênios com a Fundação Rockefeller e com a Fundação Ford, que assumiram a tarefa de estruturar e desenvolver o programa denominado "Revolução Verde", com o firme propósito de transformar a agricultura estadunidense.

Coordenado pelo agrônomo Norman Borlaug, a transformação na agricultura ocorreu mediante a introdução maciça de um pacote tecnológico, científico e organizacional que priorizou a aplicação de uma série de mudanças na base técnica da produção (sementes híbridas, inoculantes biológicos, irrigação, adubos químicos, agrotóxicos, máquinas e implementos agrícolas, técnicas e tratos culturais modernos, orientação agrônômica), que visou o aumento exponencial da produtividade agropecuária.

Basicamente, o programa “Revolução Verde” buscou superar as “tradicionais” limitações ambientais de clima e de fertilidade do solo, existentes na agricultura estadunidense, mediante a aplicação deliberada dos recursos e dos métodos baseados na racionalidade técnico-científica. Porém, os resultados das pesquisas e os próprios avanços científicos mostraram-se tão positivos, que houve a necessidade de se modernizar outros segmentos ligados à agricultura.

Brum (1988) informou ainda que o processo de industrialização se estendeu a outros setores, entre eles, o comércio, a indústria, os serviços e o próprio Estado, que passaram a fornecer novos e melhores equipamentos para as atividades agropecuárias (cultivo, plantio, colheita), insumos (pesticidas, sementes melhoradas, fertilizantes), negócios e os serviços especializados (cooperação e comercialização de safra).

Brum (1988) também citou a organização de cadeias mais complexas de compra, armazenagem e beneficiamento da produção, além da expansão das políticas públicas que garantiram a emergência da pesquisa agropecuária pública, a criação e a oferta de linhas de crédito para fomento da produção agropecuária, a organização do segmento da comercialização da produção, enfim, que lastrearam o processo de industrialização da agricultura, tecnificação dos agricultores, assistência técnica rural, cooperativismo e modernização.

Cessados os conflitos da Segunda Guerra Mundial, em 1945, importantes fatos da política internacional aconteceram. Despontaram no cenário mundial as duas grandes potências econômicas, políticas e militares: do lado capitalista, os EUA, e, do lado socialista, a União Soviética (URSS). Segundo Hobsbawm (1995), a partir de então, cada uma por si e a seu modo atuaram no sentido de garantir e ampliar suas áreas de influência geopolítica no mundo.

Ao se tornar a principal nação capitalista da nova ordem internacional, aos EUA, interessou criar mecanismos para adequar o funcionamento do mercado mundial às suas pretensões geopolíticas, daí a importância em articular ativamente os grandes acordos multilaterais de abertura de mercados, a (re) organização do comércio mundial, a criação das instituições internacionais para investimento em desenvolvimento, enfim, um conjunto de estratégias para casar as necessidades de desenvolvimento do País com os seus interesses geopolíticos na Europa, na Ásia, na África, na Oceania e, também, na América Latina.

Segundo Brum (1988), na década de 1950, essa estratégia de ação foi amplamente utilizada para “casar” o desenvolvimento da agricultura de vários países ao padrão e aos interesses estadunidenses. Acordos internacionais e programas de fomento e desenvolvimento da agricultura, entre eles a “Aliança para o Progresso” e “Alimentos para a Paz”, todos resguardados por milhões de dólares em investimentos, facilitaram a reestruturação da agricultura nos países alinhados, tanto pela transferência do pacote tecnológico, quanto pela difusão do modelo organizativo existente nos EUA.

Porém, esses programas traziam em seu bojo um conjunto de normas que garantiam a ampla e irrestrita proteção aos negócios das empresas estadunidenses, que se territorializaram em mercados liberalizados e cativos aos seus interesses. Segundo Martine e Garcia (1987), países como México, Alemanha, França, Filipinas e Brasil foram os primeiros a fazer acordos e desenvolver suas agriculturas, em

conformidade com as dinâmicas e as prerrogativas da política externa e do *know-how* da “Revolução Verde” estadunidense.

Há que se destacar que o projeto de desenvolvimento agrícola proposto pelos EUA não se pautava somente na difusão do modelo tecnológico, pois priorizava a expansão das multinacionais estadunidenses para esses países. Desta forma, os acordos internacionais firmados entre o Governo estadunidense e os demais países funcionavam como o “lastro” estrutural fundamental para facilitar o processo de “migração” do modelo agrícola e das empresas estadunidenses para outros países do mundo.

A partir da década de 1960, este quadro foi profundamente alterado mediante a ação de novos agentes, entre eles os governos e as multinacionais europeias e japonesas, como também, os organismos internacionais, sobretudo o Banco Mundial e a FAO (Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação).

Paulatinamente, a expansão da “Revolução Verde” pelo mundo se transformou numa estratégia geopolítica das nações centrais e das grandes corporações – as futuras protagonistas do processo - que passaram a atuar no cenário internacional através de investimentos, projetos, programas e linhas de financiamento visando o desenvolvimento agropecuário, mas sempre preservando o atendimento aos seus interesses políticos, econômicos e territoriais.

Multiplicaram-se as possibilidades de investimentos, tanto nos países centrais como nos subdesenvolvidos. As corporações transnacionais aproveitaram a oportunidade. A substituição da agricultura tradicional por uma agricultura modernizada representava a abertura de importantes canais para a expansão dos negócios das grandes corporações econômicas, tanto no fornecimento de máquinas e insumos modernos como na comercialização mundial e nas indústrias de transformação dos produtos agropecuários, sem esquecer os financiamentos aos países que aderissem ao processo de modernização. (BRUM, 1988, p. 45).

Uma estratégia geopolítica antiga, porém central para o desenvolvimento da “Revolução Verde”, foi o domínio sobre a agro-diversidade genética mundial e a produção de novos cultivares, o que rompeu com a lógica tradicional que perdurava até aquele momento (décadas de 1950-1960), na qual a maioria das plantas cultivadas e animais criados dependiam da ação direta dos agricultores, que até então eram os protagonistas de uma lógica tradicional de preservação, adaptação e reprodução da diversidade genética que, até aquele momento, era utilizada na

agropecuária.

Para aprofundar o estudo, o conhecimento sobre as plantas e conservar o material genético pesquisado, foram criados uma série de mecanismos e instituições, entre eles os bancos de germoplasma em centros internacionais de pesquisa, os acordos de cooperação e financiamento, além da organização de uma legislação internacional sobre a propriedade privada dos recursos genéticos “novos”, que seriam obtidos pelo cruzamento das espécies e variedades originárias.

Conforme Hobbelink (1990), coube aos EUA o protagonismo de investir pesado na implantação de Centros Internacionais de Pesquisa Agropecuária (IARCs – *Internacional Agricultural Research Centres*), para acelerar o conhecimento e o controle sobre as variedades de sementes tradicionais e facilitar o acesso das companhias a esses materiais genéticos tão necessários ao desenvolvimento de sementes de lavouras comerciais.

Essa iniciativa resultou na implantação do Centro Internacional de Melhoramento do Trigo e Milho (CIMMYT) no México, na criação do Instituto Internacional de Pesquisa do Arroz (IRRI) nas Filipinas, a abertura do Instituto Internacional de Agricultura Tropical (IITA) na Nigéria, instalação do Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT) na Colômbia, criação do Centro Internacional da Batata (CIP) no Peru, além da instalação do Instituto Internacional de Cultivos para as Zonas Tropicais Semi-Áridas (ICRISAT) na Índia.

Segundo Morales Santos, López Herrera e Ramírez Dias (2006, p. 105), vislumbrando a possibilidade de criação do mercado mundial de sementes, foi firmado em 1961, em Paris (França), o Convênio da UPOV – União Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais, entidade que debateu e criou “[...] *el primer instrumento jurídico de carácter internacional que vinculó a varios países del mundo en materia de protección del derecho de los obtentores de variedades vegetales*”.

De caráter inter-governamental, sete países europeus assinaram a Carta de Princípios que passou a vigorar em 1968. Posteriormente, a carta foi revisada em Genebra (Suíça) nos anos de 1972 e 1978, contando com a adesão da África do Sul, Suécia e Suíça, sendo que o último tornou-se o país-sede da Organização.

La misión de la UPOV es proporcionar y fomentar un sistema eficaz para la protección de las variedades vegetales, con miras para la protección de las variedades vegetales, con miras al desarrollo de nuevas variedades vegetales para beneficio de la sociedad. (...). El objetivo del Convenio de la UPOV es asegurar que los miembros de la Unión reconozcan los logros de los obtentores de nuevas variedades vegetales, concediéndoles un derecho de propiedad intelectual a partir de un conjunto de principios claramente definidos. (UPOV, 2007).

Na verdade, esta entidade multilateral foi criada com a preocupação central de reforçar o caráter e a expressão legal de uma relação econômica internacional nova, com novos protagonistas, que vislumbravam novas oportunidades, mas com interesses antigos: o domínio econômico dos países e empresas das nações capitalistas desenvolvidas sobre os recursos genéticos existentes nos países periféricos.

Segundo Hobbelink (1990), a criação da UPOV ampliou a capacidade não só de pesquisar as variedades agro-genéticas conhecida no mundo, sobretudo aquelas produzidas e reproduzidas pelos métodos convencionais dos camponeses. Porém, o maior trunfo desta entidade era outro: criar as normas internacionais para regular o uso industrial futuro das informações genéticas contidas nas plantas melhoradas, fomentando a criação de uma base jurídica para a obtenção de direitos sobre as variedades vegetais obtidas por métodos científicos.

Assim, cada planta criada pelas técnicas de cruzamento genético poderia ser patenteada como propriedade industrial e, desta forma, garantir à empresa criadora o recebimento de royalties das empresas e dos produtores rurais utilizassem de sua tecnologia.

Nesse sentido, o controle econômico proposto pela UPOV ocorreria sobre os sujeitos que adquirissem as tecnologias, portanto, empresas e todos os produtores rurais que comprassem as sementes comerciais.

A coleta de material genético, os trabalhos de cruzamentos, os testes de laboratório e campo e os testes de produtividade formavam a base técnica dos estudos e pesquisas conduzidos pelos técnicos das empresas do setor de sementes, tal ação lhes permitia a geração das sementes híbridas “geneticamente superiores”, que resultavam em maior produtividade (grãos por hectare) do que as variedades tradicionais estudadas.

Porém, há que se destacar que esta situação de superioridade só ocorria quando as sementes híbridas eram cultivadas sob as condições agronômicas do pacote tecnológico modernizado (preparo de solo, calagem, adubação química, tratamentos culturais), pois quando estes investimentos não estavam presentes, as sementes tradicionais apresentavam produtividades superiores que as obtidas com as sementes comerciais.

Ainda na década de 1970, vários países, sobretudo os menos desenvolvidos e entre estes o Brasil, a Argentina e o México aproveitaram seu alinhamento ao esforço internacional da prospecção de germoplasma agrícola e, mediante o acesso aos recursos provenientes de fontes de financiamento externo, estruturaram centros nacionais de pesquisas científicas em agropecuária, entre eles, destaca-se a Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que estruturou e possui centros de excelência voltados à pesquisa de determinadas culturas (soja, milho, arroz, cacau, frutas), animais (aves, suínos e bovinos) e biomas (Cerrado, Amazônia e semi-árido – Caatinga), conforme salientaram Caporal e Costabeber (2002).

Castro e Silveira (1985, p. 104) chamaram a atenção para o fato de que se no início do processo o Estado assumiu a importante função de se envolver e processar a pesquisa tecnológica pública no desenvolvimento de inovações biológicas em agricultura, disseminando estes conhecimentos, o final da década de 1970 foi marcado pela emergência das empresas privadas nacionais e transnacionais, fortemente neste segmento da pesquisa agrícola, o que potencializou, ainda mais, o processo de difusão destas inovações.

Mediante a fundação do mercado nacional e internacional de sementes, rapidamente a estratégia das empresas privadas priorizou a apropriação e o controle privado sobre os recursos genéticos já descobertos e por descobrir, que seriam patenteados e vendidos largamente aos produtores, garantindo assim o monopólio deste mercado.

Ademais, a difusão das sementes “melhoradas” junto aos produtores rurais implicou em profundas mudanças em uma série de lógicas econômicas e culturais, até então presentes no meio rural, entre elas o desmantelamento das práticas sociais da troca, do plantio e do replantio de sementes próprias, ou seja, aquelas práticas típicas desenvolvidas pelos camponeses em suas lavouras e comunidades, que eram as práticas usuais em todo o mundo.

O abandono das sementes tradicionais ou crioulas produzidas pelos próprios agricultores e a compra das sementes híbridas impactaram no sumiço e na destruição de um patrimônio genético representativo. Isto favoreceu muito o aumento da dependência dos agricultores aos recursos do “pacote tecnológico” da “nova agricultura” dominado por poucas empresas.

Para Pinheiro (2005), se por um lado os compostos desse “pacote tecnológico” garantiam aumento da produção, já que adubos químicos causavam alterações físicas importantes, como melhorando a produtividade das plantas, por outro, produzia também uma série de alterações químicas (vitaminas, sais minerais, hormônios) que fragilizam as plantas, a tal ponto, que elas ficam vulneráveis ao ataque de pragas e doenças e, assim, propicia o uso de mais fertilizantes, além de fungicidas, inseticidas, acaricidas e até hormônios para garantir a colheita daquilo que se cultivou.

Os insumos contra pragas, doenças e ervas daninhas ficaram em um pedestal, pois corrigiam o efeito colateral dos fertilizantes, criando um grande, lucrativo e estratégico segmento industrial militar, verticalizando os investimentos das empresas multinacionais agroquímicas. (PINHEIRO, 2005, p. 94).

Além disso, a impossibilidade do cultivo contínuo era uma característica genética peculiar à maioria dos híbridos, favorecendo os interesses das empresas de semente e demais segmentos da agricultura técnico-científica, pois forçava os agricultores a comprarem a cada nova safra as sementes híbridas que iriam cultivar e, para atingir o potencial produtivo destas, adquirir conjuntamente todo (ou parte) do pacote tecnológico necessário para tornar as plantas produtivas.

Assim, o desenvolvimento das sementes comerciais híbridas compareceu como uma das principais estratégias mercantis da agricultura modernizada, pois **casava a venda de sementes com a venda de insumos**.

Para Teixeira e Lages (1996), a “Revolução Verde” se concretizou como conceito moderno de agricultura e espalhou-se pelo mundo mediante a ação das multinacionais, que reproduziram o modelo nos países onde atuavam, calcadas e respaldadas em suas ações, pelo discurso da necessidade de aumento da oferta mundial de alimentos, que preconizava ideologicamente o produtivismo da agricultura modernizada, fruto da difusão das inovações tecnológicas na agricultura, inovações essas resultantes dos avanços no campo técnico-científico, cujo

desenvolvimento e implementação eram considerados essenciais para garantir a resolução da fome e da segurança alimentar em vários países.

O ideal produtivista presente na agricultura da “Revolução Verde” fundamentou-se na expectativa de ampliar a capacidade produtiva da agricultura, desestruturando o baixo nível técnico, econômico e social da agricultura tradicional camponesa. Conseqüentemente, para atingir tal objetivo, o processo de modernização da agricultura só se efetivou mediante a ação dos agentes hegemônicos da produção do espaço, notadamente o capital e o Estado.

Movido pelas políticas públicas de apoio ao novo sistema técnico-produtivo, ao “embarcar” no novo paradigma de agricultura, e com o abandono das práticas da agricultura tradicional, lentamente, o saber popular perdeu espaço para o conhecimento científico na produção das sementes e insumos e se fundamentou na dependência da agricultura em relação às empresas de sementes, adubos e pesticidas agrícolas.

1.3 A AÇÃO DO ESTADO E O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS

Desde a emergência da agricultura capitalista moderna, em meados do século XIX, as intervenções públicas de Estado têm sido salutares para potencializar o desenvolvimento da agricultura.

Aprimorando esta prática ao longo do tempo histórico, os Estados Nacionais desenvolveram uma série de políticas públicas, entre as quais as voltadas para a intervenção direta e indireta na economia agrícola (definição dos preços compra da produção, regulação de estoques públicos, controle sobre a importação e exportação, financiamentos, subsídios, preservação e transferência de renda), na estrutura rural (reforma agrária, no sentido da desconcentração e da concentração da terra, tanto pelo fim das grandes quanto das minúsculas propriedades), na modernização agropecuária (financiamento público para a expansão dos elementos técnico-científicos e informacionais no espaço agrário, pesquisa agropecuária), enfim, um conjunto de ações de regulação e ordenamento da agricultura que visam seu desenvolvimento.

Para Brown (1969), estruturalmente a agricultura do paradigma da “Revolução Verde” dependeu (e muito) das políticas de Estado e das ações do capital para difundir a motomecanização na agricultura, com máquinas e equipamentos mais dinâmicos para as tarefas do plantio, cultivo, colheita e processamento da produção.

Brown (1969) destacou também os avanços genéticos que resultaram na produção de sementes híbridas e animais melhorados; o uso de produtos da química e da bioquímica e o desenvolvimento de insumos agrícolas modernos (adubos e fertilizantes, agrotóxicos, indutores de crescimento, etc); o desenvolvimento de novas formas de processamento agroindustrial da produção agrícola; a emergência da indústria alimentícia e sua atuação no mercado de consumo de massas mediante oferta de alimentos processados industrialmente (leite em pó, doces, massas, farinhas, enlatados diversos, congelados, etc), entre outros aspectos, compondo um rol de novidades técnico-científicas que foram incorporados tanto nas atividades agropecuárias em si (plantio, tratos culturais, colheita, criação de animais), quanto nas atividades industriais e comerciais estruturadas antes e depois da porteira das fazendas.

Temporalmente, deve-se considerar que a maior intervenção do Poder Público na agricultura surgiu em decorrência da Crise de 1929, quando novos papéis políticos e econômicos foram atribuídos ao Estado nas principais economias capitalistas como articulação necessária para potencializar a recuperação econômica da crise do capitalismo monopolista vivenciado naquele momento histórico, que delegou e requereu do fundo público e do poder político recursos financeiros e ações para reativar o processo de acumulação de capital e a própria reprodução da classe trabalhadora.

É precisamente neste âmbito que cabe compreender o fortalecimento das balizas da intervenção pública em favor da promoção de níveis adequados de produção, emprego, educação e renda à população, efetivados através da criação de sistemas formais de segurança social (legislação trabalhista, legislação previdenciária, legislação agrária, etc) e mecanismos políticos (programas, projetos, investimentos, ações políticas públicas setoriais), cuja presença e força renovadora e potencializadora do desenvolvimento também se estendeu ao campo com repercussão positiva no desenvolvimento da agricultura.

Para Carísio (2006), no caso específico da Europa e Ásia, as experiências históricas das crises agrícolas e a experiência avassaladora das grandes guerras serviram de “mote” para a construção de um conceito chave que orientou a reorganização das agriculturas dos países desenvolvidos dessas regiões: o de segurança alimentar. Ainda, segundo a autora, países como Alemanha, França e Japão conseguiram avançar de uma situação cíclica de crise e progresso econômico da agricultura para uma situação de estabilidade e de desenvolvimento econômico.

Apesar do intenso debate teórico firmado no fim do século XIX e início do século XX acerca da exclusão ou não do campesinato mediante o desenvolvimento capitalista, entre os anos 1930 e 1980, a reestruturação da agricultura foi construída nas principais economias capitalistas sob a ótica do reconhecimento e da importância social da agricultura camponesa para o desenvolvimento rural. Porém, o desenvolvimento econômico e a própria sobrevivência do campesinato foi construída sob o controle do capital.

No caso estadunidense, a construção da ação pública no campo teve sua origem na reconstrução econômica articulada após a crise de 1929, quando se instituiu o “*New Deal*”, um conjunto de ações políticas de natureza keynesiana que atribuiu ao Estado o papel de interventor e de regulador da economia, através de

investimentos em recursos e planejamento como mecanismos para gerar o desenvolvimento econômico e social.

Em 1933, decretou-se o “*Agricultural Adjustment Act*” (AAA, ou Lei Agrícola), lei que passou a regulamentar a intervenção pública na agricultura estadunidense. Desde então, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) assumiu a tarefa de planejar e coordenar o conjunto das intervenções financeiras e políticas na agropecuária do país, com os propósitos de preservar o sistema tradicional da “*family farming*” (pequena propriedade familiar), proteger a renda dos agricultores contra as situações econômicas adversas, estabilizar o mercado interno mediante a manutenção de oferta adequada e balanceada de produtos agrícolas (alimentos, rações e fibras), potencializar a venda de excedentes via exportações, promover a segurança alimentar e estimular a conservação das terras produtivas, como ressaltaram Carvalho e Silva (1995).

Para concretizar tal projeto, foram definidas diferentes modalidades de intervenção, destacando-se: a proibição da importação ou imposição de taxar sobre determinados produtos agrícolas para proteger o produtor nacional da concorrência; suporte de preços mínimos, com dotação de recursos para cobrir as eventuais perdas econômicas dos produtores e garantir sua presença e atuação na atividade agropecuária; estoques reguladores do governo, com opção de compra com pagamento de valor acima dos praticados no mercado, configurando transferência de renda direta aos produtores; financiamentos de longo prazo para mecanização e modernização da agricultura, isto potencializou o aumento da produtividade e uma maior integração entre agricultura e indústria; financiamentos de curto prazo para custeio das lavouras; adiantamento de recursos mediante estimativa de produção, no qual o agricultor recebe um valor relativo ao que pode potencialmente colher, antes mesmo de plantar, com garantia de rentabilidade por parte do Estado se o valor à época da colheita não cobrir os custos de produção.

No caso da Europa, a ação política no campo ocorreu de maneira mais efetiva a partir de 1957, período em que foi assinado o Tratado de Roma, acordo que criou a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Segundo Carísio (2006), embora a questão agrícola fosse apenas um entre os vários temas em pauta, foi impossível distinguir uma linha divisória entre produtos agrícolas e comerciais, sobretudo pelos arranjos e as integrações existentes entre a agricultura e os demais setores da economia.

Reconhecendo que a agricultura desempenhava preponderante papel econômico e social na realidade dos países-membros, a saída encontrada foi criar uma estratégia econômica global, que potencializaria não só a economia agrícola, mas que também produzisse impactos nos demais setores da economia e repercutisse positivamente no desenvolvimento econômico e social da Comunidade como um todo.

Marques (1993) afirmou que a convergência de ideias em torno do tema agricultura resultou na formulação da Política Agrícola Comum (PAC), que passou a estipular mecanismos públicos para concretizar uma reestruturação da agricultura existente no bloco econômico.

Políticas como a eliminação das taxas aduaneiras existentes entre os parceiros comunitários; o condicionamento e equalização dos preços agrícolas mundiais à realidade de preços e custos dos produtores da Comunidade; a estruturação de uma política externa comum (questão geopolítica); a valorização dos produtos dos países-membros como a principal fonte de abastecimento interno; a dissuasão das indústrias europeias do setor agroalimentário de comprar matérias-primas agrícolas no mercado internacional, evitando a concorrência internacional e a entrada de produtos com preços mais baixos que os preços praticados no mercado interno; a criação de um Fundo Europeu de Recursos para financiar as ações projetadas para desenvolver econômica e socialmente o campo.

Em decorrência, em 1964 foi instituído o FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantias Agrícolas, que entre outros atributos, trataria da gestão da política agrícola e coordenaria a participação em investimentos diretos no Fundo, conforme a capacidade econômica de cada país-membro.

As medidas de financiamento aos produtores rurais foram salutares para equiparar os produtores menos produtivos aos mais prósperos dentro da CEE, bem como ampliar os índices de produtividade e a diversidade de produtos destinados ao abastecimento interno.

As intervenções diretas (compra de produtos, sistema de estoques, cotas de importação e barreiras tarifárias e sanitárias a produtos de fora da CEE, cotas de produção interna, pagamento compensatório) e indiretas (juros e amortizações, financiamentos e subsídios) para sustentar os preços agrícolas e a renda interna mesmo em situações severas de declínio de preços, blindaram o produtor da CEE das flutuações e da concorrência do mercado internacional.

Em suma, os ajustes praticados pelo Estado na economia e na agricultura dos EUA e da CEE, e as conquistas técnicas do padrão produtivista da “Revolução Verde”, permitiram que, respectivamente, estas emergissem como a primeira e a segunda entre as agriculturas mais desenvolvidas do mundo.

Mundialmente, deve-se destacar que além dos EUA e países europeus, sobretudo membros da Comunidade Europeia, se destacaram como países que apresentaram uma preocupação deliberada de ordenamento e desenvolvimento de suas agriculturas como estratégia nacional o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia, o Japão, Taiwan e a Coreia do Sul, conforme destacaram Veiga (1991) e Mazoyer e Roudart (1997).

Segundo Chonchol (1994), desde meados da década de 1960, países latino-americanos, entre os quais México, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Brasil também adotaram mecanismos de intervenção pública no espaço agrário, porém, as medidas priorizaram apoiar principalmente os proprietários de grandes estabelecimentos rurais e os empresários envolvidos em projetos de agroindustrialização, seja recebendo financiamento agrícola para o plantio e compra de máquinas, seja por meio de incentivos fiscais investidos na organização de projetos agroindustriais e até mesmo para a colonização de áreas de fronteira agrícola.

No caso brasileiro, é certo que elementos de modernização da agricultura ocorreram já no final do século XIX, com o fim do regime de escravidão e desenvolvimento de uma mecanização agrícola mais intensa, seja no beneficiamento do café ou no beneficiamento da cana-de-açúcar do nordeste (passagem do sistema de engenho para o de usina).

Porém, foi sob o jugo da Ditadura Militar (1964 – 1985), que ocorreu a fase mais acelerada da modernização da agricultura, com intensas modificações nas relações sociais e de trabalho, e foi também neste período em que o País se tornou signatário de acordos internacionais para industrializar sua agricultura.

Os vários governantes que se sucederam no poder criaram os principais mecanismos de modernização e de exclusão social no campo: o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), legislação responsável por regulamentar as relações de trabalho no meio rural; o Estatuto da Terra, que fundamentou as bases de controle do Estado sobre a questão fundiária, ampliando a política de colonização de áreas de fronteira agrícola no Norte e Centro-Oeste do País, promovidas tanto pelo INCRA

– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, como por empresas particulares, interessadas tão somente em amealhar a renda da terra com a venda de lotes a agricultores migrantes ou mesmo se beneficiar das vultuosas somas de recursos provenientes de fundos públicos para o desenvolvimento de projetos agropecuários, o que “congelou” o desencadeamento da reforma agrária no País.

Também se deve recordar a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR em 1965, que regulamentou o acesso desigual dos produtores rurais aos créditos agrícolas subsidiados e obrigou aos tomadores de empréstimos aplicar parte dos recursos em tecnologias agrícolas, lastreando financeiramente a difusão agricultura industrial.

Ao analisar dados do perfil dos tomadores de créditos ofertados pelo poder público, Oliveira (1998) destacou que os grandes estabelecimentos, sobretudo aqueles com área acima de 1.000 hectares, absorveram acima de 60% de todo o financiamento agrícola do País.

Isso faz com que se estabeleça uma relação financiamento/estabelecimento que expressa a seguinte realidade: a maior parte dos financiamentos agrícolas tem ficado, no Brasil, com os médios e os grandes estabelecimentos agropecuários. Portanto, a realidade nua e crua da agricultura brasileira é que os camponeses não têm sido contemplados com os financiamentos agrícolas do país. (OLIVEIRA, 1998, p. 474).

Tal opção política deixou os pequenos produtores rurais à margem do apoio estatal, o que afetou sobremaneira a capacidade de modernização e de sobrevivência dos produtores rurais familiares.

Além disso, o Estado passou a gerenciar uma política nacional de armazenagem da produção para a formação dos estoques reguladores do Governo, necessários ao desenvolvimento de políticas de preços mínimos, estruturas de silos e armazéns que ficaram sob o controle da CONAB – Companhia Brasileira de Abastecimento.

Deve-se destacar também a transnacionalização da agricultura brasileira, mediante a internalização de grandes conglomerados multinacionais produtores de insumos agrícolas, de equipamentos, implementos e máquinas agrícolas; o apoio estatal para o desenvolvimento das empresas processadoras agroindustriais; o estímulo à produção de grãos, fibras e carnes destinados à exportação; o

fechamento de acordos internacionais de cooperação para o desenvolvimento rural, além do estímulo ao desenvolvimento do segmento dos agro-combustíveis, mediante a criação do PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool.

Devido aos significativos avanços técnicos e econômicos (aumento da produção quanto da produtividade, presença destacada do Brasil como um dos maiores produtores de grãos no mundo, estruturação do complexo agroindustrial) e também aos retrocessos sociais, econômicos e ambientais (exclusão de milhões de estabelecimentos rurais, concentração da terra e da renda, aceleração da migração campo-cidade, exploração do trabalho dos boias-frias, aumento da fome, poluição provocada pelos insumos agrícolas, desmatamento pela expansão das áreas de cultivo, que ocupa novas terras em aráveis de fronteira agrícola), Graziano da Silva (1982) afirmou que se deve entender a modernização da agricultura brasileira como parcial, conservadora e dolorosa.

Parcial porque se limitou a algumas regiões do país, a alguns produtos específicos e a certas fases da organização da produção. Conservadora porque não rompeu com a tradicional concentração fundiária da posse da terra. Dolorosa porque concorreu para espoliar no campo milhares de pessoas ligadas às atividades agropecuárias, acentuando o êxodo rural e a miséria (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 118).

No contexto brasileiro, um dos estados mais impactados pelas mudanças na agricultura foi o Paraná, onde ocorreram mudanças profundas na estrutura fundiária e relações de produção, com a destruição, entre 1970 e 1980, de 109.000 (cento e nove mil) estabelecimentos rurais, sobretudo nos extratos de área com menos de 50 hectares, envolvendo sobretudo os produtores rurais não proprietários, entre os quais arrendatários, ocupantes, parceiros e meeiros, conforme Martine e Garcia (1987, p. 139-140).

A destruição do campesinato criou um movimento migratório expressivo, pois no período “*O Paraná apresentou uma perda de população rural da ordem de 2.516 mil pessoas*” (MARTINE e GARCIA, 1987, p. 150).

Martine e Garcia (1987, p. 141-143), destacaram ainda que houve uma ampliação importante na estrutura do emprego agrícola, pois aumentou o número de assalariados rurais, sobretudo os temporários (boias-frias), em detrimento dos agricultores familiares.

Ao esvaziamento do campo, assistiu-se a criação dos trabalhadores volantes na cidade e um processo de urbanização acelerada de alguns pólos (Curitiba, Maringá, Londrina, Cascavel, Ponta Grossa), além da migração acelerada de pessoas do campo paranaense para outros estados (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Rondônia, Acre) e países (Paraguai e Argentina).

1.4 O DESENVOLVIMENTO DA AGROBIOTECNOLOGIA E A TERRITORIALIZAÇÃO DOS CULTIVOS GENETICAMENTE MODIFICADOS

A Agrobiotecnologia é um padrão de desenvolvimento agrícola desenvolvido no final do século XX e início do século XXI, que se estrutura tecnicamente e se especializa mediante a incorporação e a aplicação deliberada de produtos oriundos da biotecnologia na agricultura.

Desde um ponto de vista de processo e pensando a biotecnologia como uma atividade para o desenvolvimento do agronegócio, Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) afirmaram que

As biotecnologias implicam na substituição de produtos existentes com a criação de produtos novos e envolvem uma variedade de processos industriais, abrangendo os mais diversos setores (produção agrícola, química/farmacêutica, prospecção mineral, informática), estabelecendo um novo patamar para o conjunto da produção industrial. (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, p. 37).

Nas nações capitalistas desenvolvidas, no decorrer dos últimos 40 anos o desenvolvimento de pesquisas em biotecnologia e a difusão de produtos a ela relacionados foram feitos mediante a atuação deliberada do Estado através de ações políticas (setorização e gestão), econômicas (financiamento, incentivos fiscais), criação de infra-estruturas e instituições públicas (laboratórios, universidades, centros de pesquisa, escolas superiores), aprimoramento de corpo técnico (pesquisadores, estudantes), definição de normas e regras (legislação, regulamentação, direito autoral e patentes), enfim, mediante a efetiva criação e solidificação de bases mínimas para o avanço das

[...] atividades ligadas à geração e difusão da ciência e da tecnologia, haja visto o alto custo, o elevado risco e o longo prazo de maturação necessários à geração e à introdução dos avanços da ciência e da técnica (ANCIÃES e CASSIOLATO, 1985, p. 81).

Hobbelink (1990), ao analisar essa conjuntura, destacou que a biotecnologia fundamentou a formação da bioindústria moderna na década de 1960, que se estruturou aproveitando o “*know how*” e os produtos provenientes das pesquisas realizadas em laboratórios de instituições de pesquisas públicas (institutos de pesquisa e universidades), sobretudo dos EUA, Europa e Japão.

Porém, nos fins dos anos 1960, começou a se desenhar a exploração comercial e privada da biotecnologia produzida pelo aparato público. Através de acordos de transferência de tecnologia e parcerias público-privadas, várias empresas tiveram acesso às novas tecnologias. Com interesse neste mercado, passaram a investir pesado na construção de centros de pesquisa e na contratação dos principais pesquisadores das instituições públicas, “saltando na frente” no processo de organização e consolidação mundial deste setor (DEMBO, DIAS E MOREHOUSE, 1985).

Na década de 1980, verificou-se uma sensível mudança no segmento de P & D em biotecnologia, igualando-se e até suplantando os gastos públicos, cada vez mais, as empresas privadas que operam no segmento têm se destacado nos investimentos de recursos em pesquisa e no desenvolvimento da biologia molecular, da bioquímica e da genética, o que visa o aprimoramento ou a descoberta de novas “mercadorias biológicas”, estratégia que se ampliou com a deliberada estratégia de associação (*joint ventures*) e incorporação (compra, cartelização) de empresas que desenvolvem pesquisas na área.

Esta movimentação do capital repercutiu na formação de megaconglomerados no segmento da bioindústria, ampliou a capacidade de pesquisa e inovação, bem como de oferta de produtos biotecnológicos, que são comprados e vendidos em um mercado regulado pelas patentes e direitos comerciais (*royalties*).

Enfim, as articulações do capital resultam no processo de privatização da biotecnologia, até então assentada nas ações do poder público.

Por privatização referimo-nos a uma variedade de processos que resultam em um recurso, um produto ou uma tecnologia sendo afastados do domínio público (i.e., de uma situação onde seriam acessíveis, em princípio, a qualquer um, em qualquer local com a capacidade de usufruí-los) e no seu controle – e que freqüentemente na propriedade – particular, sejam eles individuais ou empresariais. A privatização *ipso facto* restringe o acesso. O que anteriormente era acessível livremente torna-se, como resultado da privatização, totalmente inacessível ou acessível sob condições restritas que são freqüentemente sujeitas a pagamento e, usualmente mais caras. (DEMBO, DIAS e MOREHOUSE, 1985, p. 21).

Segundo Capra (2005), uma das técnicas mais importantes para o desenvolvimento da biotecnologia é a engenharia genética, que contempla um conjunto de técnicas, como o isolamento, a modificação, a multiplicação e, sobretudo

a recombinação gênica, que permite aos cientistas modular a estrutura genética de organismos vivos, inserindo em laboratório genes específicos de outros organismos (ex: um gene que é responsável pela produção de uma toxina) na estrutura genética do organismo principal. Desta forma, pode-se criar em laboratório “organismos mutantes”, com características totalmente diferentes dos organismos utilizados inicialmente nestas pesquisas.

Entre as soluções, as inovações e os pacotes biotecnológicos destinados à agricultura e agroindústria, destacam-se as sementes transgênicas, a clonagem de animais e plantas, as bactérias, bacilos, fermentos e microorganismos utilizados na produção de cervejas, vinhos, álcool, iogurtes, entre outras “mercadorias biológicas” que são as grandes vedetes da bioindústria para o desenvolvimento rural e agroindustrial.

No caso específico das sementes transgênicas, Ribeiro (2002) destacou que sua criação ocorreu em 1982, quando a empresa Monsanto lançou a soja transgênica comercialmente denominada de “*Roundup Ready*”, uma planta mutante que recebeu em código genético um gene de uma bactéria que a tornou resistente ao herbicida glifosato, componente químico do “*Roundup*”, um herbicida agrícola produzido pela própria Monsanto, cuja fórmula patenteada gera milhões de dólares em “*royalties*” quando é produzida e vendida em formulações de herbicidas da própria Monsanto ou produzidos por outras empresas.

Acompanhando a estratégia técnica e econômica da Monsanto, as principais empresas do setor de sementes agrícolas também têm se preocupado em lançar sementes OGM, seja desenvolvendo suas próprias plantas transgênicas (soja, milho, canola, alfafa, algodão, eucalipto, colza) e pesticidas específicos (herbicidas, sobretudo), seja adquirindo tecnologias disponíveis para fazê-lo, ou pagando “*royalties*” às empresas fornecedoras.

Para James (2006), esta movimentação empresarial em favor dos transgênicos e pesticidas têm vínculo direto com a formação de um mercado amplamente valorizado, oligopolizado e em disputa.

Em 2006, o valor do mercado global de lavouras biotecnológicas, avaliado pela Croprosis, foi de US\$ 6,15 bilhões, representando 16% dos US\$ 38,5 bilhões do mercado global de proteção às lavouras em 2006 e 21% dos aproximados US\$ 30 bilhões no mercado global de sementes comerciais em 2006. O mercado de US\$ 6,15 bilhões de lavouras biotecnológicas está distribuído da seguinte forma: US\$ 2,68 bilhões para a soja biotecnológica (44% do mercado global de lavouras biotecnológicas), US\$ 2,39 bilhões para o milho biotecnológico (39%), US\$ 0,87 bilhões para o algodão biotecnológico (14%), e US\$ 0,21 bilhões para a canola biotecnológica (3%). O valor do mercado global de lavouras biotecnológicas está fundamentado no preço de venda da semente biotecnológica e nos custos com tecnologia. O valor global acumulado para o período de onze anos, desde que as lavouras biotecnológicas foram inicialmente comercializadas em 1996, está avaliado em US\$ 35,5 bilhões. O valor global do mercado de lavouras biotecnológicas para 2007 está previsto para acima de US\$ 6,8 bilhões. (JAMES, 2006, p. 08).

Segundo informações coletadas na carteira de produtos ofertados por empresas que vendem OGMs agrícolas, entre as quais a Monsanto, a Syngenta e a Novartis, as sementes transgênicas são um avanço para o desenvolvimento da agricultura, e o melhoramento das plantas através da engenharia genética visa adicionar características que não são obtíveis por técnicas naturais de cruzamento, entre elas: a) a resistência aos insetos pelo efeito inseticida, ou seja, o inseto que se alimentar da folha de uma planta transgênica específica morre; b) a resistência química aos herbicidas sistêmicos, c) a resistência às doenças provocadas por fungos e bactérias que destroem plantações não transgênicas; d) a resistência à seca; d) o aumento nos índices de proteínas, lipídios, glicídios, vitaminas e minerais; e) dotar as plantas da capacidade de produzir elementos químicos especiais, ampliando a capacidade de processamento agroindustrial (ex: milho com maior quantidade de amido, ampliando a capacidade de produção de etanol).

Tratando especificamente sobre os possíveis benefícios defendidos pela biotecnologia agrícola da transgenia, Scheuenstuhl (2003) destacou elementos como a melhoria nutricional dos alimentos transgênicos, que podem contribuir para a diminuição da fome no mundo; o aumento da resistência das plantas em relação ao ataque de insetos nocivos, vírus, bactérias e doenças que diminuem ou até anulam a necessidade de aplicação de defensivos químicos para o controle destas doenças e pragas; as melhorias físicas (ex: altura) e de desenvolvimento (ex: florescimento rápido ou tardio, produtividade) das plantas, bem como de durabilidade da produção

(ex: um tomate que demore mais tempo para maturar e apodrecer), sendo responsável pela facilitação da dinâmica de produção no campo pela maior variedade de ciclos produtivos da lavoura, maior facilidade da colheita mecanizada, maior tempo de conservação e até de exposição do produto no período que vai da colheita ao seu consumo definitivo.

Além disso, Scheuenstuhl (2003) tratou da possibilidade de expansão da área agrícola mundial, pela incorporação de terras até então consideradas impróprias para os cultivos agrícolas mais rentáveis, pois se busca o desenvolvimento de cultivos transgênicos que se desenvolvam em condições extremas de salinidade, falta ou excesso de água, e até resíduos tóxicos no solo; o aumento da produtividade e da diminuição dos custos de produção, atingindo melhor produtividade e lucratividade; a redução dos impactos ambientais da atividade agrícola e agroindustrial, pela diminuição direta (na lavoura, em seu ciclo produtivo) e indireta (antes e depois da porteira) de etapas do processo produtivo no campo e fora dele, em decorrência da diminuição dos insumos agrícolas (agro químicos como adubos, corretivos de solo, pesticidas, combustíveis), a diminuição do número de operações agrícolas (pulverização, motomecanização) que favorecem a erosão e a compactação do solo, bem como assoreamento e poluição dos corpos d'água; a menor geração de resíduos químicos (adubos e defensivos) e sólidos (embalagens); a economia de recursos econômicos e financeiros: dinheiro, energia, mão-de-obra e maquinaria (ganho de escala e menor depreciação); a preservação dos recursos naturais: água, solo, ar e florestas, pela diminuição da necessidade de sua utilização.

Especialmente, o processo de difusão da Agrobiotecnologia se assemelha à "Revolução Verde", pois se verifica a manutenção e a continuidade de vários aspectos a ela relacionados, entre estes a produção de sementes de plantas direcionadas ao processamento agroindustrial (soja, milho, algodão, canola), o uso deliberado de insumos químicos para melhorar a produtividade dos solos e o controle das pragas e doenças, a existência de cadeias e circuitos produtivos ligados às articulações de diferentes frações do capital (comercial, industrial, bancário, fundiário), a presença das corporações transnacionais ofertando seus produtos, etc.

Porém, a substituição paradigmática que proporciona a superação da "Revolução Verde" e a ascensão da Agrobiotecnologia não se explica pelo estudo das formas que foram preservadas na agricultura especializada, mas sim, no estudo

das estruturas e nos processos espaciais, cuja transformação se dá pela atuação deliberada de segmentos dos agentes produtores do espaço geográfico, sobretudo empresas e Estado, que operam em favor da disseminação de produtos biotecnológicos na agricultura e redesenham o jogo de forças no campo e na cidade.

Mais do que uma mera mudança de padrão técnico-produtivo, o desenvolvimento da Agrobiotecnologia suscita novas questões, sobretudo éticas, fitossanitárias, ecológicas, ambientais, alimentares, econômicas, políticas e sociais, em escalas que vão do local, passam pelo nacional e chegam ao global.

Politicamente, há claramente dois grupos com diferentes capacidades de ação e reação à transgenia agrícola: o grupo que contempla vários agentes que atuam no seu desenvolvimento e difusão espacial (empresas, agências multilaterais de desenvolvimento, grupos de interesse, membros da comunidade científica, parlamentares, agências reguladoras), e o grupo que é contrário à sua implementação e atua fortemente para que este processo cesse ou sofra uma regulação efetiva por parte do poder público, onde estão elementos da sociedade civil organizada (movimentos sociais, ONGs - Organizações Não Governamentais), representantes de partidos políticos, ecologistas, cientistas não-alinhados à bioindústria, sindicatos, etc.

Porém, entre os dois grupos, gravitam os produtores rurais e os consumidores em geral, que ficam à mercê do debate e acabam comprando ou se alimentando com sementes transgeneticamente modificadas, muitas vezes, sem saber o que consomem de fato.

Enquanto aos produtores a promessa da transgenia é a de barateamento dos custos de produção e maior lucro pela economia de insumos, sobretudo herbicidas, aos consumidores a promessa é de que tais alimentos apresentam qualidade idêntica à dos produtos provenientes de lavouras convencionais.

No Estado do Paraná, há até uma campanha deliberada contra a soja transgênica promovida pelo Governo do Estado, que demonstra, via documentários, entrevistas com produtores rurais descontentes com as sementes de soja transgênica.

Nas matérias, que são veiculadas na imprensa pública, vários produtores afirmam que após a utilização das sementes transgênicas, obtiveram menor produtividade, se comparado o cultivo com a semente convencional, e que, em regiões onde se cultiva a semente por 3 a 4 safras consecutivas, apareceram inços

(plantas invasoras) que não foram controlados pelo *Roundup*.

O aparecimento destes inços obrigou aos produtores aumentarem o número de aplicações de herbicidas, utilizando fórmulas mais caras. Dessa maneira, ocorreu a disseminação de plantas invasoras resistentes ao herbicida e os custos de produção aumentaram, contrariando a propaganda das empresas que afirmam que os custos de produção diminuiriam com o uso da tecnologia.

Ademais, ao ter que efetuar o pagamento de *royalties* na produção, a dependência econômica dos produtores se amplia.

No caso dos consumidores, a disseminação da produção de sementes transgênicas implica na oferta de alimentos ainda mais contaminados, já os alimentos processados com matérias-primas transgênicas, segundo estudos, podem causar alergias, alterações genéticas futuras e contém altas doses de resíduos químicos de herbicidas.

Além disso, apesar de haver regulação para que os alimentos agroindustriais tragam na embalagem referências de que foram processados com matéria-prima transgênica, a agroindústria procura “burlar” a lei, sonogando esta informação ao consumidor, certamente preocupada com possíveis “alarmes” à população, que tenderia a não consumir tais produtos. Logo, desinformar é a tática utilizada para vender “gato por lebre” ou, simplesmente, alimento transgênico por não transgênico.

É importante frisar que, passados vinte e seis anos da produção da primeira semente transgênica, **não existe no mercado sequer uma semente de planta que resista à seca, que contenha maior quantidade proteica ou de minerais, que contenha antibióticos, que contenha maior valor alimentício, que reduza o uso de insumos, enfim, que seja amplamente superior às sementes convencionais.**

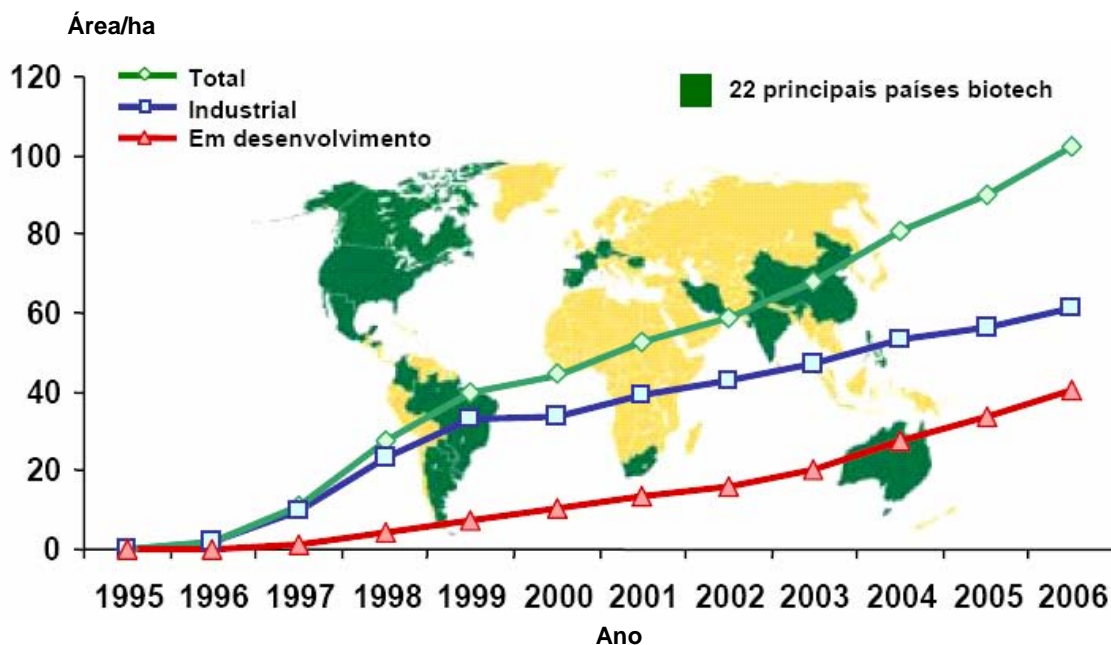
Basta acessar a carteira de produtos vendidos pelas sementeiras para se constatar que, de fato, o que existe no mercado são sementes que exigem o cultivo casado com os herbicidas supracitados e nada mais.

Outro problema sério é que, em cultivos com polinização aberta como o milho, o pólen da florada das plantas OGMs e que, se forem levados pelo vento, podem resultar no cruzamento indesejado de lavouras formadas com plantas não transgênicas, alterando as suas características genéticas e acelerando o processo de “erosão genética”, pois acabariam “poluindo”, de maneira cruzada, lavouras de produtores que não optaram por este tipo de semente. Futuramente, tal processo significará o fim de sementes não transgênicas na agricultura.

Analisando o desenvolvimento da Agrobiotecnologia, Ribeiro (2002) destacou que este novo padrão técnico se desenvolve em um ritmo acelerado e sem precedentes na História da Humanidade. Tal processo de territorialização se dá em razão da força dos monopólios biotecnológicos que o controlam, porque mobilizam seus recursos tecnológicos, econômicos e de marketing em razão das suas necessidades de mercado, aproveitando-se do lapso social e institucional que ainda reina em vários países, os quais não criaram nem aplicaram, normativas institucionais novas e até já existentes, como leis e decretos de âmbito econômico e ambiental para controlar e regular o processo de difusão de produtos biotecnológicos na agricultura.

Territorialmente, uma das faces da expansão da agrobiotecnologia é o rápido e crescente avanço territorial da difusão das lavouras transgênicas processada em escala mundial (Figura 2, abaixo).

Figura 2: Crescimento da Área Global das Lavouras GM, em milhões de hectares, 1995-2006.



Fonte: James (2006, p. 01).

Entre 1995 e 2006 (Figura 2, acima), a área total de hectares cultivados com sementes transgênicas apresentou crescimento constante. Especialmente, sua presença foi verificada tanto em nações desenvolvidas, sobretudo da Europa, da Oceania e da América do Norte, e em países em desenvolvimento, com destaques

para os situados na África do Sul, Ásia e América Latina.

Em relação aos países onde mais se desenvolveram as lavouras transgênicas, a área global dos cultivos OGMs em hectares por País (Tabela 1, abaixo) são reveladores de como este processo tem avançado em nível mundial e em que medida, anualmente, cada país tem sido impactado.

Tabela 1: Cultivo Global de OGMs, 1996 – 2005 (milhões de hectares, segundo o País).

País	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
USA	1,449	7,460	19,259	26,252	28,245	33,024	37,528	40,723	44,788	47,395	54,600
Canadá	0,139	0,648	2,161	3,529	3,331	3,212	3,254	4,427	5,074	5,858	6,100
Argentina	0,037	1,756	4,818	6,844	9,605	11,775	13,578	14,895	15,883	16,930	18,000
Brasil	0,000	0,100	0,500	1,180	1,300	0,001	1,742	3,000	5,000	9,000	11,500
China	0,000	0,034	0,261	0,654	1,216	2,174	2,100	2,800	3,700	3,300	3,500
Paraguai	0,000	0,000	0,000	0,058	0,094	0,338	0,477	0,737	1,200	1,800	2,000
Índia	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,044	0,100	0,500	1,300	3,800
Demais Países	0,041	0,073	0,162	0,205	0,372	0,466	0,512	0,675	1,303	1,550	0,500
Total	1,666	10,071	27,161	38,722	44,163	50,990	59,235	67,357	77,448	87,133	102,000

Fonte: Dados 1996 a 2005 - Brookes e Barfoot, (2006, p. 26).

Dados de 2006 – JAMES (2006, p. 06).

Conforme a tabela acima, entre 1996 e 2005, a área agrícola mundial ocupada por OGMs avançou de 1,666 milhões de hectares para 87,133 milhões de hectares, ou seja, um aumento de 6.022,45%.

Nesta dinâmica, os EUA têm se destacado pela sua participação com a maior área cultivada. Mas, se, em 1996, os EUA cultivavam em seu território 1,449 milhões de hectares que representavam 87% das lavouras transgênicas até então existentes no mundo (eram 1,666 milhões de hectares). Assim, a participação dos EUA na área cultivada mundial com transgênicos foi de 53,53% ou 54,600 milhões de hectares, para uma área mundial de 102 milhões de hectares.

Apesar de líder, os EUA apresentam perda de posição relativa, fato que se relaciona com a emergência de novas nações onde as lavouras transgênicas têm sido cultivadas em larga escala, autorizadas pela legislação (Argentina, Canadá, China) ou não, como é o caso do Brasil, que demorou criar legislação para regular a transgenia agrícola, o que se tornou fato consumado em 2004, mas, desde longa data, já apresentava cultivos transgênicos plantados via sementes contrabandeadas de outros países.

No caso da Argentina, a grande mudança de sua posição ocorreu em 1997, ano em que a área ocupada, na comparação com os dados de 1996, passou de 2,2% (0,037 milhões de hectares cultivados) da área cultivada mundial, para 17,4% (1,756 milhões de hectares). Com o crescimento da área total, a Argentina tem se destacado como a segunda nação em área cultivada com OGMs, com participação relativa, variando entre 17 e 23% do total da área cultivada mundial no interregno de tempo de pouco mais que uma década (1996 a 2006).

O Canadá, que detinha o segundo posto, apresentou crescimento da área nestes onze anos, passando de 0,139 milhões de hectares em 1996, para 6,1 milhões de hectares em 2006. Porém, na relação com a área mundial ocupada, há certa estagnação, pois os valores diminuíram de 8,3%, em 1996, para algo em torno de 6% em 2006.

Isto se explica pela participação da Argentina, mas também pela difusão da Agrobiotecnologia no Brasil, que não tinha OGMs cultivados em 1996, mas que, em 1997, contabilizava 100.000 hectares cultivados (1% do total mundial em 1997, que foi de 10,071 milhões de hectares) e, devido ao crescimento da área cultivada, em 2006 já apresentava 11,5 milhões de hectares cultivados, assumindo o terceiro posto no balanço global da área cultivada, com 11,27% da área total.

Podemos afirmar que, em seu processo de difusão, a Agrobiotecnologia tem seletivamente impactado alguns países, com destaque para EUA, Argentina, Brasil e Canadá, cuja participação relativa no contexto mundial se situa em índices superiores a 90% da área mundial cultivada com OGMs.

Segundo James (2006, p. 07), são 22 (vinte e dois) o número de países que desenvolvem lavouras geneticamente modificadas, e há uma tendência de ampliação tanto do número de nações que cultivam transgênicos, como da área mundial cultivada. Esta certeza decorre do fato de que entre 1996 e 2006, em nível mundial, 51 (cinquenta e uma) nações aprovaram leis para regulamentar o cultivo de algum tipo de OGMs agrícola em seu território.

Porém, boa parte dos OGMs liberada para cultivo destina-se à pesquisas e, conseqüentemente, não pode ser cultivada comercialmente, o que restringe temporariamente a difusão da Agrobiotecnologia. Outro aspecto destacável é que mesmo as nações que autorizaram o cultivo comercial de lavouras transgênicas, a maioria o fez mediante o plantio reduzido de número de cultivos, basicamente soja, milho e algodão transgênicos, lavouras que não estão entre as mais importantes ou

com maior área cultivada em vários países.

No ano de 2006, James (2006, p. 12) informou que

A soja biotecnológica continua sendo a cultura biotecnológica mais importante em 2006, ocupando 58,6 milhões de hectares (57% da área global de agricultura biotecnológica), seguida pelo milho (25,2 milhões de hectares a 25%), pelo algodão (13,4 milhões de hectares a 13%) e pela canola (4,8 milhões de hectares ou 5% da área global de cultivo de lavouras biotecnológicas).

A difusão deliberada da soja, do milho, do algodão e da canola é o resultado da sua importância mercadológica, pois são produtos cultivados na maioria dos países, e têm importância destacada como matérias-primas industriais, e portanto, são as plantas preferidas pelas bioindústrias sementeiras para gerar suas sementes transgênicas.

Para produzir os OGMs agrícolas, as bioindústrias desenvolveram três estratégias: a) a introdução de genes que tornam as plantas tolerantes ao glifosato ou outros herbicidas; b) a introdução dos genes (Bt) que tornaram as plantas resistentes ao ataque de insetos e; c) a introdução de genes tanto para dotar as plantas de resistência aos herbicidas, quanto dotá-las de resistência ao ataque de insetos nocivos.

Em 2006, a tolerância a herbicida, empregada na soja, no milho, na canola, no algodão e na alfafa ocupou 68% ou 69,9 milhões de hectares dos 102 milhões de hectares de agricultura biotecnológica no mundo, o plantio de culturas Bt foram empregados em 19,0 milhões de hectares (19%) e 13,1 milhões de hectares (13%) com tratamento combinado do produto Bt e tolerância a herbicidas. O grupo de produtos com genes combinados foi o grupo de tratamento com genes de maior crescimento entre 2005 e 2006, 30%, em comparação aos 17% do resistente a insetos e 10% do tolerante a herbicidas. (JAMES, 2006, p. 12)

Apesar de haver transcorrido pouco mais de uma década da presença de sementes transgênicas na agricultura mundial, e de mesmo haver países que não autorizaram seu cultivo, ou o fizeram especificamente para algumas plantas, a disseminação da tecnologia dos OGMs agrícolas tende a sobrepular outros sistemas agrícolas em segmentos agrícolas específicos, como são os casos da soja, do milho, do algodão e da canola (Tabela 2, próxima página).

Tabela 2: Culturas Transgênicas - porção da área cultivada em relação ao total da área cultivada (%) com Soja, Milho, Algodão e Canola, por País em 2005.

País	% OGM Soja	% OGM Milho	% OGM Algodão	% OGM Canola
USA	93	52	79	82
Canadá	60	65	n/a	95
Argentina	99	62	50	n/a
África do Sul	65	27	95	n/a
Austrália	n/a	n/a	90	n/a
China	n/a	n/a	65	n/a
Paraguai	93	n/a	n/a	n/a
Brasil	40	n/a	n/a	n/a
Uruguai	100	n/a	n/a	n/a

Fonte: Brookes and Barfoot (2006, p. 36).

Nota: n/a = não avaliado.

Analisando os dados da tabela apresentada acima, percebe-se que 100% da área total cultivada com soja no Uruguai foi feita com sementes transgênicas, índice que chegou 99% na Argentina, 93% nos EUA e no Paraguai, 65% na África do Sul, 60% no Canadá e 40% no Brasil, cujos dados foram estimados pelos autores do estudo, sobretudo pela dificuldade de se mapear junto as empresas o total de sementes comercializadas, já que no Brasil ainda há intenso contrabando de sementes transgênicas.

O milho transgênico representou 65% de toda a área cultivada com este cereal no Canadá, 62% na Argentina, 52% nos EUA e 27% na África do Sul. Da área total cultivada com algodão na África do Sul, 95% eram transgênicos, o índice foi de 90% na Austrália, 79% nos EUA, 65% na China e 50% na Argentina. Já em relação à área total ocupada pela canola, 95% foi semeada com cultivos OGMs no Canadá e 82% nos EUA.

Assim, se verifica uma participação relativa considerável dos cultivos transgênicos em relação a outros tipos de cultivo (orgânico e híbrido) nos países que adotaram a política de autorização das sementes OGM. Em alguns países e para algumas culturas, a presença da semente transgênica é tão marcante, que os cultivos de produtos não transgênicos não têm significância territorial, pois praticamente desapareceram, elementos que atestam a dependência estrutural dos produtores rurais às poucas empresas que vendem produtos biotecnológicos na agricultura.

1.5 A INTEGRAÇÃO, A CONCENTRAÇÃO E A CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL E SEUS IMPACTOS SOBRE A AGRICULTURA E O SISTEMA ALIMENTAR

O processo de desenvolvimento da “Revolução Verde” e o desenvolvimento da Agrobiotecnologia possibilitaram o pluridimensionamento dos papéis da agricultura e suas relações e interconexões no sistema econômico, definindo um sistema alimentar complexo.

A partir do momento em que as indústrias e as empresas comerciais passaram a se integrar de maneira mais sólida com a agricultura e se aprimoraram cada vez mais, impulsionaram e reforçaram esta relação. Assim, contribuíram gradualmente para a estruturação do agronegócio, cuja força e ímpeto lentamente transformaram a agricultura mundial, sobretudo pelas impressionantes mudanças estruturais verificadas em vários países do mundo, desencadeados pelos agentes condutores do processo de modernização da agricultura.

El ‘agrocomercio’ ha descubierto que resulta sumamente beneficioso realizar inversiones en investigaciones y en extensión agrícola. (...) A medida que aumenta la dependencia de la producción agrícola en insumos comprados, y también la proporción de la producción agrícola que se comercializa, las inversiones en el agrocomercio revisten una creciente importancia. De hecho, estas inversiones deberán aumentar mucho más rápidamente que la producción agrícola. Es difícil saber en qué forma los países pobres podrán encontrar esas nuevas inversiones, que tanto necesitan, sin recurrir al capital y a los recursos técnicos de las empresas multinacionales. (BROWM, 1969, p. 126. Grifo do autor).

Cada vez mais presentes, os novos cultivares (híbridos e transgênicos), a motomecanização, as cadeias produtivas e as novas lógicas culturais de organização e desenvolvimento rural são elementos espaciais e partes de um complexo mosaico que permitem afirmar a presença do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002) em seu processo de territorialização no campo, provocando modificações tanto nos países avançados quanto nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres, e, dessa forma, produzem mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações.

Contemporaneamente, vivencia-se no mundo a constituição de uma “[...] *agricultura científica globalizada*” (SANTOS, 2002, p. 88) que se ampara e depende cada vez mais nos auspícios da ciência, da técnica e da informação para garantir o

aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas, partilhando da lógica capitalista global de financeirização das relações, já que a agricultura passou a criar maior quantidade de produção, mobilizar e demandar maior quantidade de produtos, enfim, produzir e movimentar muito mais recursos financeiros.

No final da década de 1960, cada país que desenvolveu a agricultura sob os ditames e parâmetros da “Revolução Verde” apresentava em seu território firmas ou instituições difusoras de variedades melhoradas. Quanto à origem do seu capital, estas firmas ou empresas geralmente eram públicas ou empresas privadas de capital nacional. Dadas as condições de internacionalização, que ainda eram incipientes e estavam em gestação, sua contribuição para o desenvolvimento das sementes melhoradas foi considerável.

[...] a existência dessas empresas pequenas e médias disseminadas por todas regiões (e isso é muito importante no caso de países como EUA e Brasil, de grande diversidade climática entre regiões produtoras de grãos) criavam uma base para a difusão de cultivares regional e localmente adaptados. (CASTRO e SILVEIRA, 1985, p. 104).

Porém, no final da década de 1970, algumas transnacionais lograram promover a complementaridade entre as indústrias produtoras de sementes com a indústria produtora de insumos agrícolas. Segundo Castro e Silveira (1985), mundialmente várias empresas lograram unir diferentes frações de capital e avançaram na estratégia internacional de aquisição de companhias de sementes e de insumos, desde empresas de bases familiar, até grandes corporações desse ramo de negócios.

Conforme estudos e informações presentes em Castro e Silveira (1985, p. 106), de maneira lenta e gradual, a compra de concorrentes, a junção de capitais, os ganhos de escala e o potencial do mercado em expansão resultaram na formação de algumas multinacionais que lograram dominar o mercado global de sementes (por ordem de importância, segundo o valor das vendas em milhões de dólares: Royal Dutch/Shel – US\$ 650; Pioneer Hybrid - US\$ 557; Sandoz - US\$319; Cardo - US\$ 285; Dekalb-Pfizer - US\$ 187; Clays-Luck - US\$ 155; Upjohn - US\$ 139; Ciba-Geigy - US\$ 107; Suiker Unie - US\$ 100; Limagrain - US\$ 130; Kleinwanzelberner Saat - US\$ 80; Cargill - 75) e o mercado global de praguicidas agrícolas (Bayer -

US\$ 2.344; Ciba-Geigy - US\$ 2.070; Rhône-Poulenc - US\$ 1.272; Monsanto - US\$ 1.152; Höeshst - US\$ 1.022; Du Pont - US\$ 1.000; ICI - US\$ 850; Shell – 450; Eli-Lilly – 408; American Cyanamid - US\$ - 360; Ronhm & Hass - US\$ 340; Sandoz - US\$ 245) já no ano de 1980.

Grande parte das principais companhias do segmento da produção de sementes não opera somente neste setor, mas tem suas estratégias de atuação em atividades correlatas, entre elas a química, a petroquímica (produção de adubos e pesticidas), além do segmento de processamento agroindustrial da produção.

Ademais, a sede destas companhias eram geralmente em nações desenvolvidas, como Inglaterra, Holanda, Suíça, Suécia, França, EUA e Alemanha. Atentos a esta estruturação, os governos destes países procuraram facilitar o processo, aprovando leis nacionais e negociando legislação e normas regulatórias em organismos internacionais para outorgar e garantir a essas corporações o controle de patentes sobre os cultivares que passaram a desenvolver – é claro, muitos deles foram “produzidos” a partir dos cultivares que cedidos “generosamente” dos bancos de germoplasma nacionais e internacionais.

Estas leis, comumente chamadas de ‘Direitos de Obtenção de Cultivares’, permitem às corporações possuírem cultivares de planta e ditar as condições para sua venda. (...) A extensão de leis e patentes ao Terceiro Mundo, significaria que as companhias poderiam controlar e comercializar variedades de cultivo em países que já doaram o material genético utilizado para produzir essas mesmas variedades”. (HOBBELINK, 1990, p. 31).

Segundo a análise de Kalcsics e Brand (2002), por meio de táticas e estratégias diversas (aquisições de outras empresas, fusões, parcerias, aquisições de direitos de exploração, pagamento e cobrança de *royalties*, etc), este processo de reestruturação visa reorganizar e remodelar a “indústria das ciências da vida” (“*Life Sciences Industry*”), sobretudo as que tinham como carteira principal de produtos e serviços a produção e a venda de sementes agrícolas, agroquímicos, farmácia e a medicina animal.

Como se pôde perceber anteriormente, os avanços verificados na engenharia genética foram construídos mediante o desenvolvimento de novas tecnologias, e, muitas vezes, sob regras e interesses escusos. Para o capital, os reveses políticos representam meros e passageiros contratempos e,

significativamente, não alteram em nada o jogo de forças econômicas estruturados pelas empresas que desenvolvem a biotecnologia, sobretudo porque, em nível mundial, estas empresas operam pesquisando e lançando produtos novos, erigindo um mercado potencial e totalmente novo em relação aos “produtos” e “mercadorias” dos segmentos econômicos tradicionais, típicos da 2ª revolução Industrial, como é o caso da petroquímica e do segmento automotivo.

Como há vários setores em que se observa uma taxa de lucro estável e, em muitos casos, declinante, provocado pelo excesso de oferta, maior quantidade de produtores, enfim, segmentos concorrenciais altamente oligopolizados, como o automobilístico, os setores de ponta que produzem inovações – como é o caso da biotecnologia – apresentam, potencialmente, maior possibilidade de produzir e oferecer “novidades tecnológicas” que, lançadas no mercado, tendem a garantir maior rentabilidade (taxa de lucro) que os produtos tradicionais de outros segmentos.

Apesar dos riscos e possibilidades de frustração, muitos acionistas têm apostado na biotecnologia e as maiores empresas deste segmento têm recebido vultosas somas de investimentos via mercado de ações. Esta situação “*sui generis*” fortalece a resistência dessas empresas em relação às possíveis crises do setor, amplia a capacidade de investimentos em P & D, facilita a expansão empresarial, tanto via investimento em novas plantas industriais, quanto pela compra e incorporação da concorrência, fatos que produzem um mercado corporativo excessivamente oligopolizado (Tabela 3, próxima página).

Tabela 3: Biotecnologia - Ranking Mundial dos Recursos Empresariais Aplicados em P & D, 2004.

Empresa	Investimentos (bilhões de US\$)
Amgen	10,550
Monsanto	5,457
Genentech	4,621
Serono (Switz.)	2,485
Biogen Idec	2,212
Genzyme	2,201
Applied Biosystems	1,741
Chiron	1,723
Gilead Sciences	1,325
Medimmune	1,141
Total Investido pelas 10 maiores empresas	33,429
Investimentos Global (309 empresas)	46,533
Controle de Mercado 10 +	72,00%

Fonte: ETC Group, 2005b.

Conforme os dados apresentados na tabela acima, segundo informações de ETC Groupe (2005b), no mundo todo 309 (trezentas e nove) empresas públicas e privadas realizaram 46,533 bilhões de dólares em investimentos em P & D no segmento biotecnologia. Porém, 33,429 bilhões de dólares, ou 72% desses investimentos (Tabela 3) foram realizados por apenas 10 empresas privadas.

Em seu conjunto, essas empresas são o fiel na balança do mercado mundial não só da biotecnologia, mas também de outros setores, pois suas “novidades biotecnológicas” são imprescindíveis para o desenvolvimento de produtos nos segmentos de saúde humana e animal (hormônios, vacinas, insulina humana, enzimas, medicamentos), alimentos e derivados (fungos, bactérias, leveduras, corantes, ressaltadores de sabor), energia (biomassa, petróleo e derivados) e, sobretudo, agricultura (sementes, hormônios, bio-fertilizantes).

Devido ao seu poder econômico e financeiro, a capacidade de inovação de algumas poucas mega-empresas do ramo da biotecnologia é muito superior à capacidade de inovação de muitos países (Tabela 4, próxima página).

Tabela 4: Ranking de solicitações de Patentes Tecnológicas e biotecnológicas – dados de Países e Empresas, 2004.

País	Número de Solicitações Tecnológicas	Empresa	Número de Solicitações Biotecnológicas
EUA	100.000	Genentech	8.575
Japão	54.127	Chiron	4.953
Grã Bretanha	24.682	Amgen	3.573
Alemanha	22.422	Amershan	2.024
França	12.881	Biogen Idec	2.012
Canadá	2.724	Genzyme	1.606
Espanha	997	Cephalon	742
Brasil	386	Serono	661
Cuba	278	Invitrogen	361
México	102	Medimmune	233
Argentina	41	Total	19.792

Fonte: Morales Santos, López Herrera, Ramires Díaz (2006, p. 107-108).

Segundo dados da tabela acima, entre onze países, no ano de 2004, os EUA foi a nação que mais solicitou patentes para produtos tecnológicos (100.000 solicitações), seguido pelo Japão (54.127 solicitações), Grã Bretanha (24.682 solicitações) e Alemanha (22.422 solicitações) e, em quinto lugar, a França (12.881 solicitações).

O desempenho do quinteto EUA, Japão, Grã Bretanha, Alemanha e França com 214.112 solicitações foi 47 vezes maior que do sexteto de países formado por Espanha, Brasil, Cuba, México e Argentina, com 4.528 solicitações. Esta imensa assimetria tecnológica se explica, em primeiro lugar, pela dificuldade de alguns países desenvolverem as tecnologias de ponta, sobretudo porque boa parte daquilo que estes países conseguem fazer está ligado ao setor público e não há grandes orçamentos direcionados para investimento em pesquisa.

Em segundo lugar, porque as nações que se destacam no processo concentram os centros de Pesquisa e Desenvolvimento das principais empresas que operam no segmento tecnológico. Como muitas destas empresas lançam novidades tecnológicas em ritmos e quantidades superiores as aplicadas por diversas nações, sobretudo no segmento biotecnológico, estas empresas comparecem como verdadeiras “potências biotecnológicas”, o que lhes garante projeção de mercado pelas novidades que têm capacidade de produzir e oferecer para diversos usos (agricultura, indústria).

Entre as várias estratégias econômicas e políticas subjacente às empresas, e colocadas as possíveis tramas inter-setoriais¹, pode-se afirmar que o domínio sobre a biotecnologia ou produtos biotecnológicos, fruto de desenvolvimento e pesquisa ou simplesmente compra de patentes, emergem como verdadeiros trunfos para a empresa que souber melhor explorar suas virtualidades, sobretudo pela perspectiva real de dominação de uma empresa sobre os demais agentes econômicos e a sociedade.

É ligada a esta questão de valorização que se movimenta uma parte significativa de capitais especulativos e capitais produtivos. Segundo dados e informações publicadas pelo ETC Group (2005b), em 2003 as fusões e as incorporações de empresas movimentaram mundialmente 1 trilhão e 380 bilhões de dólares, cifra que aumentou cerca de 41% em um ano, atingindo 1 trilhão e 950 bilhões de dólares em 2004.

Esta movimentação do capital tem suas bases estruturais orientadas por quatro lógicas: a) o processo de expansão das corporações transnacionais, cujo agigantamento facilita o acesso e o controle sobre vários segmentos produtivos, b) as pressões exercidas pelos mega-especuladores financeiros, que adquirem ações dessas companhias e impõem ao capital produtivo acelerar sua capacidade de gerar riqueza, que só é possível pelo crescimento econômico acelerado, c) a concentração do capital, pela união concentrada de empresas em favor de um grupo econômico e; e) a centralização do capital, possibilitando a emergência de cidades que operam como centros de controle, pois concentram a maioria das mega-empresas formadas nos três processos anteriores.

Ademais, tais processos determinam maior capacidade de intervenção econômica, sobretudo na abertura de mercados e no *lobby* realizado nos centros de gestão política de países e de organizações multilaterais, onde são definidas as políticas que regem a circulação internacional de mercadorias, bens, capitais e serviços, as políticas de financiamento e de crédito, as compras governamentais para a formação de estoques reguladores ou mesmo programas de alimentação, a

¹ Esta trama se evidencia pelo fato de que vários segmentos produtivos, entre eles a agricultura, a indústria, os alimentos, a farmacêutica, se articulam no decorrer do seu processo produtivo, pois é mister a agricultura depender dos produtos da indústria química; a criação animal se relacionar com a indústria farmacêutica, e a aquicultura, a agricultura e a criação animal se articulam com a indústria de alimentos.

legislação trabalhista e ambiental, a liberalização de novos cultivares oriundos da biotecnologia, a compra de alimentos destinados à ajuda internacional, entre outros.

Logo, comprar empresas concorrentes, vender mais, inovar em produtos e mercados, ampliar as estratégias de *marketing*, gerar dividendos são elementos específicos que orientam as relações econômicas e financeiras entre o capital produtivo e o capital especulativo. Segundo Santos (2002), esta dinâmica do capital revela a tendência de “financeirização da economia mundial”, com a perspectiva das finanças moverem a economia.

Nas condições atuais de economia internacional, o financeiro ganha uma espécie de autonomia. Por isso, a relação entre a finança e a produção, entre o que agora se chama de economia real e o mundo da finança dá lugar àquilo que Marx chamava de loucura especulativa, fundada no papel do dinheiro em estado puro. Este se torna o centro do mundo, é o dinheiro como, simplesmente, dinheiro, recriando seu fetichismo pela ideologia. O sistema financeiro descobre fórmulas imaginosas, inventa sempre novos instrumentos, multiplica o que chama de derivativos, que são formas sempre renovadas de oferta dessa mercadoria aos especuladores. (SANTOS, 2002, p. 44).

Esta intensa movimentação do capital internacional, buscando sua valorização, produz rebatimentos diretos na concentração corporativa nos setores da bioindústria, sobretudo aqueles que trabalham com a produção de **sementes agrícolas, agroquímicos, fármacos e produtos da medicina animal** (Tabela 5, próxima página).

Tabela 5: Participação Mundial das Multinacionais na Indústria Farmacêutica, Medicina Veterinária e Sementes 2004.

Farmacêutica		Medicina Veterinária		Pesticidas		Sementes	
Empresa	Vendas (bilhões de US\$)	Empresa	Vendas (bilhões de US\$)	Empresa	Vendas (bilhões de US\$)	Empresa	Vendas (bilhões de US\$)
Pfizer	46,133	Pfizer	1,953	Bayer	6,120	Monsanto	2,803
Glaxo/Smith Kline	32,853	Merial	1,836	Syngenta	6,030	Du Pont	2,600
Sanofi/Aventis	32,208	Intervet	1,272	BASF	4,141	Syngenta	1,239
Johnson & Johnson	22,128	DSM	1,068	Dow	3,368	Groupe Limagrain	1,044
Merck & Co.	21,494	Bayer	976	Monsanto	3,180	KWS AG	0,622
Astra/Zeneca	21,426	BASF	901	Du Pont	2,211	Land O' Lakes	0,538
F. Hoffman/ La Roche	19,115	Fort Dodge	837	Koor	1,358	Sakata	0,416
Novartis	18,497	Elanco	799	Sumimoto	1,308	Bayer	0,387
Bristol/Meyers Squibb	15,482	Schering-Ploug	770	Nufarm	1,060	Taikii	0,366
Wyeth	13,964	Novartis	756	Arysta	0,790	DLF-Trifolium	0,320
Venda das 10 +	243,300	Venda das 10 +	11,168	Venda das 10 +	29,566	Venda das 10 +	10,355
\$ Mercado Global	415,000	\$ Mercado Global	20,255	\$ Mercado Global	35,400	\$ Mercado Global	19,000
Controle de Mercado 10 +	58,62 %	Controle de Mercado 10 +	55,13 %	Controle de Mercado 10+	83,51 %	Controle de Mercado 10 +	54,40 %

Fonte: ETC Group (2005b).

Conforme informações da tabela apresentada acima, percebe-se que a participação corporativa das dez principais empresas se faz mediante uma estratégia deliberada de controle mundial da maior fatia de mercado nos segmentos da **indústria farmacêutica** (as 10 maiores empresas venderam, em 2004, 243,300 bilhões de dólares, cerca de 58,62% do mercado total de fármacos), da **indústria de produtos de medicina veterinária** (movimentação de 11,168 bilhões de dólares, ou 55,13% das vendas do setor), da **indústria de pesticidas** (as vendas conjuntas de fungicidas, herbicidas e acaricidas pelas dez mais importantes empresas atingiram 29,566 bilhões de dólares, com o controle de 83,51% deste mercado) e da **indústria de sementes agrícolas** (as dez maiores empresas venderam 10,355 bilhões de dólares, obtendo 54,40% das receitas do setor).

Se recuperarmos os dados das empresas líderes do segmento de agroquímicos e sementes na década de 1980 e compararmos às informações da atualidade (2004), nota-se claramente que muitas empresas deixaram de existir e algumas lograram alcançar destaque, já que incorporaram as concorrentes (processo de cartelização e monopolização).

Interpretando esta realidade, Ribeiro (2002, p. 103) apontou que sua configuração decorreu da intensa concentração de capital, pois a Syngenta surgiu da fusão entre a Novartis e a Astra/Zeneca, a Aventis foi o resultado da fusão entre Hoechst e Rhône Poulenc, e a Monsanto é uma propriedade da multinacional Pharmacia.

Outro aspecto destacável e marcante, é que algumas empresas líderes, entre elas Monsanto, Syngenta, Pfizer, BASF, Aventis, Astra/Zeneca, Novartis, Bayer, Du Pont operam em dois ou mais segmentos (venda concomitante tanto de sementes quanto de agroquímicos, ou venda de produtos farmacêuticos e de produtos veterinários), o que configura uma concentração econômica cruzada, que favorece as estratégias comerciais destas empresas, sobretudo no desenvolvimento de sementes transgênicas e pesticidas agrícolas específicos, ampliando a capacidade de domínio do processo produtivo no campo, já que os agricultores acabam comprando tais pacotes tecnológicos.

Em outros setores, como nos segmentos de produção/comercialização/agroindustrialização/distribuição de alimentos e bebidas processados ou *in natura* (soja, milho, colza, algodão, açúcar, café, cacau, carnes, leite, trigo, arroz, frutas, verduras), além do segmento de supermercados, o domínio de mercado, a centralização e a concentração de capitais são tão intensos quanto naqueles setores até aqui observados (Tabela 6, próxima página).

Tabela 6: Ranking Global das Empresas de Produção/Comercialização/ Agroindustrialização/Distribuição de Alimentos e Bebidas e Supermercados, 2004.

Produção/Comercialização/Agroindustrialização/ Distribuição de Alimentos e Bebidas (milhão de dólares)				Supermercados (milhão de dólares)			
Empresa	Vendas Totais	%	Ranking	Empresa	Vendas Totais	%	Ranking
Nestlé	63,575	5,1%	1º	Wal-Mart	287,989	8,2%	1º
ADM (Archer Daniels Midland)	35,944	3,1%	2º	Carrefour	99,119	2,8%	2º
Altria Group	32,168	2,5%	3º	Metro AG	76,942	2,1%	3º
PesiCo	29,261	2,3%	4º	Ahold	70,439	2%	4º
Unilever	29,205	2,3%	5º	Tesco	65,175	1,9%	5º
Tyson Foods	26,441	2,1%	6º	Kroger	56,434	1,6%	6º
Cargill	24,000	1,9%	7º	Costco	52,935	1,5%	7º
Coca-Cola	21,962	1,7%	8º	ITM Interprises	51,800	1,4%	8º
Mars. Inc.	18,000	1,4%	9º	Albertson's	39,897	1,1%	9º
Danone	17,040	1,3%	10º	Edeka Zentrale	39,100	1,1%	10º
Venda das 10 +	297,596	23,81%	-	Venda das 10 +	839,830	24%	-
\$ do Mercado Global	1.250,000	100%	-	\$ do Mercado Global	3.500,000	100%	-

Fonte: ETC Group, 2005b.

Conforme os dados e as informações apresentados na tabela acima, nota-se que as dez maiores empresas que operam nos segmentos de Produção/Comercialização/Agroindustrialização/Distribuição de Alimentos e Bebidas, além do segmento de Supermercados, são as principais *tradings* que operam no comércio mundial da compra de *commodities* agrícolas como arroz, leite, carnes, açúcar, agrocombustíveis, cacau, milho, soja, algodão, colza e trigo.

Na tabela também aparecem empresas que realizam a transformação destas e de outras matérias-primas (água e frutas) em produtos agroindustrializados como iogurtes, margarinas, azeites, farinhas, biscoitos, lecitina de soja, massas, leite, leite em pó, bebidas, refrigerantes, água, temperos, sorvetes, alimentos enlatados, alimentos infantis, alimentos para cães e gatos, etc, diversidade que no conjunto permite as 10 principais companhias responder por cerca de 23,81% (297,596 milhões de dólares) dos 1.250 milhões de dólares comercializados no mundo neste setor.

No geral, cada uma das 10 empresas líderes destes setores controlava de 1% a 5% do mercado global, graças à rede de gestão articulada pelas suas filiais, subsidiárias e associadas, que “tramam” acordos, contratos e parcerias com produtores rurais integrados, cooperativas e produtores dependentes, que acatam

as normativas impostas por estas empresas no processo produtivo e na qualidade dos produtos comercializados.

Ainda, segundo a Tabela 6 apresentada na página anterior, as grandes cadeias de Hipermercados também têm apresentado participação importante neste ramo de negócios, pois as 10 principais companhias controlam juntas por 24% (839,830 milhões de dólares) dos cerca de 3.500 milhões comercializados pelo segmento em 2004. Empresas estadunidenses (Wall-Mart, Kroger, Costco, Albertson's), francesas (Carrefour, ITM Enterpriseres), alemãs (Metro AG, Edeka Zentrale) e dos países baixos (Ahold) têm se destacado como as principais, estendendo cadeias em diversos países em praticamente todos os continentes.

A concentração multinacional nos principais setores ligados à agricultura tem dotado estas companhias de um poder sem precedentes para arquitetar as políticas sociais, econômicas e comerciais, e de “jogar duro” na defesa de seus interesses, seja em um país, na escala local, onde realiza suas compras de produtos e matérias-primas, seja na escala global e no contexto do mercado internacional, onde realiza suas vendas.

A ideia de que a produção agropecuária tem que servir o mercado é difundida pelas transnacionais agro-químico-alimentares, exatamente para manterem seu controle direto e decisório não somente as relações de troca, mas toda a cadeia produtiva dos alimentos, a qual inclui a produção imediata, a circulação, o consumo e, em decorrência, expressivas parcelas da classe trabalhadora, desde os campos até os diversos setores urbanos do processamento agroindustrial. (THOMAZ JÚNIOR, 2007b, p. 10).

Devido aos acordos comerciais estipulados entre estas empresas, muitas vezes o caráter concorrencial – um dos mecanismos centrais do capital - é deixado de lado. Daí resulta ou as incorporações, ou mesmo táticas e estratégias importantes, entre as quais contratos de exclusividade na oferta de produtos entre empresas que vendem matérias-primas com as que industrializam a produção, ou entre agroindústrias processadoras e distribuidoras.

Se por um lado, estes tipos de acordo facilitam a defesa dos interesses das “gigantes” de cada setor, por outro, fragilizam ainda mais os produtores rurais, pois as normativas estipuladas de cima para baixo exigem processos produtivos mais rígidos e custos mais baixos, forçando os produtores a aumentarem os investimentos tecnológicos para garantir aumento de produção e produtividade em

ambiente de negócios de menores lucros, a fecharem contratos de integração desfavoráveis, já que o preço da matéria-prima pago pela contratante tende a estipular preços mais baixos e riscos operacionais ao produtor ainda mais elevados.

Ademais, a força econômica acumulada e a capacidade operacional destas empresas ampliam também não só suas capacidades territoriais, mas também a potencialidade de seus impactos negativos.

Um exemplo é o imperativo da abertura de mercados. Muitos países se veem impelidos a “abrir suas fronteiras”, criando legislação e impostos mais baixos ou até eliminando-os para favorecer o comércio mundial. Porém, no caso de megaconglomerados, a compra e a venda no exterior não se dão simplesmente em razão do favorecimento dos países onde estão estabelecidas, mas sim, em razão de suas próprias necessidades operacionais, além de ser uma “sacada” para redistribuir lucros e dividendos.

Ademais, a necessidade de realização do lucro onde ele se apresenta mais factível força as empresas a praticar a estratégia de diminuição do preço pago aos produtores agrícolas de alguns países e aumento de preço de venda de acordo com os ditames do mercado externo, cobrando dos consumidores de diferentes partes do mundo preços elevados na alimentação.

Como muitas vezes a população dos diferentes países não tem recursos suficientes para comprar os alimentos, sua segurança alimentar é ameaçada. Além disso, como recebem valores menores pela produção, os agricultores tendem a empobrecer, ao passo que a realização da renda das empresas é assegurada.

1.6 O DESMONTE E O CONTROLE DA AGRICULTURA CAMPONESA

Segundo Antunes (2002), desde o final da década de 1970, o capital tem vivenciado uma crise de acumulação que tem exigido sua reestruturação, processo que visa, a um só tempo, recuperar o ciclo produtivo e o processo de acumulação e controlar a conflitualidade social emergente.

Mundialmente, o capital requereu como necessária a expansão do modelo neoliberal de política e de Estado, mas também se moveu no sentido de asseverar mudanças de ordem técnica e econômica, com maior introdução de tecnologia no processo produtivo, objetivando o aumento da produtividade, aumento das horas trabalhadas, precarização do trabalhador e emergência de novas formas de trabalho, sobretudo em tempo parcial e sem garantias trabalhistas, maior concentração capitalista em setores estratégicos, ampliação da capacidade de produção de mercadorias.

Tratando destas questões, Antunes (2002, p. 34) sentenciou que *“Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase da reestruturação produtiva do capital”*.

No campo, a reestruturação do capital tem sido produzida a partir de arranjos políticos e econômicos múltiplos, e de novas repactuações nas quais não participam os trabalhadores rurais. A construção de uma ordem territorial que favoreça o controle social praticado pelo capital tem sido tocada pelo Estado Nação, mas atendendo, em muitos casos, aos ditames de regras gerais pré-estabelecidas e definidas no interior das agências internacionais e multilaterais, entre as quais o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Assim, longe de expulsar o Estado da cena e de proibir as suas intervenções, o capital escolhe aquelas políticas que lhe convêm, principalmente as que reforçam os seus meios de dominação da sociedade pela maximização dos lucros que recolhe e proíbe aos outros - aqueles que reduzem os seus poderes e dão aos outros atores da vida social a possibilidade de defender, pelo menos parcialmente, os seus próprios interesses – a perspectiva de realização social de sua existência, conforme avaliações feitas por Amin e Founou-Tchuigoua (2003).

Para Elias (2003), a rentabilidade do capital almejada pela economia globalizada tornou necessária a existência de formas mais eficazes de produção, alterando a lógica de produção e as relações sociais estabelecidas na agropecuária. Neste sentido, o capital se desenvolveria através de uma lógica destrutiva, que romperia com todas as formas de relações sociais e de produção “atrasadas”, o que, conseqüentemente, criaria formas mais “evoluídas”.

Neste caso, há a necessidade do capital romper com a agricultura camponesa tradicional, que sobrevive à margem do processo econômico global, exigindo a emergência de uma agricultura camponesa integrada, dependente e produtiva, assim como a consolidação das grandes propriedades monocultoras ligadas à produção de *commodities* exportáveis.

Leff (2000) caracterizou a agricultura tradicional camponesa como aquela efetuada por agricultores que constroem padrões tecnológicos simples para aproveitar o potencial produtivo dos ecossistemas onde se inserem e articulam suas práticas produtivas a uma racionalidade que mescla processos simbólicos e de significação cultural como cosmovisões, mitos e crenças religiosas, que “[...] *determinam as formas técnicas, os ritmos e a intensidade da transformação da natureza, seus padrões de consumo e o acesso socialmente sancionado a seus recursos.* (LEFF, 2000, p. 97), com destaque neste processo de organização social e produtiva as culturas camponesas tradicionais e as comunidades “primitivas”.

Para Graziano da Silva (1998, p. 3), os agricultores que praticam esta agricultura assentada “[...] *na relação Homem-Natureza (e suas contradições)*”, o fazem motivados por certa resistência à inovação e ao risco, pois as práticas agropecuárias desses agricultores são determinadas por métodos históricos de tentativa e erro, construídos através da transferência e a reprodução cultural dos conhecimentos técnicos que, na sua magnitude, foram e continuam sendo a base de sua sustentação econômica e social.

Embora variem nas circunstâncias geográficas e históricas, do ponto de vista das práticas e das técnicas e tecnologias agrícolas que marcam a agricultura tradicional, destaca-se o uso de equipamentos rudimentares manuais (a enxada) e de tração animal (arados, cultivadores, carroças); o plantio de sementes produzidas no próprio estabelecimento e guardadas da última colheita; a criação de animais “pé duro” (gado) e “caipira” (porcos e frangos), mediante seleção genética conduzida pelos próprios produtores rurais, valorizando as espécies silvestres de plantas e

animais, conhecimentos e técnicas que, ao mesmo tempo em que derivam, contribuem para o conhecimento social sobre a diversidade genética (SCHULTZ, 1965).

Por exclusão, todo estabelecimento rural que está organizado no campo e não apresenta maximização do benefício econômico mercantil e de modernização acelerada pela incorporação de elementos técnico-científicos é tido como participante da agricultura tradicional. Porém, Schultz (1965) destacou que no mundo todo há uma enorme quantidade de agricultores que, durante gerações, praticam a agricultura tradicional, mas na comparação com outros segmentos de agricultura denominados “modernos”, ainda assim, apresentam uma eficiência econômica considerável, o que coloca em xeque a discussão sobre qual agricultura é atrasada e qual é desenvolvida.

Para Schultz (1965), isso acontece porque ainda que os agricultores tradicionais invistam menos recursos em capital, introduzem menor quantidade e qualidade em elementos técnicos (máquinas, equipamentos, insumos) e científicos (sementes, plantas e animais melhorados), ainda assim, uma quantidade importante destes produtores consegue obter um retorno econômico que garante a sustentação da sua família e/ou da comunidade onde vivem, e até mesmo a geração de excedentes comercializáveis, permanecendo como produtores rurais no campo, enfim, superam os patamares de renovação.

Na comparação a outros modelos, a agricultura tradicional, enquanto prática produtiva, é o modelo territorialmente dominante em vários países. Conforme Altieri (2004, p. 22),

Os sistemas de cultivo tradicionais fornecem 20% da oferta de alimentos no mundo. (...) Os policultivos constituem no mínimo de 80% da área cultivada da África Ocidental e boa parte da produção de alimentos básicos nos trópicos latino-americanos.

Ao destacar a importância da agricultura tradicional no contexto mundial e explicitar que as formas de agricultura modernas são socialmente injustas, face do processo de exclusão do campesinato, Mazoyer e Roudart (1997) afirmaram que

Apesar dos bilhões gastos para promover a agricultura 'moderna', utilizando muito capital e muito pouca mão-de-obra, que triunfou nos países desenvolvidos, apenas penetrou em alguns setores limitados dos países em vias de desenvolvimento.

A grande maioria do campesinato desses países é demasiada pobre para comprar grandes máquinas e grande quantidade de adubos.

Cerca de 80 por cento dos agricultores da África, 40 a 60 por cento destes da América Latina e da Ásia continuam a trabalhar unicamente com utensílios manuais, e somente 15 a 30 por cento de dispõem da tração animal. A agricultura moderna está, portanto, muito longe de ter conquistado o mundo; as outras formas de agricultura permanecem predominantes e continuam a ocupar a maioria da população activa dos países em vias de desenvolvimento. (MAZOYER e ROUDART, 1997, p. 12).

A crescente transformação no modo de vida do campesinato tem implicado na desregulação da agricultura tradicional, determinando o seu fim ou sua modernização. São os agentes do Capital e as relações socioeconômicas inerentes a este sistema produtivo que forçam a desestruturação da agricultura tradicional em escala mundial.

Para Amin (2004), tal processo acontece porque o capital força, no seio do campesinato, uma mudança no sentido da agricultura por eles praticada, substituindo a Natureza como fonte de simbolização e significação da vida, suporte e potencial da riqueza material e espiritual dos povos, transformando a agricultura em uma atividade meramente produtora de matérias-primas desvalorizadas e plenamente dependente de fatores exógenos ao campo, que alimenta uma acumulação de capital em escala mundial fundada na troca desigual de bens primários contra o consumo de mercadorias tecnológicas.

Leff (2000, p. 96) destacou que a Agricultura Tradicional tem se desintegrado mediante o processo de industrialização da agricultura, uma das faces do processo de globalização. Concomitantemente, *“Os processos de degradação ecológica, desintegração cultural e iniquidade social gerados nesse processo converteram-se num custo econômico e político do projeto de globalização”*.

Interpretando a conjuntura agrária mundial, Mazoyer (2001) destacou que na base dessa desintegração do campesinato está o processo de industrialização, o modelo excludente de políticas públicas de modernização e o desigual acesso e incorporação dos avanços técnicos e científicos, já que a industrialização da agricultura asseverou as diferenças entre os produtores pequenos, médios e grandes e ampliou a capacidade de drenagem da renda da terra efetuada pelo

capital, o que ampliou o processo de desintegração das unidades familiares de produção e a lógica de exclusão social no campo.

Por supuesto, un salto hacia adelante de esta envergadura no tuvo lugar de una sola vez, sino por etapas, ni tampoco ocurrió en todas las explotaciones agrícolas, si no en una minoría, cada vez menos numerosa, mientras que la gran mayoría de las explotaciones existentes a principios de siglo iban desapareciendo unas tras otras. (MAZOYER, 2001, p. 10).

Para o autor, efetivamente, em cada etapa deste processo de desenvolvimento desigual, somente os estabelecimentos rurais situados em regiões favoráveis em clima, solo, localização e aquelas suficientemente bem equipadas e dimensionadas para alcançar bons índices de produtividade puderam se desenvolver e continuar produzindo no campo, pois conseguiam obter uma renda superior às necessidades da família, cobrir os custos de produção, pagar as dívidas e reinvestir na produção.

Na escala global, poucos produtores foram efetivamente beneficiados pelas condicionantes da industrialização, já que o apoio público e as vantagens econômicas condicionadas pelo Estado (financiamentos, subsídios) foram parciais, e somente uma ínfima fração dos produtores conseguiu incorporar em seus estabelecimentos os elementos técnicos e científicos direcionados ao aumento da produção agropecuária, tornando-se produtores rurais mais dinâmicos, ampliando sua capacidade de produção e de produtividade, enfim, ultrapassando o limiar de resistência às crises agrícolas e de continuar sobrevivendo e produzindo no espaço agrário.

Segundo os estudos de Mazoyer (2001), Mazoyer e Roudart (1997), o estado de pobreza e de exclusão social de parte considerável dos agricultores aconteceu porque somente um terço dos cerca de 1,3 bilhões de agricultores existentes no mundo foram afetados positivamente pelo processo de industrialização agropecuária no contexto da “Revolução Verde”.

Assim, enquanto 33% dos agricultores puderam comprar os insumos, as máquinas agrícolas e as sementes necessárias para aumentar a sua capacidade produtiva para os 66% dos produtores restantes, sobrou somente a alternativa de continuar produzindo de maneira artesanal, com resistência à pressão exercida pela concorrência desleal dos produtores equipados e as proteções artificiais decorrentes

dos subsídios agrícolas e políticas de proteção estipuladas pelos países mais ricos ou por seus próprios governantes.

No caso específico da motomecanização, somente 2% dos agricultores – algo em torno de 26.000.000 de agricultores - puderam se equipar e adquirir ao menos um dos cerca de 28 milhões de tratores existentes no mundo.

Esto quiere decir que la gran motorización y la mecanización compleja que, junto con las variedades de plantas y las razas de animales seleccionados, los fertilizantes, los alimentos concentrados, y los productos de tratamiento de las plantas y de los animales, constituyen la punta de lanza de la revolución agrícola contemporánea, no han beneficiado más que a una ínfima minoría de los agricultores del mundo (en este texto, los términos agricultores, cultivadores de cereales y de otros productos y campesinos se refieren tanto a hombres como a mujeres. (MAZOYER, 2001, p. 02).

Para Mazoyer (2001), esta característica de desenvolvimento foi muito desigual, pois garantiu a evolução econômica de poucos produtores e significou o bloqueio econômico, a crise e a exclusão social para muitos. No plano internacional, a comparação entre os países ricos e pobres revelou que esta diferenciação foi ainda mais “gritante”.

Por otra parte, las explotaciones campesinas menos equipadas, de menores dimensiones, y a menudo peor situadas y menos productivas, cuyos ingresos familiares eran inferiores a un umbral de renovación, es decir al umbral de ingresos socialmente aceptable, cercano al salario mínimo del momento, no podían ni invertir, ni ampliarse, ni siquiera renovar plenamente sus medios de producción. De hecho, estas explotaciones, que tendían a descapitalizarse y a retroceder, eran abandonadas en general cuando el explotador se jubilaba, estaban en crisis y en vías de desaparición. (MAZOYER, 2001, p. 10).

Ainda, segundo Mazoyer (2001), a industrialização efetiva da agricultura ocorreu em seletos países nas diversas regiões do mundo, pois triunfou nas economias capitalistas desenvolvidas e debilmente se afirmou nas economias capitalistas subdesenvolvidas.

Esta difusão internacional do processo de industrialização asseverou ainda mais a diferenciação social entre os agricultores, já que poucos foram favorecidos, muitos desapareceram, pois perderam suas terras, e uma quantidade também grande continuou sobrevivendo no campo, porém, de maneira cada vez mais

marginal, já que os índices de pobreza e fome no campo revelam a existência efetiva de milhares de pessoas pobres e sem condição de produzir ao menos sua alimentação básica devido à falta de recursos para investir na compra de sementes para o plantio, etc.

Conforme as interpretações de Mazoyer (2001) e Amin (2004), somente uma pequena parcela dos camponeses e dos médios produtores rurais – proprietários de terra ou não – mas, sobretudo, a grande maioria dos grandes produtores rurais do Cone Sul da América Latina (Argentina, Chile, Brasil, Paraguai e Uruguai), da Ásia (Vietnã, Malásia, Tailândia, países do Oriente Médio como Síria, Irã) e África (África do Sul e países situados no norte da África, como o Marrocos) puderam se equipar, adquirindo, por meio de políticas públicas destinadas à industrialização da agricultura, os tratores, máquinas agrícolas, implementos e insumos modernos que possibilitaram ampliar sua capacidade laborativa, produtividade, produção e renda.

Conforme Amin (2004), nestas regiões e países, destacam-se dois setores: o segmento da “[...] agricultura capitalista governada pelo princípio de retorno sobre o capital” (AMIN, 2004, p. 74), praticada em médias e grandes fazendas, onde cada proprietário produz anualmente em torno de 1.000 a 2.000 toneladas de grãos por ano, e o segmento camponês modernizado, que obtém de 10 a 50 toneladas de grãos por ano.

Porém, para a maioria dos produtores camponeses dos países supracitados e para a totalidade dos produtores camponeses de nações onde o processo de industrialização foi pouco efetivo ou simplesmente nulo (centro da África e África Sub-Sahariana, Andes americanos, uma série de países da Ásia), o processo de industrialização não ocorreu. À margem do processo, o empobrecimento e a exclusão do campesinato se tornaram a tônica nestas sociedades.

A final de cuentas, queda más o menos, un tercio de los agricultores del mundo a los que no ha llegado ni la revolución agrícola, ni la revolución verde, ni la tracción animal: sólo disponen de unos aperos estrictamente manuales y, sin fertilizantes ni productos de tratamiento, cultivan o crían variedades o razas que no han sido objeto de ninguna selección. Una agricultura rural pobre, carente de todo tipo de investigación y de todo proyecto, que cuenta aproximadamente con 450 millones de trabajadores, es decir, 1 250 millones de personas que viven mal o muy mal de la agricultura. Estos agricultores no pueden superar una productividad bruta de 1 tonelada de grano por trabajador y por año (1 ha/trabajador/año x 1 t/ha en secano, ó 0,5 ha/trabajador x 2 t/ha en regadío). (MAZOYER, 2001, p. 02).

Assim, as inovações tecnológicas introduzidas na agricultura, pouco a pouco, engendraram um mecanismo de destruição do trabalho vivo inerente às formas artesanais camponesas nos lugares e regiões onde ocorriam, em favor de padrões de agricultura assentados nos grandes estabelecimentos rurais, produtores de agricultura extensiva, direcionada à exportação, capital-intensivas no uso de maquinaria, insumos (semente, adubos, pesticidas agrícolas) e, sobretudo, baseados no assalariamento.

Analisando aspectos da realidade agrária estadunidense e europeia a partir do estudo do trabalho de diferentes autores, Abramovay (1992, p. 115) compreendeu que o campesinato tradicional vivenciaria uma situação de “[...] *integração parcial a mercados incompletos*”, pois os camponeses dispõem de uma flexibilidade de possibilidades para destinar sua produção, ora direcionando a produção para o auto-consumo, ora para a industrialização caseira, ora comercializando o produto *in natura* com a venda direta ao consumidor, ora vendendo aos atravessadores e comerciantes, relação que se daria em razão das circunstâncias de momento, ditadas pelos vínculos de dependência pessoal.

Abramovay (1992) caracterizou o mercado incompleto pela fragmentação e até inexistência do mercado de créditos e capitais, muitas vezes diluído e sob o julgo de vários agentes, sobretudo os grandes proprietários e comerciantes usurários. Outras peculiaridades dos mercados incompletos vivenciados pelos camponeses seriam a dependência direta dos agentes comerciais (bodegueiros, marreteiros) para obter insumos e até mesmo gêneros alimentícios que não são produzidos na unidade familiar de produção, a desinformação, o aviltamento no preço e até o desvio métrico formal (peso e medida) na venda das mercadorias.

Segundo Abramovay (1992), dadas as características socioeconômicas do mercado incompleto, territorialmente sua ocorrência se estende da escala local até a escala regional, se consubstanciando como uma espécie de micro-economia na qual as relações informais e interpessoais, baseadas na confiança e no costume, são a tônica.

De posse das informações censitárias e estatísticas sócio produtivas dos países que analisou e corroborado pelas leituras teóricas dos autores aos quais se referiu, Abramovay (1992) afirmou que a partir do momento em que agentes econômicos do capital nacional e internacional se territorializaram na escala local e regional, provocavam uma reestruturação econômica profunda, modernizando as relações socioeconômicas a tal ponto que desregulavam o micro-cosmo da economia local regional e as “engrenagens” dos mercados incompletos, destruindo, conseqüentemente, as bases de sustentação e de funcionamento da economia camponesa.

As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social. (ABRAMOVAY, 1992, p. 117).

Para Abramovay, estas transformações no seio do campesinato tradicional redundariam tanto no fim do campesinato pela sua exclusão, quanto no surgimento dos Agricultores Familiares, um extrato do processo capitalista de produção agrícola, que mesmo detendo reduzida dimensão agrícola para explorar, controlaria um aparato técnico-produtivo ímpar que o qualificaria a participar em redes e cadeias produtivas capitalistas muito específicas e sob o aparato de distintas políticas públicas de fomento, de forma que estes agricultores conseguiriam obter altos índices de produtividade e de renda.

No entendimento de Samir Amin (1986), esta forma de desenvolvimento capitalista promoveria nos países onde ocorrem a proletarização do campesinato, ainda que dissimulada, porque do ponto de vista formal o camponês é o proprietário dos meios de produção.

O capital dominante anula a renda, livra-se da propriedade fundiária e proletariza o camponês trabalhador (...) que conserva a propriedade formal da terra, mas não tem mais a propriedade real. Conserva, também, a aparência de um produtor comerciante que oferece produtos no mercado, mas na verdade é um vendedor de força de trabalho, e sua venda é disfarçada pela aparência de produção comercial. Assim o camponês é reduzido, de fato, à condição de trabalhador a domicílio. (AMIN, 1986, p. 29).

No caso brasileiro, interpretando as questões relativas à concentração fundiária, as articulações estabelecidas entre capital e pequenos produtores rurais no processo de “integração²” e a expulsão dos camponeses e emergência do trabalho assalariado, Gorender (1994, p. 38) entendeu que, no seu processo de desenvolvimento, o capital avança no campo ao modernizar as relações de produção em duas fases: uma primeira, transitória, em que acontece a “[...] *subsunção formal da produção ao capital*”, materializada no “[...] *domínio do capital sem alteração ponderável da relação precedente*”, com a manutenção subordinada dos camponeses aos ritmos de acumulação, que exige crescentemente a mão-de-obra assalariada no processo produtivo.

Na segunda fase considerada “superior”, ocorre a “[...] *subsunção real da produção ao capital*”, assentado em técnicas de produção mais elaboradas e na existência de formas de mais-valia relativa, ou seja, riquezas que emanam do processo produtivo, mas que se materializam enquanto capital na exploração do trabalho e na circulação da mercadoria, determinando, portanto, a exclusão do homem do campo e sua entrada no exército industrial de reserva.

Estabelecendo uma leitura diferenciada, focada no caso brasileiro, Martins (1994) criticou veementemente este tipo de análise própria da ortodoxia marxista sobre o campesinato por considerá-la extremamente simplista e positivista, sobretudo pela característica de só permitir “enxergar” um processo de evolução ideal, no qual o capitalismo varreria do campo toda e qualquer relação de produção que não fosse o modelo ideal, ou seja, “[...] *estritamente dominação do trabalho pelo capital*”, como acontece nas estruturas fundiárias de área concentrada, onde os grandes proprietários fundiários exploram mão-de-obra assalariada.

² Para qualificar, integração é uma forma de relação entre agricultura e indústria onde a empresa processadora formaliza o contrato de integração com os agricultores e, desenvolvendo tecnologias específicas, oferta estas aos seus integrados, na forma de insumos, recebendo ao longo do ciclo produtivo a produção integral destes produtores.

Para Martins (1994, p. 174), a existência dos camponeses proprietários ou dos camponeses que exploram a terra de trabalho de maneira marginal (arrendatários, posseiros, meeiros), que sobrevivem com a produção de auto-consumo ou mesmo a produção de matérias-primas para o mercado, com elevados índices de produtividade, revela as estratégias sociais de uma classe que molda sua resistência e garante a reprodução do seu modo de vida, aproveitando-se das contradições do sistema capitalista.

Para Martins, a existência de capitalistas fundiários e a (r)existência do campesinato demonstra que no campo brasileiro.

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo em que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal *do trabalho* ao capital. O que esta relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da *sujeição da renda da terra ao capital*. Esse é o processo que se observa hoje claramente, [...] tanto em relação à grande propriedade, quanto em relação à propriedade familiar, de tipo camponês. (MARTINS, 1994, p. 175. Grifos do autor).

Concordando com as teses de Martins, mas realizando uma leitura geográfica do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, Oliveira (1998) apresentou uma análise teórica que explica o processo de desenvolvimento do capitalismo pela sua natureza paradoxal, desigual e ao mesmo tempo contraditória.

Para Oliveira (1998), no topo do processo configurar-se-ia a territorialização do capital, considerada uma forma de desenvolvimento superior, plena, que resulta no controle total do capital sobre a terra e todas as atividades agrícolas e agroindustriais, como é o caso das destilarias de açúcar e álcool.

A manifestação espacial desse processo decorreria diretamente da integração crescente entre os capitais fundiário, industrial, comercial e financeiro, cujas parcerias e articulações permitiriam alavancar uma grande massa de recursos para investimento, que financiaria a instalação de grandes conglomerados agroindustriais, onde a um só tempo se desenvolveria o processo produtivo agrícola nas grandes propriedades cultivadas e a transformação industrial da produção dessas áreas em instalações industriais próprias, amalhando a um só tempo os diversos estratos de mais-valia: a renda da terra da atividade agrícola, o lucro da

atividade industrial e comercial e a riqueza proveniente das diversas formas de trabalho não pago, entre elas o assalariamento de trabalhadores permanentes e temporários, e em certos casos, a coerção física de pessoas (peonagem e trabalho escravo), que labutam nas plantas fabris e nos campos de cultivo.

Oliveira (1998), também compreendendo a dinâmica do capitalismo no campo brasileiro, demonstrou que em alguns casos, os agentes não operam o processo “varrendo” do campo o campesinato e os capitalistas menos capazes. Eles também podem criar mecanismos de associação dependente, possibilitados pelo poder centralizador dessas estruturas agroindustriais, que determinariam os perfis locais e regionais da produção. Mesmo controlando grandes extensões de terra e sendo seus próprios fornecedores, abrir-se-ia a possibilidade crescente de incorporar, via arrendamento de terras, áreas de cultivo de outros capitalistas fundiários e até mesmo de camponeses. Neste caso, a agroindústria também realizaria a extração da mais-valia pelo viés do capital usurário.

Segundo Oliveira (1998), dois outros processos confirmariam a tese de desenvolvimento desigual e contraditório: a de “*monopolização do território pelo capital*” e a “*produção não capitalista do capital*”.

Por monopolização entendem-se as articulações de empresas agroindustriais e agrocomerciais, que operam em determinados setores agroprodutivos (laticínios, fumageiro, hortifrutigranjeiro, sericicultura, vinícola), mas que não possuem áreas de cultivo e criação próprias. A reprodução ampliada do capital ocorre via contratos de integração ou compra direta da produção. Ditam o preço da mercadoria comprada, os ritmos e lógicas do processo produtivo aos produtores e, após industrializar, vendem a produção industrializada no mercado.

Os produtores continuam proprietários, mas há uma clara preferência pelas propriedades camponesas. O grande segredo dessa iniciativa é que as famílias camponesas criam os animais e produzem os gêneros agrícolas com um custo infinitamente inferior àqueles alcançados pela empresa, se caso fosse a mesma que realizasse todo o processo produtivo explorando suas terras, pagando assalariados e comprando todos demais recursos produtivos (maquinaria, insumos, tecnologias).

Nesse sentido, Oliveira (1998) apontou a drenagem e a sujeição da renda da terra como o grande segredo econômico que leva o capital a permitir a coexistência e a sustentação da produção camponesa no campo.

Oliveira (1998) destacou também, que complementarmente aos processos citados, há ainda os casos nos quais ocorre a recriação camponesa no momento em que o capitalista fundiário arrenda suas terras para que, durante algum tempo, sua propriedade seja explorada por camponeses que, passado o período de contrato, lhe devolvam terra em melhores condições de cultivo do que no momento em que a receberam.

Por este viés, o capitalista economiza o investimento de seu capital imobilizado na produção, consegue considerável melhoria das condições físico-químicas do solo de graça, sem investir recursos em adubos e demais insumos, e, ainda, amealha uma renda em produto ou dinheiro no decorrer do período contratado. Neste sentido, o envolvimento de uma segunda pessoa – no caso, o camponês- garante, ainda que de maneira usurária, o processo capitalista de acumulação sob a condição da recriação de relações não capitalistas de produção.

Estas contradições acontecem porque não é somente pela expansão do assalariamento e o controle direto sobre a terra mercadoria que o capital avança no campo, mas sim sobre toda e qualquer atividade produtiva e econômica a ele relacionado, que lhe garantem reproduzir-se pela replicação constante e ampliada de um modelo baseado na “[...] *produção social e acumulação privada da riqueza*” (Martins, 1991, p. 177).

Fato é que todo este emaranhado de situações insere-se no processo geral de desenvolvimento “*sóciometabólico do capital*” (MÉSZÁROS, 2002), cujo ímpeto e força de destruição e recriação moldam, por meio de variados mecanismos de controle, as diversas manifestações socioeconômicas, a fim de garantir ao capital a sua viabilidade (re)produtiva, que se assenta na construção de uma realidade hierárquica de controle sobre o trabalho em suas diversas manifestações, garantindo a extração continuada e ampliada da riqueza que emana do trabalho.

Não se pode pensar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. (MÉSZÁROS, 2002, p.96).

De fato, ao “varrer” do campo o camponês tradicional, incorporando alguns em sua lógica de acumulação ampliada ou relegando em algum momento os “eleitos” ao abandono, a reestruturação produtiva do capital visa asseverar, ainda mais, as contradições e a necessidade de superar as formas de realização do trabalho assentadas na pequena propriedade de caráter familiar.

Para tanto, o capital cria mecanismos para ampliar a apropriação e a subordinação das diferentes formas de trabalho à sua lógica, seja incorporando a propriedade privada, seja estruturando novos mecanismos de drenagem da renda e apropriação do trabalho social de produtores individuais, coletivos e de trabalhadores assalariados.

Nesta lógica, nem mesmo os camponeses integrados e funcionais ao sistema têm a sua manutenção social assegurada. Um dos mecanismos centrais é impor integrações horizontais e cadeias produtivas cada vez mais complexas, com novas regras, ritmos produtivos, qualificações, especificações, em dimensões e com inovações tais que os produtores que não se “encaixam” no padrão são efetivamente afastados, rompendo-se os contratos de integração.

No Brasil, isto acontece pela imposição de preços baixos às matérias-primas provenientes do campo e pela emergência de novos padrões organizacionais impostos pelos setores de hortifrutigranjeiros em áreas de agricultura familiar. Por outro lado, as empresas deste setor têm efetivado, em algumas regiões, contratos de integração somente com médios e grandes proprietários em áreas de ocupação recente, como o Mato Grosso.

Outra “sacada” do capital é cobrar do poder público investimentos que favoreçam a implementação desta lógica. São notórias em nível mundial políticas públicas de apoio e financiamento de agricultores que absorvem investimentos e direcionam seus estabelecimentos à produção agropecuária em segmentos específicos (cana-de-açúcar e outros biocombustíveis como as oleaginosas mamona, pinhão-manso, além de cultivos como soja, beterraba, leite, *pinnus* e eucalipto, milho, granjeiros, etc), recursos estes que, na verdade, beneficiam as agroindustriais e cadeias comerciais e industriais a montante e a jusante.

Esta busca pela excelência produtiva, com a produção a menor custo para o capital, por sua vez, gera uma situação de desequilíbrio internacional, já que a comercialização da produção é realizada em escalas cada vez maiores. Os países

mais afetados são aqueles que apresentam produtores menos equipados e relegados pelas políticas públicas e que dependem basicamente da agricultura para sobreviver.

Possuindo menor produtividade, conseqüentemente, os produtores desses países são impactados negativamente em razão da dominação do mercado pelas multinacionais, que desregulam os mercados locais/regionais, provocando o empobrecimento e a exclusão dos agricultores pobres.

CAPÍTULO 2

A AGROECOLOGIA E A REESTRUTURAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO CAMPO

2.1 O MODELO AGRÍCOLA ATUAL E A EXPANSÃO DA POBREZA, DA FOME E DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS

Segundo dados da FAO (2002, p. 21), apesar dos avanços da economia mundial, adentrando o século XXI mais de 2,1 bilhões de pessoas vivem com menos de 2 dólares estadunidenses por dia, e cerca da metade deste número (1,1 bilhões de pessoas) vivem em estado de extrema pobreza, subsistindo com menos de 1 dólar por dia, situação calamitosa que apresentou melhoras no decorrer das estatísticas anteriores, que acusaram 1,269 bilhões de pessoas em estado de pobreza em 1990, e 1,134 bilhões de pessoas em 1999.

Além disso, a FAO (2002) destacou que sete em cada dez pobres do mundo habitam zonas rurais, e que a maioria dos pobres do campo são “[...] *pequeños propietarios, campesinos sin tierras, pastores tradicionales, pescadores artesanos y grupos marginales como refugiados, poblaciones indígenas y hogares encabezados por una mujer*”, destacando as diferentes classes (pequenos, médios e grandes produtores) e a questão de gênero relacionada ao campesinato pobre.

O lado mais perverso da pobreza é que ela afeta diferentes países e regiões do globo onde vivem indivíduos que desenvolvem uma agricultura camponesa sujeita as más colheitas e problemas ambientais (seca e solos exauridos), como é o caso de nações da África Sub-Sahariana.

Porém, cerca de 60% da população pobre que vive no campo está em zonas com bons índices de precipitação pluviométrica, e solos favoráveis ao cultivo de alimentos. Logo, o problema dos pequenos produtores é político e deve-se as formas como os Estados Nacionais gerem as políticas de desenvolvimento rural, o acesso ao crédito, conduzem as políticas de reforma agrária, enfim.

Na América Latina, que é uma das principais zonas de produção de grãos do globo, a fome está associada com a concentração da terra e a exclusão camponesa que, assim como nas demais regiões, impacta negativamente na realidade urbana de falta de trabalho e de renda, completando o quadro problemático de insegurança alimentar.

Cerca de 800 millones de personas - una sexta parte de la población del mundo en desarrollo - no tienen acceso a suficiente comida para llevar una vida saludable y productiva. Aproximadamente 280 millones de estos alimentariamente inseguros viven en el Sur de Asia; 240 millones en el Este de Asia; 180 millones en el África del Sub-Sahara y el resto (100 millones) en Latinoamérica, el Medio Oriente y el Norte de Africa. Aunque se ha progresado en el combate de la inseguridad alimentaria, el avance es lento. (FAO, 2002, p. 113).

Conforme projeções recentes da FAO, a meta da Cúpula Mundial da Alimentação organizada pela entidade era reduzir o número de pessoas alimentariamente inseguras das 800 milhões de pessoas no ano 1995 para 400 milhões de pessoas no ano de 2015 não poderá ser alcançada antes do ano 2030, se mantidas as taxas atuais de aumento de pobreza e o nível internacional de produção de alimentos.

A FAO (2005, p. 93) trabalha com um conceito amplo de Segurança Alimentar, que é “[...] *cuando todas las personas tienen en todo momento acceso físico, social y económico a suficientes alimentos inocuos y nutritivos para satisfacer sus necesidades y preferencias de alimentos*”.

Como saídas para superar o problema da pobreza e da fome em economias em desenvolvimento e com alto percentual de População Economicamente Ativa (PEA) agrícola, o estudo da FAO (2002) propugna uma maior ação e presença do Estado na oferta de serviços públicos no espaço agrário, políticas de crédito e incentivo aos produtores rurais, para gerar maior quantidade de produção agrícola e reverter o quadro de insegurança alimentar, sobretudo em países que importam alimentos ou recebem ajudas humanitárias de alimentos de organizações internacionais.

O estudo aposta todas as suas fichas na globalização, vislumbrando no comércio agrícola mundial a saída para os países pobres obterem maior desenvolvimento.

Un comercio más libre puede tener gran valor como un camino hacia la paz y la prosperidad, En los países en desarrollo, especialmente en las economías menos desarrolladas, un comercio agropecuario más libre puede elevar los ingresos considerablemente, ser una fuente importante de divisas y actuar como un catalizador para el desarrollo global. (FAO, 2002, p. 23).

O Banco Mundial, que acompanha as informações e as estatísticas da realidade agrária mundial, produzindo levantamentos e estudos, publicou o documento “Agricultura para o desenvolvimento” (BANCO MUNDIAL, 2008). No documento, evidenciou que a fome e a pobreza rural e urbana em países com grande concentração populacional e com condições edafo-climáticas favoráveis não se justificam.

Segundo o Banco Mundial, as condições de clima e solo deveriam ser melhor aproveitados, vislumbrando a emergência de uma agricultura mais produtiva, que além de contribuir para a maior oferta de alimentos, provocaria o rebaixamento do valor de preço de venda, ampliando a capacidade de compra da população em geral. O fator populacional representaria uma vantagem comparativa significativa, já que poderia ser aproveitado como mercado potencial. Porém, a busca pelo mercado externo, sobretudo com a produção de commodities e de biocombustíveis, não foi descartada.

A instituição alerta para o fato de que a transformação deve ser processada em favor de agricultores que assumam características profissionais, isto é, cultivem para o mercado. Neste sentido, o Estado deve contribuir com os investimentos em pesquisa e apoio necessários para conduzir o processo de mudança, sobretudo garantindo o acesso às tecnologias agrícolas, financiamentos à produção e estabelecimento de seguro agrícola, garantia de preços mínimos, políticas de regulação do mercado em suas diversas facetas (mercado doméstico, mercado internacional).

Esta busca pela eficiência foi pensada não só em razão do aumento dos fatores capital e trabalho, mas também das questões relativas ao fator terra, já que o BM é a instituição que promove, como se viu, em nível mundial a “Reforma Agrária de Mercado”, uma iniciativa que visa dinamizar o “[...] mercado de terras a fin de transferir las propiedades a los usuarios más productivos y facilitar la participación en el sector rural” (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 09).

Porém, não é só o Banco Mundial que estipula o mercado (seja ele o de terras, o doméstico agrícola ou o mercado internacional de produtos agrícolas) como fator fundamental para promover o desenvolvimento rural, uma vez que a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – também defende o ideário neoliberal e o mercado como a ferramenta central para o desenvolvimento.

Para reducir la pobreza rural se necesita principalmente un aumento sostenido de la productividad de la agricultura en los países en desarrollo. Sin embargo, la responsabilidad de lograr ese incremento no radica exclusivamente en ellos. Por el contrario, para que esto sea posible es indispensable la apertura de los hoy cerrados mercados agrícolas de los países industrializados. (GUARDAGNI e KAUFMANN, 2004, p. 05).

Segundo os pesquisadores do IIIPA (Instituto Internacional de Investigación sobre Políticas Alimentares), esta preocupação das agências multilaterais em pensar o mercado como saída para a crise da fome e miséria de nações pobres fundamenta-se na proposição de que o crescimento agrícola pode funcionar como uma espécie de “catalisador” para o crescimento econômico e o desenvolvimento dessas nações, pois a agricultura pode contribuir na geração de emprego agrícola e, devido aos encadeamentos a montante e a jusante, gerar emprego, riquezas e crescimento econômico em outros seguimentos da economia.

Ademais, Pinstrup-Andersen, Pandya-Lorch e Rosegrant (2002) apontaram que desenvolver a agricultura contribuiria para o aumento da oferta de alimentos à população, sobretudo a urbana, alavancaria o principal setor da atividade produtiva dos países pobres (a agricultura), reduziria a pobreza e contribuiria na preservação dos recursos naturais. Além disso, a comercialização dos excedentes agrícolas no mercado externo contribuiria na geração de divisas para obtenção dos alimentos que não podem, por diversos motivos (climáticos, tecnológicos), ser produzidos nestes países.

A princípio, há uma convergência nas ideias apresentadas por Pinstrup-Andersen, Pandya-Lorch e Rosegrant (2002), FAO (2002, 2005), o Banco Mundial (2008) e a CEPAL (GUARDAGNI e KAUFMANN, 2004), pois todos reforçaram o ideal desenvolvimentista presente nos auspícios da “Revolução Verde” de que a fome pode ser superada pelo investimento maciço de recursos econômicos em produtos

tecnológicos para a agricultura, o que alavancaria e multiplicaria a capacidade desta em gerar riqueza, alimentos e renda.

Porém, esquecem as agências multilaterais de que o intenso processo de modernização avançou ruidosamente nas últimas 5 décadas, e que as promessas da agrobiotecnologia já são fatos pela crescente territorialização dos cultivos transgênicos, e que, em grande medida, o que se verifica no mundo não é falta de alimentos, mas sim, problemas relativos à sua distribuição, dificuldades no acesso (Tabela 7, abaixo) e, infelizmente, com grande destaque, a impossibilidade de muitos agricultores produzirem seus próprios alimentos.

Tabela 7: Indicadores da evolução populacional e da produção agrícola mundial entre 1975 e 2005.

Indicadores	1975	2005	Variação (%)
População total (milhões)	3.693	6.453	74,74
Produção (milhões de toneladas)	1.225	2.219,4	81,18
Área cultivada (milhões de hectares)	695	681,7	-1,91
Produtividade média (mil kg/hectare)	1,76	3,26	84,71
Oferta <i>per capita</i> anual (kg)	310,00	340,00	9,68

Fonte: FAO, 2006.

Segundo os dados da Tabela 7 apresentada acima, apesar da lenta diminuição da área cultivada de 695 para 681,7 milhões de hectares ter sido acompanhada de um aumento populacional da ordem de 74,75%, passando o total populacional de 3.693 milhões de habitantes para 6.453 milhões de habitantes no período de 1975 para 2005, a produtividade média em quilogramas por hectare e a produção total cresceram 84,71% e 81,18%, respectivamente, o que representaria uma oferta per capita de 340 quilos de alimentos por pessoa ano.

Ademais, nos seguimentos alimentares das carnes (frango, suínos e bovinos), do milho, do arroz, do trigo, do feijão, do leite e de produtos agroindustriais específicos como a soja, também houve uma considerável tendência de crescimento da produção (Tabela 8, próxima página).

Tabela 8: Produção agrícola mundial de produtos específicos entre 1961 e 2005 (em toneladas).

Produto	1961	1970	1980	1990	2000	2005	Var. % 1961/2005
Soja	26.882.808	43.696.887	81.039.568	108.453.156	161.406.339	214.347.289	697,3 %
Carnes	71.343.133	100.623.729	136.678.927	179.939.905	235.096.410	265.428.707	272,0 %
Milho	205.004.683	265.831.145	396.623.388	483.336.300	592.790.116	701.666.160	242,3 %
Arroz	215.654.697	316.384.298	396.871.255	518.229.077	599.097.676	618.440.644	186,8 %
Trigo	222.357.231	310.741.644	440.204.101	592.309.008	586.059.624	629.566.041	183,1 %
Leite (mil litros)	344.185.940	391.758.948	465.559.150	542.533.887	579.614.725	629.101.719	82,8 %
Feijão	11.228.313	12.629.727	13.711.771	17.449.341	16.859.908	18.747.741	67,0 %

Fonte: FAO, 2006.

Como pode ser visualizado na Tabela 8 apresentada acima, apesar do índice de crescimento da produção de leite (82,8%) e feijão (67%) terem superado o índice de crescimento da população (74,74%) apresentado na tabela 7 (página anterior), mundialmente observou-se o crescimento considerável da produção de trigo (183,1%) e arroz (186,8%), que praticamente dobrou no período. Seguindo esta tendência, houve crescimento considerável da produção de milho (242,3 %) e carnes (272%), refletindo portanto, numa maior quantidade de alimentos básicos disponíveis no mundo.

Porém, com 697,3% de crescimento, a soja compareceu como a principal cultura em aumento de produção, tendência que revela possivelmente dois processos: aumento da área plantada com a leguminosa e aumento de produtividade.

Com base nos dados apresentados nas tabelas 7 e 8, se pode dizer que a questão central da fome no mundo não é provocada pela falta de alimentos, já que em alguns casos a produção existente supera a demanda.

O problema da fome tem três causas centrais: primeiro, o acesso, pela falta de renda da população urbana para se alimentar; segundo, pela dificuldade dos camponeses pobres de colocar em produção suas terras, já que estão desassistidos das políticas públicas; em terceiro lugar, o modelo agrícola, que se não exclui parte dos produtores pelos mecanismos de concentração fundiária e pelos mecanismos de baixos salários, o faz pelos mecanismos de mercado, uma vez que é uma prática corrente a drenagem da renda dos produtores rurais que gera desestímulo e pobreza no campo e um encarecimento dos preços dos alimentos aos consumidores em geral, como também, a carestia onde os alimentos são vendidos.

Ademais, a lógica do mercado é valorizar e investir em setores com maior perspectiva de retorno, como a produção de grãos ligados à cadeia de processamento agroindustrial e com preços regulados em bolsa de valores, como é o caso da soja, a vedete do mercado global de grãos e, como se sabe, não é consumida *in natura*, mas sim na forma de sub-produtos (lecitina, proteína e extrato de soja) que compõem alimentos industrializados diversos (pães, bolos, massas, bebidas, iogurtes, chocolates, etc).

Outra questão é que com a estratégia mundial de ampliação das áreas de cultivo de leguminosas (soja), palmas (dendê), plantas florestais (*pinnus* e eucalipto) e gramíneas (milho e cana-de-açúcar) para a produção de biocombustíveis, o número de famélicos poderá aumentar, já que ocorrerá a perspectiva de diminuição da área cultivada com alimentos (trigo, milho, arroz, feijão), aumento da área cultivada com biocombustíveis e desabastecimento.

Em razão da emergência e da consolidação de uma economia globalizada, o pensamento neoliberal que lastreia as principais políticas reforça a importância do mercado como forma de potencializar o desenvolvimento, e a “[...] *segurança alimentar que pressupõe, via de regra, alternativas mercadológicas e manutenção de estoques reguladores para fazer o jogo do mercado e não para resolver a chaga da fome*”, que, segundo Thomaz Júnior (2007), “[...] *fundam os alicerces das mazelas e endemias sociais que atingem cada vez mais as populações desempregadas, desterradas, empobrecidas e famintas*”.

Para Chonchol (2005), a superação efetiva do problema da fome só vai ocorrer quando, nos fóruns mundiais e agências que detêm o poder de influenciar a criação e a efetivação de políticas públicas, for superada a tese do liberalismo econômico como potencializador da equidade, ampliarem-se as perspectivas de geração de emprego no campo e na cidade e, efetivamente, as políticas públicas nacionais e a cooperação internacional caminharem juntos na equalização da Soberania Alimentar.

Ademais, Weid e Altieri (2002) destacaram que, no início do século XXI, apesar dos novos elementos técnico-produtivos destinados à agricultura, em muitos lugares verificam-se alguns problemas, que iniciaram com a estagnação ou mesmo com a diminuição da produtividade agrícola, mas se asseveram com um conjunto de preocupantes impactos ambientais e econômicos, entre os quais a erosão do solo e sua degradação, a poluição química, ao lado da exaustão e da poluição das fontes

de superfície e dos lençóis freáticos, o crescimento do desmatamento e da destruição da biodiversidade em geral.

Estudos realizados pela FAO (2002) revelaram que, entre 1960 e 1999, o desenvolvimento das forças produtivas ampliou a capacidade de incorporação de terras para a prática da agricultura. Neste período, 172 milhões de hectares passaram a ser cultivados, avanço que ocorreu principalmente em países em desenvolvimento, em terras até então ocupadas por importantes biomas, entre as quais as savanas africanas, os vales andinos, os pântanos e as zonas de monções asiáticas, os cerrados do Brasil, a Amazônia sul-americana, as zonas litorâneas úmidas como a Mata Atlântica do Brasil, os pampas do MERCOSUL, etc.

Ainda segundo a FAO, até 2030 a expansão da área cultivada poderá incorporar outros 130 milhões de hectares de terra à área atualmente lavrada e ocupada com lavouras temporárias e perenes.

Todavía hay tierra agrícola potencial que aún no se ha utilizado. En la actualidad, 1500 millones de ha de tierra se utilizan para tierras de labranza y cultivos permanentes, lo que representa aproximadamente el 11 por ciento de la superficie del mundo. Una nueva evaluación realizada por la FAO y por el Instituto Internacional de Análisis Aplicado de Sistemas (IIAAS) sugiere que, comparados los suelos, terrenos y climas con las necesidades de los cultivos principales, otros 2800 millones de ha son hasta cierto punto idóneas para la producción de secano. Esto representa casi el doble de lo que se cultiva actualmente. (FAO, 2002, p. 40-41).

Especialmente, 80% (1.680 milhões de hectares) do total de estoques de terras passíveis de desenvolvimento futuro da agricultura encontram-se em sete países localizados na América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia) e África Subsaariana (Angola, República Democrática do Congo e Sudão).

Nos demais países, sobretudo da Europa, América do Norte e Ásia, a área agrícola cultivada já ultrapassa os 90% dos estoques de terras cultiváveis, ou seja, a fronteira agrícola já está praticamente fechada e, em razão de problemas como a perda contínua da fertilidade dos solos, futuramente haverá nas sociedades que habitam estas regiões problemas de se garantir a produção de alimentos.

Analisando a questão, Porto Gonçalves (2004) destacou que a incorporação de novas terras ao processo produtivo agrícola é ditada pela lógica destrutiva do capital, o que se verifica nas áreas já ocupadas com pastagem e agricultura.

Para o autor, certamente a futura incorporação de novos territórios à produção agrícola vai ocorrer com custos ambientais perniciosos, sobretudo pela destruição incontida dos biomas naturais em detrimento da formação de agroecossistemas simplificados (mono cultivos agrícolas), que continuarão – em face do padrão agrícola moderno – produzindo toda sorte de impactos ambientais (contaminação das águas e animais por venenos e adubos, assoreamento dos rios e lençol freático, destruição da biodiversidade) e de impactos sociais, sobretudo pela exclusão social da população que tradicionalmente ocupa estas zonas (camponeses, tribos indígenas e africanas, povos da floresta).

Para Gliessman (2001), os impactos da moderna agricultura acontecem porque esta depende da simplificação dos ecossistemas para maximizar a produção e o lucro, já que aqueles que a praticam não se preocupam com as conseqüências ecológicas de longo prazo.

Assim, o cultivo intensivo do solo, as monoculturas, a irrigação, a aplicação de fertilizantes inorgânicos, o controle químico de pragas e a manipulação genética das plantas cultivadas formam a espinha dorsal da agricultura moderna, uma vez que cada uma é usada por sua contribuição individual à produtividade, mas, como um todo, formam um sistema no qual cada “peça” depende das outras e reforça a necessidade de usá-las – daí a grande lucratividade que o “pacote tecnológico” traz às empresas produtoras e a imensa dependência e controle que se exerce sobre os produtores que optam pelos pacotes tecnológicos modernizados.

Em 2000, a FAO (2002) alertou para o fato de que 1.964 milhões de hectares de terras, incluídas nesta conta tanto áreas ocupadas com agricultura quanto áreas ocupadas com pastagens estavam degradadas. Outros 910 milhões de hectares estavam com um grau de degradação moderado, fato que gerava queda na produtividade de agricultura e rebanhos, e outros 305 milhões de hectares estavam tão criticamente degradados, que a prática da agricultura, criação de gado e reflorestamento não mais podia se desenvolver, devido ao elevado processo de salinização, arenização e desertificação.

Ademais, a agricultura causa um forte impacto hídrico, fato que se deve ao uso inadequado e o desperdício de água. Segundo o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (2004, p. 64), do total da água doce retirada de fontes superficiais (lagos, rios) e subterrâneas e destinada para o consumo humano, 70% é utilizada na agricultura irrigada, que colabora com cerca de 40% da

produção global de alimentos.

Ainda segundo o PNUMA (2004), em 2001 pouco mais de 270 milhões de hectares de terras foram irrigados, porém, o uso e a gestão inadequados têm resultado na salinização anual de cerca de 1,5 milhões de hectares de terras ao ano. Como as tecnologias para recuperar áreas salinizadas são muito caras e de longo prazo, a produção agrícola irrigada tende a diminuir sua participação relativa e gerar alimentos cada vez com custos mais elevados, sobretudo pela necessidade de investimentos em recuperação ambiental das áreas irrigadas degradadas.

Além disso, *“a agricultura polui a água mais do que qualquer outra forma individual.”* (GLIESSMAN, 2001, p. 44), uma vez que as práticas modernas exigem aplicação constante de agroquímicos e a realização de práticas mecânicas de preparo de solo (aração, gradação, subsolagem) que implicam na geração de resíduos químicos provenientes de adubos e de venenos, e os resíduos físicos resultantes da erosão, todos carregados pela água da chuva e de irrigação, atingindo o lençol freático, os aquíferos, os rios e os lagos, e, dessa forma causam danos cumulativos na cadeia alimentar de peixes e aves e problemas aos seres humanos quando bebem desta água ou consomem os alimentos contaminados.

Gliessman (2001) afirmou ainda que, apesar dos inegáveis avanços técnico-científicos (novas variedades de plantas, insumos modernos, motomecanização, agrotóxicos, irrigação) que lastrearam o inegável impulso agrícola global (que apresentou nos últimos 50 anos taxas de crescimento da produção de alimentos ao exceder as taxas de crescimento populacional), os impactos decorrentes deste processo de modernização agropecuária evidenciam que o modelo agrícola predominante é insustentável.

A despeito de seus sucessos, contudo, nosso sistema de produção global de alimentos está no processo de minar a própria fundação sobre a qual foi construído. As técnicas, inovações, práticas e políticas que permitiram aumentos na produtividade também minaram a sua base. Elas retiraram excessivamente e degradaram os recursos naturais dos quais a agricultura depende – o solo, reservas de água e a diversidade genética natural. Também criaram dependência de combustíveis fósseis não renováveis e ajudaram a forjar um sistema que cada vez mais retira a responsabilidade de cultivar alimentos das mãos de produtores e assalariados agrícolas, que estão na melhor posição para serem os guardiões da terra agriculturável. Em resumo, a agricultura moderna é insustentável – ela não pode continuar a produzir comida suficiente para a população global, a longo prazo, porque deteriora as condições que a tornam possível. (GLIESSMAN, 2001, p. 33).

Dessa forma, em longo prazo, há a necessidade de reestruturação nas práticas agrícolas para garantir a produção de alimentos, com a emergência de sistemas produtivos menos dependentes de insumos externos e que se baseiem em tecnologias que incorporem o legado dos conhecimentos tradicionais desenvolvidos pelas comunidades camponesas, mudança de perspectiva que poderá dinamizar a produção de alimentos principalmente em regiões onde o problema da fome é mais grave (América Latina, África e Ásia).

Em outras palavras, o desafio colocado é o de potencializar estratégias de manejo dos recursos naturais e dos fatores de produção que ampliem a participação dos agricultores mais pobres, sem, no entanto, negar sua possibilidade de desenvolvimento, o que não ocorreu ao longo das últimas décadas, quando o desenvolvimento da agricultura foi pensado através de tecnologias caras e excludentes.

A necessidade urgente de combater a pobreza rural, conservar e regenerar a base de recursos deteriorada de pequenas unidades agrícolas requer a busca ativa de novos tipos de pesquisa agrícola e estratégias de manejo de recursos. Há muito tempo, as ONGs vêm argumentando que a **estratégia de desenvolvimento agrícola sustentável deve estar baseada em princípios agroecológicos** e numa abordagem mais participativa, em relação ao desenvolvimento e à difusão de tecnologia. O foco da atenção nos vínculos entre agricultura e manejo de recursos vai auxiliar muito na solução de problemas relativos à pobreza, à insegurança alimentar e à degradação ambiental. (WEID e ALTIERI, 2002, p. 232. Grifo nosso).

2.2 O DEBATE SOBRE AS AGRICULTURAS ALTERNATIVAS

Apesar da força hegemônica do capital e muitas vezes da falta de reconhecimento e apoio do poder público para sua implantação, Canuto (2004) destacou que mundialmente tem sido constituído um movimento de renovação e de contraposição aos sistemas agrícolas tipificados na “Revolução Verde”, na Agrobiotecnologia e no sistema alimentar correspondente.

Para o autor, este movimento é composto por um conjunto de diferentes agentes que tem assumido iniciativas diversas no âmbito da agricultura, cujas tessituras tem sido arroladas sob os codinomes de “Agriculturas Sustentáveis”, “Agriculturas de Base Ecológica” ou ainda de “Agriculturas Alternativas”. Estas são construções relativas aos sistemas agrícolas baseados em conhecimentos técnicos, científicos, tradicionais, filosóficos e até religiosos para criar padrões agrícolas produtivos, economicamente viáveis, ecologicamente estáveis e socialmente mais justos que os da agricultura industrial.

Além disso, o autor enfatizou que

A formulação histórica do conceito de agricultura sustentável constitui uma convergência entre a negação e a afirmação: desconstrução das concepções e práticas da agricultura convencional e construção do sentido ecológico imprescindível à agricultura sustentável. [...] O conceito de agricultura sustentável estabelece a distância de um modelo que produz fortes impactos ambientais e sociais. Contrapõe-se concretamente à degradação dos solos pela erosão, à desertificação, ao desflorestamento, à contaminação da água, do alimento e do agricultor, à redução da biodiversidade geral e funcional, à insegurança alimentar e aos impactos globais gerados pela agricultura de monocultivo. Faz igualmente a crítica das conseqüências sociais da aplicação desse modelo, como a concentração de renda, a crise de empregos, a pobreza, a migração e a exclusão social. (CANUTO, 2004, p. 38).

Conforme Brandenburg (2002, p. 01-02), “*A história da agricultura alternativa antecede a chamada revolução verde*” e os precursores das agriculturas alternativas destacaram-se pioneiros na formulação de um “*contra-movimento aos domínios da lógica industrial de produção*”.

Porém, no debate sobre a temática existem autores que não consideram as “agriculturas sustentáveis” como um movimento social e, menos ainda, como paradigma que aponte a reestruturação econômica, social e ecológica da agricultura industrializada.

[...] não cabe falar da agricultura sustentável como um novo paradigma emergente, [...] Quando muito se poderia dizer que estará disponível um conjunto de opções tecnológicas, as quais contribuirão para a transição do atual padrão dito moderno (que começou a ser gestado no final do século passado) para um outro padrão que possa ser definido como sustentável. Se essa transição vai ocorrer ou não depende de muitas variáveis, entre elas a força de pressão dos atuais movimentos ambientalistas em prol de uma agricultura sustentável. Além do que não se deve privilegiar a dimensão tecnológica em uma questão que é fundamentalmente de ordem política. Trata-se antes de definir o tipo de desenvolvimento econômico que se quer, para depois saber quais as tecnologias que lhe são apropriadas. (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 107).

Esta também foi a interpretação apresentada por Assad e Almeida (2004, p. 25), autores que não interpretaram as agriculturas alternativas como um movimento social, apesar de reconhecerem potencialidades nelas.

Além de seu potencial unificador e técnico-científico, a mencionada abordagem ecológica da agricultura pode se mostrar capaz de aglutinar forças para propor e implementar novas políticas públicas, a fim de promover a mudança do padrão tecnológico altamente impactante e desagregador da agricultura atual. [...] Mas para isso, não é suficiente um padrão tecnológico definido, fazendo falta à agricultura sustentável se constituir enquanto um movimento social *stricto sensu*, ou seja, numa ação social organizada contra a hegemonia do modo de desenvolvimento agrícola atual. Por enquanto, a agricultura sustentável é a expressão de iniciativas de grupos ou agentes sociais mais ou menos isolados, ainda pouco orgânicos, com resultados técnicos e sociais em diferentes amplitudes, agentes estes que poderão vir a integrar um movimento social, mas que ainda não constituem e não representam um movimento social. (ASSAD e ALMEIDA, 2004, p. 25).

Além das mudanças de concepção no âmbito da base técnica da produção (sistema produtivo), há que se destacar que as diferentes expressões de “agriculturas alternativas” defendem a necessidade de severas mudanças sociais no sistema alimentar, pois preconizam uma re-equalização das relações entre os produtores e consumidores, a preservação do conhecimento das comunidades tradicionais e camponesas e sua aplicação em prol do desenvolvimento agrícola, a articulação entre os produtores através de redes sociais, o que garante a melhoria das condições de produção, com conseqüências positivas na saúde dos produtores e consumidores, e, assim, diminuem os impactos negativos ao meio ambiente, garantindo a produção de alimentos saudáveis em condições de oferta e de preço aos consumidores .

Ademais,

O conceito de agricultura sustentável estabelece a distância de um modelo que produz fortes impactos ambientais e sociais. Contrapõe-se concretamente à degradação dos solos pela erosão, à desertificação, ao desflorestamento, à contaminação da água, do alimento e do agricultor, à redução da biodiversidade geral e funcional, à insegurança alimentar e aos impactos globais gerados pela agricultura de monocultivo. Faz igualmente a crítica das conseqüências sociais da aplicação desse modelo, com a concentração e a distribuição da renda, a crise de empregos, a pobreza, a migração e a exclusão social. (CANUTO, 2004, p. 38).

De fato, durante anos, na Europa e nos Estados Unidos, as práticas agrícolas sustentáveis foram “achincalhadas”, já que desde a emergência e rápida difusão dos compostos químicos para adubação, na década de 1920, e do desenvolvimento dos pacotes tecnológicos completos (insumos, sementes e máquinas) em décadas posteriores, a posição dos formuladores de políticas públicas, dos vendedores de insumos e sementes, da assistência técnica rural e dos produtores “modernizados” foram de ridicularizar essas práticas e de colocar seus proponentes e praticantes na categoria de “retrógrados” e de “defensores românticos de uma volta ao passado”.

Conforme uma extensa literatura a respeito, as diferentes expressões de “agriculturas alternativas” foram desenvolvidas a partir da década de 1920, portanto, no interregno de tempo que marca a emergência da industrialização da agricultura.

Se por um lado, algumas práticas denotavam peculiaridades, sobretudo em relação às cosmovisões e a religiosidade, no conjunto, o desenvolvimento da agricultura alternativa não teve nada de retrógrado. Pelo contrário: cada vez mais seus praticantes desenvolveram estudos, pesquisas e iniciativas para conhecer a viabilidade técnica, econômica e, sobretudo, ecológica e social, das diferentes concepções de agriculturas alternativas, entre as quais se destacam a “Agricultura Orgânica”, a “Agricultura Biodinâmica”, a “Agricultura Natural”, a “Agricultura Ecológica” e “Permacultura”.

Vários autores¹ apontaram que a primeira manifestação de agricultura alternativa aconteceu em 1920, quando o inglês Albert Howard cunhou o conceito de

¹ Entre eles Paulus (1999), Guivant (2001); Khatounian (2001), BNDES (2002); Moreira (2003); e Pinheiro (2004).

Agricultura Orgânica. Segundo Khatounian (2001), Howard fez várias viagens e incursões pela Índia, então colônia britânica, onde estudou as ações dos camponeses daquele país no desenvolvimento de práticas agrícolas como a compostagem e a adubação orgânica.

Após observar que as experiências de agricultura com uso de adubos químicos na Índia tinham um impacto positivo no início da sua introdução, resultando no aumento de produtividade, e que ao longo dos anos o reforço químico não mais surtia efeito, já que a produção decaía, e que sistemas produtivos com base no uso da compostagem baseada numa mistura de cinzas, palhas, restos vegetais, esterco de animais humidificados mantinham-se produtivos ao longo de anos, Howard produziu a obra “Um testamento agrícola”, publicada em 1940, que serviu para difundir a agricultura orgânica pelo mundo, ao divulgar suas benesses em relação à agricultura quimificada, sobretudo pelos menores gastos de implantação, menor dependência externa e maiores lucros aos produtores.

Guivant (2001) esclareceu que uma das principais características da Agricultura Orgânica é que para seu desenvolvimento o agricultor tem que valorizar a capacidade de reciclagem de materiais, uma vez que a base dos insumos provém especificamente do estabelecimento rural, como palhas, folhas, estercos, ao invés de incorporar recursos econômicos e energéticos vindos de fora.

A agricultura orgânica tem o compromisso primordial de proteger o meio ambiente e a saúde, objetivando a produtividade a longo prazo, e não sua maximização imediata. Além disso, requer o uso de técnicas agrícolas não poluentes, que se harmonizem com os ecossistemas locais e que conservem a fertilidade dos solos sem agredir a microvida, uma busca local para o equilíbrio sistêmico das atividades agrícolas. (GUIVANT, 2001, p. 106 - 107).

Estruturalmente, a Agricultura Orgânica se baseia na Teoria da Trofobiose, que considera que a produtividade e a resistência dos cultivos agrícolas aos insetos e doenças estão diretamente ligadas à fertilidade natural do solo, que pode ser potencializada por mecanismos orgânicos e não por mecanismos físico-químicos, como ocorre na agricultura industrial, que além de causar um desequilíbrio ambiental pelo uso de adubos químicos, gera plantas mais suscetíveis a doenças e insetos, replicando por sua vez no uso de outros insumos, particularmente pesticidas.

Em 1922, o médico e filósofo austríaco, Rudolf Steiner, criou o movimento da “Antroposofia”, ou “Ciência Espiritual”, ensinamento baseado na Teosofia, doutrina espiritualista iniciada por Helena Petrovna Blavatsk, mística russa ligada ao Lamaísmo (INDRIO, 1980).

Koepf, Pettersson e Schauman (1983, p. 45) citaram que em 1924, durante uma palestra em uma comunidade de agricultores austríacos, ao ser questionado sobre o que deveriam fazer os produtores para superar os problemas existentes no campo, entre os quais queda de produtividade agrícola, as doenças que atingiam os rebanhos, as pessoas e as plantas, o Dr. Steiner vinculou o pensamento antroposófico à agricultura, demonstrando que os problemas “[...] como a saúde do solo e do mundo vegetal depende da volta de um relacionamento com a natureza e com as forças cósmicas e formativas”, e que, portanto, poderiam ser superados mediante a incorporação dos ensinamentos antroposóficos nas práticas agrícolas.

Segundo Koepf, Pettersson e Schauman (1983), as preocupações com os problemas agrícolas levaram Steiner a fundar o “Círculo Experimental de Agricultores Antroposóficos” e, ao lado de outros estudiosos, simpatizantes e agricultores, empreendeu vários estudos sobre os problemas da produção agropecuária, trabalho que resultou na organização de uma série de fórmulas de compostos naturais e biodinâmicos para a cura dos problemas agrícolas encontrados.

Dessa mistura de ciência, filosofia e religião surgiu a “**Agricultura Biodinâmica**”, uma forma de produção que buscava a harmonia e o equilíbrio entre a terra, as plantas, os animais, os astros (sol e lua) e o homem, considerando cada unidade produtiva um organismo particular, mas amplamente interdependente de todos os outros no ambiente (análise sistêmica). Assim, a agricultura biodinâmica passou a mesclar elementos das ciências (Astronomia, Botânica, Biologia) com visões de mundo de caráter espiritual e carismático.

Como práticas, a Agricultura Biodinâmica difundiu o uso de preparos biodinâmicos (compostos à base de fungos, bactérias e fermentos que aceleram a atividade microbiológica quando adicionados ao solo e, dessa maneira, ampliam a capacidade de transformação da matéria orgânica em nutrientes para as plantas) e adubos orgânicos aplicáveis segundo a época do ano e a posição dos astros no sistema solar, conforme apontamentos de Paulus (1999), Moreira (2003) e Pinheiro (2004).

Koepf, Pettersson e Schauman (1983) destacaram que o Movimento da Agricultura Biodinâmica cresceu na Áustria com a fundação da Cooperativa Agrícola Demeter. Ao longo das últimas décadas, grupos de produtores biodinâmicos foram organizados na Holanda, Bélgica, França, Suíça, Suécia, Noruega, Finlândia, Inglaterra, Alemanha e até no Brasil, que contempla organizações como a Fundação Demeter, o Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural e o Instituto Vale Verde.

Em 1935, o filósofo Mokiti Okada fundou a religião *Sekai Kyu Seikyo*, fundamento religioso nipônico da Igreja Messiânica, que se difundiu mundialmente e passou a pregar a agricultura como uma prática necessária para a purificação do corpo e do espírito (PAULUS, 1999; FUKUOKA, 1978).

Ao estudar os princípios biológicos inerentes à agricultura, Okada entendeu que seu desenvolvimento deveria ocorrer evitando-se as interferências na harmonia ambiental. Segundo Khatounian (2001, p. 26), “*Um dos pilares desse movimento foi a difusão do método agrícola denominado Shizen Noho, traduzido como o ‘método natural’ ou ‘Agricultura Natural’*” (Grifo nosso).

O *Shizen Noho* se configura como um conjunto de técnicas agrícolas utilizadas em outras formas de agricultura alternativas, como a compostagem e o uso de insumos naturais. Porém, se diferencia plenamente destas pelo uso dos “organismos eficientes”, ou “*EM – Especific Microorganism*” – entre os quais os *bokashi* e os *bayodo* (PAULUS, 1999, p. 61), no preparo de insumos biológicos que aceleram o processo natural de fertilização do solo, sobretudo dos compostos orgânicos, contribuindo tanto no aumento da produtividade, como no controle de pragas e doenças agrícolas.

A partir do Japão, a Agricultura Natural se difundiu seguindo o movimento de difusão da Igreja Messiânica e migração japonesa, o que resultou na chegada das suas práticas a países como EUA e Brasil, onde está organizado o maior número de produtores e empresas que certificam e comercializam a produção.

Na França, a manifestação da agricultura alternativa ocorreu nos anos 1960, com as críticas à agricultura do pós-guerra e a estruturação do movimento da “**Agricultura Biológica**”, cujos fundamentos foram sistematizados por Claude Albert no livro “*L’Agriculture Biologique: pourquoi et comment la pratiquer*”, publicado em 1974, conforme apontaram Guivant (2001) e Khatounian (2001).

Esta corrente não se baseou em nenhum fundamento religioso, mas assim como o movimento da agricultura orgânica, se estruturou basicamente na difusão de

práticas agrícolas tradicionais como rotação de culturas, o uso de palhas e esterços para adubação, o controle natural de pragas e doenças, a fitoterapia, a homeopatia e a acupuntura para o tratamento das doenças em animais e pessoas.

Os produtores da Agricultura Biológica reconhecem a necessidade da co-evolução, ou evolução paralela, do homem com os demais componentes do meio ambiente, como um dos fundamentos da vida. Neste sentido, a Agricultura Biológica foi pensada como um conjunto de técnicas que tem a função específica de “reacertar” a posição do homem em relação à vida biológica do planeta e especialmente sua relação com a terra. Em outras palavras,

A agricultura biológica baseia-se na necessidade de conservar a fertilidade como base para a continuação do tempo da relação entre o homem e a terra. Procura adaptar-se aos ritmos da natureza, embora os olhando sempre do ponto de vista da alimentação, em vez de tentar uniformizá-los aos ritmos industriais inventados pelo homem segundo as leis do dinheiro. (INDRIO, 1980, p. 23).

Em 1960, com base em seus conhecimentos ecológicos, Rachel Carson publicou a obra “Primavera Silenciosa”, um documento denúncia sobre os gravíssimos problemas ambientais gerados pelo modelo industrial e agrícola entre eles poluição, contaminação do solo, das águas, animais, plantas e pessoas com os resíduos químicos provenientes dos adubos e pesticidas agrícolas.

Na década de 1970, ecologistas estadunidenses e alemães, influenciados pelas provocações de Rachel Carson, fundaram o movimento da “**Agricultura Ecológica**”, introduzindo a análise ecológica dos agroecossistemas como método comparativo.

Para os pensadores da Agricultura Ecológica, a agricultura é a transformação dos “*ecossistemas naturais*” em “*agro-ecossistemas*”. Para Gliessmann (2001, p. 61 – 62), enquanto os ecossistemas naturais são arranjos ambientais complexos e sinérgicos entre fatores bióticos (organismos vivos) e fatores abióticos (componentes químicos e físicos não vivos do ambiente entre eles o solo, a luz, a umidade e a temperatura, as rochas, etc), o agro-ecossistema é toda alteração intencionalmente realizada pelo homem através de seu trabalho, que provoca o re-arranjo destes fatores, mediante uma interferência deliberada, o que cria uma organização espacial direcionada à produção agrícola e/ou à criação animal.

Assim, estudando os elementos constituintes dos diferentes agro-ecossistemas, podia-se comparar o impacto que estes provocam no ambiente em relação a uso de energia, lixo, poluição, contaminação do solo e do homem, agressões a animais e plantas.

Segundo Pinheiro (2004), a Agricultura Ecológica se difundiu no Brasil em 1976, quando o ecologista José Lutzenberger publicou seu “Manifesto ecológico brasileiro: o fim do futuro?”, defendendo a agricultura ecológica como paradigma de superação da agricultura química-industrial, e pregando práticas agrícolas fundamentadas numa harmonia sociedade-natureza como forma de desenvolvimento social, econômico e ambiental.

Em 1971, os australianos Bill Molisson e David Holmgren difundiram a “**Permacultura**”, um modelo de agricultura baseado em práticas integradoras da agricultura e do meio ambiente, por meio da análise dos ecossistemas e de como produzir buscando-se a harmonia sistêmica entre os vários componentes do meio (solo, plantas, clima, homem).

Desenvolvendo a ideia da criação de agro-ecossistemas sustentáveis através da simulação dos ecossistemas naturais, o movimento da Permacultura caminhou para a priorização das culturas perenes como elemento central da sua proposta. Dentre as culturas perenes, destacam-se as árvores cultivadas na forma de agro-florestas (uma mescla de culturas anuais como milho, feijão e mandioca, com árvores, tentando reproduzir, por conseguinte, os ecossistemas nativos) e os sistemas silvopastoris (florestas com pastagens para criação de gado, suínos e aves).

Além disso, os ativistas da Permacultura se preocuparam em buscar a harmonia dos ambientes urbanos, ao procurar alternativas viáveis de construção de cidades com casas ecologicamente adaptadas, que minimizassem o consumo de energia, água e geração de lixo e demais tipos de poluição.

Nesse sentido, a Permacultura funda-se no princípio de aproveitar os elementos da Natureza para suprir o maior número possível das necessidades humanas, do amido ao tecido, passando pela moradia, pela carne e demais subprodutos de origem animal e vegetal que ofertem alimentos e proteção, conforme Khatounian (2001).

Como se viu, ao longo dos últimos 100 anos, o processo mundial de desenvolvimento da agricultura conheceu significativos avanços, sobretudo pela crescente modernização da atividade agropecuária em face da introdução crescente das conquistas técnicas, econômicas e organizacionais no campo, ampliando a capacidade de produção de alimentos e a integração entre agricultura e indústria, entre campo e cidade. Ademais, o debate internacional sobre os problemas ambientais no campo e na cidade também se efetivaram.

Meneses (1998, p. 249) destacou que, ao longo deste processo, dois temas passaram a constar na agenda mundial quando o assunto era a agricultura: a Segurança Alimentar e a sustentabilidade na agricultura. Ainda segundo o autor, *“[...] isso pode, em parte, ser explicado pela busca de respostas a problemas que os modelos de desenvolvimento vigente não têm logrado resolver”*, entre os quais, a produção e o acesso a alimentos em quantidade e qualidade, bem como práticas de agricultura que não sejam danosas ao meio ambiente, aos produtores e aos demais componentes da cadeia agro-ambiental (solo, clima, etc).

O tema da sustentabilidade da agricultura foi incorporado pelas organizações internacionais a partir da publicação do Relatório Brundtland em 1987. Segundo Costabeber (1998, p. 122), ainda não oferecendo formalmente um conceito “fechado” sobre agricultura sustentável, o documento apontou que *“[...] la producción agrícola sólo puede sostenerse a largo plazo si no se degrada la tierra y el agua que la sustenta”*, o que exigiria uma nova orientação da intervenção governamental que, através de políticas públicas efetivas e específicas, permitiria a proteção *“[...] de los recursos de base para mantener, y aún acrecentar, la productividad agrícola y los medios de subsistencia de todos los habitantes del campo”*. Ademais, o documento sugeriu ainda que a agricultura sustentável *“[...] debe tener como meta elevar no solamente la productividad y los ingresos medios, sino también la productividad y los ingresos de aquellos que son pobres en recursos”*, explicitando notoriamente a necessidade de considerar a equidade como parte das preocupações sócio e meio ambientais.

Segundo Meneses (1998, p. 225), o conceito de sustentabilidade agrícola é um conceito em disputa entre dois campos com visões totalmente distintas: aqueles que veem a sustentabilidade agrícola como uma possibilidade de superação do padrão agrícola e alimentar dominante, e aqueles que veem tal elemento como técnica produtiva e como estratégia de mercado.

De um lado, aqueles que identificam a agricultura sustentável como um conjunto de regras ou práticas produtivas, expressa nas posições da FAO e da Agenda 21 (nos capítulos 14 a 32). De outro, aquela desenvolvida pelas ONGs e movimentos sociais, que procura ir além da produção agrícola. (MENESES, 1998, p. 225).

Para Elias (2006), este processo está intimamente ligado à globalização da economia, que determina os ritmos da reestruturação da agricultura, cuja “motores” são a territorialização do capital e a oligopolização do espaço, que produzem e ampliam na escala global a configuração de um modelo econômico, técnico e social de produção agrícola que amplia a dialética de produção do espaço, e que se mostra cada vez mais fragmentado e injusto, pois *“Nenhum outro modelo promoveu tanta pobreza, desigualdades e degradação ambiental em tão pouco tempo”* (ELIAS, 2006, p. 19).

De certa forma, a questão agrária tem sido acrescida de novos significados, e até certo ponto, tem recebido conteúdos que se situam no campo da questão ambiental.

Por outro lado, o movimento da agricultura alternativa também cresceu. As arestas que diferenciam as diferentes vertentes foram aparadas, sobretudo pela troca crescente de experiências entre os produtores e as organizações, destacando-se as cooperativas, as ONGs e demais coletivos de produtores, bem como a divulgação de estudos sobre produção agrícola sustentável.

Ademais, ao se tornar público e notório o debate sobre os problemas ambientais, aquilo que em décadas anteriores significava “atraso”, para parte dos formuladores das políticas públicas, passou a significar a possibilidade de mudança efetiva nos padrões de desenvolvimento agrícola merecendo, portanto, mais atenção.

2.3 A CERTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA E A FORMAÇÃO DO AGROECONEGÓCIO.

O movimento em prol da difusão da agricultura alternativa se dinamizou a partir de 1972, quando foi fundada a IFOAM – Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica –, organização que conquistou junto a FAO o direito internacional de definir normas efetivas para qualificar o que seriam produtos orgânicos e certificar aos consumidores que o produto adquirido havia sido produzido sob rígidos padrões de qualidade, ou seja, sem contaminação química de adubos, agrotóxicos, atendendo a padrões de preservação dos recursos naturais, além de aspectos éticos na produção, nas relações sociais nas propriedades rurais e no trato com os animais, conforme Khatounian (2001) e IFOAM (2008).

Em seus documentos e diretrizes, a IFOAM estipula que a agricultura orgânica ou ecológica compreende:

Todos os sistemas agrícolas que promovem a produção sadia e segura de alimentos e fibras têxteis desde o ponto de vista ambiental, social e econômico. Estes sistemas partem da fertilidade do solo como base para uma boa produção. Respeitando as exigências e capacidades naturais das plantas, os animais e a paisagem, procura otimizar a qualidade da agricultura e do meio ambiente em todos os seus aspectos. A agricultura orgânica reduz consideravelmente as necessidades de aportes externos ao não utilizar adubos químicos nem praguicidas ou outros produtos de sínteses. No seu lugar permite que sejam as poderosas leis da natureza as que incrementem tanto os rendimentos como a resistência dos cultivos. (IFOAM, 1995, p.12).

Em relação com o paradigma tecnológico "convencional", derivado da "Revolução Verde", a produção orgânica diferencia-se quase que exclusivamente pelo uso de insumos "limpos", já que o tipo de produção defendido pela IFOAM é uma **agricultura de substituição de insumos**, pois pouco altera a lógica de produção da agricultura convencional, já que o objetivo é a produção de monoculturas orgânicas.

Na verdade, a criação da IFOAM se destacou como um passo na criação de mecanismos legais (normas, regras) e institucionais para diferenciar e valorar os distintos encaminhamentos tecnológicos quando o produto orgânico fosse objeto de transações comerciais.

Como se observará no decorrer deste sub-capítulo, essas definições permitem contemplar, em maior ou menor medida, a existência de estabelecimentos de produção orgânica nos quais as práticas agrícolas visam a substituição de insumos sintéticos, baseando-se nas tecnologias de produto, através do aporte de insumos alternativos geralmente externos à propriedade, como adubos orgânicos e defensivos naturais, com produção orgânica inclusive monocultural.

Da mesma forma que se contemplam as tecnologias de processo, em que a agricultura orgânica tem por objetivo o manejo integral da unidade de produção agrícola, os princípios de promoção da agrobiodiversidade e os ciclos biológicos visam a sustentabilidade social, ambiental e econômica da unidade.

Objetivamente, a criação do mercado de orgânicos se fez pela normatização de um conjunto de padrões técnico-produtivos que restringiram os objetivos sociais presentes na crítica até então realizada pelos percussores das agriculturas alternativas. Para além do social e do ambiental,

Constata-se, assim, uma sobrevalorização do produto em si em detrimento da importância da forma como este é produzido, o que, em certa medida, implica um reducionismo na visão do necessário equilíbrio do agroecossistema, em que se passa a focar o que é ou não permitido. (IPARDES, 2007, p. 54).

Esta conjuntura internacional levou a miríade de experiências de agriculturas ecológicas serem reduzidas aos construtos de Agricultura Orgânica, gerando uma dissociação entre os objetivos sociais/ecológicos/econômicos das diferentes expressões de agriculturas ecológicas, em prol de qualitativos ambientais e econômicos destacados no marketing entorno de produtos agrícolas saudáveis.

Além disso, vários países passaram a definir normas e a qualificar o que são os produtos orgânicos, ao criar padrões e regras institucionais conhecidas como Certificação de Produtos Orgânicos, para acompanhar a produção agrícola e identificar, nas propriedades rurais, se os produtores realmente não usaram nenhuma espécie de insumo químico ou mesmo se a produção não apresentava contaminação resultante do uso de materiais biológicos utilizados como adubos, já que mesmo os esterco poderiam causar contaminação pela liberação de chumbo e nitratos.

As regras para as certificações passaram a ser definidas por legislação, e as empresas privadas assumiram a tarefa de certificar os produtores, emitindo pareceres técnicos e acompanhando as propriedades rurais onde existem cultivos e criações de animais orgânicos.

Conforme a FAO (2003), nos EUA a legislação sobre produção orgânica foi definida nos Estados de Oregon e na Califórnia em 1974 e 1979, respectivamente. Na definição da Comissão do *Codex Alimentarius*, da FAO, a agricultura orgânica é:

Um sistema global de gestão da produção que fomenta e realça a saúde dos agroecossistemas, inclusive a diversidade biológica, os ciclos biológicos e a atividade biológica do solo. Isto se consegue aplicando, sempre que possível, métodos agrônômicos, biológicos e mecânicos, em contraposição à utilização de materiais sintéticos, para desempenhar qualquer função específica dentro do sistema. (CODEX ALIMENTARIUS, 1999, p.9).

A França adotou leis em 1985 e, baseado nestas, em 1991 a União Europeia definiu suas regras através da Lei nº 2092/91. Porém, no âmbito das negociações da PAC (Política Agrícola Comum), e atendendo aos preceitos de fomento e preservação agroambientais da legislação agrícola inter-regional, em 1992 a produção de orgânicos recebeu legislação complementar, através da Regulamentação nº 2078/92.

Dentre os diferentes quesitos, a Regulamentação nº 2078/92 instituiu um programa para seus estados-membros que estabelecia as normas e os padrões de produção, processamento, comercialização e importação de produtos orgânicos de origem animal e vegetal.

Dessa forma, para que os produtos fossem comercializados nos países da Comunidade Europeia, era necessário um selo de garantia, uma certificação, emitida por alguma certificadora credenciada pela Comissão Europeia. A este tipo de certificação, que se denomina "Certificação de Terceira Parte", as normas e os procedimentos verificados pelas certificadoras foram regulamentados pela norma internacional ISO²/IEC Guide 65/1997, além daquelas já apregoadas e aceitas pela

² A ISO (International Organization for Standardization) é a confederação internacional de órgãos nacionais de normalização de todo o mundo. Trata-se de uma entidade não-governamental, criada em 1947, com sede em Genebra, Suíça. O seu objetivo é promover o desenvolvimento da normalização e de atividades relacionadas, com a intenção de facilitar o intercâmbio internacional de bens e serviços e desenvolver a cooperação nas esferas intelectual, científica, tecnológica e de atividade econômica.

IFOAM, as quais formam a base para que organizações certificadoras confirmem a acreditação/certificação aos produtos como orgânicos.

Segundo IFOAM (2008), em janeiro de 2008 havia 69 países que definiram regras específicas para regular o mercado de produtos orgânicos, e outros 21 países estavam estipulando em seu processo político as regras para regulamentar este mercado.

Além disso, até janeiro existiam 468 organizações ligadas à IFOAM autorizadas a emitir a certificação internacional de produtos orgânicos, sendo que 37% estavam na Europa, 31% na Ásia e 18% nos EUA. Os demais se localizavam na América Latina e Oceania. Ademais, 36 empresas estavam em processo de negociação para emitir as certificações.

As exigências internacionais estimularam os debates e as articulações que implicaram na regulamentação da agricultura orgânica no Brasil. Porém, movimentos sociais, ONGs, associações de produtores, pesquisadores e produtores rurais procuraram se articular e criar mecanismos de resistência às normas impostas por organismos externos.

Na sua maioria são organizações não-governamentais, entidades assessoras de associações de agricultores familiares, que se posicionam em defesa da produção orgânica voltada para qualificar o abastecimento alimentar interno, focada nas características sócio ambientais das regiões onde os alimentos são produzidos. Grande parte dos representantes, nas décadas de 80 e 90, estava na Região Sul do País e mantinha relações estreitas com os produtores de alimentos orgânicos, majoritariamente agricultores familiares. Uma das principais preocupações na época, e ainda hoje, é com a possibilidade de exclusão dos agricultores do processo em curso, tal qual ocorreu nas décadas anteriores quando da modernização conservadora na agricultura. (IPARDES, 2007, p. 42).

De fato, quando ocorreu no Brasil a 9ª Conferência da IFOAM, realizada em São Paulo, em 1992, ficou evidente que o mercado de orgânicos brasileiro seria coordenado pelas empresas de certificação de porte multinacional.

Para participar do mercado orgânico, os agricultores formalizariam o pedido de visita de técnicos das empresas certificadoras que, ao visitar as propriedades rurais, coletariam amostras de solo, de plantas, dos animais, etc, bem como analisariam toda a forma de organização da propriedade, sobretudo avaliando as práticas agropecuárias (adubação, controle de pragas e doenças) e, mediante análises físico-químicas e comparação dos resultados obtidos com aqueles

expressos nas normas, emitiriam pareceres que comprovariam as características orgânicas da produção.

Estando de acordo os valores mínimos de certos elementos qualitativos (resíduos químicos, sobretudo), expressos na Legislação com os dados coletados intra-propriedades, ocorreria a certificação da produção, mediante o lançamento de um selo que o produtor destacaria em seu produto, rotulando-o. Assim, por meio deste selo, os consumidores reconheceriam a procedência e as garantias de qualidade do produto orgânico e certificado.

Da forma como foi organizada mundialmente, a certificação da produção virou um “gargalo” que “trava” a difusão da agricultura orgânica. Tendo que pagar altos preços para terem a certificação de suas propriedades, a produção orgânica passou a ser praticada por um grupo muito seletivo de produtores individuais ou coletivos (grupos), notadamente aqueles que tinham maior capacidade de investir nos custos operacionais para efetuarem a transição de padrões agroquímicos para o orgânico e bancar os selos que permitem vender no mercado interno e no mercado externo.

Nesse caso, o impacto da alta dos custos também atinge os consumidores em geral, mecanismo pernicioso que impede a ampliação dos consumidores, já que as classes com menor renda não conseguem consumir a produção orgânica, enquanto que os mais abastados sim. Logo, há um processo de elitização do consumo dos produtos orgânicos.

O marco oficial desse debate ocorreu em setembro de 1994, quando o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) reuniu-se com representantes das ONGs (Organizações Não Governamentais), do setor privado e do setor público, ligados à produção e ao consumo de alimentos orgânicos, visando criar normas tanto para a produção no País como para a exportação.

Uma das preocupações que se colocava naquele momento, como destacam Medaets e Fonseca (2005), era o fato de, nos anos de 1995 e 1996, vários organismos certificadores internacionais terem passado a programar sua vinda para o Brasil, sendo que norteavam suas ações seguindo as normas empregadas e vigentes principalmente nos países da Comunidade Europeia, que já tinham definido normas específicas para funcionamento do mercado de produtos orgânicos.

O resultado do processo de discussão iniciado em 1994 culminou em maio de 1999, quando o Ministério da Agricultura e do Abastecimento publicou a Instrução Normativa nº 007 (IN 007/99), criando um selo de qualidade para os produtos orgânicos brasileiros.

Dentre outras definições, a IN 007/99 previu a criação de Órgãos Colegiados Nacionais (OCN) e Estaduais, com composição paritária entre agentes públicos, privados e ONGs, e, entre outras atribuições, tinha a função de credenciar instituições certificadoras, que seriam responsáveis pela certificação e controle de qualidade orgânica no Brasil.

Cabe destacar, entretanto, que o foco da IN 007/99 estava no processo de produção e industrialização, e, quanto à comercialização e/ou distribuição, o aspecto destacado era a certificação.

Nesse sentido, determinava que as entidades certificadoras fossem pessoas jurídicas e sem fins lucrativos, as quais deveriam estar credenciadas junto aos Órgãos Colegiados Nacionais (OCN). Para que se procedesse a importação de produtos orgânicos, instruíam que estes deveriam ser certificados em seu país de origem, porém condicionados às leis fitossanitárias do Brasil e com a análise prévia e anuência de uma certificadora registrada na entidade.

Entretanto, um aspecto que permaneceu preocupando as entidades, organizações e agricultores que atuam na produção de orgânicos refere-se aos interesses distintos entre certificadoras, processadores e agricultores familiares. Pois, como o custo da certificação tem variado de 0,5% a 2,5% do valor da produção orgânica, é praticamente impossível para pequenos agricultores e pequenas agroindústrias arcarem com tal desembolso, limitando suas transações comerciais com distintos tipos de mercado ou mesmo inviabilizando-as. Isto se torna particularmente importante quando se trata da comercialização com os mercados de circuito longo, como os grandes equipamentos do varejo, e também com o da exportação, em que a garantia através da certificação por selo evidencia que a relação é unicamente com o produto.

O **sistema de garantia de terceira parte** é a certificação por auditoria externa. Neste caso a garantia quanto à qualidade do produto não é dada pelos produtores nem tampouco pelo Estado, mas sim por uma terceira parte. Esta parte é representada por organismos certificadores, que, a partir de inspeção externa feita nas propriedades e de análises laboratoriais, verificam se a produção está em conformidade com o padrão ISO definido. Neste caso não é o inspetor quem certifica, mas todos os protocolos são encaminhados ao organismo certificador, e é ele que atesta por certificado a qualidade. (IPARDES, 2007, p. 47-48. Grifo do autor).

Nesse sistema de avaliação o que ocorre é "(...) *um processo de intermediação da confiança*". (IPARDES, 2007, p. 48), pois não são os produtores/agricultores que asseguram aos compradores a qualidade de seus produtos, mas sim um organismo certificador, um agente externo, que impõe valores altos e restritivos para realizar as análises e emitir a certificação (Quadro 1).

Quadro 1: Custos de Certificação, segundo valores de referência. Ano: 2008.

Tipo de Despesa	Valores de Referência (R\$)		Fatores Considerados
	Mínimo	Máximo	
Taxa de Inscrição/Filiação	500,00	6.500,00	Faturamento ou Tamanho da Propriedade Rural.
Diária de Técnico/Inspetor	240,00	700,00	-
Despesas Preliminares à Inspeção	180,00	2.800,00	Transporte, Telefone
Elaboração de Relatório	260,00	2.000,00	Dados Coletados na Unidade de Produção Avaliada.
% sobre o faturamento	1,0%	2,0%	Valor da Produção Certificada Comercializada.
Taxa de Inspeção Periódica	500,00	1.300,00	Tipo de Cultivos, Área.
Análises Químicas do Solo e Plantas	600,00	1.700,00	Resíduos Químicos de Pesticidas e Adubos Sintéticos
Outras Análises Químicas	350,00	1.000,00	Resíduos Químicos Específicos (Nitratos, Nitritos, Contaminantes, etc).
Custos Totais (soma dos valores de referência)	2.630,00	16.000,00	

Fonte: Certificadoras AAO, ANC, Ecocert, FVO e IBD.

Elaboração: Sérgio Gonçalves

Conforme os dados do Quadro 1 acima, a certificação da produção por empresas privadas tem um alto custo, que varia de R\$ 2.630,00 a R\$ 16.000,00, e se destina a cobrir as despesas com deslocamento de técnicos e especialistas das empresas de certificação de suas sedes até a unidade rural de produção, pagar os

custos das análises químicas efetuadas nas amostras de solo e plantas coletadas nas propriedades, pagar o trabalho de confecção de relatório sobre a situação do requerente em cumprimento às normas que regulam a atividade, além de garantir a inspeção periódica nas unidades de produção que garanta o acompanhamento das atividades produtivas com uma certa regularidade.

Somado a isso, as empresas tornam-se praticamente sócias dos produtores rurais, uma vez que obtêm o direito de participação nos lucros da atividade produtiva, recebendo cifras que variam de 1,00% a 2,0% da renda total comercializada com o selo, custos efetivos que impedem a participação de produtores menos capitalizados ou que entrariam na atividade produzindo quantidades pequenas de alimentos.

Porém, contra esta situação, várias entidades se uniram para marcar posição em relação aos processos de acreditação/certificação dos produtos orgânicos, pois entenderam que da forma como se afirmava as negociações em torno do marco regulatório e como se valora a planilha de custos das empresas certificadoras, boa parte dos produtores seria prejudicada, além de repelir da atividade novos produtores.

Em decorrência da prática em curso, associações e produtores reivindicavam garantir o processo da **Certificação Participativa**, o qual já ocorria nos estados da região Sul do Brasil e em outros países latino-americanos. A posição assumida consolidou-se na criação do MAELA (Movimento Agroecológico para América Latina e Caribe), conforme IPARDES (2007).

Dessa forma, ao longo da década de 90 as organizações e entidades afins ao movimento orgânico passaram a se articular e a participar ativamente do debate sobre a institucionalização da agricultura orgânica no Brasil e a debater a questão da formulação de um modelo alternativo de certificação da produção, o que culminou com a formulação do conceito de **Certificação Participativa**.

O fundamento deste sistema está na confiança e participação dos envolvidos no processo para que haja a garantia da qualidade do produto, desde a produção até o consumo. A este tipo de garantia se denomina atualmente de "conformidade social", o qual está mais próximo do mercado das relações diretas, seja na relação com o consumidor final individual ou coletivo, seja com determinados programas do mercado institucional (merenda escolar, compra direta de agricultores e associações). (IPARDES, 2007, p. 48).

A Certificação Participativa pode ser mais bem conhecida a partir da definição da Rede Ecovida de Agroecologia, entidade que deu início ao sistema no Brasil, em 1998, no Estado de Santa Catarina.

A Certificação Participativa é um sistema solidário de geração de credibilidade, onde a elaboração e a verificação das normas de produção ecológica são realizadas com a participação efetiva dos agricultores, consumidores, buscando o aperfeiçoamento constante e o respeito às características de cada realidade.

O selo Ecovida é obtido após uma série de procedimentos desenvolvidos dentro de cada núcleo regional. Ali ocorre a filiação à Rede, a troca de experiências e verificação do Conselho de Ética, formado por técnicos e agricultores participantes da Rede.

A certificação participativa é uma forma diferente da certificação que, além de garantir a qualidade do produto ecológico, permite o respeito e a valorização da cultura local através da aproximação de agricultores e consumidores e da construção de uma Rede que congrega iniciativas de diferentes regiões. ((REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2006).

Segundo informações coletadas diretamente no sítio da internet da Rede ECOVIDA (www.redeecovia.org.br), a entidade tem por objetivos desenvolver e multiplicar iniciativas em Agroecologia, estimulando o trabalho associativo na produção e consumo de produtos ecológicos, articular e disponibilizar informações entre as organizações e as pessoas, aproximar agricultores e consumidores por laços de solidariedade, estimular o intercâmbio e a valorização do saber popular e definir uma marca e um selo que garantam o processo, a procedência, o compromisso e a qualidade do alimento agroecológico.

A Rede ECOVIDA fundamenta-se na articulação entre produção, assistência técnica, formação e comercialização e agrega 200 grupos de agricultores (cerca de 2.000 produtores agroecológicos), articulados em 21 núcleos regionais espalhados em 170 municípios dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde existem mais de 100 feiras livres e outras formas de comercialização (venda direta ao consumidor no sistema porta-a-porta, pontos comerciais).

Como os produtos agroecológicos carecem de certificação e esta regulação é muito cara, as entidades que participam da Rede ECOVIDA disponibilizam técnicos que assumem o processo de “certificação solidária”, que barateia o alto custo da certificação exercido por empresas privadas e outras ONGs, disponibilizando um selo específico aos produtores integrados à Rede (Figura 3, abaixo).



Figura 3: Selo de Certificação Participativa da Rede Ecovida.

Fonte: www.redeecovida.org.br

No Brasil, em 2007 existiam 30 agências certificadores/certificadoras, sendo 10 entidades certificadores internacionais (Quadro 1, próxima página) e 20 entidades nacionais (Quadro 2, próxima página), o que obedece aos pressupostos da Lei 10.831/2003.

Quadro 2: Organismos Certificadores Internacionais que atuam no Brasil, 2007.

Continentes	Países de Origem	Organismos Certificadores
Europeu	França Alemanha Holanda Suécia Suíça	Ecocert Naturland; BCS SKAL KRAV IMO
Americano	EUA Argentina	FVO; OCIA OIA
Asiático	Japão	JONA
Total	8 Países	10 entidades

Fonte: Ministério da Agricultura, 2008.

Quadro 3: Organismos Certificadores Nacionais que atuam no Brasil, 2007.

Região	Organismos Certificadores	Estado (SEDE)
Norte	Associação de Certificação Socioparticipativa Florestal (ACS)	Acre
Nordeste	CEPEMA	Ceará
Centro-Oeste	Instituto Holístico	Mato Grosso
Sudeste	AAO Certificadora; ANC; APAN; CMO; IBD; OIA Brasil; Chão Vivo Certificadora Sapucaí; Minas Orgânica Abio	São Paulo Espírito Santo Minas Gerais Rio de Janeiro
Sul	Aprema Ecovida; A Orgânica; Fundagro; Biocert; Ecocert Brasil Certifica RS	Paraná Santa Catarina Rio Grande do Sul
Total	20 entidades	10 Estados

Fonte: Ministério da Agricultura, 2008.

Apesar dos avanços das experiências locais/regionais, os produtos orgânicos são tachados de produtos de consumo da elite, já que aos custos variáveis de condução de uma lavoura ou criação de animais, foram agregados as taxas operacionais das certificadoras, os selos ambientais, além da assistência técnica especializada e seu acompanhamento aos produtores, o que resulta em um

ad valorem agregado aos produtos comercializados. Portanto, os produtos finais ficam mais caros.

A destinação dos produtos orgânicos muitas vezes acaba reduzida aos chamados “nichos de mercado”, e grande parte dos consumidores assume pagar mais por alimentos saudáveis, por reconhecerem os orgânicos como produtos provenientes de lavouras e criatórios “ecologicamente corretos” e com o fator qualitativo de contribuir efetivamente para uma alimentação mais saudável. Porém, geralmente identifica-se nestes nichos consumidores de maior renda.

Ademais, grandes cadeias globais de produção, processamento e distribuição de alimentos (entre as quais Wal-Mart, Carrefour, Metro AG, Tesco, Nestlé, PepsiCo, Unilever, Danone, etc) têm dedicado especial atenção a este nicho de mercado, procedendo a compra dos produtos orgânicos certificados e, em alguns casos, produzindo suas próprias matérias-primas e colocando-os à disposição de seus consumidores através de sua carteira de produtos.

Assim, apesar de na base produtiva o sistema orgânico superar as limitações ambientais do sistema agrícola dominante, baseado na Revolução Verde, a produção orgânica centrada na lógica do mercado reforça ainda mais os aspectos excludentes do padrão alimentar dominante, pouco contribuindo na estratégia de segurança e de soberania alimentar, uma vez que prioriza o acesso a alimentos de qualidade comprovada, mas a custos impeditivos para a maioria da população, paradoxo que necessita ser superado.

Dessa forma, ao baratear os custos de produção aos produtores e ao reforçar a qualidade dos alimentos produzidos, a Certificação Participativa praticada pela Rede ECOVIDA contribui efetivamente para facilitar o acesso de consumidores menos abastados aos produtos orgânicos.

Segundo a FAO (2002), os consumidores europeus e estadunidenses são os que se mostram cada vez mais céticos sobre a segurança dos alimentos da agricultura industrial, e são também os que demandam maior quantidade de alimentos orgânicos no mundo.

Nesses países, a maior presença dos orgânicos se amplia não só pela maior disponibilidade e variedade de produtos oferecidos por produtores nacionais ou resultado de importações, mas também pela crescente preocupação social dos estadunidenses e europeus com os problemas da agricultura industrial, amplamente divulgados pela mídia, entre os quais o uso indiscriminado de reguladores de

crescimento na produção de aves e gado, os alimentos contaminados com dioxina, os problemas com a transmissão de zoonoses do gado bovino para os humanos (BSE – Encefalopatia Espongiforme Bovina, conhecido como “doença da vaca louca”; febre aftosa), o medo dos transgênicos e a chamada “gripe do frango”.

Segundo Schmidt (2001, p. 70), as características de crescimento e importância dos alimentos orgânicos tendem à formação de um “*agri-organic-business*” na escala global. Este pensamento é válido, sobretudo quando se considera que o mercado global de produtos orgânicos mais que dobrou de volume de vendas, passando de 18 bilhões de dólares em 2000 para 38,6 bilhões de dólares em 2006, conforme estudos divulgados por IFOAM (2008).

No Brasil, em vista das possibilidades do mercado de orgânicos, em 2002 se fundou a AECO – Associação do Agronegócio Certificado Orgânico –, que congrega empresas que operam em seguimento da cadeia de certificação, produção, processamento e distribuição de orgânicos em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Conforme Ormond *et all* (2002), a agricultura orgânica se apresenta como uma cadeia produtiva complexa, representada por diferentes elos (produção de insumos, produção agropecuária, processamento primário, processamento agropecuário, distribuição, consumo e certificação) onde atua um conjunto de agentes que desempenham diferentes funções, mas que, em face da sua atuação, pouco tem contribuído na renovação do padrão agrícola e alimentar atual, já que “*A cadeia produtiva dos orgânicos pouco se diferencia das demais cadeias agroalimentares, a não ser pela figura da certificação [...]*” (ORMOND, *et all*, 2002, p. 29).

Esta conjuntura tende destruir os princípios fundamentais propalados pelos defensores da agricultura alternativa (ética, sustentabilidade, justiça social), pois

[...] a entrada desses novos atores em instâncias de decisão política sugere mudanças na imagem do movimento das agriculturas de base ecológica no sentido de promover a agricultura orgânica como um ramo do agronegócio e, conseqüentemente, como uma atividade sujeita às mesmas leis de mercado que regem o comércio nacional e internacional de alimentos. Em outras palavras, isso significa que mesmo dentro de um “nicho” garantido pela rotulagem de “orgânicos”, os produtos passam pelos mesmos canais de distribuição e comercialização reservados aos “não-orgânicos”, regidos pela lógica da grande escala e da circulação planetária de mercadorias, do anonimato, da homogeneização dos processos produtivos. (FELICÔNIO, 2002, p. 75).

Apesar das apostas dos diferentes agentes entorno da agricultura ecológica, é forçoso reconhecer que a proposta orgânica ainda é um padrão de agricultura com expansão minoritário e incipiente no contexto social da produção agrícola brasileira, situação que também se observa em outros países, sobretudo quando se compara a área total destinada à agricultura e, neste contexto, a área destinada aos cultivos orgânicos, ou ainda, a percentagem de propriedades que praticam tal forma de manejo agrícola, conforme Tabela 9 (abaixo).

Tabela 9: Agricultura Orgânica no Mundo: Países Selecionados, 2002.

País	Área Agrícola (milhões de hectares)			Número de Propriedades Rurais segundo a Prática Agrícola			Área média dos Estabelecimentos que cultivam orgânicos
	Agricultura Orgânica (A)	Agricultura em Geral (B)	% de A em B	Agricultura Orgânica (C)	Agricultura em Geral (D)	% de C em D	
Alemanha	452	17.160	2,63	10.400	534.000	1,95	43,5
Áustria	290	3.415	8,49	18.360	270.000	6,80	15,8
Bélgica	20	1.383	1,45	628	67.000	0,94	31,8
Dinamarca	165	2.689	6,14	3.466	63.000	5,50	47,6
Espanha	360	25.630	1,48	13.424	1.280.000	1,11	28,3
França	370	28.331	1,31	9.260	680.000	1,36	40,0
Grécia	25	3.499	0,71	5.270	821.000	0,64	4,7
Holanda	28	2.000	1,40	1.391	94.000	1,48	20,1
Irlanda	32	4.342	0,74	1.014	148.000	0,69	31,6
Itália	959	14.833	6,47	49.018	2.135.000	2,30	19,6
Portugal	50	3.822	1,31	763	417.000	0,18	65,5
Suécia	172	2.747	6,26	3.329	90.000	3,70	51,7
Suíça	95	1.071	8,87	5.852	74.000	7,91	16,2
Reino Unido	425	18.500	2,30	2.975	233.000	1,28	142,9
Europa	3.463	129.422	2,68	125.150	6.834.000	1,83	27,7
Canadá	1.000	74.627	1,34	1.830	262.000	0,70	546,4
Estados Unidos	900	450.000	0,20	5.000	2.191.000	0,23	180,0
México	85	108.300	0,08	28.000	4.400.000	0,64	3,0
Nafta	1.985	632.927	1,62	34.830	6.853.000	0,64	57,0
Argentina	3.000	180.492	1,77	1.400	1.320.000	0,11	2.142,9
Brasil	270	353.611	0,08	7.083	4.860.000	0,15	38,2
Mercosul	3.270	523.103	0,63	8.463	6.180.000	0,14	386,4
Austrália	7.654	472.000	1,62	1.687	118.357	1,40	4.537,0

Fonte: Revista BNDES (2002, p. 12)

Conforme os dados apresentados na Tabela 9 (acima), excetuando-se Argentina (2.142,9 ha) e Austrália (4.537,00 ha), que segundo o BNDES (2002) têm propriedades de grande porte que praticam manejo orgânico de gado de corte, bem como Canadá (546,4 ha), EUA (180) e Reino Unido (142,9 ha), que possuem médias propriedades neste sistema produtivo, os dados dos demais países revelam que a área média dos estabelecimentos que cultivam orgânicos variou de 4,7 hectares (caso da Grécia) até 65,5 hectares (Portugal), evidenciando que é

prioritariamente em pequenos estabelecimentos agropecuários que esta prática agropecuária está mais difundida.

Além disso, somente Áustria (8,49%), Dinamarca (6,14 %), Itália (6,47%), Suécia (6,26 %) e Suíça (8,87%) apresentaram valores acima de 3% da área agrícola total ocupada com cultivos orgânicos. Nos demais países, a participação do seguimento orgânico variou entre 0,08% da área total (caso do Brasil) e 2,63 (Alemanha), revelando que este tipo de produção ainda é insignificante no contexto da agricultura destes países.

Ainda em relação às informações da Tabela 9 exposta na página anterior, esta tendência também se verificou quando se analisou o número de propriedades envolvidas com a produção orgânica, quando comparado com as propriedades que desenvolvem outras formas de agricultura. Somente Áustria (6,8%), Suíça (7,91%) e Dinamarca (5,5%) apresentaram valores acima de 5% dos estabelecimentos agropecuários cultivando orgânicos. Para os demais países, estes números variaram de 0,11 (caso da Argentina) a 3,7% (Suécia).

As estatísticas mais recentes publicadas por IFOAM (2008) revelam que, em fevereiro de 2008, existiam 700.000 produtores em 138 países cultivando 30,4 milhões de hectares com orgânicos, algo em torno de 0,65% de toda a área agrícola mundial. Regionalmente, a área da agricultura orgânica ficou assim distribuída: 12,4 milhões de hectares na Oceania, 7,4 milhões de hectares na Europa, 4,9 milhões de hectares na América Latina, 3,1 milhões de hectares na Ásia, 2,2 milhões de hectares na América do Norte e 0,4 milhões de hectares na África.

Apesar de existirem 30,4 milhões de hectares cultivados com orgânicos, se compararmos sua difusão com a Agrobiotecnologia das lavouras transgênicas, veremos que a evolução da agricultura orgânica é muito lenta na escala de tempo que marca o início da sua difusão (década de 20), com a área alcançada pelos OGMs em cerca de dez anos, já que este tipo de cultivo ultrapassa 100 milhões de hectares, contra um terço disso ocupado com orgânicos, o que nos força a pensar quais as razões que produzem este descompasso (políticas públicas, opção dos produtores, ação dos oligopólios, viabilidade da produção, sustentabilidade econômica, dificuldades operacionais, etc).

No Brasil, a produção orgânica é uma realidade em construção, presente em vários Estados, contabilizando menos de 1% por cento das terras cultivadas, e seu processo de difusão está ligado a ação das ONGs, a ação dos movimentos sociais e a ação de empresas, configurando a situação apresentada a seguir (Tabela 10).

Tabela 10: Brasil – Situação da Produção Orgânica, 2005.

Estados da Federação	Numero de Propriedades	Área Total (ha)	Área Média
Paraná	4.122	11.252	2,73
Rio Grande do Sul	1.662	3.716	2,24
Santa Catarina	706	5.922	8,39
São Paulo	533	52.210	97,95
Maranhão	474	8.175	17,25
Bahia	431	8.217	19,06
Minas Gerais	263	14.286	54,32
Pernambuco	255	1.052	4,13
Mato Grosso	217	80.258	369,85
Paraíba	184	1.857	10,09
Mato Grosso do Sul	176	13.440	76,36
Distrito Federal	164	852	5,20
Ceará	151	16.420	108,74
Espírito Santo	137	2.606	19,02
Acre	119	32.379	272,09
Rio Grande do Norte	115	1.788	15,55
Amapá	106	4.540	42,83
Rondônia	100	1.656	16,56
Sergipe	92	817	8,88
Alagoas	62	12.366	199,45
Rio de Janeiro	51	1.485	29,12
Piauí	40	28.619	715,48
Goiás	11	7.030	639,09
Tocantins	1	12.100	12.100,00
Total	12.801	811.519	63,39

Fonte: Ministério da Agricultura e da Pecuária, 2005.

Organização: Sérgio Gonçalves

Conforme os dados da tabela apresentada acima, a agricultura orgânica está desenvolvida em 24 estados brasileiros, com 12.801 propriedades certificadas cultivando 811.519 ha, onde se destacam produtores dos estados do Paraná (4.122 propriedades e 11.252 hectares plantados), o Rio Grande do Sul (1.622 propriedades), Santa Catarina (706 propriedades e 5.922 hectares) e São Paulo (533 propriedades e 52.210 hectares).

Nos três estados do sul do Brasil, Maranhão, Bahia, Pernambuco, no Distrito Federal, na Paraíba, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe, Amapá, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a área média explorada varia de 2,24 ha a 54,32 ha, bem abaixo da média brasileira que é de 63,39 hectares.

Nestes casos, a produção orgânica está sendo desenvolvida em pequenos estabelecimentos agropecuários certificados.

Nos demais Estados, a área média tem variado de 97,95 ha (São Paulo) a 715,48 ha, que igualmente a um produtor do Tocantins que explora 12.000 hectares, configuram a presença de médios a grandes produtores nesta atividade econômica.

Desta forma, os Estados do sul do País (Paraná, Rio Grande do Sul) apresentam o maior número de produtores envolvidos no desenvolvimento da agricultura orgânica.

Sobre os agricultores orgânicos, Brandenburg (2005) afirmou que estes não constituem uma categoria social homogênea, o que significa dizer que, tanto no Brasil, quanto no mundo, a agricultura ecológica não constitui uma estratégia de reprodução de uma categoria social específica, não podendo ser considerada uma solução para as questões relacionadas à sobrevivência e reprodução de determinada categoria.

Entre os produtores de orgânicos, existem desde agricultores tradicionais, até mesmo neo-rurais³ (pessoas da cidade sem tradição agrícola que adquirem propriedades rurais e passam a desenvolver agricultura e abdicam de trabalhos urbanos. O autor também considerou os assentados nesta categoria), pequenos empresários, empresas associativas, cooperativas de produção e empresas que contratam a produção.

Neste sentido, os desafios colocados aos defensores da agricultura alternativa são:

a) Em que medida ocorre a inserção econômica e social dos produtores rurais neste sistema?;

b), De que maneira sua viabilidade se estabelecerá para além dos nichos de mercado? É possível criar um amplo mercado de produtos para a agricultura ecológica?;

³ Segundo Brandenburg (2005), neo-rurais são pessoas sem tradição agrícola, que nunca moraram no campo ou mesmo não têm parentes que trabalharam na roça, mas que juntam recursos financeiros e adquirem chácaras, sítios e fazendas onde passam a produzir orgânicos e a praticar uma filosofia de vida mais "saudável".

c) Qual a capacidade de transformação dessa agricultura? Ela é realmente capaz de permitir a sustentabilidade ecológica e de superar os padrões agrícolas atualmente dominantes, centrados na agricultura industrial e na agrobiotecnologia?

2.4 PARA ALÉM DO AGRONEGÓCIO E DO AGROECONEGÓCIO - A “AGROECOLOGIA” E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS ALTERNATIVAS AO ATUAL SISTEMA AGRÍCOLA E ALIMENTAR

Nos últimos 30 anos, dotando o conjunto das agriculturas alternativas de maior consistência conceitual e metodológica e trazendo para o debate político, ecológico, econômico e social a necessidade de superação do padrão de agricultura industrial, pensadores da academia e movimentos sociais têm defendido a proposta da Agroecologia.

Segundo Gliessman (2001), o marco de formação da Agroecologia ocorreu no final da década de 1920, quando autores passaram a vincular a aplicação dos estudos da Ecologia e da Agronomia para aprimorar o desenvolvimento da agricultura, isto difundiu o conceito de agroecossistema como elemento teórico e conceitual para se pensar a sustentabilidade da agricultura (Quadro 4, abaixo).

Quadro 4: Publicações seminais na história da Agroecologia, 1928 a 1984.

Ano	Autor (es)	Título
1928	K. Klages	Ecologia e geografia ecológica de cultivos no currículo agrônomo.
1938	J. Papadakis	Compêndio de ecologia de cultivos
1939	H. Hanson	Ecologia na agricultura
1942	K. Klages	A geografia do cultivo ecológico
1956	G. Azzi	Ecologia agrícola
1962	C. P. Wilsie	Adaptação e distribuição de cultivos
1965	W. Tischler	Agrarökologie
1973	D.H. Janzen	Agroecossistemas tropicais
1974	J. Harper	A necessidade de um enfoque em agroecossistemas
1976	INTECOL	Relatório de um programa internacional para análise de agroecossistema
1977	O.L. Loucks	A emergência da pesquisa sobre agroecossistemas
1978	S. Gliessman	Memórias do Seminário Regional sobre a Agricultura Tradicional
1979	R.D. Hart	“Agroecossistemas: conceitos básicos”.
1979	G.Cox e M. Atkins	Ecologia agrícola: uma análise de sistemas mundiais de produção de alimentos
1971	S. Gliessman, R. Garcia-Espinosa e M. Amador	A base ecológica para a aplicação de tecnologia agrícola tradicional ao manejo de agroecossistemas tropicais
1983	M. Altieri	Agroecologia. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável
1984	R. Lowrance, B. Stinner e G. House	Ecosistemas agrícolas: unificando conceitos
1984	G. Douglas (ed.)	A sustentabilidade agrícola em uma ordem mundial em transformação

Fonte: Gliessman (2001, p. 57).

Conforme o Quadro 4 apresentado na página anterior, o número de trabalhos sobre os princípios ecológicos da agricultura se ampliaram na década de 1970, momento em que as interpretações sobre os problemas ambientais e sociais entrou na agenda de ambientalistas e o conceito de sustentabilidade agrícola se difundiu, ampliando a visibilidade e a importância teórica e metodológica da Agroecologia na proposição de alternativas de desenvolvimento rural.

Em face desta abordagem, estudos sobre a realidade de sistemas agrícolas tradicionais e das diferentes abordagens das chamadas “agriculturas sustentáveis” foram realizados, como também, a discussão de temas como práticas e manejos agrícolas em sistemas de produção indígenas e camponeses, os impactos negativos da industrialização da agropecuária, agroecossistemas, sustentabilidade, equidade, superação da agricultura modernizada, viabilidade social e viabilidade econômica da Agroecologia, os efeitos perniciosos da expansão do mercado de *commodities*, das implicações nas mudanças das relações sociais, das transformações nas estruturas de posse da terra e da crescente dificuldade de acesso aos recursos comuns pelas populações locais têm sido amplamente abordados pelos agroecólogos (MOREIRA e SIMÕES DO CARMO, 2004), firmando a Agroecologia como um ramo científico estruturado e plural.

Aproveitando os conhecimentos teóricos e metodológicos da Sociologia, da Agronomia, da Física, da Biologia, da Comunicação, da Educação, da Antropologia, da História e da Ecologia, pesquisadores como Altieri e Nicholls (2000, p. 19) passaram a conceber a Agroecologia como *“La disciplina científica que enfoca el estudio de la agricultura desde una perspectiva ecológica y transdisciplinaria”*.

Entendida como uma ciência portadora de um enfoque metodológico próprio, mas com contribuições teóricas de diversos ramos do conhecimento, a Agroecologia emergiu como a disciplina científica que se constitui como uma matriz disciplinar integradora de saberes, conhecimentos e experiências de distintos atores sociais, dando suporte à emergência de um novo paradigma de desenvolvimento rural – o desenvolvimento rural sustentável, conforme Caporal, Costabeber e Paulus (2006) e representações da Figura 4, apresentada na próxima página.

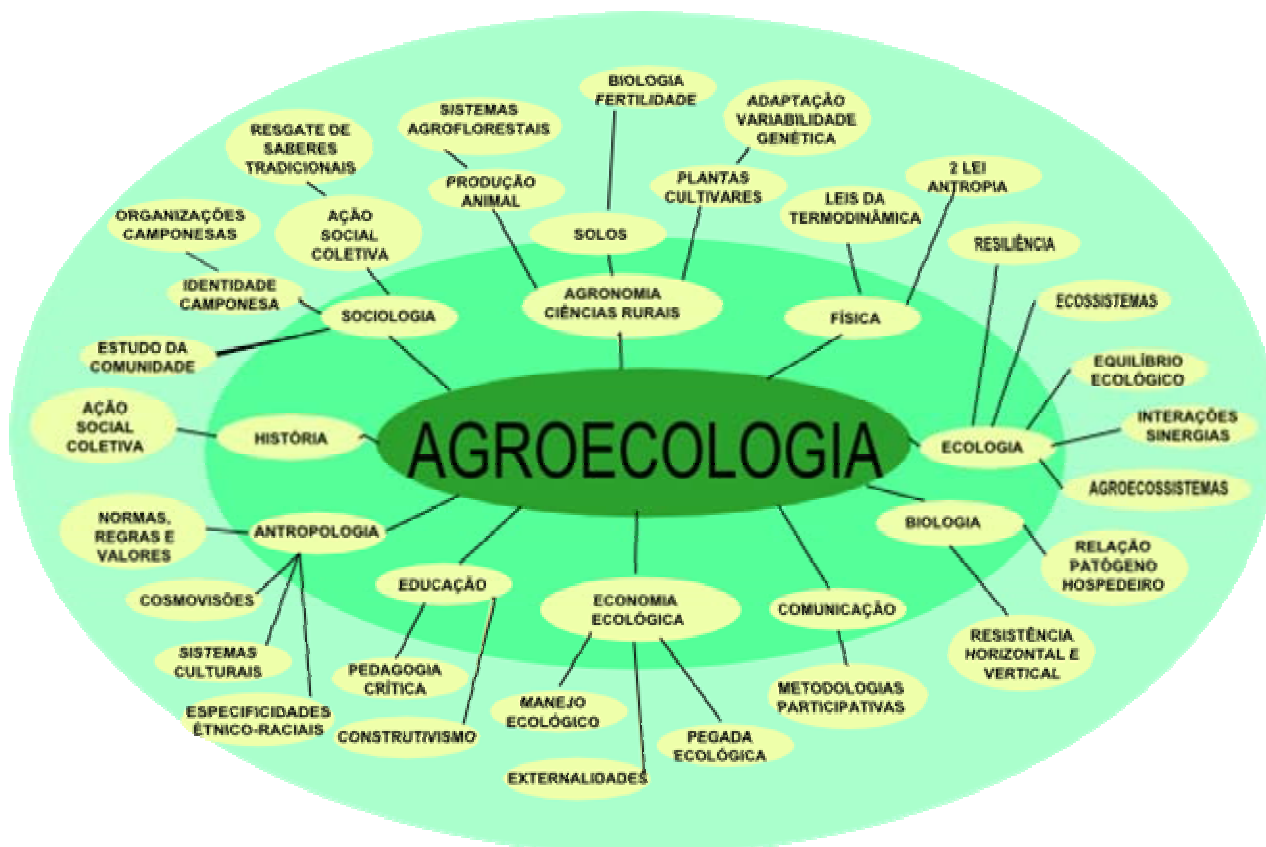


Figura 4: Ramos científicos e contribuições teóricas para o desenvolvimento da Agroecologia.

Fonte: Caporal, Costabeber e Paulus (2006, p. 08).

Com base nas informações expressas na figura 4 acima, Caporal, Costabeber e Paulus (2006) entenderam que quando se trata de Agroecologia, está se tratando de uma orientação que vai muito além do aspecto meramente técnico produtivo ou agrônomo, situados na esfera da produção agropecuária.

Nesta Figura 4, incluiríamos também a Geografia, destacando os conhecimentos acerca do conceito de Território, de Redes e de Circulação, importantes para se pensar a construção de lócus de resistência, novas articulações na produção/circulação/venda/consumo.

Ademais, incluiríamos a Saúde, por se tratar a Agroecologia de uma proposta que visa a produção de alimentos sãos, sem agressão ao meio ambiente, promotor portanto, da vida.

A Agroecologia contempla uma visão complexa, já que é um campo científico multidisciplinar que congrega estudos e conhecimentos tanto das variáveis produtivas, quanto variáveis econômicas, sociais, ambientais, culturais, políticas e éticas da sustentabilidade.

Resumindo, a Agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este campo do conhecimento se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural sustentável”. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 13)

Debatendo a questão, Altieri e Nicholls (2000) destacaram que em nível mundial cresceu o consenso em torno da necessidade de novas estratégias de desenvolvimento rural que permitam a produção sustentável de alimentos e assegurem a qualidade ambiental. Neste caso, o enfoque Agroecológico pode contribuir efetivamente, já que são objetivos emergentes a segurança alimentar, a erradicação da pobreza, a proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais, a preservação da cultura local e da propriedade camponesa, a recuperação das práticas tradicionais de manejo agrícola, a promoção dos processos de auto-gestão e a participação comunitária para superar a pobreza rural através de novos processos de desenvolvimento rural (Figura 5, abaixo).

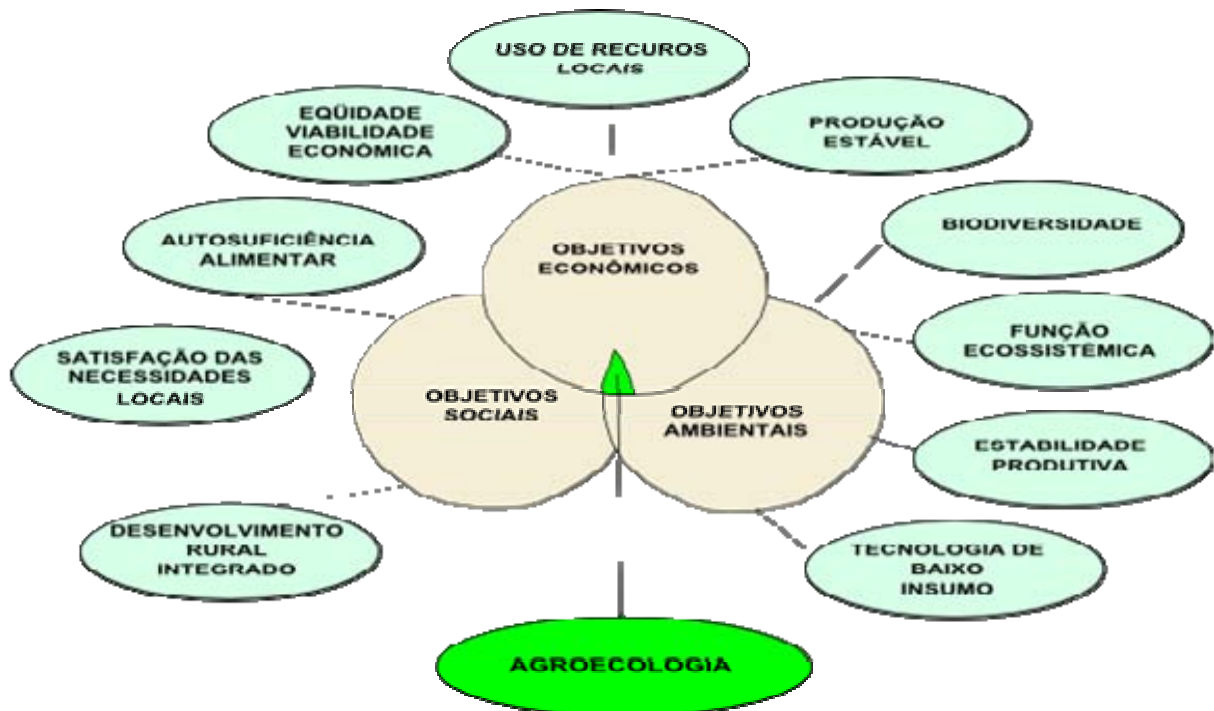


Figura 5: Elementos norteadores para a construção da Agroecologia.

Conforme a Figura 5 apresentada na página anterior, a Agroecologia é um campo de análise que se situa na produção de uma agricultura que congrega três objetivos principais: o social, em que pese a autosuficiência alimentar, o desenvolvimento rural e a satisfação das necessidades básicas das comunidades locais; o ambiental, que atenta para a estabilidade da produção ao longo do tempo; e o econômico, que incorpora a produção a partir do aproveitamento da biodiversidade pela preservação dos ecossistemas, através de uma estabilidade produtiva e com o uso de tecnologias mais racionais do ponto de vista ambiental e plenamente de acordo com as possibilidades de realização local, portanto, sem dependência externa de insumos e energia.

Não raramente se tem confundido a Agroecologia com modelo de agricultura, com processo de produção, com produto ecológico, com prática ou tecnologia agrícola, com política pública, com modo de vida e até com movimento social. Apesar da boa intenção do seu emprego, essas imprecisões podem mascarar a potencialidade que possui o enfoque agroecológico para apoiar o desenvolvimento agrícola e rural, como bem destacaram Brandenburg (2005), Kageyama (2004) e Norder (2006).

Segundo EMBRAPA (2006),

Observa-se, porém, que as Agriculturas Ecológicas nem sempre aplicam plenamente os princípios da Agroecologia, já que parte delas está orientada quase que exclusivamente aos nichos de mercado, relegando a um segundo plano as dimensões ecológicas e sociais. Isso fica claro quando analisamos o desenvolvimento das Agriculturas Ecológicas “de mercado”, onde se observam: simplificação dos manejos, baixa diversificação dos elementos dos sistemas produtivos, baixa integração entre tais elementos, especialização da produção sobre poucos produtos, simples substituição de insumos químicos e biológicos e exígua preocupação com a inclusão social e criação de alternativas de renda para os agricultores mais pobres. (EMBRAPA, 2006, p. 24).

Ainda que haja diversas interpretações conceituais, a Agroecologia corresponde fundamentalmente a um **campo de conhecimentos de natureza multidisciplinar, que pretende contribuir na construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural**, tendo-se como referência os ideais da sustentabilidade

numa **perspectiva multidimensional** de longo prazo, superando, portanto, o viés econômico e ambiental/econômico presente nas agriculturas industriais e orgânicas.

Cabe afirmar, com base em Altieri (2001), que não se deve entender como agricultura baseada nos princípios da Agroecologia aquela agricultura que, simplesmente, não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos de síntese em seu processo produtivo, que é aquilo que se faz, por exemplo, em sistemas de manejo praticados por agricultores pobres.

No limite, uma agricultura com estas características pode corresponder a uma agricultura pobre, desprotegida, cujos agricultores não têm ou não tiveram acesso aos insumos modernos e que sobrevivem de maneira tradicional, com baixa produtividade e dificuldades de viver da sua produção e de seu trabalho.

A agroecologia confia no conhecimento agrícola nativo e selecionou tecnologias modernas para manejar a diversidade e intensificar a produção. Assim, propicia um modo ambientalmente sadio e acessível a pequenos agricultores para intensificar a produção em áreas marginalmente cultiváveis. (WEID e ALTIERI, 2002, p. 234).

Na verdade, a Agroecologia vincula o **conhecimento tradicional** ao conjunto de diferentes **práticas sustentáveis de agricultura** (orgânica, biodinâmica, natural, permacultura e biológica) ao **conhecimento técnico e científico** para pensar **estratégias de desenvolvimento rural sustentável** principalmente para comunidades de camponeses empobrecidas e estagnadas economicamente.

Aparece así la Agroecología como desarrollo sustentable; es decir, la utilización de experiencias productivas de agricultura ecológica, para elaborar propuestas de acción social colectivas de desvelen la lógica depredadora del modelo productivo agroindustrial hegemónico, para substituirlo por otro que apunte hacia una agricultura socialmente más justa, económicamente viable y, ecológicamente apropiada. (SEVILLA GUZMÁN e ALONSO MIELGO, 2005, p. 02).

Segundo Sevilla Guzmán (2005, p. 17), a Agroecologia é uma ciência que pode reforçar a resistência dos camponeses ao capital globalizado, sobretudo porque amplia a capacidade de integração entre produtores e consumidores, através de redes de comercialização e impede a ampliação dos mecanismos de distribuição do “lixo alimentar” proveniente das empresas do setor agroalimentário, alimentação

que, além de provocar problemas alimentares e de saúde aos consumidores (contaminação por resíduos químicos, antibióticos, gorduras insaturadas, transgênicos), cria um conjunto de relações que amplia a dependência de produtores e consumidores, sobretudo pelo poder de mercado, e também provoca sérios impactos ambientais pelo conjunto de tecnologias que utiliza na sua matriz produtiva, entre as quais adubos sintéticos, venenos, petróleo e derivados.

Amparados em estudos de experiências agroecológicas realizadas por movimentos sociais, ONGs, movimento sindical e comunidades camponesas da Europa e América Latina, entre os quais o SOC – Sindicato Obreros del Campo (Espanha) –, Via Campesina (Nicarágua), MST (Brasil), EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional (México) –, Sevilla Guzmán e Alonso Mielgo (2005) entenderam que o debate entorno da superação das formas de resistência aos imperativos econômicos e sociais promovidos pelo liberalismo e globalização econômica permitiu a união de diferentes grupos sociais em uma rede de difusão da agroecologia em nível mundial, centrada em diferentes tomadas de consciência agroecológica, da consciência econômica à ambiental, passando pela consciência de classe, visando reordenar o modelo de desenvolvimento do campo.

Tal reordenamento, na verdade, está na superação do atual modelo agrícola e alimentar baseado no consumo elevado de insumos químicos e biotecnológicos e na dominação cartelizada das redes de comercialização e agroindustrialização, em favor de uma modelo que reestruture a agricultura, criando um conjunto de relações que envolva os produtores, os consumidores, priorize a preservação ambiental, garanta a Soberania Alimentar, a reforma agrária e a emancipação da agricultura camponesa.

Em face da legislação para a venda de produtos ecológicos e em face dos mecanismos de dominação existentes no mercado, que exige a presença das empresas de certificação da produção ou mesmo grandes empresas que fazem a distribuição dos produtos agroecológicos, tal desencontro entre os interesses tem permitido o surgimento de estratégias múltiplas de superação do modelo “oficial” em favor dos produtores rurais e dos consumidores.

Uma importante saída encontrada pelos produtores agroecológicos tem sido a organização em rede, nas quais se associam dezenas e até centenas de produtores que dividem coletivamente os custos de certificação em empresas controladas pelos trabalhadores e suas organizações.

Além de baratear o custo aos agricultores mais pobres, as empresas certificadores de caráter associativo contribuem para ampliar as estratégias de grupo via organização da produção, que são comercializadas através de estratégias coletivas, entre as quais os mercados e feiras de produtos orgânicos *in natura* (horti granjeiros) ou transformados na indústria rural e artesanal (carnes, queijos, embutidos, doces) e as redes de comércio solidário, em postos de revenda nos centros urbanos.

No Brasil, uma experiência bem sucedida é a Rede Ecovida de Agroecologia, que opera nos estados do Sul do País. Aliada a várias ONGs e associações de produtores que trabalham com produtos orgânicos, a Rede Ecovida faz a certificação a um preço mais acessível e trabalha na organização de mecanismos de comércio justo e solidário em grandes cidades, como Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis, ampliando a capacidade de geração de renda aos produtores, que eliminam os atravessadores, o que barateia o preço final da produção, que se torna mais acessível à comunidade em geral, conforme Tedesco (2006).

Em vista da ação dos movimentos sociais do campo pensando a agroecologia, abre-se uma nova perspectiva de avanço da área ocupada com orgânicos no Brasil, sobretudo pelas “mãos” dos camponeses do MST, como veremos nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 3

O MST E A BUSCA DE UM NOVO MODELO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

3.1 O MST NO CONTEXTO DAS LUTAS DO CAMPESINATO BRASILEIRO

Como se viu nos Capítulos 1 e 2, motivado pelos imperativos e necessidades de acumulação ampliada de capital, o sistema metabólico do capital tem transformado profundamente a agricultura mundial.

No Brasil, o rebatimento deste processo provocou a industrialização da nossa agricultura e a integração dos territórios agro-produtivos ao sistema global de produção, distribuição e consumo de alimentos agroindustriais.

Diante do exposto nos capítulos anteriores, o Estado foi o grande facilitador da incorporação dos avanços tecnológicos disponibilizados pelos agentes do capital. Porém, mais do que aumento da produção e da produtividade e o desenvolvimento do agronegócio, se ampliaram os problemas sociais relativos no campo brasileiro.

Entre os rebatimentos negativos, cita-se a desestruturação do campesinato, a concentração das terras, um intenso processo de migração campo-cidade, o crescimento da destruição dos biomas (Cerrados, Amazônia, Caatinga, Floresta Atlântica) para implantação de novas lavouras no processo de avanço da fronteira agrícola, etc.

Historicamente, a existência, a permanência, a luta e a resistência quanto à superação e até o reconhecimento (há, verdadeiramente, uma questão agrária no Brasil?) comparece, desde um ponto de vista histórico, socioeconômico e político, de forma recorrente na pauta dos partidos políticos, da Igreja Católica, das instituições e sociedade civis, da universidade, dos diversos agentes produtivos e do Estado.

Esta “confusão” ocorre, porque *“Na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer”* (MARTINS, 1994, p. 12 – 13) e, politicamente, enfraquece a sua compreensão, o debate político e as ações necessárias para se pensar sua superação, sobretudo, quando se coloca o tema Reforma Agrária.

Influenciados pelo pensamento marxiano, na década de 1950 um conjunto de pensadores brasileiros, entre os quais Alberto Passos Guimarães, autor da obra “Quatro Séculos de Latifúndio” e Caio Prado Júnior, que escreveu o livro “A Questão Agrária”, passaram a difundir a ideia de que o campesinato brasileiro era um elemento

transitório no processo de desenvolvimento do campo.

Se por um lado, esta lógica abriria a possibilidade de expansão das grandes propriedades, consideradas mais aptas a produzir no campo, por outro, fundamentava a formação do exército industrial de reserva, ou o conjunto dos trabalhadores “livres” para vender sua força de trabalho tão necessária ao processo de exploração social.

É certo que o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro redundava na geração dos trabalhadores “livres”, plenamente disponíveis para submeter-se às relações sociais de assalariamento e de super-exploração do seu trabalho.

Porém, desconsideravam tais pensadores que, através de complicados meandros econômicos, a expansão do campesinato é um dos elementos centrais da (re)estruturação do capitalismo no campo brasileiro, pois o capital mantém, subordina, destrói e ao mesmo tempo recria o campesinato na suas variadas formas: pequeno agricultor, posseiro, parceiro, meeiro, arrendatário, foreiro.

Ademais, contraditoriamente, além de destruir o campesinato, “[...] ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível e com ela possa haver a criação de novos capitalistas” (OLIVEIRA, 2001, p. 20).

Além disso, em vários momentos da história do Brasil, sobretudo no período mais crítico da industrialização da nossa agricultura (de 1960 aos dias atuais), quando a exploração dos trabalhadores assalariados do campo foi maximizada pelos capitalistas através do aviltamento das relações de trabalho mediadas pelo salário; quando os camponeses arrendatários, parceiros e meeiros que vivenciavam relação social de contrato ou costume (pagamento de renda em produto ou em dinheiro) se viam ameaçados do direito de explorar a terra; quando camponeses proprietários percebiam que a remuneração paga pelas agroindústrias processadoras ou companhias de comercialização ficava aquém da expectativa de preços necessários para cobrir seus custos, ou ainda, no processo de expansão do monopólio da terra, quando o capital avançou sobre as frentes de expansão, onde estão os camponeses posseiros, transformando a *terra de trabalho* em *terra de negócio* (MARTINS, 1991); ou ainda, quando a “massa” de trabalhadores sem terra, sem emprego, sem renda, aumentava em face do processo de exclusão a que estavam submetidos, ampliou-se a possibilidade de surgimento de focos de luta e resistência contra os processos de

exclusão que envolvia estes conjuntos de trabalhadores.

É, pois, na contraposição às forças do capital que os trabalhadores do campo estruturam formas de luta e resistência para garantir seus direitos trabalhistas, acessar a terra reestruturando contratos, recebendo melhores preços, reproduzindo sua condição social ou, no caso dos sem terra, para retornar à condição de camponeses (FERNANDES, 2000).

Ao contrário do que prega o pensamento marxista ortodoxo, que durante décadas influenciou o pensamento acadêmico e partidário sobre a situação agrária do País, os camponeses brasileiros têm sido capazes de se organizar politicamente para requerer seus direitos e, através da insubmissão, lutam e constroem formas alternativas de resistência e de autonomia frente ao capital.

Contra a tese da desorganização social, da apatia política e negando a teoria do “saco de batatas” defendida por Marx e um conjunto de seguidores, os camponeses brasileiros demonstram sua organização social e a sua participação política efetiva, conquistadas ao longo do tempo, cuja finalidade é construir uma realidade menos excludente. Assim, evidenciam e externam sua ânsia por justiça social ao atuar com vontade e força política própria ou sob a mediação da Igreja e dos partidos políticos. Tal evidência ocorre de diferentes maneiras, seja pegando em armas, irrompendo em greves, organizando sindicatos combativos ao invés de recorrer à justiça, enfrentando jagunços e coroneis, rompendo cercas e ocupando o latifúndio, marchando pelos campos e cidades, fazendo acordos políticos com o Estado, criando fóruns de debates com organizações da sociedade civil, aglutinando forças e correligionários, ou, atuando como sujeitos políticos das suas histórias contra as situações de exclusão vivenciadas. Dessa maneira, os camponeses brasileiros têm demonstrado ao longo da história do País e em variados episódios de ação que, ainda de forma rudimentar, possuem uma consciência de classe e uma capacidade de ação política.

Apesar das circunstâncias e das adversidades das lutas, concordamos com Martins (1994) quando afirmou que no caso brasileiro

[...] o campesinato é uma classe, e não um estamento. É um campesinato que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com freqüência a terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. Por isso, todas as ações e lutas camponesas recebem do capital, de imediato, reações de classe: agressões e violências, ou tentativas de aliciamento, de acomodação, de subordinação”. (MARTINS, 1994, p. 16).

No Brasil, o Regime Militar de Governo que vigorou de 1964 a 1985 prendeu, expulsou e assassinou as lideranças camponesas e sindicais que atuavam no interior do País desde os anos 1940, entre as quais se cita as Ligas Camponesas no Nordeste, as ULTABs – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil e o MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra. Com esta política, o governo adiou a participação camponesa na construção de um padrão de desenvolvimento democrático e mais inclusivo para a agricultura e o campo.

Em meados da década de 1970, indígenas, trabalhadores rurais e os camponeses organizaram frentes de luta em vários pontos do território nacional demonstrando, com suas ações (greves de boias-frias, ocupação de terras, manifestações de atingidos por barragens, contestações dos preços recebidos pelos produtores integrados, conflitos envolvendo posseiros, etc) a insatisfação com suas realidades de vida e exclusão, co-participando, a seu modo, na luta geral pela redemocratização do país.

As manifestações sociais (re)surgidas no campo continham em seu seio o caráter anárquico, anti-institucional e contestador do *status quo*, o que representou, portanto, formas de luta e de resistência contra o capital.

Estas motivações levaram os trabalhadores do campo a se organizarem para enfrentar o aparelho de coerção do Estado (polícia, Poder Judiciário, Exército) e do capital (jagunços), lutar contra a subordinação econômica (preço dos produtos), física (tempo de trabalho), territorial (grilagem) e trabalhista (valor dos salários, diárias, condições contratuais de parceria e arrendamento), exercido pelas indústrias

processadoras, pelos fazendeiros e grileiros, pelo Estado. Nestas ações de lutas e resistência, muitos camponeses passaram a levantar a bandeira da Reforma Agrária.

Contra as várias faces da exploração social, os trabalhadores dinamizaram a sua consciência crítica acerca dos problemas inerentes à realidade política e social do País ao lutar para a sua transformação. Neste processo, os trabalhadores do campo moldaram agentes mediadores, pautaram a negociação política com o Estado, patrões e empresas processadoras, enfim, retomaram, criaram e projetaram diferenciadas experiências de luta e de protesto, colocando-se na berlinda sóciopolítica enquanto sujeitos de suas histórias; pois criticaram a situação de exclusão e fortaleceram a perspectiva da re-inserção social e da cidadania através da participação ativa dos sujeitos nos movimentos sociais do campo.

Ao teorizar sobre a gênese e a “metamorfose” dos movimentos sociais, Gohn (1997) evidenciou que esta forma de organização da sociedade civil nasce a partir da situação de carências; seus participantes possuem um conjunto de ideias, metas e valores a atingir; possuem um número reduzido de pessoas (lideranças e assessorias) que formulam as demandas através das quais são aglutinadas mais e mais participantes que, no conjunto, as transformam em reivindicações.

Além disso, Gohn (1997) destacou que as lideranças formulam as estratégias de pressão e luta; utilizam amplamente as práticas coletivas (assembleias, reuniões e atos públicos), apoiados ou não por meios de difusão massiva, como jornais, teatro, rádios comunitárias; encaminham as reivindicações e negociam com intermediários e interlocutores.

Gohn (1997) destacou, ainda, que considerando que estes elementos podem estar ou não presentes e ocorrem não necessariamente nesta ordem, dependendo da capacidade de organização e os objetivos do grupo social ativo, pode ocorrer a consolidação, a institucionalização, a aglutinação de dois ou mais movimentos em um só, e, até mesmo, o fim dos movimentos sociais pela conquista ou não de suas reivindicações.

Participando desta discussão, Grzybowski (1987) apontou que através de um amplo processo de socialização política em movimento, onde se vivencia uma espécie de pedagogia político-educativa, os trabalhadores almejam a cidadania ao posicionar-

se enquanto classe e cidadãos nas relações com a sociedade, com o poder econômico com o Estado.

Enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores, em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações, sociais e culturais. (GRZYBOWSK, 1987, p. 59 – 60).

Reconhecendo que a situação de miséria no campo não gera o reconhecimento do direito dos excluídos, Scherer-Warren (1993) acrescentou ao pensamento de Grzybowski (1987) outras duas categorias: o reconhecimento coletivo de um direito e a formação de identidades como elementos centrais na formação da identidade dos movimentos sociais.

A primeira categoria trata da importância da ação coletiva para a discussão, a geração e a luta por demandas, bem como as instituições responsáveis pela sua ausência, sobretudo o Estado.

A segunda está ligada ao nível de discussão política e a participação ativa das pessoas, bem como a importância de agentes externos – os mediadores, que assessoram os movimentos sociais, com destaque histórico para os agentes pastorais influenciados pela Teoria da Libertação, que pregavam não só a consciência do direito a ter direito, mas o direito e o dever de lutar e de participar no seu próprio destino, além da importância da construção de um projeto de transformação pleno da sociedade, mediante a criação de relações comunitárias e societárias mais fraternas, com forma totalmente diferenciadas das vivenciadas no cotidiano de exclusão, na qual a conquista da cidadania fosse integral, abordando as relações políticas, de gênero, a diversidade cultural, entre outros temas.

Em seu entendimento, Scherer-Warren (1993) esclareceu ainda que quando estas categorias não estão presentes, ou o movimento social conquistou as reivindicações que nortearam o processo de luta, ou há uma tendência de se encerrar a luta e o próprio movimento social.

O mecanismo mais importante da luta dos camponeses sem terra tem sido a ocupação de terras que visa a desterritorialização do capital fundiário e, conseqüentemente, a territorialização do campesinato (FERNANDES, 2000).

A luta pela terra acontece em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal e, no período de 1978-2007, ocorreu em 2.019 municípios brasileiros, configurando a espacialidade representada na Figura 6 (próxima página).

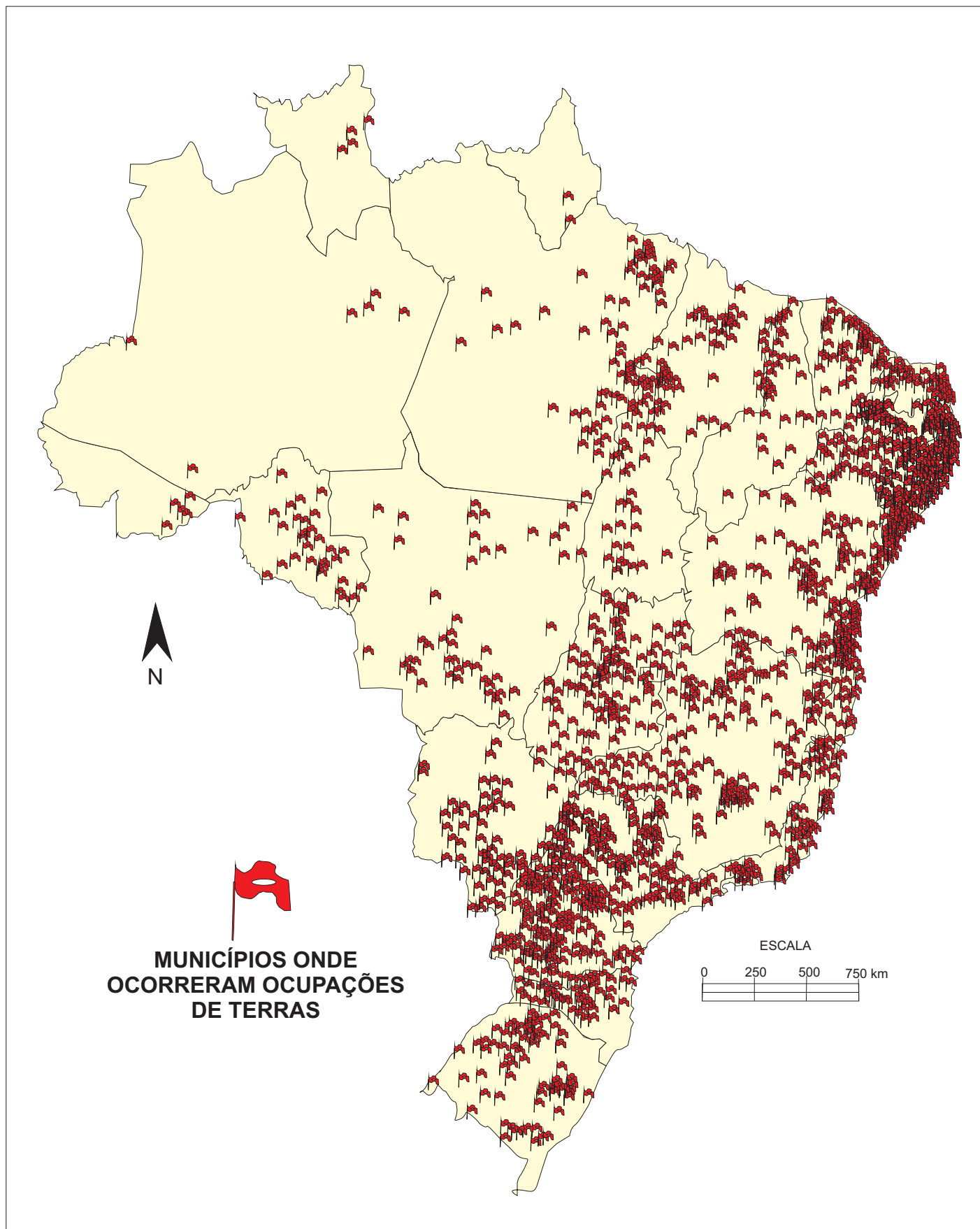


FIGURA 6: Municípios brasileiros onde ocorreram as ocupações de terras no período 1978-2007.
Base de dados: DATALUTA, 1978-2007.
Organização dos Dados e Edição do Cartograma: Sérgio Gonçalves, setembro de 2008.

Entre 1988 e 2007, a construção dos espaços políticos de luta e resistência envolveu milhares de famílias através da ocupação de fazendas (Tabela 11, abaixo).

Tabela 11: Número de Ocupações e Número de Famílias envolvidas em Ocupações de Terras no Brasil, segundo os Estados da Federação, no período 1988 – 2007.

Unidade da Federação/ Região	Nº de Ocupações	%	Nº de Famílias	%
AC	22	0,29	1.991	0,18
AM	9	0,12	2.486	0,22
AP	2	0,03	120	0,01
PA	449	5,94	73.999	6,61
RO	95	1,26	12.335	1,1
RR	9	0,12	893	0,08
TO	95	1,26	6.184	0,55
NORTE	681	9,01	98.008	8,75
AL	429	5,67	57.610	5,15
BA	497	6,57	83.354	7,44
CE	94	1,24	10.399	0,93
MA	106	1,4	17.023	1,52
PB	171	2,26	18.474	1,65
PE	1.156	15,29	152.587	13,63
PI	78	1,03	10.031	0,9
RN	130	1,72	16.112	1,44
SE	143	1,89	26.574	2,37
NORDESTE	2.804	37,09	392.164	35,03
DF	39	0,52	6.048	0,54
GO	375	4,96	54.242	4,84
MS	551	7,29	91.670	8,19
MT	138	1,83	38.323	3,42
CENTRO-OESTE	1.103	14,59	190.283	16,99
ES	93	1,23	12.753	1,14
MG	601	7,95	60.135	5,37
RJ	96	1,27	13.818	1,23
SP	1.171	15,49	187.451	16,74
SUDESTE	1.961	25,94	274.157	24,49
PR	651	8,61	84.949	7,59
RS	198	2,62	58.269	5,2
SC	163	2,16	21.824	1,95
SUL	1.012	13,38	165.042	14,74
BRASIL	7.561	100	1.119.654	100

Fonte: DATALUTA, Relatório 2007, pag. 07.

Conforme informações apresentadas na Tabela 11 (acima), entre os anos 1988 e o ano de 2007, o DATALUTA (Banco de Dados da Luta Pela Terra) registrou 7.561 ocupações de terra ocorridas em todo o território Nacional, envolvendo 1.119.654

famílias.

É certo que muitas destas famílias participaram de mais de uma ocupação, já que a estratégia utilizada pelos movimentos sociais tem sido a realização de ocupações e reocupações massivas, o que “inflaciona” os dados relativos ao número de ocupações e famílias envolvidas em cada ação.

Entre os Estados, ocorreram mais ocupações e foram mobilizadas mais famílias em São Paulo (1.171 ocupações com 187.451 famílias), Pernambuco (1.156 ocupações realizadas com 152.587 famílias), Mato Grosso do Sul (551 ocupações com 91.670 famílias), Paraná (651 ocupações com 84.949 famílias), Bahia (497 ocupações envolvendo 83.354 famílias), Pará (449 ocupações com 73.999 famílias), Minas Gerais (601 ocupações com 60.135 famílias), Rio Grande do Sul (198 ocupações com 58.269 famílias), Alagoas (429 ocupações com 57.610 famílias) e Goiás (375 ocupações com 54.242 famílias), sobretudo por contabilizarem acima de 350 ocupações que envolveram mais de 50.000 famílias no período representado na Tabela 11, apresentada na página anterior.

Além disso, em seu conjunto, nesses dez Estados ocorreram 80,39% (6.078 ocupações) dos 7.561 eventos realizados em todo o Brasil. Ademais, foram mobilizadas 904.266 famílias nos atos de ocupação de terras, ou 80,76% das 1.119.654 famílias ocupantes de terra contabilizadas pelo DATALUTA no período 1988-2007, o que contabiliza uma média de 148 famílias envolvidas em cada uma das ocupações.

Ao longo das últimas duas décadas, a ação dos movimentos sociais tem colocado em evidência a necessidade da realização da Reforma Agrária no Brasil, já que as ocupações de terras são ações de caráter político que desmascaram para a sociedade os problemas da exclusão social do campesinato e a concentração da terra agrícola no País.

Superada a questão política da Ditadura Militar, que governou o país entre 1964 e 1985, a abertura política permitiu a redemocratização do País. Porém, a democratização da terra, apesar da ampla participação popular nos movimentos de luta pela terra, carece ainda de uma ação mais efetiva dos governos.

Pressionados, tanto o Governo Federal, através do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), como os Governos Estaduais, por meio das Secretarias ou órgãos ligados aos Assuntos Fundiários de seus respectivos Estados, têm colocado na sua pauta política a realização de desapropriação de terras e criação de projetos de assentamentos rurais em todo o País.

Porém, na maioria das vezes o número de acampamentos realizados pelos sem terras é bem maior que o número de assentamentos criados pelo Estado (Figura 7, abaixo).

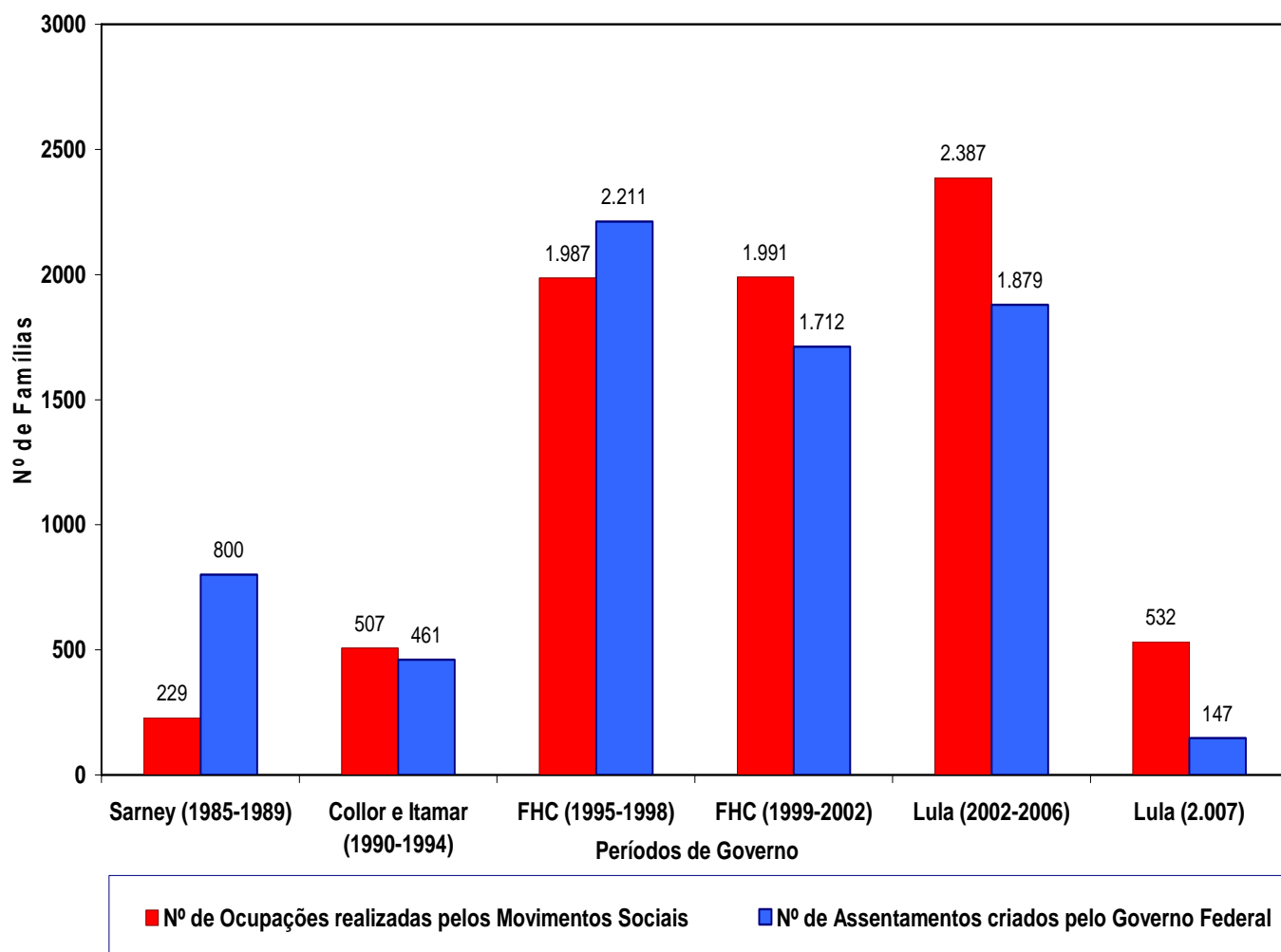


Figura 7: Brasil – Número de Ocupações e Número de Assentamentos realizados entre 1985 e 2007.

Fonte: DATALUTA, Relatório 2007.

Conforme a Figura 7 apresentada na página anterior, somente o Governo Sarney (1985-1989) e o Governo FHC (1995-1998) conseguiram, ao longo da duração de um mandato, criar mais assentamentos que o número de acampamentos criados em todo território nacional pelos movimentos sociais.

Porém, ainda assim o Estado caminhou a reboque da dinâmica social, já que os dados absolutos sobre o número de famílias envolvidas na luta pela terra foram muito superiores aos dados oficiais do número de famílias assentadas (Figura 8, abaixo).

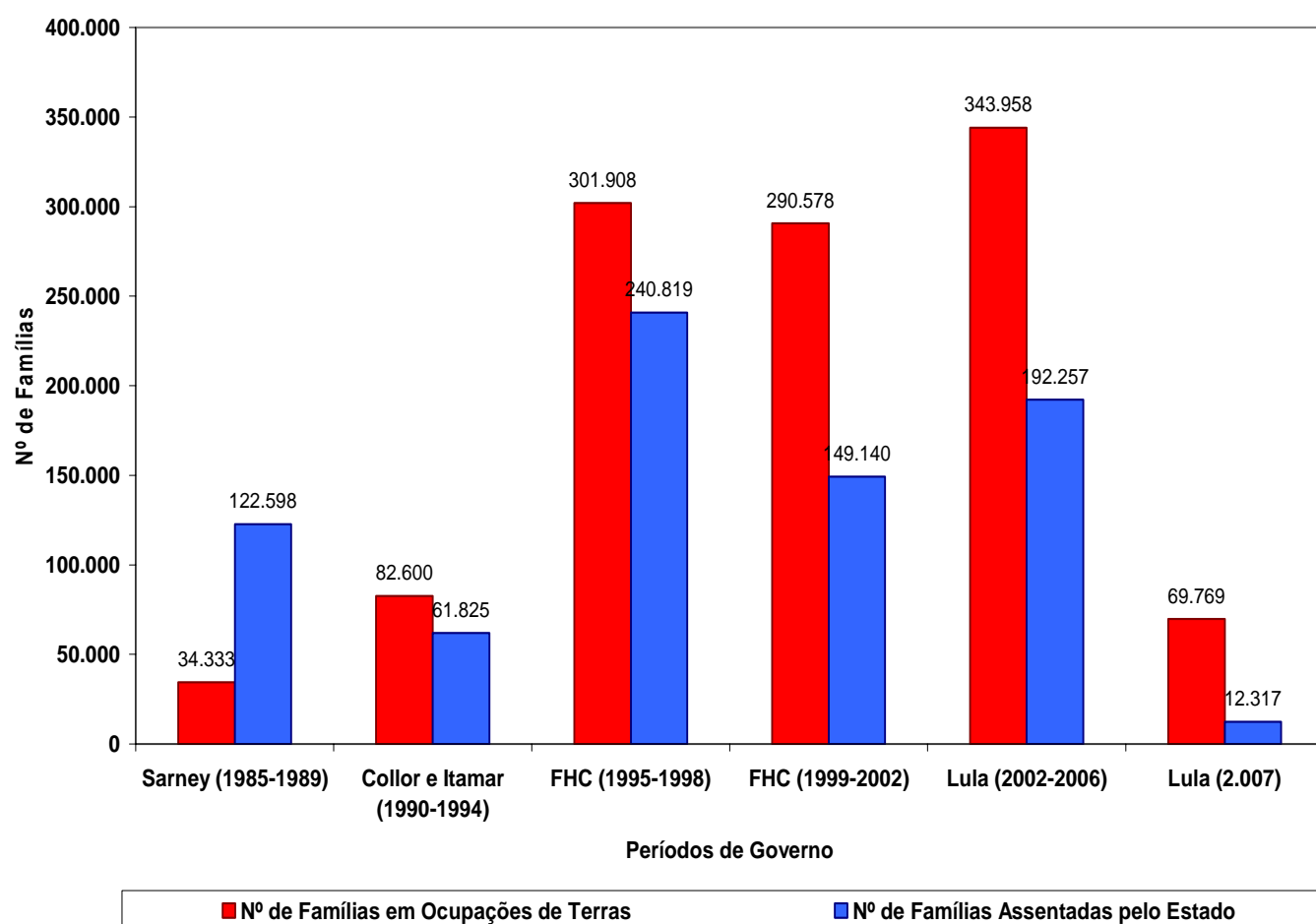


Figura 8: Brasil – Número de Famílias em Ocupações e Número de Famílias Assentadas entre 1985 e 2007.

Fonte: DATALUTA, Relatório 2007.

Conforme informações apresentadas na Figura 8 da página anterior, somente o Governo Sarney (1985-1989) conseguiu garantir o acesso a terra para mais camponeses que aqueles organizados pelos movimentos sociais, ou seja, enquanto os sem terra contabilizaram 34.333 famílias acampadas, o Estado assentou 122.598, acumulando um saldo positivo de 88.265 famílias assentadas, fato que certamente se deve aos esforços do I PNRA – Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária.

Por sua vez, os dados da Figura 8, apresentados na página anterior, revelam que a aceleração da luta pela terra pelos movimentos sociais suplantou a capacidade do Estado em gerir e efetivar a Reforma Agrária.

Animados pelas promessas do Governo Sarney, no Governo Collor e Itamar (1990-1994), enquanto o Estado assentou 61.825 famílias, os sem terra acamparam 82.600, representando um déficit de 20.775 famílias assentadas.

A não resolução dos problemas perdurou. Em seu primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) assentou 240.819 famílias, porém, o número de acampados superou em 61.089 famílias esta marca, já que no período os sem terra conseguiram acampar 301.908 famílias.

No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), o déficit foi ainda maior. Enquanto o Estado assentou 149.14019 famílias, das 290.578 famílias acampadas pelos movimentos sociais, 141.478 continuaram sem terra.

No início do século XXI, a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder com a eleição do Presidente Lula (2002-2006) aumentou ainda mais a expectativa dos sem terra em relação à reforma agrária, já que o Partido e seu líder sempre foram célebres defensores deste programa.

Apesar de propor o II PRNA – Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária, o governo petista também apresentou as mesmas deficiências de seus antecessores. Enquanto os sem terra bateram recordes de organização, atingindo 343.958 famílias acampadas, o Governo assentou 192.257 famílias e acumulou um saldo negativo de 151.701 famílias acampadas e não beneficiadas pelos programas de reforma agrária.

Esta disritmia entre ação social e ação do poder público ainda persiste, já que os dados da Figura 8, apresentados na página anterior, revelam que no acontecer do segundo mandato de Lula (2007-2010), enquanto no ano de 2007 os sem terra

acamparam 69.769 famílias, a resposta do Poder Público garantiu assentamento para 12.317 famílias, ou seja, um saldo negativo de 57.452 famílias acampadas sem benefício da Reforma Agrária.

A falta de uma ação efetiva no desenvolvimento de um amplo processo de reforma agrária por parte do Estado brasileiro reforça o poder do capital fundiário, que continua a exercer seu poder de controle territorial, já que não se observa uma desconcentração fundiária no País, conforme informações apresentadas a seguir (Tabela 12 e Tabela 13 abaixo).

Tabela 12: Brasil – Número de Imóveis Rurais segundo as classes de área, 1992/1998/2003.

Classes de Área (ha)	1992		1998		2003	
	Nº de Imóveis	% Imóveis	Nº de Imóveis	% Imóveis	Nº de Imóveis	% Imóveis
Menos de 1 a menos de 10	907.764	31,04	1.143.969	31,90	1.409.797	31,90
10 a menos de 100	1.601.071	54,75	1.916.127	53,43	2.289.014	53,43
100 a menos de 1000	373.918	12,79	468.548	13,06	523.335	13,06
1000 a mais de 100.000	41.451	1,42	57.881	1,61	68.385	1,61
TOTAL DE IMÓVEIS	2.924.204	100,00	3.586.525	100,00	4.290.531	100,00

Fonte: CCIR - Cadastro dos Contribuintes dos Imóveis Rurais, exercícios fiscais 1992/1998/2003.

Tabela 13: Brasil – Área Ocupada pelos Imóveis Rurais segundo as classes de área, 1992/1998/2003.

Classes de Área (ha)	1992		1998		2003	
	Área (ha)	% Área (ha)	Área (ha)	% Área (ha)	Área (ha)	% Área (ha)
Menos de 1 a menos de 10	4.429.542,70	1,43	5.417.778,90	1,30	6.638.598,60	1,59
10 a menos de 100	51.965.836,90	16,76	63.236.811,20	15,22	75.782.410,00	18,11
100 a menos de 1000	100.992.796,50	32,58	127.069.767,40	30,58	140.362.235,80	33,54
1000 a mais de 100.000	152.642.576,10	49,23	219.824.528,10	52,90	195.700.087,90	46,76
TOTAL DA ÁREA	310.030.752,20	100,00	415.548.886,60	100,00	418.483.332,30	100,00

Fonte: CCIR - Cadastro dos Contribuintes dos Imóveis Rurais, exercícios fiscais 1992/1998/2003.

Conforme informações apresentadas na Tabela 11 e 12 acima, analisando as informações do Cadastro dos Contribuintes dos Imóveis Rurais (CCIR), cadastro que congrega todos os contribuintes que declararam ao Governo Federal o Imposto Territorial Rural (ITR), o Brasil apresentou nos anos de 1992, 1998 e 2003 uma alta concentração da propriedade fundiária.

Os imóveis rurais da classe de área de menos de 10 hectares (Tabela 12, da página anterior) variaram de 907.764 imóveis em 1992, passando para 1.143.969 imóveis em 1998 e 1.409.797 imóveis em 2003, o que corresponde em média a 31% do número de propriedades cadastradas no País.

Porém, apesar de configurar praticamente um terço do total de imóveis do País, estes minifúndios controlaram uma ínfima parcela da terra agrícola do País. Conforme dados da Tabela 13 (página anterior), em 1992 foram 4.429.542,70 hectares, ou 1,43% das terras, em 1998 foram 5.417.778,90, correspondendo a 1,30% das terras e, em 2003, 1,59% do estoque das terras, ou 6.638.598,60 hectares

Em situação igualmente excludente, os imóveis da classe de área de 10 a menos de 100 hectares controlavam, em 1992, 1.601.071 imóveis (Tabela 12, página anterior), dividindo 51.965.836,90 hectares, ou 16,76% do estoque de terras (Tabela 13, página anterior).

Em 1998, 1.916.127 imóveis (53,43% dos imóveis) dividiram 63.236.811,20 hectares de terra, ou pouco mais de 15,22% das terras do País cadastradas em 415.548.886,00 hectares (Tabela 13, página anterior). Em 2003, 2.289.014 imóveis (53,43% do total de imóveis) controlaram juntos 18,11% do estoque de terras (75.782.410,00 hectares).

Com posição inversa a dos menores extratos de área, os extratos de área mais beneficiados nos anos analisados têm sido aqueles com área acima de 100 hectares.

O grupo situado no extrato de 100 a menos de 1000 hectares, em 1992, representou 373.918 imóveis (12,79% dos imóveis) e controlou 32,58% das terras (100.992.796,50 hectares).

Em 1998, comandando 16,06% dos imóveis (468.548 imóveis), este conjunto controlou 127.069.767,40 hectares, ou 30,58% dos 415.548.886,60 hectares declarados no País, participação que se ampliou no último ano analisado (2003), quando os 523.335 imóveis (13,06% dos 4.290.531 de imóveis existentes) comandaram 33,54% do estoque de terras, ou seja, 140.362.235,80 hectares de terras, conforme informações apresentadas anteriormente nas Tabelas 12 e 13.

Por sua vez, os dados das Tabelas 12 e 13 evidenciaram que o conjunto de imóveis com tamanho de 1000 e até mais de 100.000 hectares, apesar de representar cerca de 1,5% do total de imóveis cadastrados no País (1,42% ou 41.451 imóveis em 1992; 1,61% ou 57.881 imóveis em 1998; e 1,61% ou 68.385 imóveis em 2003) controlavam a maior fatia do estoque de terras do País: 49,23% em 1992 (152.642.576,10 hectares), 52,90% em 1992 (219.824.528,10 hectares) e 46,76% em 2003, ou seja, 195.700.087,90 dos 418.484.332,30 hectares declarados naquele ano e apresentados na Tabela 13.

É contra esta situação calamitosa de uma injusta distribuição da terra agrícola que lutam os movimentos sociais. Estes números, que pouco têm se alterado ao longo das décadas, revelam a injusta distribuição da terra agrícola e, dado o controle territorial dos grandes latifúndios, a possibilidade que teria, caso quisesse, o Estado de intervir efetivamente para a mudança deste quadro político e territorial com a realização de uma reforma agrária massiva que realmente revertesse a concentração fundiária.

O movimento mais representativo desta fase recente da história do campesinato brasileiro é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, ao longo de sua trajetória, tem definido as táticas e as estratégias para a sua ação, sua luta e sua resistência contra o capital e criado os mecanismos de pressão sobre o Estado.

Para os camponeses do MST, a luta não deve ocorrer somente vinculada à conquista dos lotes de terras nos assentamentos rurais, mas sim, segundo suas cartas de princípios formalizadas em Cascavel (PR) no ano 1984 e reavaliadas em 1985, lutar por uma Reforma Agrária Radical, que mude profundamente a realidade da distribuição da terra no Brasil.

Intitulando-se como um movimento de massas, o MST se apresentou como uma entidade de luta contra o capitalismo que organiza, de maneira autônoma, os trabalhadores sem terra na base, e assim fortalece a participação destes nos sindicatos e partidos políticos (MST, 1989).

Como estratégia política, desde sua formação, o MST colocou o princípio e o desafio de investir na formação política de seus membros. Para tanto, criou uma direção política dos trabalhadores, ao longo das décadas tem se articulado em nível

nacional e internacional com entidades de trabalhadores do campo, das cidades e da América Latina(MST, 1989).

Articulado numa estrutura organizativa com presença nacional, os camponeses do MST redefiniram e criaram diferentes formas de luta pela terra (acampamentos) e de pressão política (debates públicos, marchas, caminhadas, protestos, ocupações de prédios públicos) e, a partir da conquista dos assentamentos rurais, trunfos da luta e lugares de reprodução das famílias camponesas. Neste sentido, tornaram-se também agentes no desenvolvimento de meios necessários para ampliar a luta pela terra em luta por outros direitos: educação, política agrícola, saúde, etc, construindo as condições para conquistá-los nos municípios e regiões nas quais o Movimento (MST) atua.

Atualmente, o Movimento está organizado em 25 Estados, e nas suas ações e definições políticas tem apontado novas perspectivas de organização social, gestão do trabalho, sustentabilidade agrícola, condicionado um outro patamar no desenvolvimento local e novos embates na relação capital X trabalho e, dentro desta, da questão camponesa.

Porém, apesar de que, cada vez mais os movimentos vivenciam as contradições do mundo do trabalho, já que “[...] *mais e mais trazem em seu interior, camadas urbanas e rurais*” (THOMAZ JUNIOR, 2007b, p. 05), os processos de lutas por eles empreendidas revelam não só formas populares de organização política que visam a superação da concentração fundiária pela criação de unidades familiares de produção, mas apontam novas possibilidades de organização da sociedade.

Os movimentos sociais ocupam, nesta virada do século XXI, lugar central no processo de resistência e de construção de novos referenciais que já se anunciam, ainda que timidamente e povoado de contradições, em direção a outro cenário social. Todavia, essa caminhada tem exigido o combate contundente do modelo de sociedade que não se acata, como seu, a Reforma Agrária ampla, irrestrita, soberana e sob o controle dos trabalhadores, e não compreende que o acesso a terra, para aqueles que nela pretendem trabalhar e retirar seu sustento e contribuir para o fornecimento de alimentos sanos e de qualidade para as comunidades próximas, também possa ser fundante. E, ainda, que a estrutura social possa expressar os anseios de bem-estar e melhores condições de vida para a maioria. (THOMAZ JUNIOR, 2007b, p. 6 – 7).

Todavia, no caso dos sem terra, evidenciamos que, se por um lado, as lutas empreendidas pelos movimentos sociais se fundamentam na construção pelos próprios sujeitos excluídos pelo capital, de mecanismos de resistência e de superação aos mecanismos de exclusão, por outro, o sistema de controle forjado pelo próprio capital, e muitas vezes, com a anuência do Estado, no acontecer das conquistas político-territoriais que são os assentamentos rurais, soergue “barreiras” que impactam em avanços e recuos na realização do projeto de emancipação dos camponeses e de suas instituições, revelando os dilemas e os mecanismos de controle do capital sobre os produtores rurais assentados e suas organizações. Cabe, pois, debater estas contradições.

3.2 A LUTA NA TERRA E A (FALSA) AUTONOMIA CAMPONESA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

No Brasil, o acesso a terra pela via política da implantação dos assentamentos rurais tem configurado um indiscutível avanço dos movimentos sociais na sua luta contra o capital fundiário, pois os movimentos têm conseguido, ainda que aquém das expectativas, certa democratização do solo agrícola em favor das famílias acampadas.

Como se viu no sub-capítulo anterior, na “peleia” contra o capital fundiário, a luta pela terra, sobretudo construída na experiência de militância no MST, tem permitido a criação e recriação do campesinato em projetos de assentamentos rurais, dinâmica que, segundo a tese defendida por Fernandes (2000), representaria a territorialização dos movimentos sociais do campo, entre os quais o MST.

Segundo essa tese, o mecanismo inicial da territorialização dos movimentos sociais do campo ocorre com a formação dos espaços de luta e resistência nos acampamentos em beiras de estradas e ocupações de fazendas.

Porém, se concretiza quando os processos de luta pela terra redundam no assentamento das famílias sem terra, dinâmica esta que acontece em todo o território nacional (Tabela 14, apresentada na próxima página).

Tabela 14: Brasil - Número de Assentamentos Rurais, segundo os Estados da Federação, no período 1979 – 2007.

Unidade da Federação/ Região	Nº de Projetos	%	Nº de Famílias	%	Área (ha)	%
AC	130	1,66	24.859	2,76	5.026.057	7,61
AM	108	1,38	42.072	4,66	23.034.647	34,86
AP	32	0,41	10.151	1,13	1.947.832	2,95
PA	824	10,51	207.202	22,97	12.834.936	19,42
RO	133	1,7	33.414	3,7	1.874.326	2,84
RR	46	0,59	15.280	1,69	1.281.462	1,94
TO	344	4,39	22.918	2,54	1.174.971	1,78
NORTE	1167	20,63	355.896	39,45	47.174.231	71,38
AL	138	1,76	13.159	1,46	99.653	0,15
BA	600	7,65	43.844	4,86	1.496.645	2,26
CE	391	4,99	23.405	2,59	831.098	1,26
MA	907	11,57	126.307	14	4.166.665	6,23
PB	251	3,2	13.233	1,47	232.461	0,35
PE	518	6,61	31.436	3,48	502.596	0,76
PI	417	5,32	31.013	3,44	1.215.841	1,84
RN	281	3,58	20.036	2,22	515.457	0,78
SE	154	1,96	7.844	0,87	131.744	0,2
NORDESTE	3657	46,65	310.277	34,4	9.142.160	13,83
DF	11	0,14	746	0,08	5.290	0,01
GO	362	4,62	21.498	2,38	902.321	1,37
MS	183	2,33	30.967	3,43	667.522	1,01
MT	551	7,03	99.526	11,03	60.078.305	9,09
CENTRO-OESTE	1.107	14,12	152.737	16,93	7.582.438	11,47
ES	83	1,06	4.114	0,46	41.493	0,06
MG	342	4,36	2.237	2,47	923.990	1,4
RJ	54	0,69	4.738	0,53	61.411	0,09
SP	224	2,86	15.338	1,7	408.226	0,62
SUDESTE	703	8,97	46.427	5,15	1.435.120	2,17
PR	307	3,92	19.210	2,13	402.299	0,61
RS	304	3,88	11.986	1,33	256.466	0,39
SC	146	1,86	5.545	0,61	93.673	0,14
SUL	757	9,66	36.741	4,07	752.438	1,14
BRASIL	7.841	100	902.078	100	66.086.387	100

Fonte: DATALUTA, Relatório 2007, pág. 16.

Assim, segundo os dados da Tabela 14 apresentada acima, entre 1979 e 2007, a dinâmica da luta pela terra garantiu a territorialização ou conquista de 7.841 projetos de assentamento, para 902.078 famílias, que se tornaram camponesas em 66.086.387 hectares de terras, no conjunto.

Para os camponeses assentados, a conquista da terra representaria um avanço em seu processo de luta por autonomia, já que em um dado momento de suas trajetórias de vida tais famílias vivenciaram os problemas da exclusão social (a pobreza, a falta de emprego, a exclusão da terra de trabalho).

Assim, a luta pela terra é a luta construída pelos movimentos sociais, mas que no âmago dos participantes visa, peremptoriamente, a reconstrução da unidade camponesa de produção destruída pela dinâmica do capitalismo no campo.

Mais do que lutar por uma sociedade mais justa, estes camponeses lutam para voltar à terra de trabalho e, ali, construir sua autonomia social, típica de seu modo de vida.

Interpretando o significado da autonomia camponesa, Almeida (1999) destacou que

Essa autonomia camponesa, que se liga estreitamente ao trabalho, apresenta três dimensões essenciais: I) a busca, por parte do trabalhador-agricultor, de uma autonomia na sua estrutura de produção, através de uma combinação entre energia e informação, esta sendo aqui entendida no seu sentido mais amplo, reagrupando as atitudes do agricultor e os conhecimentos necessários à produção; II) uma autonomia baseada no espaço ou território específico, que permite certo conhecimento e domínio da situação e que abre a possibilidade de invenção do próprio trabalho e da aplicação dos conhecimentos acumulados em um lugar determinado; e III) a possibilidade de gerir o próprio tempo de trabalho segundo as diferentes modalidades, o que significa em última instância restituir ao agricultor a dimensão essencial da existência que é o domínio do tempo. (ALMEIDA, 1999, p. 13).

Garantido o acesso à terra de trabalho, amplia-se a possibilidade de conquista de cidadania por parte das famílias, já que faz parte da política de reforma agrária a concessão de diferentes linhas de financiamento da produção (créditos de fomento à produção e de investimento em infra-estrutura concedidos no âmbito do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), construção de moradia (através do crédito de habitação), acesso à energia elétrica rural (Programa Luz para Todos), enfim, um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento rural que, à medida que são implementadas, impactam positivamente na “alavancagem” do processo de produção agropecuária, geração de renda e trabalho.

Para a maioria dos integrantes dos movimentos sociais, que ao longo de meses e anos acamparam, lutaram e conquistaram a garantia do acesso a terra, ser assentado significa que a luta acabou, já que é fato corrente que os camponeses consideram a terra como um mecanismo de autarquia e condição de autonomia.

Porém, esta compreensão é um erro, pois, na verdade, **a luta recomeça e se torna ainda mais complexa**, uma vez que, num contexto político-econômico onde os elementos da questão agrária permanecem inalterados, salvo aqueles que dizem respeito ao acesso a terra - já que os assentados venceram esta disputa mediante a intervenção do Estado -, a agricultura camponesa em projetos de assentamento emerge em meio às diversas “tramas” de controle do capital em suas demais frações (capital agrocomercial, industrial, financeiro, fundiário, nacional e internacional).

Ao continuar dominando o processo de comercialização/agroindustrialização/distribuição da produção dos assentamentos, os agentes do capital continuam realizando a drenagem da renda da terra que acaba produzindo o empobrecimento, a miséria, a dependência e até a exclusão dos novos produtores do campo.

Como muitos assentados perderam as terras através de dívidas, dificuldades de acessar financiamentos, se equipar tecnicamente, ou foram explorados por terratenentes, os camponeses assentados passam a vivenciar as mesmas formas de controle exercidas pelo capital no meio rural, e seu processo de recriação ocorre no mesmo “ambiente” (meio rural) do qual foram alijados aqueles que passaram da condição de produtores rurais para a de sem terras.

Dessa forma, torna-se claro que a autonomia camponesa não se confirma mediante o assentamento dos trabalhadores, pois a produção individual de riquezas pelo campesinato, no processo de circulação das mercadorias agrícolas, acaba sendo apropriada, em sua maior parte, pelo capital, o que revela que a agricultura camponesa não é meramente uma autarquia independente, mas sim, uma forma de existência social imersa em um conjunto de relações de dominação econômicas muito diversificadas e complexas.

Por um lado, o processo coíbe a possibilidade de autonomia definitiva do campesinato, por outro, organizados em movimentos sociais, os camponeses podem avançar e, assim, desvelar as principais contradições destes processos, agir politicamente no sentido de criar os mecanismos necessários para “se libertar” e se contrapor ao domínio do capital também na circulação das mercadorias.

Nesse sentido, se a luta pela terra é a luta contra o capital fundiário, a constituição dos assentamentos rurais com a emergência dos camponeses assentados reforça o poder do capital em outras esferas das relações econômicas, salvo em raras situações onde a organização dos camponeses avançou e conseguiu “fechar” a cadeia produtiva, que começa na produção agrícola, passa pela agroindustrialização, distribuição, comercialização e se realiza no consumo, com a venda ao mercado consumidor, sobretudo em lugares nos quais existem cooperativas controladas pelos sem terra.

Diversas pesquisas e estudos¹ apontaram que na escala local e regional onde existem assentamentos, a dinâmica econômica mudou, pois a produção de riquezas aumentou e se diversificou (mais leite, mais grãos, mais raízes e tubérculos), diversificando também o número de agentes de comércio formais (empresas de laticínios, casas agropecuárias, cerealistas, cooperativas, agroindústrias processadoras, etc) e informais (atravessadores) que passaram a se reproduzir vendendo animais (gado, aves) máquinas e insumos agropecuários (tratores, equipamentos, adubos, pesticidas), serviços (orientação técnica agrônômica e veterinária), bens de consumo duráveis e não duráveis (carros, eletrodomésticos, roupas), e materiais de construção às famílias assentadas, como também, comprando a produção de leite, de grãos (soja, milho, trigo, arroz, feijão), de raízes e tubérculos (mandioca, batata), de fibras (soja, algodão), de agro-combustíveis (mamona, cana-de-açúcar) e gado das famílias.

¹ Ver os documentos e trabalhos produzidos por Bergamasco (2003), FAO/INCRA (1998), FAO/PNUD/MARA (1991), Gonçalves (2004), Gonçalves (2008), Gorgen & Stédile (1991), Heredia *et al* (2003), Leal (2003), Ramalho (2002), Ribas (2003), Spadovek (2003), Zamberlam e Florão (1989), além do Censo em assentamentos paulistas realizado por Silveira (1996) e das coletâneas de textos organizadas por Romeiro, Guanziroli & Leite (Orgs, 1998) e Schmidt, Marinho e Rosa (Orgs., 1998).

Mesmo em municípios e regiões onde a dinâmica produtiva tornou-se ativa com a implantação dos assentamentos, as pesquisas analisadas e citadas anteriormente, bem como as interpretações presentes nos trabalhos de Graziano Neto (1989, 1991, 1996) revelaram que uma parcela considerável das famílias assentadas possui renda insuficiente, e afirmam também a existência de famílias no limiar e abaixo da linha da pobreza, segundo indicadores adotados nestas pesquisas.

Esta situação de pobreza em áreas de assentamentos rurais tem forçado famílias a abandonarem ou a venderem os seus lotes. Ademais, a dificuldade de gerar renda para garantir a reprodução social forçou que muitas famílias acabassem se envolvendo em trabalhos acessórios na condição de boias-frias, mensalistas e diaristas em fazendas e usinas de produção de açúcar e álcool, ou mesmo arrendando suas terras a pessoas de dentro e de fora dos assentamentos, já que não tem capacidade de investir em lavouras e criação de gado.

Assim, tais informações revelam que muitas famílias assentadas não possuem autonomia social alguma, já que não conseguem prover minimamente o auto-sustento familiar na sua unidade de produção. Isto significa que a posse da terra, em muitos casos, cria um campesinato marginal, que não dá conta de se inserir ativamente no processo produtivo.

Dependendo estritamente de agentes externos para garantir trabalho e renda para a manutenção da família, geralmente grandes fazendas e usinas de açúcar e álcool, de estratégia de desenvolvimento rural e geração de um campesinato autônomo, muitos assentamentos tornam-se símbolos de miséria e *lócus* de moradia de uma mão-de-obra rural barata e de fácil acesso aos agentes que quiserem contratar.

Uma interpretação recorrente nos trabalhos analisados é que em muitos lugares do País faltam ou são ineficientes as políticas públicas de apoio e estruturação dos assentamentos rurais, entre as quais financiamento, assistência técnica, formação e infra-estruturas, ou até mesmo, tais políticas foram implementadas de maneira pouco efetiva, contribuindo para o agravamento do quadro social, pois impedem o pleno desenvolvimento das famílias assentadas.

Entendemos que este descompasso entre distribuição da terra agrícola e desenvolvimento econômico e social em áreas de assentamentos rurais depende das políticas públicas para serem superadas.

Isto é inegável, porém, tem raízes ainda mais profundas. Uma das hipóteses que defendemos está na capacidade de organização da produção pelos produtores rurais.

Superar a venda individual das mercadorias produzidas no campo, participar de mecanismos de industrialização e de comercialização da produção, e criar mecanismos de independência no âmbito da produção (mudanças na base técnica, com o uso de insumos intra-propriedades, sem a compra de insumos e produtos externos) poderia romper com o controle exercido pelo capital e possibilitar maior independência aos camponeses.

Porém, organizar sistemas econômico-sociais de superação do controle efetivo do capital esbarra no descompasso existente entre os camponeses enquanto famílias individuais e os camponeses enquanto coletivo que participam de movimentos sociais, uma vez que caberia ao movimento social camponês propor e efetivar modelos de gestão que representem verdadeiramente alternativas econômicas e sociais de superação do capital e das diversas “amarras” econômicas que este controle do capital impõe aos agricultores no contexto do desenvolvimento da agricultura brasileira.

Ademais, as informações econômicas e sociais dos assentamentos revelam que a superação do capital e a autonomia dos camponeses assentados no contexto geral de desenvolvimento da agricultura brasileira são, em grande medida, ainda utopias, salvo em casos onde os sem terra, particularmente do MST, conseguiram criar experiências efetivas, portanto, positivas de resistência ao capital.

A tese defendida nesse texto é que, através de ações concentradas, o MST possui uma unidade de discurso, um conjunto de ações e uma prática política que, na dinâmica da luta pela terra, permite a conquista de frações do território do capital fundiário (ou seja, aquele que detém o controle territorial sobre a terra agrícola) o que insere o campesinato.

No entanto, na mediação com o Estado, com os agentes de mercado e com os próprios assentados, ocorrem diferenciações nos âmbitos local, regional e até estadual dentro do MST na fase de proposição e gestação de estratégias de ***luta na terra***, que limita, extingue ou projeta a sua territorialização em outros dois domínios centrais para que o processo de territorialização aconteça: os assentamentos rurais e o mercado de compra e venda da produção.

Ao nosso ver, o mercado é *lócus* representado pelas relações agrocomerciais, onde as demais frações do capital exercem seu poder, ao cobrar da sociedade, do camponês e dos demais produtores rurais a renda capitalizada da terra, através de processos em escalas já abordados em capítulos anteriores, nos pontos em que abordamos as dinâmicas inerentes à agricultura no modo de produção capitalista.

Por sua vez, os assentamentos rurais são comunidades de agricultores que na dinâmica da luta pela terra conquistaram à condição de camponeses, e que vivenciam uma intensa transição de situação social, já que, gradativamente, constroem efetivamente uma comunidade rural e, individualmente ou coletivamente, conquistam elementos de cidadania, entre os quais saúde, educação, produção, cultura, consumo.

Além disso, os agricultores têm a possibilidade de entrar no processo de produção de alimentos para suas famílias (auto-sustento) e para o mercado, e a organização da produção carece de outras iniciativas (financiamento, orientação de investimentos, extensão rural, acesso ou adaptação de tecnologias, mecanização e trabalho, etc) para se concretizar.

Nesse sentido, **quero afirmar que quando ocorre o assentamento de trabalhadores e estes não conseguem ampliar seus mecanismos de organização social e coletiva, sobretudo no âmbito da produção, da agroindustrialização e da distribuição da produção, pode-se inferir que o MST possui uma territorialidade, mas quem se territorializa, de fato, são camponeses cujo projeto de emancipação é subjugado em detrimento do domínio exercido por outras esferas do capital, sobretudo o agrocomercial e agroindustrial.**

Fruto da luta pela terra, a luta na terra praticada no interior dos assentamentos rurais é tanto o ponto de convergência quanto de divergência entre os interesses e ações territoriais do MST e dos camponeses que compõem – ou deixam de compor – a sua base (des) organizada.

Em nosso modelo teórico, é na *luta na terra* e não na *luta pela terra* que se pode confirmar a territorialização do MST e a emancipação do campesinato, haja vista que é a partir dos assentamentos rurais que se descortina um rol de elementos que demandam novas articulações por parte do MST e de seus militantes para continuar exercendo a contraposição ao capital, ao Estado na construção da autonomia dos camponeses.

Portanto, o processo de emancipação do campesinato nos movimentos sociais depende da construção de mecanismos múltiplos de superação efetiva do controle do capital em todos os seguimentos existentes entre o produtor rural e o consumidor final da produção agrícola, mas também, para além do capital, na construção de elementos simbólicos e efetivos de organização comunitária e familiar.

Por outro lado, quando além do assentamento de trabalhadores, a união das famílias assentadas resulta na criação de cooperativas, na implantação de unidades processadoras, na articulação de redes de comercialização, na articulação de experiências comunitárias de desenvolvimento econômico, social e cultural, bem como nas diversas formas de cooperativização e de formação política, amplia-se a capacidade de resistência do campesinato aos diferentes extratos do capital (fundário, comercial agroindustrial, financeiro, etc).

Nestas dinâmicas, os camponeses podem conquistar sua autonomia frente ao capital, já que passam a dominar as cadeias de comercialização/industrialização/distribuição agrícolas, vendendo diretamente aos consumidores ou ao mercado de massas, ou ainda, produzindo para o auto-consumo.

Além disso, podem reforçar sua organização – o movimento social –, no sentido da ação e desencadeamento de novas lutas contra o capital e contra o Estado, exigindo a realização de uma Reforma Agrária de inclusão social, com políticas públicas efetivas de desenvolvimento rural que promovam a emancipação camponesa.

É em vista deste “jogo” que cabe compreender quais têm sido as estratégias individuais das famílias assentadas e as estratégias pensadas e gestadas pelo MST na luta pela emancipação social frente ao capital.

A nosso ver, somente ocorre a territorialização dos movimentos sociais quando estes conseguem construir projetos de autonomia que requerem não só o assentamento rural, mas a articulação entre produção, circulação e consumo, entre comunidades de famílias assentadas e suas permanentes mobilizações, entre o controle da terra e dos meios de produção, mas também no controle e na disputa do mercado, extirpando as cadeias de domínio controladas pelo capital com um projeto elaborado e controlado pelos trabalhadores na construção de alternativas para além do capital.

3.3 OS AVANÇOS E RETROCESSOS DA COOPERATIVIZAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DO MST

Para o MST (1993, 2002), as dificuldades vivenciadas pelas famílias assentadas devem-se à forma de organização e distribuição da terra agrícola praticada pelo Estado, que prioriza padrões espaciais que reforçam o isolamento entre as famílias.

Outro elemento negativo destacado pelo Movimento é a criação de assentamentos em terras menos férteis e acidentadas, que impedem o desenvolvimento das famílias, porque com uma terra que apresenta limitações de topografia e fertilidade se obtém baixa produção.

Além destes fatores, a falta de infra-estruturas básicas (energia elétrica, água, estradas, escolas, posto de saúde), como também a falta de incentivos por parte do Estado (crédito, assistência técnica e fomento) relegam as famílias assentadas à condição de crise geral vivenciada por toda agricultura camponesa no País, já que as principais políticas públicas valorizam as grandes propriedades e o agronegócio.

O Movimento (MST, 1993; MST, 2002) tem reconhecido ao longo do tempo, que a inexistência e a dificuldade de organização coletiva e de cooperação entre as famílias assentadas contribuem efetivamente para seu processo de empobrecimento, dependência e exclusão social.

Apesar da aposta do MST na coletivização, a grande maioria dos assentados priorizou viver como produtores rurais familiares e individuais, portanto, sem elaborar mecanismos de associação com outras famílias assentadas.

Porém, por razão das articulações locais, regionais, nacionais e internacionais estabelecidas pelo MST, em vista da compreensão e articulação coletiva que imprimiu, e dado o nível de gestão espacial que possuiu e ampliou mediante a conquista de novos assentamentos, tal movimento tem se colocado a difícil tarefa de negar o padrão atual de desenvolvimento agrário.

Esta negação transcende a divisão da terra agrícola concentrada em favor dos camponeses, pois, também propõem a reestruturação agrícola através do controle dos mecanismos de comercialização, agroindustrialização e circulação da produção agrícola, sob o forte argumento que o acesso a terra condicionado pelos

assentamentos rurais, sobretudo os individuais e sem experiências de cooperação e coletivização da terra, seriam amplamente impactados pelo controle exercido pelo capital em suas diversas frações.

Desde sua formação, o MST assumiu o desafio de tornar conscientes os camponeses sobre os problemas agrários, debatendo sobre quais são os elementos políticos e econômicos que forjam a exclusão e a exploração das riquezas produzidas por eles produzidas, e quais as alternativas possíveis de serem construídas para desterritorializar o capital agrocomercial e reverter o processo de drenagem da riqueza (sujeição da renda da terra pelo capital), para, enfim, romper com o sistema metabólico do capital e garantir a autonomia e a emancipação camponesa.

Para o Movimento, as estratégias individuais das famílias assentadas favorecem a ação, a gestão e o controle territorial e econômico dos agentes do capital, pois desarticulam, por sua vez, a possibilidade de implementação das propostas pensadas e gestadas pelo MST, sendo que estas propostas são consideradas pela organização como “modelos ideais” para o fortalecimento e desenvolvimento dos assentamentos rurais.

Demonstrando que a conquista de um lote de terras é um grande avanço social, entretanto uma conquista muito tímida frente aos desafios da classe trabalhadora de contraposição/resistência ao capital e de ascensão ao socialismo, o Movimento procurou expor aos camponeses que, apesar do processo de espacialização da luta pela terra resultar, em muitos casos, na conquista das fazendas (territorialização, segundo Fernandes/2006), a falta de uma reforma agrária plena, que realmente reordenasse a estrutura fundiária brasileira, faz com que os novos produtores rurais assentados sofressem os impactos do processo paulatino de empobrecimento e de exclusão social, uma vez que os assentados continuam atrelados à “estrutura viciada” de domínio do capital agrocomercial e agroindustrial no campo.

Entre os “modelos” de organização da produção, considerados como o “supra-sumo” da redenção camponesa pelo MST, cita-se as **cooperativas coletivas** (CPAs - Cooperativas de Produção Agropecuária, estrutura baseada em coletivização total dos meios de produção, do processo de gestão e do trabalho) e as formas de cooperação agrícola diversificadas, onde o acesso à terra se faz com produtores assentados

individuais, mas que se organizam em **grupos de famílias, associações de produtores, cooperativas locais e cooperativas regionais.**

Para o Movimento, estas formas de organização são mecanismos táticos e estratégicos prioritários para criar grupos mais coesos e mais fortes para pressionar o Estado, requerer e acessar políticas públicas, e para resistir à drenagem de renda da terra, já que a aplicação de recursos individuais de maneira coletiva ou cooperativada possibilitaria dominar praticamente todo o circuito entre a produção, o processamento e a distribuição da produção agrícola até o mercado consumidor, ampliando a renda das famílias assentadas e conduzindo-as a um processo dinâmico de superação do capital.

Segundo informações presentes em Carvalho (2002), a cooperativização proposta pelo MST resultou em avanços econômicos e sociais, pois

Até o final do ano 2000 havia aproximadamente 250.000 famílias em cerca de 1.500 assentamentos que se identificavam com o MST. Isso significou uma área libertada do poder dos capitalistas de sete milhões de hectares. Nesses assentamentos, até junho de 2001, foram constituídas e estão em operação 49 Cooperativas de Produção agropecuária – CPA (regime coletivista) abrangendo 2.299 famílias, 32 Cooperativas de Prestação de Serviços – CPS envolvendo 11.174 famílias e mais sete cooperativas, sendo duas de crédito, duas de trabalho e três de pequenos produtores, totalizando esse conjunto de cooperativa 13.473 famílias. Estão em operação nesses assentamentos 70 unidades agroindustriais do SCA, e mais 27 em fase de projeto. Paralelamente ao Sistema de Cooperativismo dos Assentados – SCA, foram constituídas centenas de associações de produtores induzidas pelas políticas públicas como indispensáveis para o recebimento de créditos rurais subsidiados. (CARVALHO, 2002, pág. 251).

Além desses exemplos, dezenas de ações menores, mas muito importantes, como os mutirões coletivos de trabalho, associação de produtores para a compra de máquinas e insumos, organização de grupos semi-coletivos para a compra/desfrute de máquinas e equipamentos foram organizados em assentamentos vinculados ao MST.

Apesar de comparecerem como a principal tática e estratégia do Movimento para o projeto de emancipação dos assentados, os dados prestados por Carvalho (2002) revelam um importante desajuste entre o que prega e o que consegue realizar, efetivamente, o MST em relação à cooperativização.

Embora a vinculação de assentamentos rurais ao MST seja elevada, com cerca de 250.000 famílias em 1.500 projetos de assentamentos, as formas de cooperação defendidas pelo Movimento envolveram somente 13.473 famílias, ou seja, 5,4% das 250.000 famílias que compõem a base do MST nos assentamentos rurais “alinhados” à organização.

Conforme diversos estudos analisados sobre algumas dessas cooperativas, dentre as experiências de cooperação avaliadas, muitas significaram avanços², pois garantiram realmente o controle dos cooperados sobre o processo produtivo, iniciada na produção agrícola, passando pela agroindustrialização e chegando às vendas, o que aumentou a renda dos camponeses e rompeu com o sistema de dominação de empresas privadas e atravessadores. Este avanço econômico também reforçou os próprios instrumentos de luta, já que as cooperativas também investiram na continuidade da luta pela terra, ao apoiar novos contingentes de excluídos na luta pela terra.

Outras cooperativas implicaram em retrocessos, pois foram desagregadas ou redundaram em grandes e problemáticos fracassos econômicos e sociais³. Nestes casos, a cooperativização gerou um clima de instabilidade nos assentamentos rurais e nas estruturas diretivas do próprio MST.

Estas “fraturas” geraram rixas e dissensões tanto entre os integrantes das cúpulas do MST nas regiões e municípios, quanto entre os assentados e o MST, pois os assentados passaram a desacreditar na capacidade do Movimento em coordenar as cooperativas, o que desencadeou, muitas vezes, no abandono de muitas cooperativas, e também, alguns assentados passaram a comercializar sua produção com empresas

² Os trabalhos de Pagamunici (2001), Gonçalves (2004), Gonçalves (2008) abordando os assentamentos de Querência do Norte e Santa Cruz do monte Castelo no Noroeste Paranaense, Gempel (2000) abordando a COPAVI (Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória) em Paranacity/Pr tecem considerações sobre experiências de coletivização e cooperação agrícola êxitosas.

³ Os trabalhos de Almeida (1996) sobre a cooperação agrícola no Pontal do Paranapanema/SP, Brenneisen (2000) e, Fabrinii (2002), estudando a situação das Regiões Oeste e Centro-Oeste do Paraná; Ribas (2002) abordando a cooperativa regional do MST no Pontal do Paranapanema/SP, e Souza (1999) contribuíram para revelar os problemas que envolviam a questão da cooperação nos assentamentos.

privadas, demonstrando o distanciamento e a dificuldade da classe camponesa em criar e gestar iniciativas de cooperação na produção.

Dessa maneira, as iniciativas de cooperativização tocadas pelo MST e que resultaram em fracassos sociais significaram um “tiro no pé”, já que ao invés de aglutinar e reforçar os camponeses, desestabilizaram ainda mais a rarefeita união existente entre estes, favorecendo, conseqüentemente, o capital e suas dinâmicas de dominação.

Assim, em muitos lugares do País, a cooperação agrícola não mostrou ser, efetivamente, a estratégia adotada pela maioria dos assentados, uma vez que na base, as famílias assentadas têm procurado exercer sua sobrevivência de maneira individual, negando sua inserção nos projetos de coletivização e de cooperação apresentadas pelo MST, situação-problema que Fabrini (2002) compreendeu como uma forma de resistência e de autonomia do campesinato aos projetos políticos de cooperativização que não são os seus, mas sim das lideranças do MST.

Ao analisar o modelo político-organizacional adotado pelo Movimento, Navarro (2002) destacou que seletos grupo de dirigentes é quem define as principais teses políticas e organizacionais que serão estudadas e colocadas em prática pelos militantes do MST.

Dessa forma, os “*mecanismos de controle social*” (NAVARRO, 2002, p. 276 – 277) adotados pelo Movimento acabam nomeando como prioritários e ideais os projetos políticos das lideranças, e como secundários e pouco importantes o projeto de vida das famílias, descompasso que aprofunda as frustrações do MST em seu modelo de gestão e de suas propostas organizativas e antidemocráticas, ideia que se reforça com o não acatamento, por parte das famílias, desses projetos colocados “de cima para baixo”.

Porém, deve-se destacar que os camponeses não são sujeitos totalmente avessos às formas de cooperação, e o amadurecimento da sua consciência de classe no âmbito dos acampamentos e, sobretudo, o debate político e econômico acerca dos problemas que vivenciam nos lotes pode servir de mote para desencadear novos processos de luta e a construção de alternativas viáveis, participativas e mais democráticas na luta revolucionária.

3.4 A AMPLIAÇÃO DOS REFERENCIAIS DE LUTA DO MST E O DEBATE SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA

O MST é um movimento social diferenciado, pois nasceu do apoio, porém, conquistou autonomia diante da Igreja Católica e Luterana, bem como dos sindicatos e partidos políticos que o apoiaram, entidades com as quais, nos momentos de necessidade “comungou” e negociou, mas que, nas horas de “aperto”, colidiu e se afastou.

Porém, é inegável reconhecer que o MST conquistou, sobretudo a partir da década de 1990, um apoio social tanto no campo quanto na cidade, recebendo ao mesmo tempo ojeriza e simpatia da sociedade.

De maneira ambígua, a população em geral apoia a luta pela reforma agrária, mas em grande medida, é contra as ocupações (invasões, conforme retrata a mídia) e contra o conjunto das ações praticadas pelo MST (ocupação de rodovias, prédios públicos, pedágios, bancos, usinas de açúcar, fazendas de cultivos de OGMs, destroi canaviais e núcleos de produção de mudas de *pinnus* e eucalipto, ocupa ferrovias de mineradoras, etc) quando este se afasta de seu objetivo central, que é a terra.

Na verdade, o MST está saindo da compreensão cerrada de Reforma Agrária como distribuição de terra e incluindo em seu horizonte uma visão de conjunto da realidade que extrapola o imediato, a realidade local, a necessidade da terra de trabalho aos camponeses.

Ao longo dos anos 1980, os sem terra bradavam “A terra é para quem trabalha”. Nos anos 1990, ganhou ênfase o lema “Ocupar, Resistir, Produzir”. Nos dois casos, a visão da Direção do MST atendia ao preceito da terra como liberdade, e da produção – altamente produtiva – tecnicizada e cooperativada, como meta.

Porém, os apoios e as articulações são outros. Em todos os acampamentos, ocupações e manifestações, os sem terra bradam o lema “Globalisemos a luta, globalisemos a esperança”, uma palavra de ordem que destaca um outro sentido no processo de luta, que faz *link* do local para o global, e que, portanto, requer compreender outros signos para desvendar quais os seus significados.

As novas frentes de luta do MST, bem como as novas concepções de processo de transformação a que se propõe o Movimento, compõem a ampliação de sua pauta de reivindicações, que se ampara nas articulações internacionais construídas pelo Movimento no âmbito da Via Campesina, entidade cuja montagem teve início em 1992 e congrega vários movimentos camponeses de 76 países e em 4 continentes, que passaram a definir conjuntamente uma pauta de reivindicações e temários de luta.

A princípio, considera-se que o Movimento está se projetando “para fora de si mesmo”, já que à forma clássica de um movimento camponês que luta pela reforma agrária no País aglutinam-se novos elementos de lutas e novos esforços organizativos e, sobretudo, ações contra as diversas frações do capital, o que requer maior capacidade de mobilização nas diferenciadas escalas onde as lutas acontecem (local, regional, estadual, global), além de diferentes iniciativas de lutas.

Assim, além de continuar “travando batalhas” do temário agrário, em ações contra os transgênicos, contra os latifúndios, ocupações de bancos e agências de fomento agrícola, ocupação do INCRA e Secretarias de Estado, contra o agronegócio, contra o “deserto verde” dos eucaliptos, etc, o MST passou a se articular com movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos e a fazer lutas com temas “sensíveis” ao conjunto dos trabalhadores, fossem eles rurais ou urbanos.

É nesse contexto que o MST passa a assumir lutas contra as privatizações, contra o imperialismo americano, contra a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas, contra o neoliberalismo, contra as privatizações de empresas estatais, contra os pedágios, contra a corrupção, contra a política econômica do Governo Federal, etc.

Ao analisar as novas pautas de lutas articuladas e realizadas pelo MST, Correia de Moraes e Coletti (2006, p. 94) compreenderam que este é um dilema das organizações que lutam contra o capitalismo e que têm como meta construir mecanismos para sua superação.

Portanto, é quase improvável que as lutas do MST não se expandam para o choque com o padrão internacional. O radicalismo agrário, para continuar radical, precisa transcender o agrário. Em outras palavras, o movimento percebe cada vez mais a necessidade de ampliar suas bandeiras, radicalizá-las, torná-las mais complexas e mais globalizantes, incorporando interesses e valores de outros grupos sociais, distintos de sua base original. Por outro lado, essa ampliação de horizontes tem de ser administrada de modo que não se produza um distanciamento excessivo de sua base e da capacidade de compreensão política dessa base, ou seja, a necessidade de radicalizar, de ir à raiz problemática, tem de ser confrontada com a necessidade de perder as raízes vitais. (CORREIA DE MORAES e COLETTI, 2006, p. 94).

Ademais, as facetas econômicas e ambientais da questão agrária cobram novas ações da classe trabalhadora, no afã de superar o controle exercido pelo capital e o Estado na construção de uma nova realidade social, econômica, cultural e política, desejo presente nas lutas revolucionárias, lutas essas que requerem, sobretudo, a ampliação dos horizontes políticos mediante a incorporação de novos mecanismos e parceiros no “arco das alianças”.

Um conceito que entrou na agenda do MST neste último quinquênio é o de Soberania Alimentar, conceito que tem sido difundido mundialmente pela Via Campesina.

Nossa proposta de reforma agrária, agora, é muito mais ampla, abrangente e está relacionada não apenas com a democratização da propriedade da terra, mas com todos os bens da natureza, como água, sementes, biodiversidade, e com a forma de organizar a produção agrícola, com a forma de organizar a produção agrícola, com a forma de organizar a vida social, nas comunidades no interior. Em resumo, defendemos uma reforma agrária que altere e democratize a propriedade da terra, como primeiro passo. Priorize a organização da produção de alimentos, saudáveis, para todo o povo brasileiro. É isso o que se chama de soberania alimentar. Nossas terras e recursos naturais devem garantir que o povo produza todos os alimentos que necessita para sua sobrevivência, em todos os municípios do Brasil. (MST, 2007, p. 90).

Conforme Sevilla Guzmán (2004, p. 16), o construto do conceito de Soberania Alimentar pelos movimentos sociais teve início na década de 2000, numa reunião na cidade de Bangalore (Índia), em uma reunião da Via Campesina e da CLOC -

Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo.

A ideia de Soberania Alimentar decorreu da necessidade dos movimentos em construírem por fora da Economia e Sociologia Políticas conceitos para se contrapor à onda neoliberal do campo, já que os agentes do agronegócio globalizado e as políticas neoliberais desenvolvidas pelas agências multilaterais se articularam e se apropriaram do conceito de Segurança Alimentar, adaptando-o às suas “necessidades”.

Além disso, Sevilla Guzmán (2005, p. 16) destacou a importância do campesinato no desenvolvimento da agricultura centrada na Soberania Alimentar, pois somente é possível uma produção saudável, de boa qualidade e culturalmente apropriada para o mercado interno, sobretudo local/regional, mediante a promoção de um campesinato que trabalhe uma agricultura diversificada em relação à biodiversidade, que desfrute da capacidade produtiva das terras e da capacidade de trabalho das famílias, perpetuando valores culturais e a preservação ambiental.

Enquanto agentes diferenciados, o conceito de Soberania Alimentar defendido pelos movimentos se “choca” com o conceito de Segurança Alimentar defendido pelos Estados Nacionais, pelos agentes do agronegócio e pelas agências multilaterais.

A ideia de Segurança Alimentar é defendido pela FAO e pelo Banco Mundial. Estas agências partem do pressuposto que os países, sobretudo os mais pobres, podem garantir segurança alimentar a seu povo, reforçando o produtivismo agrícola, ou seja, através de intensivos e crescentes investimentos em tecnologias modernas, como os OGMs, com o uso de insumos para garantir a produtividade, maquinaria para os tratamentos culturais, cultivo do solo e colheitas, garantindo a produção de alimentos para o mercado, que deve ser desburocratizado para garantir renda à nação, em vista das “facilidades” do comércio agrícola mundial e liberalizado, onde aqueles alimentos não produzidos internamente podem ser comprados.

Em relação ao conceito proposto pelos movimentos sociais, a Soberania Alimentar é uma ideia que envolve a implementação de processos massivos de reforma agrária, adaptada às condições de cada país e região, e políticas públicas que propiciem aos camponeses e sítiantes, bem como indígenas e mulheres, acesso equitativo à água, às florestas, à terra, bem como aos meios de produção, financiamento, treinamento e capacitação para a administração e negociação, que lhes

permita produzir alimentos para o mercado interno, com diversidade e qualidade, dotando os agricultores de capacidade de trabalho para responder às necessidades de alimentação dos trabalhadores em geral, conforme Rosset (2006).

Discorrendo sobre a questão, Thomaz Junior destacou que

Então, para o momento é importante definir que enquanto a segurança alimentar tem a ver com a obrigação dos Estados nacionais em garantir o acesso aos alimentos em quantidades suficientes, sem se por em questão a origem dos mesmos, inclusive podendo contar com ajudas internacionais; a ideia e o conceito de Soberania Alimentar está erigido a partir da defesa do direito dos povos e dos países em definir suas próprias políticas e estratégias de produção de alimentos destinados ao abastecimento de sua população, antes mesmo da necessidade mercadológica de exportação [...].(THOMAZ JUNIOR, 2007a, p. 8).

Aprofundando a questão, Campos e Campos (2007) entenderam que o conceito de Soberania Alimentar defendido pelo MST e pela Via Campesina questiona a transformação dos produtos agrícolas em *commodities* reguladas pelas regras de mercado, pois consideram que este padrão coloca em risco o abastecimento alimentar das populações, a diversidade dos povos e a preservação da biodiversidade.

No afã de gerar lucros com a agricultura, visando estritamente a produção para o mercado, notadamente os produtores rurais se ocuparão em expandir as áreas agrícolas, diminuindo a cobertura vegetal nativa, para produzir o que o mercado agroindustrial mundializado requer.

Como o mercado mundial é estritamente oligopolizado, produzir para o mercado significa produzir aquilo que as multinacionais condicionam. Logo, o agronegócio é o grande causador do desabastecimento pela falta de produtos específicos da cesta básica em várias nações, ou mesmo pela produção de agricultura não alimentar, como são os agro-combustíveis e os grãos que compõem as rações para animais, haja vista que os produtos agrícolas “que dão dinheiro” podem não ser aqueles que o país necessita para alimentar seus cidadãos.

Discorrendo sobre esta face do agronegócio, Oliveira (2003) entendeu que este modelo de desenvolvimento da agricultura assevera os problemas da dependência alimentar das nações, pois

Quem produz, produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta, Logo, a volúpia dos que seguem o agronegócio vai deixando o país vulnerável no que se refere à soberania alimentar. Como as *commodities* garantem saldo na balança comercial o Estado financia mais as ditas cujas. Então, mais agricultores capitalistas vão tentar produzi-las. (OLIVEIRA, 2003, p.07).

Porém, se a meta dos movimentos sociais globalizados do campo é lutar pela Reforma Agrária, pela Soberania Alimentar e contra o modelo global do agronegócio liberal, quais são as estratégias e qual o modelo de agricultura que compreendem os movimentos como os ideais para a autonomia camponesa e a superação do capital?

Fazendo esta reflexão, Thomaz Junior entendeu que

Enquanto o modelo dominante, também denominado de agricultura industrial, está referenciado na monocultura, nas grandes extensões de terra, nas práticas predatórias dos recursos naturais e de uso intensivo de substâncias químicas (agrotóxicos, fertilizantes, corretivos, insumos sintéticos), e sementes geneticamente modificadas, o modelo da Soberania Alimentar contrapõe-se e defende uma mistura de práticas de conhecimento tradicional e agricultura sustentável de base **agroecológica**. (THOMAZ JUNIOR, 2007a, p. 10. Grifo nosso).

De fato, apesar da intensa movimentação econômica internacional em torno do valorizado mercado dos produtos agropecuários gerados em lavouras orgânicas/agroecológicas, a sustentabilidade agrícola entrou na agenda dos movimentos sociais.

No final da década de 1990, o MST já dava indícios que assumiria o desafio de superar nos assentamentos rurais o padrão de desenvolvimento agrícola baseado nos auspícios da Revolução Verde, defendendo um modelo de desenvolvimento rural baseado na reforma agrária como instrumento de distribuição de riqueza, renda e dos meios de produção aos trabalhadores, tendo como metas realizar uma produção sustentável e cooperativizada.

Para alcançar o desenvolvimento rural integral, devemos desenvolver os fundamentos do processo econômico e social através da eliminação da exploração dos trabalhadores e da utilização racional, com sustentabilidade, dos recursos naturais disponíveis nas áreas de reforma agrária, estimulando a prática da cooperação nas suas mais diferentes formas. (STÉDILE, 1999, p. 36).

A ideia de renovação na matriz tecnológica na produção agropecuária nos assentamentos ganhou força a partir do ano 2000, quando o Movimento passou a difundir a necessidade de que os acampados e assentados deveriam se preocupar primeiramente em garantir a segurança alimentar da família, com produtos de qualidade, diversidade e, sobretudo, livre de agroquímicos e livre de transgênicos, sementes que, no Brasil, ainda eram cultivadas de maneira clandestina, trazidas do Paraguai e Argentina.

Para o Movimento, a mudança na racionalidade social, ecológica e, sobretudo, técnica das famílias, ajudaria a superar a nova dinâmica do capitalismo no campo, baseado em relações de dominação ainda mais severas, como a presença das sementes transgênicas e as articulações entre os capitais transnacionais agro-comerciais-químico-alimentares-financeiros, que põem na “lona” os agricultores.

Deveremos estimular a prática agrícola sem a utilização de insumos externos ao lote, sem a utilização dos agroquímicos. Deveremos ao longo dos anos ir ajustando esta forma de produzir, evitando gastar dinheiro com adubos e venenos, com horas máquina, buscando utilizar mais e melhor a mão de obra disponível e desenvolvendo técnicas adaptadas a nossa realidade, evitando de nos intoxicar e de envenenar a natureza. Deveremos abrir para a criatividade da companheirada, produzindo uma nova matriz tecnológica. (MST, 2000, p. 50-51).

A princípio, esta reorientação na prática política e agrícola das famílias foi pensada pelas lideranças do MST como uma maneira de efetivar as teses apresentadas por Horácio Martins de Carvalho, pesquisador ligado à ABRA – Associação Brasileira da Reforma Agrária – e com ampla experiência no temário da agricultura camponesa.

Segundo Carvalho (2002), a única maneira do campesinato que vive da exploração direta da terra (camponeses assentados e os demais pequenos produtores familiares), da extração de produtos da natureza (quebradeiras de côco de babaçu, pescadores artesanais,) ou das relações comunitárias tradicionais (indígenas, faxinais, quilombolas) resistirem à dominação do capital, “[...] *sem no entanto mudar suas relações sociais e estrutura de classes* (CARVALHO, 2002, p. 07), seria processar uma mudança radical em três dimensões: a econômica, a social e a cultural.

A primeira seria a mudança na matriz e nas práticas de consumo, que requeria o abandono ou a negação das formas de consumo urbanizadas, que se daria com o investimento dos escassos recursos econômicos na produção de alimentos para auto-consumo, freando a drenagem de renda do campo para a cidade, pelo menos para o conjunto de produtos que os camponeses, comunidades tradicionais e pescadores artesanais pudessem eles próprios produzir.

A segunda mudança deveria ocorrer pela alteração da matriz e das práticas de produção, pela efetiva realização de uma agricultura ecológica e diversificada, portanto, contra o monocultivo e independente em relação ao consumo de insumos industriais. Já a terceira mudança requeria a mudança na matriz cultural e na concepção de mundo, situando-se, portanto, no campo da ideologia.

A ideia proposta era potencializar uma discussão com os grupos sociais para superar a “crise de identidade” existente no campo, “reanimando” as comunidades para sua participação efetiva na discussão sobre suas realidades, visando a criação de identidade de classe, ações para a mudança estrutural, mas preservando autonomia das diferentes estruturas sociais camponesas, *“[...] de qualquer lugar, estejam ou não integrados a movimentos sociais de massa ou associados a organizações mediadoras de seus interesses”* (CARVALHO, 2002, p. 38).

Assim, somente a matriz produtiva da Agroecologia seria capaz de criar uma dinâmica integradora dos objetivos produtivos, organizativos e sociais defendidos pelo Movimento.

Porém, a possibilidade de desenvolvimento de uma nova matriz tecnológica nos assentamentos demandaria mudar não só as práticas produtivas em si, ou seja, no âmbito da produção agrícola, mas sim, reestruturar todo modelo de participação das famílias nos assentamentos e estruturas de gestão do MST.

Para além do modelo de cooperativização, o MST assumiu a necessidade de incentivar modelos participativos mais focados nas experiências criadas em cada comunidade de assentados, para então introduzir as mudanças na base da produção agrícola pelo viés agroecológico.

[...] Organizar a produção com base em todas as formas de cooperação agrícola, como mutirões, formas tradicionais de organização comunitária, associações, cooperativas, empresas públicas e cooperativas de prestação de serviços.

[...] Romper com a monocultura e promover uma agricultura diversificada, sustentável em bases agroecológicas, sem agrotóxicos e transgênicos, gerando alimentos saudáveis. O produtivo deve gerar uma nova base alimentar e novas formas de consumo, equilibradas e de acordo com o ecossistema local e culturalmente adequada. (MST, 2006, p. 26).

Outra necessidade destacada pelo movimento no desenvolvimento de uma nova matriz produtiva, ampara-se nos papéis do Estado, que deveria incentivar a criação de programas de fomento para disseminar, multiplicar e massificar a agroecologia, realizar investimentos em pesquisa e extensão, com geração de tecnologias e conhecimentos adaptados à realidade dos produtores em suas regiões, promovendo a sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental dos assentamentos, com elevação da produtividade do trabalho e da terra, além da promoção de intercâmbios entre os agricultores agroecologistas para facilitar a troca de experiências.

Além disso, o MST propôs a formação de centros populares de tecnologia agrícola, estruturas de gestão popular onde ocorreriam pesquisas com animais e sementes com manejo agroecológico da biodiversidade, além de programas florestais para desenvolver projetos de reflorestamento de áreas degradadas, sobretudo matas ciliares e áreas de reserva, bem como a implantação de projetos agroflorestais, uma forma de manejo que integra produção agrícola com o plantio de árvores nativas.

Complementando suas ideias para desenvolver a Agroecologia no País, o Movimento compreendeu como necessário o Estado e as forças sociais e políticas do campo (movimentos sociais e sindicatos) trabalharem no sentido de

Desenvolver programas massivos de formação em agroecologia em todos os níveis, desde o ensino fundamental até a universidade, para atender a juventude do campo e os camponeses e camponesas de todas as regiões do país. [...] Apoiar a consolidação das escolas técnicas de formação em agroecologia, bem como a criação de novas escolas de nível médio e universitário, e o acesso a outros níveis de especialização nesta área do conhecimento, como agronomia, veterinária, biologia, engenharia florestal, etc. Estimular a produção, a distribuição e o controle das sementes e a diversidade genética vegetal e animal por parte dos próprios agricultores. (MST, 2006, pág. 28).

Contudo, como nunca esteve nos horizontes de luta dos sem terra o desenvolvimento de práticas agroecológicas, quando o MST resolveu assumir o desenvolvimento da Agroecologia nos assentamentos como mecanismo potencial de luta na terra e contra o capital, a falta de “experiência” do Movimento nesta questão impôs o desafio de construir novos referenciais políticos/produativos/organizativos e, sobretudo, superar antigos dogmas.

Entre os dogmas, devemos recordar que, até o início da década de 1990, o ideal de desenvolvimento da agricultura defendido pelo MST era de uma agricultura altamente desenvolvida, produtiva, mecanizada e integrada às agroindústrias.

Pouco se falava em preservação ambiental, sendo que o modelo defendido pelo MST, e também balizado pelo Estado no interior dos assentamentos era uma replicação e um continuísmo ao da “Revolução Verde”, já que se almejava desenvolver nos assentamentos produtores rurais mecanizados e altamente produtivos, o que em poucos casos se tornou uma verdade, sobretudo pelo descompasso existente na moderna agricultura que, por exemplo, internaliza um nível de mecanização tão apurado, que de forma alguma um grande trator teria utilidade numa pequena extensão de terras como são os lotes dos assentados.

Inicialmente, para discutir o desenvolvimento da Agroecologia, o MST passou a tentar superar suas limitações e a realizar estudos, debates e trocas de experiências com entidades que dominavam esta matriz produtiva.

Num segundo momento, passou a motivar a base e efetivar a criação de iniciativas concretas que lhe permitissem futuramente, transformar os discursos políticos e teóricos apresentados nos documentos e teses, em fatos concretos, com o efetivo desenvolvimento da Agroecologia nos assentamentos rurais.

[...] sabemos que o MST não é um movimento que pretende levantar as bandeiras ecologista ou ambientalista (...) ao contrário, veremos (...) como nunca expressou identificação nem simpatia com tais movimentos. No entanto, por uma série de razões, políticas e culturais, com um progressivo amadurecimento e através de uma ótica bastante singular, este incorpora em sua agenda de luta e em suas reivindicações alguns dos temas muito caros aos ecoambientalistas. (GIULIANI, 1997, p. 71).

Entre os desafios postos, entrou na pauta política a necessidade de uma “reviravolta” na lógica organizativa do próprio MST, que teve início com a extensão do “arco das alianças” políticas, visando “englobar” grupos diferenciados que atuavam no desenvolvimento da Agroecologia entre os quais: as organizações não governamentais, os pesquisadores de universidades, os movimentos sociais que operam nas escalas local/regional/nacional/internacional, enfim, diferentes grupos e sujeitos, com os quais o MST deveria se relacionar para aprender, receber formação técnica e trocar experiências sobre as tecnologias alternativas de produção agrícolas já colocadas em prática por estes grupos e pessoas.

Estas iniciativas seriam complementadas com a reestruturação da Organização entorno daquilo que ela tinha de mais importante - a base -, já que a escala local é a ideal para que os processos de mudanças e as inovações necessárias possam, efetivamente, ser construídas.

Nesse caso, acampamentos e assentamentos rurais fariam a transição de sistema produtivo e, sob a ação direta dos camponeses assentados, a Agroecologia se afirmaria como um modelo de agricultura comunitária, participativa e ecologicamente sustentável.

CAPÍTULO 4

A AGROECOLOGIA E LUTA NA TERRA NOS ASSENTAMENTOS PARANAENSES

4.1 A REESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO TERRITORIAL DO MST NO PARANÁ.

Quando ocorreu o 4º Congresso Nacional do MST, em 2000, na cidade de Brasília, tanto os formadores das pautas políticas, quanto os propositores das grandes teses que norteavam o discurso e a ação do Movimento passaram a “amadurecer” ideias acerca da necessidade de propor novas formas de organização da gestão do MST e novas formas de organização da produção nos assentamentos rurais vinculados ao Movimento.

No caso da organização da produção, passaram a defender a ideia de superar as “travagens” representadas pela cooperativização na produção, até então considerada a “forma superior de organização agrícola no campo” (MST, 2001; MST, 1998) pelo próprio MST. Como alternativa renovada, compareceu o debate sobre a Agroecologia.

É importante frisar que as lideranças que organizam as linhas políticas e as teses defendidas pelo MST, sempre consideraram os camponeses (sem terra ou assentados) que participam da organização como massa, portanto, sem capacidade de auto-afirmação e com necessidade de “direção permanente” pelas próprias lideranças.

Segundo o Movimento (MST, 2005), a ideia da reorganização da base ganhou força a partir de 2003, quando começaram a ser pensadas novas formas de organização que superassem o sistema organizativo historicamente praticado pelo Movimento nos Estados onde atua (Figura 9, abaixo).

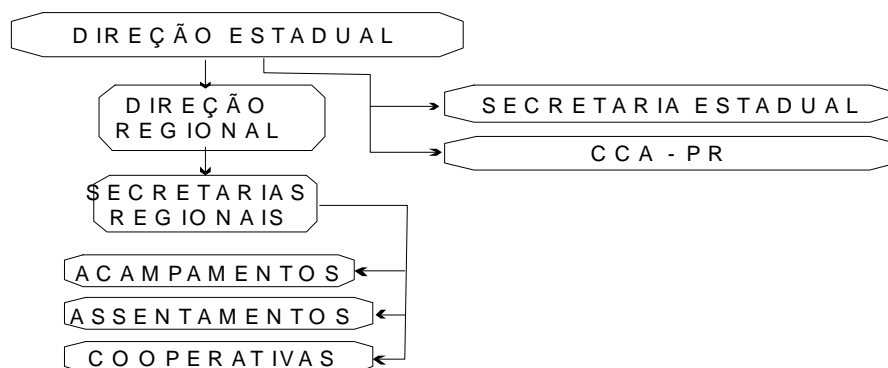


Figura 9: Modelo Tradicional de Organização do MST nos Estados.

Fonte: Secretaria do MST, Curitiba – 2008.

No modelo de organização até então vigente (Figura 9 na página anterior), a

Direção Estadual do MST era um coletivo composto por um conjunto de 20 Dirigentes indicados pelos militantes da base (famílias acampadas, assentadas e cooperadas).

A Direção Estadual, que é o coletivo que define as principais ações políticas do Movimento, submetia ao seu controle a Secretaria Estadual e a Central de Cooperativas dos Assentados (CCA), as Direções e Secretarias Regionais, além de acampamentos, assentamentos e cooperativas localizadas no interior do Estado.

Em cada um dos Estados da Federação, participavam da estrutura organizacional dirigentes com diferentes funções nos Setores desta estrutura.

Dentre os Setores, destacamos a FM - Frente de Massas (gerencia a luta pela terra) -, o Setor de Produção (gerencia as cooperativas, faz o acompanhamento técnico, os projetos de investimentos), Setor de Finanças (gerencia os gastos, os investimentos e faz a prestação de contas), Comunicação (faz a assessoria de imprensa, trabalha em rádios comunitárias e jornais), o Setor de Gênero (discute as relações de gênero) e o Setor de Saúde (desenvolvimento de medicina popular, hortas medicinais e ações em medicina social e comunitária), o Setor de Educação (cuida da alfabetização de jovens e adultos, escolas itinerantes em acampamentos e escolas formais em assentamentos).

De certa forma, essa estrutura organizativa era muito simples e “enxuta”, atendendo às demandas do gerenciamento praticadas pelos dirigentes do movimento social. Porém, com o aumento das ocupações e conquistas do MST, representados por novos assentamentos e algumas cooperativas, o sistema produziu uma desproporcionalidade na representação da base nas direções, uma vez que quanto maior a quantidade de pessoas na base, menor seria sua representatividade nos quadros diretivos, pois sempre era constituído por um coletivo de 20 pessoas.

Assim, quanto mais aumentava o número de assentamentos e acampamentos organizados pelo MST, aumentavam as cooperativas e estruturas como escolas gestadas pelo Movimento, mais o sistema de representação política se fragilizava, criando um descompasso entre base e direção, que acumulava cada vez mais o poder.

Para romper com esta concentração de poder, houve a necessidade de se

pensar uma nova forma de organizar o Movimento. Assim, as lideranças debateram a necessidade de criação de novos mecanismos de gerenciamento da organização, visando a democratização do processo de gestão e a maior participação da base.

O problema central passou a ser encontrar um “modelo ideal” que ampliasse a relação de proximidade entre base e direção, expandindo, também, a possibilidade de participação das famílias nas estruturas diretivas do MST, ao criar uma estrutura mais democrática e participativa.

Esse debate redundou na proposição das Brigadas, instâncias organizativas participativas, focadas nos núcleos familiares de base (acampamentos e assentamentos), que deveriam ser estruturadas nos estados com o propósito de fortalecer o Movimento em cada região.

Para o MST (MST, 2005), a criação do sistema de Brigadas, forma de organização e gestão que massificaria a participação das famílias assentadas e acampadas na Organização por ampliar o quadro de dirigentes. Com mais pessoas envolvidas na direção do MST, as discussões políticas seriam mais representativas dos interesses e necessidades da base.

Ademais, um sistema focado na participação familiar ampliaria a possibilidade de envolvimento de pessoas assentadas e acampadas, além de facilitar a avaliação e o gerenciamento das ações praticadas pelos dos coordenadores e dirigentes, ampliando o numero de pessoas envolvidas nas tarefas e atividades do Movimento na luta pela terra e na luta na terra.

Além disso, ampliaria o poder de controle e de gestão do MST no âmbito dos assentamentos rurais conquistados, e reforçaria a presença do Movimento na sociedade a partir de alianças políticas e ações de luta e resistência, sobretudo em acampamentos, marchas, manifestações e ações do MST ou em conjunto com outras entidades da sociedade civil.

Em 2007, quando aconteceu o 5º Congresso Nacional do MST, apesar do período de “maturação” da proposta de formação das Brigadas já ter atingido 4 anos, dois Estados (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) estavam discutindo com a base as linhas políticas ideológicas pensadas pela Direção Nacional, e somente o MST do Estado no Paraná conseguiu efetivamente estruturar o sistema de Brigadas idealizado

pelo MST Nacional.

Em nosso entendimento, este descompasso existente entre as linhas político-ideológico-organizacionais pensadas pela Direção Nacional e aquilo que realmente se reestruturou nos Estados demonstrou claramente uma resistência praticada, tanto pela Direção quanto pela base, aos postulados dominantes nos Congressos.

Neste caso, havia uma clara dificuldade do Movimento em superar um sistema de gestão e controle considerado pelo próprio MST como decadente, fazendo emergir o sistema de Brigadas.

Uma hipótese provável é que o sistema anterior era tão viciado e favorável às lideranças, que não superá-lo seria a maneira mais fácil de perpetuar uma relação de poder, em detrimento de um sistema mais democrático e participativo, como no caso das Brigadas.

Outra hipótese muito forte é que, em vários Estados, as relações entre base e lideranças não são democrático-participativas, mas meramente representativas, de maneira que a não participação de famílias acampadas e assentadas em qualquer instância política diretiva do MST é uma estratégia importante.

Prova disso é que em diferentes regiões do País, quando ocorre o assentamento de famílias acampadas, elas abandonam peremptoriamente o Movimento, deixando de participar do MST.

Dessa forma, o sistema de Brigadas não avançou além do Sul do Brasil, porque dentro dos MSTs há um sistema de poder que se perpetua mediante a ação de suas lideranças, mas há também pessoas que não querem se envolver neste sistema de poder, por considerá-lo viciado ou mesmo por uma opção política de não envolvimento.

Logo, onde não há interesse popular em participar e onde não se cria uma estrutura de poder menos pragmática e tradicionalista, um sistema democrático e participativo não tem possibilidade de ser efetivamente construído.

Apesar dos problemas políticos inerentes ao MST na construção de uma nova estrutura organizativa focada na participação popular efetiva, queremos destacar o protagonismo do MST do Paraná (MST/PR) na construção do modelo de Brigadas no Estado.

As Brigadas são coletivos que envolvem 500 famílias assentadas e acampadas

organizadas regionalmente, assumindo diferentes funções na coordenação do MST. Atualmente, existem no Paraná vinte e nove Brigadas, e estão em processo de estruturação outras três. O organograma estrutural de uma Brigada está representado na Figura 10 apresentada na próxima página.

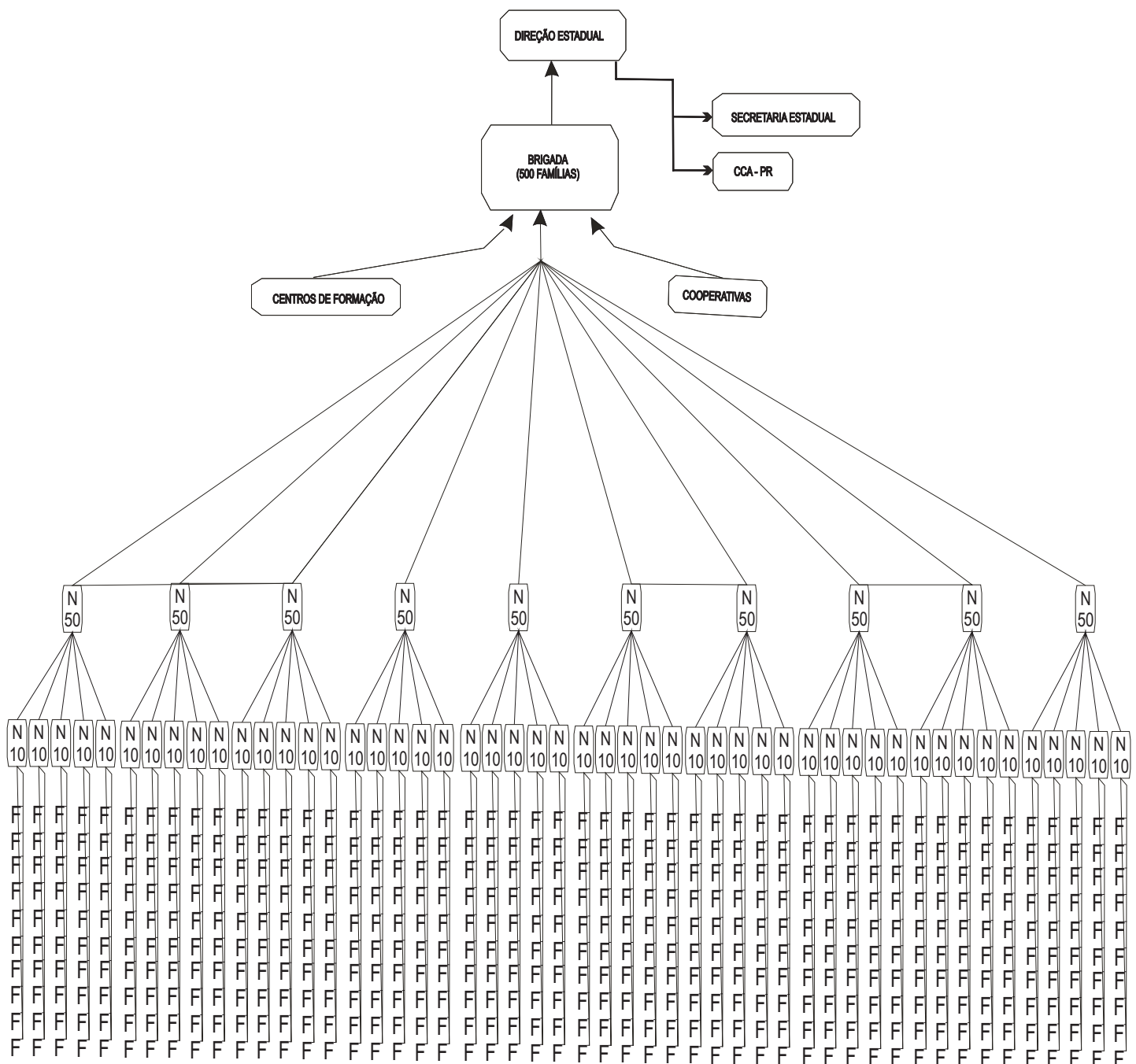


Figura 10: Brigada - Modelo Organização e de Gestão Territorial do MST no Paraná.

Nota: N-10 = Núcleo de 10 famílias; N-50 = Núcleo de 50 famílias

No sistema de Brigada (Figura 10, acima), a ênfase é a ampliação da participação da base nos núcleos de famílias. Cada família (F) acampada ou assentada se inserem em um Núcleo de 10 famílias (N-10), participando ativamente na eleição de um Coordenador e uma Coordenadora para desenvolver os trabalhos de base nestes lugares, abordando temas diversos (luta pela terra, produção, formação, saúde, gênero, cooperativas, escolas e centros de formação, acesso a crédito, problemas comunitários diversos, etc).



Figura 11: Encontro da Coordenação Estadual do MST do Paraná – ITEPA, município de São Miguel do Iguaçu.
Autor: Solange I. Engelmann, 2005.

A efetivação das Brigadas pelo MST/PR tem relação direta com o longo histórico de lutas acumulado pelos sem terra no Estado, onde a supressão de várias frentes de luta¹ existentes no Paraná e em outros estados (São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, etc) redundou na formação do próprio MST em 1984.

Antes de surgir o MST, cada um dos diferentes movimentos sociais de luta pela terra tinha suas características políticas organizativas, porém, todos prezavam a participação social efetiva e democrática das famílias em espaços políticos como

¹ Segundo Serra (1991), a luta pela terra no Paraná na década de 1970 ocorreu com a pressão exercida por várias organizações, desde grupos ligados a políticos e às igrejas católica e luterana, até organizações mais dinâmicas e plenamente gestadas pelos sem terra, entre as quais destacou o MASTES (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná); MASTEL (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná); MASTEN (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná) e MASTRECO (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná).

reuniões, votações, plenárias, onde cada um podia opinar e votar, além de poder ser eleito para algum cargo diretivo.

Dessa forma, o debate de ideias, as ações de luta, a eleição dos representantes em conselhos tornava-se muito mais participativas e representativas das coletividades organizadas em movimentos sociais.

Quando se tornou um movimento social de caráter nacional, o MST passou a se diferenciar pelo seu discurso e prática política próprios, o que lhe fortaleceu.

A conjuntura política pós-Ditadura Militar, finalizada em 1985, resultou num ambiente conturbado, mas democraticamente favorável, no qual o MST pôde, ao longo desses últimos 23 anos, avançar nos processos de organização social, massificar suas lutas, e se tornar um movimento admirável pela sua capacidade de mobilização popular em todo o País, destacando-se como uma das maiores forças sociais na América Latina e do mundo, pela capacidade de mobilização social e pela força política, colocando – ainda que com dificuldades, a questão da Reforma Agrária na pauta política do Estado.

Porém, tal crescimento fragilizou o MST naquilo que sempre teve de mais importante: a participação dos militantes de base, não como massa – uma quantidade de pessoas que agem de acordo com o controle político e ideológico exercido por suas lideranças-, mas como sujeitos participativos e ativos na direção do Movimento e nos debates sobre as alternativas de luta e de emancipação do capital.

Sem dúvida, quando não existia o MST e sim uma diversidade de pequenos movimentos sociais, a participação popular era mais efetiva. Ao crescer politicamente e tornar-se um movimento de massas, o MST perdeu parte desta capacidade democrática e participativa pelas dinâmicas internas de comando.

Desde o período da Graduação em Geografia², temos trabalhado a discussão sobre o MST e a questão dos assentamentos rurais, sobretudo no Pontal do Paranapanema.

Na Dissertação de Mestrado³, ao pesquisarmos o MST na Região Noroeste do Estado do Paraná, percebemos que havia uma clara diferenciação entre o MST paranaense e o MST paulista.

² Cursada entre os anos de 1995 e 1999, no campus da FCT/UNESP, em Presidente Prudente - SP.

Tais observações nos levaram a crer que o MST nacional possui uma unidade orgânica onde se destacam vários MSTs erigidos nos estados e nas regiões. Em nosso entendimento, esta diferenciação se exprime nas formas de gestão político-territoriais criadas pelos MSTs de cada Estado.

Entre as formas de gestão adotadas, se destaca a capacidade de ação das lideranças, a participação da base nos processos decisórios de cada instância político-organizativa, as propostas de organização da produção adotadas e efetivamente criadas pelos sem terra, as relações estabelecidas com outros movimentos sociais e organizações da sociedade civil, a luta política contra o Estado, além das diversas estruturas e iniciativas criadas para capacitar os militantes do próprio Movimento, como os centros de formação, os cursos, as escolas, etc.

Em nosso entendimento, enquanto a luta pela terra é uma, tem os mesmos signos de luta (bandeiras, bonés, palavras de ordem), a mesma organização da militância, a precariedade dos barracos de lonas e as violências de todo o tipo, e se realiza de maneira muito parecida em qualquer lugar do País, é no acontecer da luta na terra que o MST se diferencia.

A luta na terra é uma contradição para o MST, pois este muitas vezes não consegue engendrar sua territorialização para além das frações de território conquistadas do capital fundiário, salvo em algumas experiências locais/regionais.

Em grande medida, as limitações da gestão territorial do MST, no âmbito dos assentamentos rurais, têm relação direta com o controle político-ideológico praticado pelas lideranças e a capacidade do próprio MST de mobilizar os camponeses assentados.

Quanto mais afastadas da base e quanto menos politizantes e democráticas têm sido as posições adotadas pelas lideranças, menos efetiva tem sido sua capacidade de proposição e de criação de alternativas de emancipação frente ao capital. Esta inépcia na luta na terra provoca o afastamento dos assentados do Movimento.

³ Cursada entre os anos de 2002 e 2004 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá - UEM, que possibilitou a pesquisa e a defesa da Dissertação "O MST em Querência do Norte – PR: da Luta pela Terra à Luta na Terra".

Nesse caso, “cai por terra” a tese de Fernandes (2001), sobre a territorialização do MST mediante a construção dos assentamentos rurais, já que em poucos casos o MST tem atuado como agente criador do território.

Uma conceituação seminal sobre o que é território está presente em Claude Raffestin (1993), cuja concepção foi construída observando o caráter do poder político e territorial dos agentes sociais sobre o espaço geográfico, produzindo uma ordem jurídica sobre um espaço delimitado por fronteiras.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Contemporaneamente, um autor que tem produzido uma discussão mais ampla sobre o conceito de território é Haesbaert, cujas leituras e construções teóricas permitem afirmar a construção do território em 3 enfoques:

1) *jurídico-político*, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) *cultural(ista)*, que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”; 3) *econômica*, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”. (HAESBAERT *apud* SPOSITO, 2004, p.18).

Por sua vez, Souza (2001) defendeu um ponto de vista político e cultural sobre o território, observando em diferentes escalas (local – bairro, cidade, periferia, regional – regiões de planejamento, nacional – Estado-Nação; e internacional – blocos econômicos e organizações paraestatais) a existência da mutiterritorialidade.

Para o autor, o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, e que o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação. Assim, o conceito de território deve abarcar mais que o território do Estado-Nação. Desta forma, “todo espaço definido e delimitado por e a partir de

relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN”. (SOUZA, 2001, p.11).

Ainda para o autor, “em qualquer circunstância, o território encerna a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo”. (SOUZA, 2001, p. 108). Mas não um território ideologizado com um poder centralizador como o Estado-Nação, mas um território autônomo, onde as pessoas têm a liberdade de manifestar suas escolhas e potencialidades, gerando um espaço socialmente equitativo.

Para Bordo *et all* (2005), deste modo, na visão de Marcelo Lopes de Souza, o território deve ser apreendido em múltiplas vertentes com diversas funções. Mesmo privilegiando as transformações provenientes do poder no território, o autor aponta a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades, como o território da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, das gangues e outros que podem ser temporários ou permanentes.

Como afirmar a existência de um território do MST, se ele não está lá? Que território é este sem o principal agente territorial? Logo, a tese da territorialização deve ser relativizada e não tomada como uma verdade.

Para destacar nossa afirmação, evidenciamos como exemplo a luta pela terra no Pontal do Paranapanema (região situada no extremo sudoeste paulista), onde o Movimento colocou como grande liderança José Rainha Júnior.

No Pontal do Paranapanema, apesar da massa de militantes da base ser enorme, desde que surgiu na região em 1990, o MST é coordenado e liderado por um grupo muito seleto de dirigentes que controla todo o processo de gestão territorial do MST.

O projeto mais importante proposto pela Direção Regional do MST do Pontal foi a Cocamp – Cooperativa de Prestação de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados do Pontal –, que seria o braço político e econômico da Organização.

Ademais, o MST Pontal tentou viabilizar discussões e iniciativas sobre gênero, organização da produção, sistemas agrofloretais, produção de café, produção de abacaxi, produção de acerola, entre outros, mas todas as iniciativas faliram ou foram desestruturadas.

Apesar de se contar mais de 100 assentamentos e um público de mais de 5.000 famílias assentadas, o MST do Pontal continua direcionando o processo de lutas e montando seus acampamentos em fazendas da região, mas suas relações com as famílias assentadas praticamente acabaram, já que superada a fase de acampamento, muitas famílias abandonaram o MST desde que foram assentadas. Logo, o MST se desterritorializou.

Salvo em raríssimas exceções, sobretudo quando ocorrem reuniões e projetos de negociação de dívidas, requerendo ocupação de bancos, ou um e outro programa de investimento de recursos públicos de habitação e desenvolvimento rural que necessitem a intermediação de técnicos do MST para se efetivarem - já que a maioria destes projetos é efetuada pelas estruturas públicas-, como o ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e o INCRA, é praticamente impossível conceber a presença do MST nos assentamentos rurais.

Nesse sentido, a ação do MST no Pontal do Paranapanema é muito mais efetiva na organização da massa para a luta pela terra, que certamente uma organização de produtores rurais assentados na luta na terra.

O que temos no Pontal é um conjunto grande de assentamentos rurais, onde cerca de 6.000 famílias assentadas têm vivido as agruras de um sistema produtivo altamente oligopolizado, em uma região onde nenhuma organização social de controle da classe trabalhadora se efetivou como agente territorial com ação efetiva.

A meu ver, não há territorialização do MST nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. Há sim, a territorialização do campesinato e, dada a capacidade de inserção produtiva das famílias, uma territorialização do capital nos assentamentos rurais, uma vez que uma miríade de empresários tem investido e se desenvolvido, comprando a produção de leite, de mandioca e outros alimentos produzidos nos assentamentos. Também, tem se desenvolvido um conjunto de representantes de outras frações do capital que vive da venda de seus produtos comerciais, de roupas a insumos, passando por materiais de construção, peças e automóveis, aos assentados.

Porém, no Estado do Paraná, tivemos contato com um outro MST. Um MST que articulou o processo de lutas que resultou na conquista de 262 dos atuais 307 assentamentos rurais existentes, construindo uma base assentada de cerca de 16.600 das 19.210 famílias assentadas no interior do Estado.

Ademais, o MST/PR organizou um Sistema Cooperativo dos Assentados (SCA) composto por 16 experiências de cooperativização, uma rede articulada pela Central de Cooperativas Agropecuárias (CCA) sediada em Curitiba, com duas filiais no interior do estado, 8 cooperativas locais/regionais de prestação de Serviços e agroindustrialização (CPS), 5 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) e uma Cooperativa de Crédito (CRED), conforme dados apresentados na próxima página (Tabela 15).

Tabela 15: Sistema Cooperativo dos Assentados - Paraná, 2007.

Município	Nome	Forma Organizacional	Famílias
Castro	Cotramic	CPS	66
Guarapuava	Coopatel	CPS	50
Honório Serpa	Coofagre	CPS	222
Laranjeiras do Sul	Coagri	CPS	3.000
Lindoeste	Coara	CPS	90
Londrina	Coopran	CPS	52
Querência do Norte	Coana	CPS	800
Ponta Grossa	Cotrara	CPS	50
Cantagalo	Coopcal	CPA	26
Nova Laranjeiras	Creditar	CRED	1.833
Paranacity	Copavi	CPA	25
Pitanga	Cooproserp	CPA	20
Pitanga	Coprag	CPA	20
Querência do Norte	Copaco	CPA	31
Santa Maria d'Oeste	CCA/PR	CCA/filial	-
Lindoeste	CCA/PR	CCA/filial	-
Total		16	6.285

Fonte: Secretaria do MST, Curitiba/PR, 2008.

Ao controlar cerca de 85% dos assentamentos e das famílias assentadas do Estado do Paraná e estruturar um sistema de cooperação que envolve 6.285 famílias, a cooperativização dirigida pelo MST/PR representa 44% de todo complexo cooperativizado gestado pelo MST no Brasil, que contabiliza pouco mais de 14.000 famílias.

No Paraná e assim como em todo o País, as cooperativas do MST surgiram em meados da década de 1990, como resultado do acesso às políticas públicas de financiamento no âmbito do PROCERA – Programa Nacional de Crédito para a Reforma Agrária.

À época, cada família assentada podia requerer do Governo Federal um crédito de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos Reais) para investimentos em seus respectivos lotes.

Porém, se estivessem vinculadas a uma organização cooperativa, o valor financiado poderia dobrar, atingindo R\$ 15.000,00 (quinze mil Reais), sendo que a metade do recurso total (R\$ 7.500,00 – sete mil e quinhentos Reais) deveria ser administrada pela cooperativa para investir em infra-estruturas produtivas (silos, armazéns, máquinas, tratores, agroindústrias, etc) e capital de giro.

Assim, criar cooperativas foi a tática e a estratégia defendida pelo MST para fortalecer as famílias assentadas, visando sua viabilização econômica, e fortalecer o próprio MST, que teria à disposição estruturas econômicas e produtivas para financiar a luta pela terra.

A implantação de cooperativas pelo MST ocorreu até 1999, ano em que o Governo Federal extinguiu o PROCERA e criou o PRONAF⁴ – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Sob a tutela do novo programa de financiamento, o Governo Federal garantiu créditos e subsídios aos assentados, porém, retirou a rubrica que financiava a criação de cooperativas. Com a “secagem” da fonte de recursos, desestruturou-se a possibilidade de criação de novas cooperativas pelos sem terra, gerando críticas dos dirigentes do Movimento aos atos políticos do Governo Fernando Henrique Cardoso e da gestão do INCRA, sob a tutela de Raul Jungmann.

⁴ Em 1995, o Governo Federal criou o PLANAF – Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Em 1996, o programa passou a ser chamado PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, seguindo as orientações do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, de coordenar sob um novo patamar a implementação de políticas públicas para os pequenos produtores. Sobre estas políticas, ver Carneiro (1997), Mattei (2001) e Montenegro Gómes (2002).

Isso foi do governo do FHC, e quem operacionalizou isso foi o Jungmann que era o ministro do MDA, ele entendia e entende até hoje, de que o agricultor assentado tinha que se enquadrar nas mesmas normas, nas mesmas formas que um pequeno agricultor, sem privilégio como dizia ele. Ele entendia que o PROCERA era um privilégio. E aí foi isso, extinguiu simplesmente o PROCERA e estendeu, ficou no lugar o PRONAF. (Entrevista, J.C, 2007).

Na verdade, as preocupações que instigam o MST a criticar o PRONAF ocorrem pela não inclusão de facilidades para uniões cooperativas e porque o assentado é um produtor diferenciado, sua trajetória de vida é de exclusão, quando acessa a terra não possui nenhum bem, deve organizar uma nova unidade produtiva e crescer a partir da estaca zero.

No PRONAF, os assentados têm de disputar créditos com produtores consolidados, o que é uma concorrência absurda, pois qualifica, enquanto iguais, assentados e pequenos produtores em geral, sujeitos sociais que na sua condição de existência são extremamente diferentes.

Dessa forma, sem um projeto diferenciado de financiamento aos neocamponeses assentados, o Estado dificulta a ascensão social e produtiva destes trabalhadores, abandonando uma política creditícia (o PROCERA) que, por todo o Brasil, permitiu o desenvolvimento econômico e social consolidado de experiências cooperativas e individuais.

Após esta decisão, o INCRA passou a exigir nacionalmente a elaboração de Planos de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) para conhecer as especificidades socioeconômicas das famílias assentadas, delimitar as potencialidades estruturais de cada assentamento (solo, clima, relevo, mercado consumidor, produção agropecuária, escolas, etc), além de estipular ações concretas para potencializar o desenvolvimento econômico dos assentados, documentos que passaram a ser realizados em todo o Paraná pela EMATER (Empresa Estadual de Assistência Técnica Rural), que assinou convênios e passou a receber recursos do INCRA para desenvolver estes trabalhos nos assentamentos.

Entendemos que as dificuldades impostas pelo Estado e as próprias dinâmicas do MST forçaram o movimento a adotar novos projetos políticos, entre os quais a “Agroecologia”.

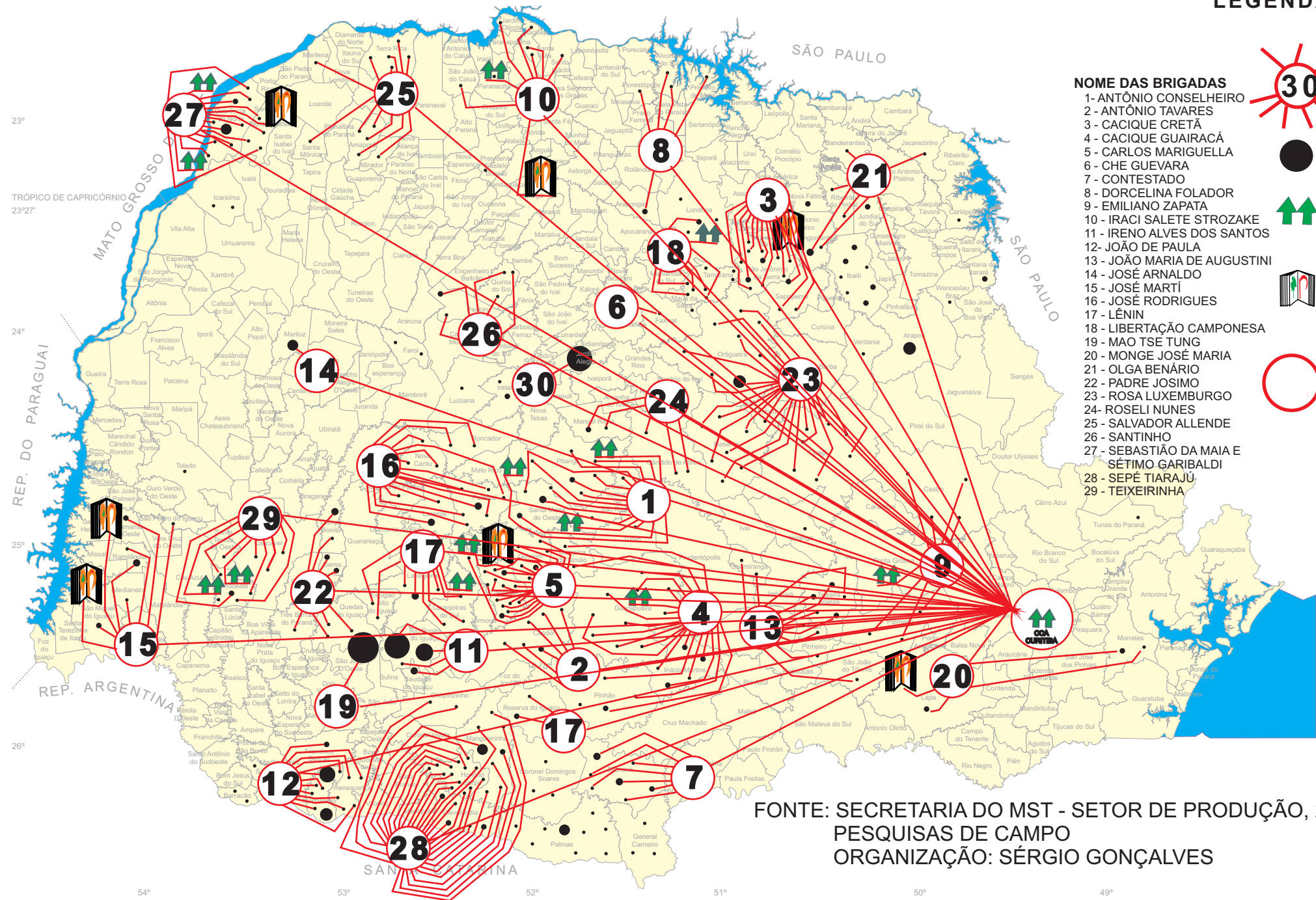
Seu trunfo na construção desses projetos é a imensa base que organiza e, principalmente, da forma como organiza, já que o MST do Paraná articula uma ampla rede de gestão territorial, que mescla assentamentos, acampamentos, brigadas, cooperativas, centros de pesquisa, centros de formação, secretarias (Figura 12, próxima página), de maneira que é um grande desafio compreender como o Movimento tem se articulado no sentido de construir um novo modelo de desenvolvimento agrário a partir de novos espaços e novos territórios da luta na terra.

FIGURA 12: BRIGADAS E REDE DE GESTÃO TERRITORIAL DO MST NO ESTADO DO PARANÁ, 2008.

LEGENDA

NOME DAS BRIGADAS

- 1 - ANTÔNIO CONSELHEIRO
- 2 - ANTÔNIO TAVARES
- 3 - CACIQUE CRETÃ
- 4 - CACIQUE GUAIRACÁ
- 5 - CARLOS MARIQUELLA
- 6 - CHE GUEVARA
- 7 - CONTESTADO
- 8 - DORCELINA FOLADOR
- 9 - EMILIANO ZAPATA
- 10 - IRACI SALETE STROZAKE
- 11 - IRENO ALVES DOS SANTOS
- 12 - JOÃO DE PAULA
- 13 - JOÃO MARIA DE AUGUSTINI
- 14 - JOSÉ ARNALDO
- 15 - JOSÉ MARTÍ
- 16 - JOSÉ RODRIGUES
- 17 - LÊNIN
- 18 - LIBERTAÇÃO CAMPONESA
- 19 - MAO TSE TUNG
- 20 - MONGE JOSÉ MARIA
- 21 - OLGA BENÁRIO
- 22 - PADRE JOSIMO
- 23 - ROSA LUXEMBURGO
- 24 - ROSELI NUNES
- 25 - SALVADOR ALLENDE
- 26 - SANTINHO
- 27 - SEBASTIÃO DA MAIA E SÉTIMO GARIBALDI
- 28 - SEPÉ TIARAJU
- 29 - TEIXEIRINHA



FONTE: SECRETARIA DO MST - SETOR DE PRODUÇÃO, 2008
 PESQUISAS DE CAMPO
 ORGANIZAÇÃO: SÉRGIO GONÇALVES

4.2 OS ESPAÇOS DE FORMAÇÃO POLÍTICA E O DEBATE SOBRE A AGROECOLOGIA NA REFORMA AGRÁRIA PARANAENSE.

No final da década de 1990, a única iniciativa existente no âmbito das agriculturas alternativas em assentamentos do MST paranaense era a produção orgânica de alimentos na Copavi (Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória), empresa gerida por todas as 20 famílias do assentamento Santa Maria, localizado no município de Paranacity, situado na região Noroeste do Paraná.

Neste assentamento – considerado por muitos pesquisadores um dos melhores do País, tendo em vista o modelo de gestão existente e o desenvolvimento agroindustrial diversificado (produção de cachaça, açúcar mascavo, iogurte, leite tipo C, queijo, pães, doces), as famílias conseguiam produzir cerca de 5 hectares de hortaliças orgânicas, que eram comercializadas em vários municípios da região noroeste, entre os quais Paranacity, Cruzeiro do Sul, Colorado e Maringá.

No caso de Maringá, há anos a Copavi participava de uma das duas feiras semanais de produtores rurais. A cooperativa tinha um grande prestígio, pois durante anos, entre dezenas de barracas, era a única que oferecia produtos orgânicos aos consumidores do município.

O Setor de Produção da Copavi era gerido por Élon Borges, o “Zumbi”, assentado que se formou em Agronomia na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Como a Copavi era muito visitada por professores universitários, pesquisadores, representantes de ONGs e de partidos políticos do Brasil e do Exterior, “Zumbi” e os coordenadores da Copavi conseguiram fechar alguns acordos para desenvolver ainda mais a cooperativa e aprimorar o sistema produtivo, diversificando a produção agrícola e agroindustrial.

Em 1999, após uma visita, pesquisadores do Grupo de Cooperação do Campus de Terrassa (GCCT), da Universidade de Terrassa, na Espanha, firmaram um convênio com a Copavi para implantar um secador solar de frutas, para processar a futura produção de “bananas passa” orgânica (Figura 13, próxima página).



Figura 13: Copavi – Secador Solar para processar “banana passa”.
Autor: Solange I. Engelmann, 2008.

Além de não ter custo algum para a Copavi, já que todos os materiais necessários foram bancados pelo convênio, coube à cooperativa ceder apenas a mão-de-obra e fazer o cultivo de bananas para serem processadas na infra-estrutura.

Em maio de 2000, a experiência desenvolvida pelo GCCT e os assentados da Copavi recebeu o “Prêmio Internacional à Criatividade”, título concedido pela Associação Oficial dos Engenheiros Industriais da Catalunha, sediado em Barcelona na Espanha.

Ademais, a Universidade de Terrassa, que tinha um corpo técnico na área das Ciências Agrônomicas capacitado em agricultura orgânica e agroecossistemas, passou a apoiar a Copavi e o MST em oficinas e cursos de formação, para ampliar as iniciativas de produção orgânica em outros assentamentos, porém, não obtiveram êxito.

A princípio, houve pouca predisposição dos assentados em colocar em prática os conhecimentos recebidos. Tal atitude tinha relação direta com o nível de conhecimento de agricultura e o padrão técnico-produtivo praticado pelos assentados,

de maneira que a mudança desejada pelo MST não era a ação praticada pelos assentados.

Ainda no ano de 2000, quando ocorreu o 4º Congresso Nacional do MST e o Movimento assumiu o desenvolvimento da Agroecologia como meta, “Zumbi” e outras lideranças da região Noroeste paranaense tentaram viabilizar acordos e parcerias para desenvolver a nova matriz tecnológica nos demais assentamentos da região, porém, não obtiveram êxito, sobretudo pela falta de condições econômicas, políticas e ideológicas necessárias para efetivar o processo de transição do sistema produtivo, até então praticado pelas famílias assentadas.

Em 2001, a conjuntura política tornou-se favorável aos projetos do MST. Após uma campanha política arrebatadora, o Partido dos Trabalhadores (PT) elegeu os prefeitos dos municípios de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, os três mais importantes municípios do interior do Estado.

Em 2001, “Zumbi” foi convidado pelo prefeito João Ivo Caleffi e assumiu a pasta de Secretário da Agricultura de Maringá. Uma das iniciativas defendidas foi a criação de um núcleo municipal de produção orgânica para fazer o aprimoramento técnico dos produtores rurais e permitir a difusão da agricultura orgânica no município, envolvendo principalmente os feirantes.

Além disso, “Zumbi” “costurou” um importante acordo, através do qual a Prefeitura repassou uma área de cerca de 30 hectares de sua propriedade, por um período de uso de 20 anos, para que o MST, em parceria com a UFPR, construísse a “Escola Milton Santos”, um Centro de Formação voltado exclusivamente ao desenvolvimento da Agroecologia.

Estas parcerias avançaram e o PT, através de prefeitos e deputados estaduais, ajudou com infra-estrutura e com recursos financeiros o MST a construir aquele que seria o mais importante projeto de difusão massiva da Agroecologia: as Jornadas da Agroecologia.

Assim, em julho de 2002, no Centro de Eventos de Ponta Grossa – tradicional reduto paranaense de feiras agropecuárias - ocorreu a “1ª Jornada Paranaense de Agroecologia”, evento que reuniu 5.000 delegados provenientes de assentamentos de todas as regiões do Paraná, além de produtores rurais ligados a diferentes entidades

(igreja, sindicatos, ONGs, movimentos sociais, grupos de apoio) que trabalhavam no desenvolvimento da Agroecologia.

A criação das Jornadas teve como finalidade criar um fórum anual de estudo e debate sobre a Agroecologia. Nestes eventos, o Movimento e seus parceiros procuraram fazer a formação de acampados e assentados, visando seu aprimoramento técnico, através de oficinas, e o aprimoramento político, por meio de palestras e debates.

Envolvendo cerca de 5.000 pessoas em cada evento, havia o ideal de que a base se sensibilizasse, compreendesse e aplicasse os conceitos e práticas agroecológicas em seus lotes nos assentamentos e acampamentos, massificando a difusão da Agroecologia em todo o interior do estado.

Além dos sem terra, colaboraram na organização do evento várias organizações: AOPA (Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia no Paraná); AS-PTA (Associação de Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas); ASSESSOAR (Associações da Agricultura Familiar e Sindicatos de Trabalhadores Rurais); CAPA (Centro de Capacitação dos Pequenos Agricultores); CPT (Comissão Pastoral da Terra); CRABI (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu); Sistema CRESOL (Sistema Cooperativo de Crédito Solidário); CUT (Central Única dos Trabalhadores), DESER (Departamento de Estudos Rurais); MPA (Movimento de Pequenos Agricultores); MMC (Movimento de Mulheres Camponesas); MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens); PJR (Pastoral da Juventude Rural, tanto da igreja Católica quanto da Luterana); Rede ECOVIDA (entidade que promove a Certificação Solidária); IEEP (Instituto Equipe de Educadores Populares); Terra de Direitos (organização de advogados da defesa de causas populares, sobretudo ligadas à questão agrária) e FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil).

A 1ª Jornada de Agroecologia marcou a união de esforços entre diversas organizações e serviu de laboratório do MST/PR para aprendizado com as demais organizações, já que várias entidades, sobretudo AOPA, AS-PTA, ASSESSOAR, CAPA, CRABI, DESER, MMC, há anos, desenvolviam experiências agroecológicas no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, articulando produtores, organizando eventos, formando núcleos familiares de produção agroecológica, redes de

comercialização, capacitando produtores e técnicos, desenvolvendo materiais didáticos e cartilhas, etc.

Porém, no ano de 2003, no acontecer da segunda Jornada, sediada novamente em Ponta Grossa, as relações estabelecidas entre o Movimento e as demais entidades foram abaladas pela linha política adotada pelo MST, que focou na formação de um evento com característica mais de luta contra o capital e focado na presença maciça de seus militantes, do que um espaço de troca e aprendizagem em Agroecologia com as demais organizações, o que forçou a desistência de algumas entidades na organização do evento, pois foram desprestigiadas em sua representatividade e importância técnica e política.

Esta tomada de decisão em assumir a Agroecologia como uma prática de resistência e ferramenta de luta contra o capital teve relação direta com a conjuntura política e econômica daquele momento, onde o Governo Federal ainda não tinha uma decisão definitiva sobre a questão da presença de cultivos transgênicos no Brasil, apesar de já existirem centenas produtores rurais cultivando sementes transgênicas de maneira clandestina em vários estados (Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), utilizando sementes traficadas do Paraguai e Argentina, países onde os cultivos eram liberados.

Como a CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), o órgão do Governo responsável pela definição das regras sobre os transgênicos, não havia definido a liberalização ou não das pesquisas e cultivos de transgênicos no País, criando legislação e regras para regulamentar a questão, no ato de encerramento da 2ª Jornada de Agroecologia (julho de 2003), os sem terra ocuparam os 48 hectares do Centro de Pesquisas e Experimentos da Monsanto em Ponta Grossa.

Depois da destruição dos campos cultivados com experimentos transgênicos, o MST trouxe famílias de acampamentos da região e montou na propriedade o “Centro Chico Mendes de Agroecologia”, constituindo uma estrutura de formação agroecológica no seio de uma fazenda agrobiotecnológica.

Nessa área, o Movimento desenvolveu uma série de pesquisas e experimentos em Agroecologia, particularmente no desenvolvimento de sementes crioulas e produção de alimentos.

Ademais, os sem terra denunciaram os crimes ambientais da Monsanto à CTNBio, à Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento (SEAB-PR) e ao Ministério Público, que não acataram as denúncias, apesar da empresa ter desenvolvido vários experimentos desrespeitando a legislação vigente, que proibia o cultivo de plantas geneticamente modificadas no território nacional, até que se definissem as regras sobre a questão.

Por ocasião da 3ª Jornada em 2004, sob o lema “Construindo um projeto popular e soberano para a agricultura camponesa. Por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos”, no “Centro Chico Mendes de Agroecologia” ocorreu o encerramento da semana de trabalhos e a divulgação de uma carta de princípios à população, destacando a necessidade dos movimentos em conquistarem.

[...] políticas públicas que viabilizem o projeto popular e soberano de uma agricultura camponesa e ecológica; a massificação da organização do povo para a conquista da Reforma Agrária; lutar contra todas as formas de mercantilização da vida, buscando garantir que a terra, as águas, as sementes e toda a Biodiversidade sejam patrimônios da humanidade, a serviço dos povos; conquistar de forma definitiva a manutenção do Paraná como território livre de transgênicos e articular-se em âmbito nacional para garantir a aprovação da lei nacional de Biossegurança que incorpore o princípio da precaução e a soberania nacional; promover campanhas de informação sobre os malefícios dos agrotóxicos e exigir uma revisão geral da carta de registro dos agrotóxicos e propor legislações de restrição de uso; fortalecer e ampliar a Campanha “Sementes: Patrimônio da Humanidade”, lutando pelo direito de todos os camponeses e camponesas produzirem suas sementes ‘varietais’, preservando e viabilizando a produção própria de sementes como garantia do princípio da soberania alimentar, e impedindo que as empresas transnacionais obtenham o controle oligopolista da produção e da comercialização de sementes; lutar contra a privatização e a mercantilização das águas, defendendo o seu valor biológico e sagrado, implementando propostas de proteção e recuperação dos rios e nascentes, denunciando a poluição, a degradação e o desmatamento; conquistar definitivamente a área do Centro Chico Mendes de Agroecologia e consolidar um massivo programa de multiplicação e troca de sementes de variedades crioulas; promover uma campanha nacional e internacional de descriminalização da Jornada de Agroecologia promovida judicialmente pela Monsanto S/A, e conquistar sua condenação pelos crimes que atentam contra a Biodiversidade e a Soberania Nacional, nos termos que propõe o Tribunal Popular e Internacional sobre os Transgênicos (Porto Alegre, 11 de março de 2004).(JORNADA DE AGROECOLOGIA, 2004, p. 01).

A partir de 2005 as Jornadas foram realizadas no município de Cascavel, pois o Partido dos Trabalhadores (PT) perdeu a disputa política no município de Ponta Grossa e a Prefeitura banuiu o evento da cidade que acolheu as três primeiras edições do evento.

Em março de 2006, o “alvo” das manifestações do MST foi uma fazenda da Syngenta Seeds, multinacional do segmento de transgênicos que operava numa propriedade localizada em Diamante do Oeste, onde a empresa desenvolvia seus experimentos na região do Oeste paranaense.

Na ocupação da Syngenta Seeds, a “sacada” do MST foi ocupar a fazenda e criminalizar a empresa pelo desrespeito à Legislação Ambiental, que impunha como corredor de amortecimento uma distância mínima de 6 km de distância entre áreas agrícolas com cultivares transgeneticamente modificados e as Unidades de Conservação. Como a empresa cultivava experimentos transgênicos a menos de 1 km do Parque Nacional do Iguaçu, a ação serviu para denunciar o desrespeito da empresa e dos demais produtores com as normativas ambientais.

Nessas ações contra as empresas do setor da agrobiotecnologia, o MST procurou pautar, pela ação local, a mídia nacional com a discussão dos riscos da transgenificação da agricultura, o aumento da dependência dos agricultores em relação ao poder de mercado das multinacionais do setor de sementes e agro-químicos, já que estrategicamente estas empresas passaram a unir esforços no desenvolvimento de suas mercadorias biotecnológicas, além de denunciar o desrespeito das multinacionais do setor para com a legislação ambiental nacional (Figura 14).



Figura 14: Vista parcial da entrada da Fazenda da Syngenta Seeds em Santa Tereza do Oeste/PR, onde se vê à esquerda militantes do MST e no primeiro plano uma faixa de protesto contra as multinacionais da agrobiotecnologia Syngenta e Monsanto.

Autor: Solange I. Engelmann, 2006.

A primeira ocupação da Syngenta Seeds durou 16 meses. Em 22 de outubro de 2007, a fazenda foi reocupada, mas na ação, uma milícia fortemente armada foi deslocada para tentar coibir a ação dos sem terra, redundando na morte de um militante do MST.

O MST conseguiu ocupar a propriedade e fazer novo acampamento, porém, as faixas de protesto contra os transgênicos foram trocadas por faixas contra a violência (Figura 15).



Figura 15: Ocupação do MST na fazenda da Syngenta Seeds em Santa Tereza do Oeste/PR.
Autor: Joka Madruga, 2007.

A re-ocupação gerou um impasse no Estado, com a intervenção do Governador Roberto Requião, que tentou desapropriar a fazenda, utilizando como parâmetro legal o desrespeito à legislação ambiental. Porém, o Governador não obteve sucesso.

Em 2008, quando ocorreu a 7ª Jornada de Agroecologia, o MST reuniu 4.000 pessoas e articulou uma marcha pelas ruas do município de Cascavel, tanto para difundir a Agroecologia como para denunciar a violência praticada pela Syngenta Seeds.

A marcha acirrou os ânimos dos membros da Sociedade Rural de Cascavel, que prometeram organizar um protesto para coibir a marcha dos sem terra. Ademais, os fazendeiros acusavam a UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste Paranaense) de ceder suas instalações para os sem terra.

Nessa contenda, o Governo do Paraná destacou uma guarnição da polícia militar para o confronto entre 200 manifestantes da UDR e os 4.000 do MST, que pacificamente puderam fazer sua manifestação (Figura 16 e figura 17) pelas ruas de Cascavel.



Figura 16: 7ª Jornada de Agroecologia - Marcha pelas ruas de Cascavel/PR.
Autor: Carla Cobalchini, 2008.

É importante destacar que, em cada Jornada de Agroecologia, foram distribuídas cartilhas com receituários de práticas agroecológicas, o que difundiu conhecimentos técnicos e tradicionais sobre compostos orgânicos para adubação, manejo de animais, inseticidas naturais, práticas de consórcio de plantas, sistemas de irrigação, sistemas de tratamento de água, permacultura, enfim, atingindo mais de 30.000 participantes em todas as sete edições do evento.



Figura 17: 7ª Jornada de Agroecologia – detalhe da camiseta usada por membros do MST.

Autor: Carla Cobalchini, 2008.

Em nossa metodologia, consideramos as Jornadas de Agroecologia como “Espaços de Formação Política” de escala estadual, cuja característica central tem sido promover a difusão político-ideológica da Agroecologia aos militantes provenientes de vários lugares do interior do Paraná (Figura 18), configurando a tentativa política do MST em massificar o conhecimento e o reconhecimento da Agroecologia pelos assentados e acampados.



Figura 18: Plenária da 7ª Jornada de Agroecologia.

Autor: Lidiney Campiolo, 2008.

Nesse caso, o mecanismo central encontrado para sensibilização são as palestras e as atividades coordenadas por assessorias e lideranças ligadas à Via Campesina.

Assim, a Jornada de Agroecologia contempla espaços de socialização de um discurso protagonizado pelas lideranças no intuito de inculcar na massa (militantes de base – acampados e assentados) a necessidade de superação da agricultura industrial em favor da Agroecologia, considerada a matriz produtiva ideal para o processo de resistência e de emancipação da agricultura camponesa na luta contra o capital.

É importante frisar, que cada Brigada do MST tem a responsabilidade de destacar um número de pessoas e compor 1 a 3 ônibus de militantes (50 a 150 pessoas) e enviar este pessoal para participar da Jornada, e muitas vezes, além de assistir, são estas pessoas que organizam oficinas temáticas atuando na difusão de seus conhecimentos práticos.

Ademais, o MST procura relacionar o discurso ideológico com a ação política, promovendo lutas efetivas e diretas contra o capital monopolista/químico/financeiro/agroindustrial, entre os quais a ocupação de fazendas e centros de pesquisas de multinacionais da agrobiotecnologia, marchas contra os transgênicos, contra o Agronegócio, contra os Agrocombustíveis, protestos nos pedágios, protestos contra a carestia dos alimentos, etc.

Além de mobilizar a base, com as iniciativas de luta contra o capital, o MST tem pautado a mídia estadual, nacional e internacional, impactando parte da opinião pública a favor de seus projetos de Soberania Alimentar, Agricultura Camponesa, Reforma Agrária e Agroecologia.

Além disso, desde 2007 (6ª Jornada de Agroecologia), o Movimento e entidades parceiras (ONGs e universidades) ofereceram diversos tipos de cursos, palestras, *workshops*, seminários, aulas, debates, relatos de experiências e feiras de produtos sobre a Agroecologia, Agricultura Orgânica, Permacultura e produção agrícola, processo facilitado pelos espaços cedidos pela UNIOESTE.

Estas iniciativas têm contribuído para mudar as características das Jornadas, que pouco a pouco estão passando da condição de espaços de discursos, debates e lutas para a condição de espaços de aprendizagem, interação e troca de experiências, o que amplia a capacidade do MST em contribuir efetivamente na formação de produtores rurais agroecológicos (Figura 19).



Figura 19: 7ª Jornada de Agroecologia – oficinas temáticas.
Autor: Carla Cobalchini, 2008.

Segundo informações prestadas por um representante da Brigada Iraci Salette Strozake, a cada ano que passa o MST tem conseguido, proporcionalmente, mobilizar mais os filhos de assentados do que os próprios pais, que seriam o público ideal, sobretudo pelas oficinas temáticas.

A participação da juventude acaba sendo um investimento futuro. Porém, sabemos que culturalmente na sociedade são os adultos que acabam determinando como e o que produzir nos lotes. Como na Jornada têm ampliado a participação da juventude, ele tem dificuldade talvez de colocar em prática aquilo que aprendeu, aquilo que absorveu de conhecimento no encontro. De certa forma, acaba ocorrendo momentaneamente um retardamento, um pouco de prejuízo, porque o encontro lá é isso, um conjunto de experiências práticas para se ter uma aplicação direta destes conhecimentos nos assentamentos rurais, Se participarem mais o homem e/ou a mulher, mesmo ne, se vai mais o homem ou a mulher, certamente eles têm mais autonomia para desenvolver as práticas agroecológicas, “eu vou voltar para o lote e implantar isso e tal. (Entrevista, J. P., 2008).

Todavia, não é somente na escala estadual que os “Espaços de Formação Política” ocorrem. Devemos destacar que na escala local e regional, em assentamentos, acampamentos, centros de formação e centros de pesquisas, o MST e seus parceiros têm trabalhado e realizado uma quantidade expressiva de ações para continuar o processo de difusão da Agroecologia.

Entre as parcerias, citamos a AOPA, entidade que desenvolve o Projeto Iguatú, que conta com o apoio financeiro da Petrobrás para o desenvolvimento de ações em assentamentos e comunidades de pequenos agricultores, trabalhando questões diversas com os PDAs – Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais– tratamento de resíduos sólidos e líquidos, produção de sementes crioulas, implantação de sistemas agroecológicos de produção agropecuária, viveiros de mudas nativas, proteção de fontes naturais, abastecimento e tratamento de água e bioconstruções (permacultura).

Outra entidade importante é o CAPA, entidade ligada à Igreja Luterana do Brasil, que tem ampla experiência no acompanhamento de pequenos agricultores do Oeste e Sudoeste paranaense, além de ações em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e que tem deslocado equipes para fazer o debate sobre Agroecologia e temas conexos.

Tais parcerias são efetivadas com ONGs do Brasil e do Exterior, com outros movimentos sociais, com empresas públicas Federais e Estaduais, com universidades, no intuito de fortalecer as iniciativas já existentes e ampliar a capacidade do MST em dominar os conhecimentos e até os recursos técnicos e econômicos para efetivar a transição sócio produtiva do sistema presente nos assentamentos, para o padrão agroecológico.

Assim, os organismos e organizações preocupadas com o desenvolvimento rural, a agricultura familiar e camponesa e com a Agroecologia são sempre convidados pelos sem terra (e vice-versa) para trabalhos de formação, capacitação, projetos técnicos, cursos, seminários, palestras, etc.

4.3 OS CENTROS DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO TÉCNICA EM AGROECOLOGIA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E DA EXTENSÃO RURAL.

Os “Centros de Formação e Capacitação Técnica em Agroecologia” são estruturas criadas pelo MST para abrigar cursos de nível técnico e superior, funcionando como institutos de educação, de pesquisa e de extensão para o desenvolvimento da Agroecologia na Reforma Agrária.

Presentes em diferentes regiões do Estado do Paraná, o MST coordena atualmente sete “Centros de Formação e Capacitação Técnica em Agroecologia”, conforme informações apresentadas no Quadro 5.

Quadro 5: Centros de Formação e Capacitação Técnica em Agroecologia Organizados pelo MST/PR, 2008

Tipo de iniciativa	Local	Nome da Área	Público	Atividades Desenvolvidas
Curso de Formação/ Centro de Pesquisa	Maringá	“Escola Milton Santos”	50 alunos	Palestras, dias de campo, cursos intensivos, cursos de extensão, produção de sementes, campos de experimentos, formação de Tecnólogos em Agroecologia (Curso Formal, com Graduação em Nível Superior).
	Cantagalo	“CEAGRO – Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia”	50 alunos	
	São Miguel do Iguazu	“ITEPA – Instituto Técnico de Capacitação e Estudo da Reforma Agrária”	50 alunos	
	Lapa	“ELAA - Escola Latino Americana de Agroecologia”	150 alunos	
Centro de Pesquisa	Diamante do Oeste	P.A. “Ander R. Henrique”	S.I.	Palestras, dias de campo, cursos de extensão, produção de sementes, campo de experimentos comunitário.
	Querência do Norte	“CEPAG – Centro de Estudo e Pesquisa Ernesto Guevara”	S.I.	Palestras, dias de campo, cursos intensivos, cursos de extensão, produção de leite orgânico, produção de ervas e processamento de fitoterápicos.
	São Jerônimo da Serra	“Centro de Formação popular Em Agroecologia Paulo Freire”	S.I.	Palestras, dias de campo, cursos de extensão, produção de sementes, campos de experimentos, viveiros de mudas florestais, produção agroflorestal de café, permacultura.

Fonte: Secretaria Estadual do MST em Curitiba – Setor de Produção, 2008.
Trabalho de Campo.
Organização: Sérgio Gonçalves, 2008.
Nota: S.I = Sem Informação.

A proposição dos “Centros de Formação e Capacitação Técnica em Agroecologia” data do início dos anos 2000, quando o MST passou a se preocupar tanto em se qualificar para atender às demandas de assistência técnica aos assentados, quanto processar a mudança da matriz produtiva.

Explicitando os fatos que levaram a criação da “Escola Milton Santos”, o assentado e dirigente do MST da Brigada Salete Strozak, o assentado e ex-dirigente regional do MST J.P. esclareceu que.

Bom, no Movimento, desde o ano 2000 temos discutido justamente como nós trabalhamos a questão da assistência técnica. Junto com a assistência técnica, passamos também a nos preocupar com a questão da agroecologia nos assentamentos. Este é um trabalho permanente de como tu ter uma inserção maior junto às famílias, no sentido de viabilizar a produção, e junto discutir a matriz da Agroecologia. Na época, sabíamos que historicamente nós sempre tivemos essa deficiência técnica de pessoas para trabalhar nos assentamentos junto das famílias. Aqui na Brigada Salete Strozak, que na época eram os Pólos de Paranacity, Querência do Norte e Terra Rica, começamos a discussão para criar alternativas, e foi nesse período que agente também discuti, iniciou o trabalho da discussão de se constituir a escola Milton Santos. Logicamente o nome veio depois, mas se iniciou esse trabalho na estruturação do espaço físico, na conquista de espaço e tal, e que era uma escola integrada ao Movimento. Uma escola metodologias novas para se trabalhar a questão da agroecologia. Uma escola voltada para justamente pegar e formar filhos de assentados e filhos de pequenos agricultores com essa formação mais direcionada à questão da Agroecologia, e também uma forma diferente de se trabalhar com as famílias. (Entrevista, J.P., 2008).

Nas dependências destes Centros, é oferecida uma série de cursos de curta duração (cursos informais), nos quais os agricultores participam de oficinas, palestras e dias de campo em experiências agroecológicas desenvolvidas nas dependências destas unidades, ou ainda, atividades ofertadas por diferentes profissionais (professores, pesquisadores e extensionistas do MST, de universidades, de outros movimentos sociais e até de ONGs) que procuram trazer o conhecimento teórico e empírico de experiências que desenvolvem em outros lugares.

O objetivo principal dos cursos ofertados nos centros de pesquisa é formar e capacitar agricultores e extensionistas para difundir a Agroecologia em assentamentos rurais e acampamentos do Paraná, em outros estados ou em outros países, dependendo do lugar de onde provém e para onde retornam os estudantes,

uma vez que o MST/PR tem relações com MSTs e movimentos de outros estados do país e com movimentos da Argentina e Paraguai.

A criação destas unidades de ensino, pesquisa e extensão requereu uma intensa articulação do MST para conquistar os espaços para realizar sua implantação em assentamentos ou outros lugares, para adaptar e construir as infra-estruturas necessárias para as atividades de produção e ensino, além de ações políticas e educacionais para efetivar os cursos técnicos.

Excetuando-se a Escola Milton Santos, que foi construída em uma área rural cedida pela Prefeitura de Maringá para usufruto de 20 anos, os “Centros de Formação e Capacitação Técnica” estão localizados em assentamentos rurais, e possuem infra-estrutura básica (auditório, laboratório de informática, refeitório, salas de aula, recursos audiovisuais, bibliotecas, alojamentos, etc) para o desenvolvimento de atividades de ensino, formação e extensão (cultivos, banco de sementes, criação de animais, etc).

Na consecução dessas estruturas e atividades, o MST muitas vezes contou com parcerias institucionais realizadas com entidades públicas (Governo e Universidades) e organizações da sociedade civil (ONGs, sindicatos e outros movimentos sociais).

Em Maringá, por exemplo, o Governador do Paraná, Roberto Requião, colaborou com recursos da ordem de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais) para a construção de alojamentos, biblioteca, reformas e construção de salas de aula, alojamentos e infra-estrutura elétrica, hidráulica e de internet.

Entre os diferentes cursos, há aqueles que recebem apoio financeiro do Poder Público através de instrumentos políticos como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e repasses de verbas conquistadas junto à Secretaria de Educação do Paraná, como são os casos da “Escola Milton Santos”, localizada em Maringá, e do CEAGRO (“Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia”), situado no município de Cantagalo.

A participação em programas públicos de financiamento educacional viabiliza a obtenção de verbas para a manutenção dos cursos, desde a alimentação, o deslocamento e o alojamento dos educandos e educadores, passando pela compra de materiais de consumo, salário dos professores, além de recursos para investimentos em infra-estrutura (alojamentos, máquinas agrícolas) e recursos humanos.

Porém, na maioria dos casos é o MST quem banca o funcionamento dos cursos e a manutenção dos centros de formação, utilizando recursos provenientes de cooperativas e, em alguns casos, contando com a ajuda financeira e até alimentar concedida por famílias assentadas.

Esta é a realidade do CEPAG – “Centro de Estudo e Pesquisa Ernesto Guevara”, localizado no município de Santa Cruz do Monte Castelo, do “Centro de Formação Popular em Agroecologia Paulo Freire”, localizado no município de São Jerônimo da Serra, do ITEPA – “Instituto Técnico de Capacitação e Estudo da Reforma Agrária”, localizado no município de São Miguel do Iguçu, e do “Centro Comunitário de Formação em Agroecologia”, situado no assentamento “Ander Rodolfo Henrique”, situado no município de Diamante do Oeste.

No caso do ITEPA, instituição localizada no assentamento “Antônio Companheiro Tavares”, que margeia o lago da hidroelétrica de Itaipu, o MST conseguiu estabelecer parceria com a Itaipu Binacional para a construção de alojamento (Figura 20), biblioteca, infocentro e infra-estrutura com equipamentos para a seleção e a armazenagem de sementes crioulas (Figura 21, próxima página).



Figura 20: Prédio construído no ITEPA com recursos de convênio com a Itaipu Binacional para alojar educandos e educadores dos cursos de Agroecologia.

Fonte: Sérgio Gonçalves, 2008.



Figura 21: Banco de Sementes Crioulas do ITEPA. O galpão e os equipamentos apresentados na imagem foram comprados com recursos alocados pela Itaipu Binacional.

Fonte: Sérgio Gonçalves, 2008.

Porém, o caso mais sugestivo do protagonismo do MST nas suas iniciativas de criação de infra-estruturas de pesquisa e ensino da Agroecologia ocorreu com a fundação da ELAA – “Escola Latino Americana de Agroecologia”-, unidade de formação e pesquisa situada no município da Lapa.

Criada em 27 de agosto de 2005, a ELAA surgiu de uma parceria firmada entre o Governo do Estado do Paraná (concedeu infra-estrutura de internet e construções), o Governo da Venezuela (recursos financeiros), a Universidade Federal do Paraná (responsável pela certificação do curso e participação de professores), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDS, responsável pela aprovação e repasse de recursos financeiros do PRONERA) e a Via Campesina (gestão e coordenação da ELAA) para ofertar formação em Agroecologia para acampados, assentados e agricultores de diferentes movimentos sociais e organizações rurais da América Latina (Figura 22).



Figura 22: Na foto, o Governador do Paraná, Roberto Requião, assina documento que cria a ELAA – Escola Latino Americana de Agroecologia. Do lado direito da imagem, o representante da Universidade Federal do Paraná. Do lado esquerdo, o representante do Governo Bolivariano da Venezuela. No centro e atrás do Governador, o Ministro do MDA, Miguel Rosseto.

Autor: Solange I. Engelmann, 2005.

Apesar da ELAA surgir de uma ampla parceria, envolvendo apoiadores institucionais “de peso”, a realidade financeira da escola é bastante complicada, pois faltam recursos tanto para investimentos, quanto para manutenção de infra-estruturas, pagamento de funcionários, gastos de energia elétrica, alimentação e deslocamento de educadores e educadores, etc.

As maiores dificuldade **(na manutenção da escola)** são a financeira e a material. A escola se instalou aqui aproveitando uma infraestrutura anterior, que já existia na sede do assentamento, e ao longo desses três anos, com alguns recursos liberados pelo Governo do Estado do Paraná, foram feitas algumas construções para garantir o alojamento, a cozinha, o refeitório, um telecentro apoiado pelo Governo do Estado e algum apoio na produção agropecuária. Depois, foram assinados alguns convênios, mais nenhum foi efetivado concretamente. Isso repercute na qualidade do ensino, na qualificação de nossos educandos, que sofrem com a falta de infraestruturas como biblioteca, e a falta de apoio financeiro para o deslocamento, já que vários educandos estão dispersos pelo Brasil. Temos hoje 86 educandos, pois 64 já desistiram do curso. Temos também, 2 companheiros do Paraguai que ainda estão aqui. (Entrevista, J.M.T., 2008. Grifo nosso).

Como a ELAA iniciou suas atividades com um curso para 150 educandos, os problemas da falta de recursos inviabilizaram a permanência dos estudantes de lugares mais distantes, já que a princípio, os recursos institucionais do PRONERA e de outros programas de governo garantiriam o deslocamento de brasileiros estudantes do Paraguai e Venezuela para freqüentar o curso.

Para contornar a falta de recursos financeiros, as comunidades de base e os movimentos sociais de diferentes vertentes (CONAMURI – Conselho Nacional das Mulheres do Paraguai, MAB, MPA, MST, MMC, CRABI) têm bancado as despesas dos seus educandos na ELAA.

Outro aspecto “nevrálgico” é a dificuldade de gestão participativa, uma vez que os movimentos sociais do âmbito da Via Campesina têm dificuldade em operacionalizar a ELAA.

A maior dificuldade nossa se situa desde o Conselho da Via Campesina, que é a instância de planejamento, funcionando para dar as diretrizes da escola e fazê-la funcionar. Com exceção do MST, os demais movimentos têm tido uma dificuldade bastante significativa no processo de gestão, de fazê-lo acontecer de uma maneira mais intensa. Grande parte dos quadros técnicos e políticos que trabalham na escola é do MST. O Movimento das Mulheres Camponesas tem conseguido designar pessoas da pedagogia para estar aqui na ELAA, às vezes cumprindo uma etapa inteira ou 10 dias. O MPA também já ajudou na questão financeira e cedeu pedagogos, mas é muito difícil para os outros movimentos darem conta dessas tarefas. (Entrevista, J.M.T., 2008).

Apesar das dificuldades relativas ao projeto, as articulações estabelecidas entre os movimentos sociais, a dedicação dos educandos e a dedicação dos educadores têm permitido a continuidade das atividades da ELAA e o processo de formação tem acontecido normalmente.

Mas, por outro lado, o salto de qualidade tem sido dos educadores. Muitos são voluntários, outros são de professores de Universidades dos estados do Paraná e Santa Catarina. Há vários profissionais com alto grau de formação (mestres e doutores) e pesquisa na Agroecologia. A qualidade das aulas é muito boa. Então, isto demonstra que apesar das dificuldades, pode se oferecer um ensino de qualidade. (Entrevista, J.M.T., 2008).

Em certa medida, a ação política que fundamentou a criação da ELAA e dos demais centros de formação, pesquisa e educação revela a disposição do MST em abrir frentes de negociação e levar adiante seus projetos políticos, pedagógicos e ideológicos, ainda que com grande dificuldade, sobretudo pela falta de recursos financeiros para a manutenção destas unidades e de seus cursos, e as dificuldades relativas à gestão e parcerias.

Apesar das especificidades, sobretudo em relação às atividades desenvolvidas e aos projetos político-pedagógicos, os Centros de Formação e Capacitação Técnica em Agroecologia são também espaços de formação política, já que visam a formação de profissionais diferenciados, os chamados “militantes educadores e extensionistas”.

Aqui na Escola Latino Americana nas reflexões que temos feito e nas avaliações que temos realizado, procuramos desenvolver um processo pedagógico para formar jovens com um perfil político, filosófico e técnico diferenciado. Ele precisa, em primeiro lugar, ser um militante técnico em agroecologia, capaz de dominar os conhecimentos básicos da agroecologia, do funcionamento da natureza, e a relação destes processos ecológicos aplicados na agricultura e na pecuária, além do planejamento e aplicação destes conhecimentos na organização geral dos sistemas de produção. Ademais, precisa influir, de forma ampla, no modo de vida, na prática vivencial das famílias e na sua visão de mundo. Ele precisa também ser um pedagogo, na medida em que ele não pode se relacionar com as famílias reproduzindo a lógica dos técnicos formados nas escolas de ciências agrárias de nível médio e de graduação atuais, que reproduzem uma postura anti-dialógica, autoritária e de invasão cultural, nos marcos do que está amplamente problematizado por Paulo Freire, e assuma uma postura de diálogo, de comunicador, uma postura de uma relação horizontal, que permita a este jovem e a estas famílias, um encontro de saberes, um processo em que os

saberes acadêmicos, técnicos e científicos, se associem de forma adequada com os saberes populares e tradicionais das famílias camponesas, e neste sentido, permitindo as famílias e a estes técnicos, formularem caminhos de transição para sistemas agroecológicos de produção. Ele precisa ser militante, técnico em agroecologia, pedagogo na sua relação com as famílias, uma tarefa fundamentalmente educativa. (Entrevista, J.M.T., 2008).

Dessa forma, a filosofia educativa que norteia a prática dos futuros técnicos que operarão nos assentamentos rurais busca romper com o esquema tradicionalmente existente no sistema educativo ligado às Ciências Agrárias e Agrônômicas, que, no acontecer da “Revolução Verde”, enfatizaram o papel do extensionista como aquele que ensina, de cima para baixo, a técnica e as práticas produtivas consideradas ideais e modernas para os agricultores.

Como toda técnica prescinde um conteúdo político, a prática produtivista dos sistemas agrícolas da “Revolução Verde” “colocou no pedestal da modernidade” o conhecimento técnico-científico e relegou os conhecimentos tradicionais que, apesar de secundarizados, não se perderam por completo.

Ao propor uma metodologia de trabalho preocupada em desenvolver tanto a ciência quanto os conhecimentos tradicionais como ferramentas para o desenvolvimento da Agroecologia, colocando lado a lado, em uma relação dialógica e horizontal, os agricultores e os técnicos, o MST dá um passo importante na construção de uma extensão rural participativa, no sentido da superação do paradigma da “Revolução Verde” e Agrobiotecnológico.

Segundo informações da Secretaria Nacional do MST, em todo o Brasil, o Movimento contabiliza com 13 cursos de Agroecologia, envolvendo cerca de 650 educandos. Apesar dos reveses relativos à falta de apoio do Poder Público e de outras parcerias, no Paraná há cerca de 350 educandos estudando nos cursos de formação em Agroecologia ofertados nas estruturas do MST, mostrando a concentração deste tipo de iniciativa no estado.

No Paraná, nos últimos 2 anos, 42 técnicos se formaram nos cursos de Agroecologia, e o MST passou a ser “abastecido” de técnicos-militantes capacitadas para retornar às bases e trabalhar na difusão da nova matriz tecnológica em assentamentos e comunidades rurais localizados no Paraná, em outros estados brasileiros, além de comunidades rurais da América Latina.

No caso dos educandos que passam pelos cursos formais oferecidos pelos Centros, sua diplomação foi concedida pela Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (UFPR), recebendo diplomação em nível médio (Técnico em Agroecologia). No curso da ELAA, futuramente os educandos receberão diploma de graduação em nível superior (Tecnólogo em Agroecologia).

Devemos destacar que há uma diferença básica entre os “Espaços de Formação Política” e os “Centros de Formação e Capacitação Técnica em Agroecologia”.

Enquanto no primeiro, a filosofia de trabalho do MST é a formação político e ideológica dos participantes; no segundo, além deste conteúdo político e ideológico os assentados e acampados se apropriam de um conhecimento técnico e científico que os capacita a exercer na prática a Agroecologia, já que todas as atividades (dias de campo, palestras, etc) visam a práxis, cuja qualificação tem relação direta com a qualidade das relações estabelecidas entre o MST, ONGs, o Estado e demais movimentos sociais.

Em trabalho de campo realizado em agosto de 2008, localizamos e entrevistamos seis educandos formados nos cursos de Agroecologia do MST, todos do ITEPA. Também foram entrevistados 8 educandos de diferentes estados (Bahia, Pernambuco, Ceará, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná) que atualmente estão cursando Agroecologia na ELAA.

No caso dos educandos já formados pelo ITEPA, estes relataram que de um total de 65 educandos iniciantes, somente 5 que participaram da 1ª turma conseguiram terminar o curso, pois muitos desistiram, sobretudo pela dificuldade de passar longos meses das etapas longe de casa.

Tanto os jovens que passaram pelo ITEPA quanto os que estudam na ELAA relataram que a participação nos cursos tem mais viabilidade para acampados do que para assentados, sobretudo pela longa jornada de cada etapa, na qual os educandos chegam a ficar 3 meses longe de casa. Ademais, como não tiveram apoio público para deslocamento, muitos foram obrigados a desistir pela incapacidade de custear viagem para fazer o curso, o que revela o descaso do poder público para com estas escolas, apesar de no momento de sua criação haver representantes do Estado firmando os protocolos de fundação das escolas e dos cursos.

Em relação à ideia propugnada pelo MST de retro-alimentar seu quadro técnico com os militantes capacitados difundir a Agroecologia, há uma dificuldade muito grande dos jovens desempenharem efetivamente este trabalho depois de formados.

Apesar do conceito inerente à formação dos jovens como futuros Agroécólogos, descobrimos nas entrevistas que a inserção dos jovens depois de formados, seja nas Brigadas, seja nos assentamentos ou ainda cooperativas, destoa muitas vezes da aposta técnico-política realizada pelo MST, já que uma grande parte destes acabam se inserindo em setores que não são o de produção.

Logicamente, uma pessoa capacitada para atuar desenvolvendo a agroecologia de forma alguma vai conseguir desenvolver este tipo de trabalho.

Para os que trabalham na produção, há uma dificuldade de partilhar conhecimentos, pois na maioria dos assentamentos as famílias não aceitam desenvolver a Agroecologia em seus lotes e, em vários casos, sua opinião ou seu conhecimento técnico é relegado pela falta de peso político na tomada de decisão. Desta forma, o MST muitas vezes produz os quadros de militantes, mas a “máquina” administrativa e gerencial do próprio MST mata os rebentos que poderiam crescer e produzir frutos através da renovação do pensamento e das ações na base.

Nesse caso, a inserção do técnico-militante se faz mediante o desenvolvimento de um trabalho que vai contra a filosofia e a capacidade técnica aprendida nos cursos.

Apesar da contradição, os extensionistas do Movimento fazem o acompanhamento técnico das famílias (orientação agrônômica, florestal e pecuária) em todos os assentamentos vinculados, seja onde ocorram práticas agroecológicas ou não.

Segundo informações da Secretaria Estadual do MST, todo o trabalho dos técnicos do setor de produção é gratuito, e entre técnicos formados nos Cursos do Movimento e técnicos contratados em programas institucionais, trabalham na extensão rural em todo o Paraná 178 pessoas, o que dá uma média de menos de 100 famílias por técnico, número ainda considerado não ideal pelo Movimento, que tem projeto para dobrar o número de técnicos em dois anos.

Só para fazer uma comparação do que isso representa, o maior sistema público de assistência técnica e extensão rural da reforma agrária existente no Brasil é o praticado pelo ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo),

em média com um 1 técnico para cada 150 famílias, mas por se tratar de uma fundação pública, dispõe de orçamento próprio e de projetos, veículos, equipamentos de campo, enfim.

Na extensão rural do MST, a maioria dos técnicos mora nos assentamentos rurais, o que é uma inovação no Brasil, já que o lugar de morada dos agrônomos que trabalham em assentamentos, geralmente é nas cidades.

Outro elemento importante, é que todos os técnicos têm seus salários pagos ou pelos recursos repassados por projetos institucionais, e, na maioria dos casos, dependem do pagamento de ajudas de custo bancadas pelas Brigadas, que faz todo o acompanhamento do trabalho destas pessoas e o controle do processo de produção nos assentamentos rurais.

Desta forma, aos “trancos” o MST vai construindo suas iniciativas de extensão rural, firmando parcerias, errando e acertando nas opções político e organizativas.

4.4 OS TERRITÓRIOS AGROECOLÓGICOS DA REFORMA AGRÁRIA PARANAENSE

Na ponta do processo de difusão da Agroecologia pelo MST, temos aquilo que denominamos de “Territórios Agroecológicos da Reforma Agrária”, que são áreas de diferentes dimensões (assentamentos e lotes) onde efetivamente os camponeses trabalham seguindo os preceitos organizativos e a matriz tecnológica da Agroecologia, seja em assentamentos ou em acampamentos, conforme informações apresentadas no Quadro 6 (abaixo).

Quadro 6: Paraná – Territórios Agroecológicos da Reforma Agrária, 2008.

Tipo de iniciativa	Local	Nome da Área	Público	Atividades Desenvolvidas
Assentamentos e Acampamentos Agroecológicos - Áreas onde 100% das Famílias Assentadas / Acampadas Desenvolvem Práticas Agroecológicas nas Unidades Familiares de Produção	Diamante do Oeste	P.A. “Ander Rodolfo Henrique”	111 famílias	Produção de Leite, Mandioca, Milho, Ervas Medicinais, Frutas, Pequenos Animais, Trigo. Batata Doce, etc.
	Quedas do Iguaçu	P.A. “Celso Frutado”	1.200 famílias	Produção e comercialização de alimentos (grãos e horticultura), leite e derivados
	São Jerônimo da Serra	P.A. “Paulo Freire”	72 famílias	Produção e comercialização de alimentos (grãos e horticultura), produção de café em côco em sistema de Agrofloresta, venda de café torrado, Permacultura, produção de leite, milho, feijão, pequenos animais, etc.
		P.A. “Cacique Cretan”	18 famílias	
		P.A. “Roseli Nunes”	18 famílias	
	Paranacity	P.A. “Santa Maria” (“COPAVI – Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória”)	22 famílias	Horticultura, melado, cachaça, agroindustrialização de leite e derivados orgânicos. Exportação de parte da produção. Venda Direta ao Consumidor. Venda a Programas Institucionais (CONAB).
Antonina	Acampamento “José Lutzenberguer”	50 famílias	Produção de hortaliças	
Territórios Agroecológicos Isolados - Unidades Familiares de Produção onde as Famílias Assentadas / Acampadas Desenvolvem Práticas Agroecológicas. Duplicidade de Sistemas Produtivos no Assentamento.	São Miguel do Iguaçu	P.A. “Antônio Companheiro Tavares”	32 das 80 famílias	Produção de sementes crioulas diversificadas, cultivo de milho, soja e produção de leite para comércio.
	Bituruna	P.A. “Sonho de Rose”	10 das 45 famílias	Produção e comercialização de alimentos (grãos e horticultura), exploração de bracinga (produção de lenha e carvão), Produção de Erva Mate.
	Querência do Norte	P.A. “Che Guevara”	30 das 70 famílias	Produção de leite orgânico e derivados. Processamento de ervas medicinais, Agrofloresta.
		P.A. “Pontal do Tigre”	30 das 326 famílias	
	Santa Cruz do Monte Castelo	P.A. “Luiz Carlos Prestes”	30 das 74 famílias	Produção de leite orgânico e derivados. Processamento de ervas medicinais, Agrofloresta.
	Ponta Grossa	Acampamento “Emiliano Zapata”	50 das 70 famílias	Produção de sementes crioulas diversificadas, cultivo de milho, hortaliças e produção de leite para comércio.
	Lapa	P.A. “Contestado”	35 de 108 famílias	Produção e comercialização de alimentos (grãos e horticultura), leite e derivados. Venda à Programas Institucionais (CONAB), Permacultura.

Fonte: Secretaria Estadual do MST em Curitiba – Setor de Produção, 2008.
Trabalho de Campo.
Organização: Sérgio Gonçalves, 2008.

Conforme informações do Quadro 6 apresentadas anteriormente, a produção agroecológica está sendo desenvolvida em 12 (doze) assentamentos e 2 (dois) acampamentos.

Durante o mês de setembro de 2008, foram visitados os assentamentos “Antônio Companheiro Tavares” (município de São Miguel do Iguazu); “Ander Rofolfo Henrique” (município de Diamante do Oeste); “Pontal do Tigre”, “Che Guevara” e “Luis Carlos Prestes” (município de Querência do Norte); “Santa Maria” (município de Paranacity); “Paulo Freire”, “Cacique Cretan” e “Roseli Nunes” (município de São Jerônimo da Serra); “Sonho de Rose” (município de Bituruna); “Contestado” (município da Lapa), além dos acampamentos “Emiliano Zapata” (município de Ponta Grossa) e “José Lutzemberger” (município de Antonina).

Nesses trabalhos de campo, notamos duas realidades distintas nas áreas (acampamentos ou assentamentos) visitadas: áreas onde todas as famílias trabalham no sistema agroecológico, e áreas onde uma parte das famílias optou pela Agroecologia e outra pelo padrão convencional (“Revolução Verde” e agricultura transgênica).

Nesse sentido, os “Territórios Agroecológicos da Reforma Agrária” são a expressão de duas configurações sócio-espaciais distintas que ocorrem no interior dos acampamentos e assentamentos rurais do Paraná, quais sejam: a) Os Assentamentos e Acampamentos Agroecológicos; b) Os Lotes Agroecológicos Isolados.

Esta classificação se fez necessária porque nestes espaços ocorrem diferenças entre as realidades sócio-organizativas e produtivas, como veremos no decorrer deste sub-capítulo.

4.4.01 – Os Assentamentos e Acampamentos Agroecológicos.

Os Assentamentos e Acampamentos Agroecológicos são Territórios Agroecológicos da Reforma Agrária onde a comunidade de famílias definiu a Agroecologia como o único sistema produtivo local, participando ativamente na construção desta realidade.

No total, são 6 (seis) assentamentos, com 1.441 famílias, além de um acampamento com 50 famílias.

A experiência mais antiga no âmbito da Agroecologia é o “Santa Maria”, organizado entorno da Copavi, que, desde a década de 1990, vinha desenvolvendo a produção orgânica de hortaliças.

Porém, desde o ano de 2003, a Copavi tem desenvolvido um processo de transição, passando de um sistema de produção misto (orgânico e convencional), para o agroecológico. Assim, toda a produção de grãos, de hortaliças, de frutas, de cana-de-açúcar, de pequenos animais e de gado leiteiro tem sido feita sem o uso de insumos químicos.



Figura 23: Copavi - Produção Agroecológica de Leite. Na foto, à direita vemos o antigo galpão onde o gado era criado estritamente com ração servida no cocho. Ao fundo, gado criado a pasto, no sistema Voison (piqueteamento).

Fonte: Solange Engelmann, 2007.

Em substituição às práticas agrícolas convencionais, adubos químicos foram trocados por compostos orgânicos (estercos, compostagem, restos de culturas, adubação verde, caldas), a alimentação dos animais com rações e concentrados foram trocados por pastagens (pastoreio Voison ou piqueteamento), e a sanidade dos animais deixou de ser controlada mediante venenos (carrapaticidas) e remédios, mediante o uso de ervas medicinais.



Figura 24: Copavi – Produção Agroecológica de Hortaliças. Na foto, vemos no primeiro plano um monte de composto utilizado na adubação do solo. No centro, produção de diferentes hortaliças. No fundo da imagem, temos os “quebra-ventos” de capim Napier, que tem a função de proteger o sistema produtivo da entrada de insetos que transmitem doenças ou mesmo se alimentam de folhas das plantas.

Fonte: Solange Engelmann, 2007.

Segundo informações de técnicos do setor de produção da cooperativa, a adoção de novas práticas no sistema produtivo trouxe benefícios ambientais, produtivos, alimentares, culturais, políticos e, sobretudo, econômicos.

Em primeiro lugar, ao não utilizar qualquer tipo de veneno ou insumo químico, não ocorre a contaminação do solo, das águas, dos animais e das plantas. Conseqüentemente, os trabalhadores não ficam expostos aos riscos de contaminação existentes nas práticas convencionais (envenenamento por pesticidas, por exemplo).

A questão da Agroecologia é justamente a concepção de reconstituir a natureza como um todo, e não necessariamente parar de usar produtos agroquímicos. Então de fato a agroecologia é a reconstituição de todo meio ambiente, de todo o meio natural e também das pessoas né? As pessoas têm que se tornar atores com cabeça diferente. Ela tem que ter este diferencial. (Entrevista, J. P., 2008).

Culturalmente, as famílias passaram a participar mais efetivamente no desenvolvimento da Agroecologia na Brigada Salete Strozake, da qual a Copavi faz parte e é a referência no desenvolvimento da Agroecologia.

Desenvolver a Agroecologia requer uma mudança profunda em nosso pensamento, em nossa cultura. É necessário que o agricultor abandone certas práticas agrícolas, como a limpeza da lavoura e a monocultura, e essa é uma das nossas maiores dificuldades. Então essa mudança do Orgânico para o Agroecológico, ela tem uma dificuldade grande assim em nós adulto, principalmente os mais velhos, pois aprendemos a plantar tudo “no limpo”. Embora aqui na Copavi já estamos construindo algumas experiências concretas, ainda estamos estudando para mudar nossas práticas e ampliar ainda mais, sobretudo com o desenvolvimento de uma experiência com Agrofloresta, que estamos tentando implantar. Como nosso assentamento está em uma área totalmente devastada, ampliar a área de reserva e aproveitar como área de produção vai ser muito importante para nós. (Entrevista, S. P., 2008).

Estudar, neste caso, significa um crescimento do conhecimento para se compreender os mecanismos de funcionamento da natureza, no sentido de vincular a intervenção do trabalho humano e a produção, causando o mínimo de impactos com o máximo de produção de alimentos e riquezas, elementos que são a base do “desenho” de sistemas alternativos de produção, como o Agroecológico.

Ademais, o desenvolvimento das práticas agroecológicas na produção de sementes, no cultivo das plantas, na aplicação das ervas medicinais, na produção leiteira favorece um acúmulo de conhecimentos culturais que são repassados a produtores rurais da região e pesquisadores que passam pela Copavi, o que cria redes de relacionamento e de difusão do conhecimento ali acumulado e das práticas ali desenvolvidas.

Do ponto de vista político, o protagonismo da Copavi amplia a capacidade de intervenção do MST no contexto regional. Porém, é no âmbito econômico que este protagonismo se amplia, sobretudo pelas relações econômicas e políticas estabelecidas local, regional, nacional e internacionalmente.

Segundo avaliações retiradas do Cadastro Municipal de Arrecadação de ICMS – Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, no município de Paranacity, a Copavi é a segunda empresa na arrecadação de impostos, ficando atrás somente de uma destilaria de álcool.

Ademais, a venda da produção no sistema porta-a-porta e a venda direta ao consumidor nas feiras de Paranacity, Cruzeiro do Sul e Colorado, são importantes estratégias da cooperativa para que a riqueza produzida não seja drenada para algum agente econômico que intermedeie a negociação.

Trabalhando também na venda ao mercado institucional, a cooperativa fornece produtos para escolas e creches de Paranacity. Porém, é na conjuntura internacional que a cooperativa tem alcançado destaque.

Há cerca de 4 anos, a Copavi obteve um selo de certificação da produção agroecológica e firmou contratos de venda de cachaça para Alemanha e Espanha, aproveitando contatos e articulações com organizações que trabalham na perspectiva do comércio justo e solidário.



Figura 25: Os derivados da cana-de-açúcar são a principal fonte de recursos da Copavi, que tem exportado parte da produção de cachaça para Alemanha e Espanha.

Fonte: Solange Engelmann, 2007.

Desta forma, sob o viés de “Uma produção socialmente justa, ecologicamente ética, economicamente viável e participativa” (vide Anexo 1) , a Copavi tem se inserido em redes amplas de difusão de produtos e de conhecimentos.

Outra experiência de construção de um assentamento totalmente agroecológico está ocorrendo no município de Diamante do Oeste.

Trata-se do assentamento “Ander Rodolfo Henrique”, implantado na antiga fazenda Comil (2.972 hectares), que foi ocupada pelo MST com famílias provenientes de vários municípios do Oeste paranaense e alguns brasiguaios (brasileiros que migraram do Brasil na década de 1960 e viveram no Paraguai).

Quando ocorreu a conquista do assentamento em 2004, as 111 famílias vivenciaram as dificuldades da transição do acampamento para o assentamento.

Como estavam descapitalizadas, sem recursos próprios e sem a perspectiva de recursos públicos (financiamentos) para investir no preparo do solo e na compra de sementes para iniciar a produção, foram realizadas várias reuniões e a Coordenação do Assentamento, acatando as decisões dos Núcleos de Famílias, aceitou que se fizesse uma parceria com a Cooperativa Agroindustrial Lar.

A Lar é a maior cooperativa do Oeste paranaense. Apesar de ser a representante oficial para recebimento de *royalties* de sementes transgênicas da Syngenta Seeds em todo Oeste e Sudoeste paranaense e Província do Alto Paraná (Paraguai), foi a grande incentivadora desta parceria, prática comum executada em diferentes assentamentos nas regiões onde opera.

Superando a questão política dos conflitos que imperam entre o MST X Fazendeiros, e o MST X Syngenta Seeds, as parcerias com assentados de assentamentos recém implantados sempre foram muito positivas para a Lar, pois os assentados produziam lavouras que a cooperativa tinha interesse em processar industrialmente, mas que a maioria dos produtores integrados a ela não tinham interesse em produzir, pelo fato de que certas atividades, como a mandioca, dependem excessivamente de mão-de-obra e não de maquinaria, em seu processo de produção.

Além da mandioca, a Lar formalizava parcerias para a produção de milho, de trigo e de soja com os assentados. Logo, as questões político/ideológicas eram plenamente superadas quando a condição econômica de possibilidade de extração

da renda da terra pela cooperativa e de acesso a recursos e condições para o plantio pelos assentados do MST estava em pauta.

Porém, no assentamento Ander, esta parceria foi conjuntural, pois aconteceu em um momento de transição, já que na condição de expropriação estava resolvida mediante o acesso a terra e a possibilidade de plantar era condicionada pela parceria dos assentados com a empresa.

Porém, a partir de uma série de problemas que ocorreram envolvendo a Lar e os assentados, o fim da parceria foi estrutural para que a tomada de decisão política em prol da Agroecologia acontecesse.

Na época, a totalidade das famílias achava que nós tínhamos que usar o veneno, o adubo e a semente híbrida que a empresa financiava aí para receber na safra. E foi consenso da Coordenação o primeiro plantio que fizemos coletivo e financiado pela empresa Lar, nossa empresa vizinha, e que dessecamos (**utilizando roundup**) e que pagamos o plantio direto pra plantar.

No resultado final, depois que se colheu a safra e a Lar fez o balanço entre o custo de produção e a quantidade de produto tolhido, deu prejuízo em torno de 50 reais por família que fez parte deste coletivo. Então, com isso (**com o problema**) fez com que nós introduzíssemos o debate da Agroecologia, para que nós fizéssemos uma produção diferente. Este debate é um processo que tem duração de quase 2 anos, pois estamos fazendo debates, estudos, pesquisas e no espaço do assentamento estamos produzindo diferente do convencional. Então, através do estudo, nós fomos convencendo as famílias. O Setor de Produção (do assentamento) promoveu cursos sobre Agroecologia e fez o acompanhamento, e nós colocamos em debate 2 questões que mais convenceu as famílias a trocar o sistema de produção. A gente sempre tentava elaborar pergunta, questionar de fato o porquê que nós estávamos no MST. Muitas famílias daí, fazia reflexão e nós chegamos a conclusão que sistema de produção trouxe nós a vim para de baixo de uma lona.

Relacionado aqui na época que nós estramos aqui em torno de 82% das famílias eram brasilguaaios, que foram para o Paraguai atropelado pelo mesmo sistema de produção, e voltamos do Paraguai por causa do mesmo sistema, ou seja, os mesmo inimigos que atacam nós aqui atacam, atacam nós lá. Então levou a amadurar mais a ideia de você estar trocando o sistema de produção. Enquanto Direção, fomos, foram medindo a compressão dos coletivos dos Núcleos de Bases, e quando se oficializou a definição da Agroecologia no assentamento, nós oficializamos com seminário onde participou vários palestrantes, entre eles o Sebastião Pinheiro. (Entrevista, D. R. F., 2008. Grifos nosso).

Para reger o uso do território, a Coordenação do assentamento criou um Regimento Interno, com diferentes normas relativas às dinâmicas produtivas (proibição do uso de insumos químicos como adubos, de sementes transgênicas, de sementes híbridas, do uso de venenos, do plantio de fumo, da criação de frango, do plantio de eucalipto, do desmatamento, do uso do fogo, do uso de tratamento químico das sementes, etc), o que condicionou a destruição das lavouras e até a possibilidade de expulsão das famílias que contrariassem as normas acatadas coletivamente.

Eu não tenho a mínima dúvida da coisa mais certa é partir para a Agroecologia. Quem quiser viver no campo vai ter que trabalhar assim. Eu sempre pensei desde que casei que a gente se obrigava a trabalhar com veneno na lavoura e quase morri com veneno em fumo. No Sudoeste do Paraná, tive contato com a mudança era para o orgânico. Uma boa parte eu aprendi com a ASSESSOAR, e agora no assentamento com o CAPA e com os técnicos do MST. Antes trabalhava com a ASSESSOAR, dentro de trabalho de núcleo dentro da comunidade onde viviam meus pais, Este é o trabalho que está acontecendo aqui, apesar de que se na época em que conheci o novo jeito de se produzir se falava em orgânico e não em agroecológico. E quando fomos acampar em Querência do Norte tentamos plantar orgânico. Quando surgiu a área que seria agroecológica, surgiu uma vaga, daí vim correndo para morar. O ideal seria que todos repensassem o que fizeram no passado. A gente, se olhar o que fez anteriormente, teria que estar preso, pois tinha uma visão errada, sem saber o que viria pela frente, Este entendimento só tive no MST, que clareou sobre os erros vinha fazendo desde o passado. Eu acho que ainda tem muita gente que está com o sistema anterior na cabeça, não analisa a questão da vida, ainda estão com o sistema na cabeça, acham mais fácil colocar o veneno e ir descansar, pois a produção convencional tem estas facilidades, pois se trabalha menos.

Este depoimento é interessante pelo fato de trazer à tona o protagonismo da ASSESSOAR, que tem trabalhado a organização dos pequenos produtores do Oeste e Sudoeste paranaense na produção orgânica desde a década de 1960, fase em que o sistema de produção baseado na “Revolução Verde” se difundiu.

Ademais, há um destaque para o CAPA, que a partir do escritório regional situado no município de Marechal Cândido Rondon, tem enviado um conjunto de técnicos para fazer palestras, dias de campo, repasse de sementes, animais, plantas, assessoria técnica na produção e em projetos, partilhando com os técnicos do MST o atendimento às famílias nas questões técnico, políticas, organizacionais e produtivas.

Ao longo dos últimos dois anos, os camponeses do assentamento “Ander Rodolfo Henrique” têm desenvolvido diferentes práticas agroecológicas que visam, em primeiro lugar, a garantia e a satisfação da alimentação das famílias (produção de auto-sustento), e no segundo plano, a comercialização da produção.

A Brigada “José Martí” colabora efetivamente no desenvolvimento da agroecologia no assentamento. Inicialmente, repassou as sementes para o cultivo das terras. Depois, colocou técnicos para acompanhar a produção. Atualmente, a Brigada colocou um engenheiro agrônomo para trabalhar a assessoria técnica com as famílias.

Nesses trabalhos, muito importante tem sido a produção das sementes crioulas por cada família. Esta é uma estratégia muito importante, tendo em vista a alta concentração dos monopólios do setor agrobiotecnológico, que tirou o poder dos camponeses em disporem de suas próprias sementes.

Em segundo lugar, as diferentes formas de adubação verde realizadas com a introdução de plantas como a mucuna, que além da fertilidade, contribui nas melhorias físicas do solo. Em terceiro, o debate e a preocupação sempre presente, de se fazer um manejo adequado do solo, evitando a erosão, sobretudo pelo fato de que o assentamento tem solos extremamente rasos e topografia acidentada.

Em quarto, há assentados que conseguiram vender bens patrimoniais próprios e comprar algumas cabeças de gado, que são criados a pasto, com manejo no sistema Voison e tratamento de doenças e parasitas mediante aplicação de ervas medicinais.

Aliás, o uso das ervas medicinais é amplamente divulgado no assentamento pelos representantes do Setor de Saúde. Em uma das visitas, acompanhamos a encomenda de frascos para acondicionamento dos diferentes preparos medicinais produzidos por cada família.

Além de dominar o processo produtivo das ervas medicinais, as famílias sabem como produzir chás, compostos, emplastos, xaropes, etc. Este tipo de conhecimento prático, relacionado com alimentação diversificada, tem garantido uma melhor saúde às famílias.

Em um dos encontros da Coordenação do assentamento, pudemos acompanhar uma importante discussão colocada pelo Setor de Saúde, que foi procurado pelos candidatos a prefeito que ofereceram construir um posto de saúde no assentamento.

Como desenvolvem uma medicina popular em um sistema de auto gestão, os assentados negaram qualquer apoio neste sentido, porém colocaram na pauta política o apoio dos possíveis prefeitos para ampliar a capacidade de organização e acompanhamento do Setor de Saúde.

Desta forma, a Agroecologia tem unido três entendimentos salutareis: a produção ecológica, a produção do alimento da família e a busca por uma vida saudável, amplamente baseada em costumes e ações recuperadas do conhecimento popular, como é o caso do uso de ervas medicinais.



Figura 26: Reunião da Coordenação do Assentamento “Ander Rodolfo Henrique”. A Coordenação é um coletivo que responde politicamente pelas decisões no assentamento, e conta com representantes escolhidos nos Núcleos de Base locais.

Fonte: Sérgio Gonçalves, 2008.

Além de optar pela nova matriz tecnológica, as famílias destinaram uma área de 20 hectares onde foi implantado um Núcleo de Pesquisas em Agroecologia. Os experimentos ali desenvolvidos têm acompanhamento técnico da Brigada, do agrônomo e do técnico agrícola da comunidade, e de dois técnicos do CAPA.

Dessa forma, todo o conhecimento repassado às famílias é testado, sobretudo porque o que serve para um assentamento, às vezes não significa que se implantado em outro lugar também produza resultados satisfatórios. Logo, testar,

registrar, fazer o acompanhamento e o registro do desenvolvimento do experimento são fundamentais para a construção de alternativas realmente produtivas no âmbito da Agroecologia.

Para certificar a produção obtida na área, a Brigada firmou convênio com o CAPA, na sua sede localizada em Marechal Cândido Rondon, e passou a participar da Rede ECOVIDA, uma articulação de entidades de movimentos sociais, ONGs e produtores rurais que trabalham com produção agroecológica e que disponibilizam conjuntamente, técnicos para realizar a certificação dos produtos produzidos sob matriz tecnológica da Agroecologia.

Apesar do estágio de um sub-desenvolvimento econômico pela falta de recursos para investir e até aproveitar todo o lote, as famílias vivenciam uma estabilidade econômica e social.

Neste fim de ano de 2008, o INCRA autorizou o repasse de verbas, e cada família vai acessar R\$ 18.000,00 (dezoito mil Reais) para investimento em infra-estruturas, gado, máquinas, equipamentos, cercas, entre outros.

Como a produção é individual, mas a estruturação do território é coletiva, o Setor de Produção tem aproveitado os mecanismos políticos da articulação dos núcleos familiares de base, os estudos do PDA do assentamento e as pesquisas realizadas pelos técnicos do assentamento para mesclar investimentos individuais e coletivos, na tentativa de racionalizar a aplicação dos créditos em prol do desenvolvimento econômico na matriz agroecológica.

A participação social tem contribuído para se pensar um desenvolvimento comunitário integrado. Deve-se destacar que pequenas iniciativas de cooperação estão sendo pensadas, como a compra de resfriadores de leite e implementos coletivos, para o uso dos Núcleos de Base.

Em assentamentos como o “Paulo Freire”, “Cacique Cretan” e “Roseli Nunes (município de São Jerônimo da Serra, região Norte Velho), e no acampamento “Emiliano Zapata” (Região dos Campos Gereia) a estruturação e o desenvolvimento da agroecologia ocorrem pelos mesmos mecanismos citados acima: envolvimento comunitário, ação das Brigadas, presença dos técnicos do MST, parecerias com ONGs.

A principal entidade de apoio ao MST no Norte Velho é a AOPA, organização que conseguiu firmar um convênio com a Petrobrás, recebendo financiamento público por meio do programa "Petrobrás Ambiental".

Dessa forma, famílias assentadas do município de Bituruna (assentamento Sonho de Rose), no município de Cantagalo (CEAGRO), no município de São Jerônimo da Serra (assentamentos Paulo Freire, Cacique Cretan e Roseli Nunes) estão desenvolvendo o projeto "Iguatú", um conjunto de iniciativas diversificadas (núcleos de produção de mudas florestais, viveiros de muda de café, cultivo de agroflorestas com café, manejo de bracatinga para produção de carvão, etc) que além de resultar na produção Agroecológica, acrescentaram novos conhecimentos aos agricultores e ao MST, que faz o acompanhamento das experiências e capacita seus quadros nesta troca de experiências com a AOPA.

Uma experiência importante ocorre no Acampamento "José Lutzenberguer", resultado da ocupação ocorrida em 31 de março de 2004 no município litorâneo de Antonina. Como a fazenda realizava a criação de búfalos numa Área de Proteção Permanente (APP), e sendo esta fazenda uma Unidade de Coservação (Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba), as famílias acampadas não podiam desenvolver suas atividades produtivas no local.

Porém, a partir da Agroecologia, o MST tem atuado para condicionar o assentamento das famílias realizando uma agricultura que produza alimentos e resulte na preservação ambiental nos 300 hectares da fazenda.

Nesse sentido, foram banidos do acampamento "José Lutzenberguer" qualquer prática danosa ao meio ambiente, como os insumos químicos industriais e as sementes certificadas.

O processo de ocupação territorial mereceu um planejamento específico. Cada família que ficou recebeu uma parcela individual de 400 metros quadrados, e conforme os Núcleos de Base, foram criados espaços sociais e hortas coletivas para desenvolvimento de atividades de produção comunitárias, envolvendo as 50 famílias acampadas.

Ao abordar a realidade local, Borsatto *et all* (2007) destacaram que.

O plano de manejo desenvolvido pelos acampados objetiva o assentamento de 50 famílias, das quais 35 ficarão responsáveis pela produção de alimentos e as 15 restantes estarão envolvidas em processos de beneficiamento, industrialização e comercialização da produção, formação e capacitação das pessoas e na organização do futuro assentamento. (BORSATTO *et all*, 2007, p. 15-16).

Nos últimos 4 anos, este acampamento tem sido um laboratório de experiências para o MST, e por se tratar de um lugar com características especiais, sobretudo pela questão ambiental e legal ali colocadas, dificilmente a fazenda vai ser desapropriada e ser transformada em assentamento, já que o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), que em momento algum agiu contra os fazendeiros que criavam búfalos na área, tem realizados objeções à proposta de criação do assentamento.

Porém, a Brigada "Monge José Maria" tem trabalhado ativamente na realocação das pessoas ali acampadas. Assim, conforme ocorrem assentamentos em outras regiões do Paraná, famílias são transferidas da área de conflito para o assentamento, e as técnicas agroecológicas previamente desenvolvidas pelos acampados do lugar são repassadas aos agricultores e comunidades onde passam a viver.

4.4.02 – Os Lotes Agroecológicos Isolados.

Os Lotes Agroecológicos Isolados são Territórios Agroecológicos da Reforma Agrária que ocorrem em assentamentos e acampamentos onde as famílias desenvolvem uma agropecuária baseada em sistemas produtivos mistos.

Portanto, são assentamentos nos quais existem tanto os lotes explorados por famílias que praticam, na unidade de produção, a Agroecologia, quanto um conjunto de lotes explorados por famílias que trabalham com sistemas de manejo convencionais, baseados no padrão técnico produtivo da “Revolução Verde” e da agricultura transgênica.

Nesses assentamentos, a realidade local é marcada pelos conflitos políticos e ideológicos entre os projetos defendidos pelo MST (a agroecologia) e os assentados não-agroecológicos, que continuam produzindo no modelo convencional.

Entre os diferentes lugares, queremos destacar o assentamento “Companheiro Antônio Tavares”, situado no município de São Miguel do Iguçu.

Resultante da ocupação no ano de 1997 da antiga fazenda Mitacoré, uma área modelo de produção agrícola de propriedade do banco Bamerindus, no assentamento vivem 80 famílias assentadas.

Como a fazenda possuía várias infra-estruturas (silos, armazéns, galpões, casas, toda uma infra-estrutura de iluminação e abastecimento de água) e também uma ótica de localização, pois se situa à margem da BR-277, a menos de 30 quilômetros de Foz do Iguçu, o MST conseguiu que o INCRA cedesse 150 hectares da fazenda para a criação de uma escola com a finalidade de abrigar os cursos do MST. Esta negociação resultou na criação do ITEPA (Instituto Técnico de Capacitação e Estudo da Reforma Agrária).

Nesse assentamento, os lotes têm dimensão reduzida, possuindo área de 4 alqueires cada. Como está assentado em um solo muito fértil (terra roxa), de maneira geral, todas as 80 famílias assentadas têm 1 ou 2 alqueires de pastagem com criação de gado leiteiro, e no restante da área de terras desenvolve-se alguma outra atividade paralela, sobretudo o plantio da soja, do milho e da mandioca, além de uma pequena parcela de terras com cultivo de hortaliças e pomar.

Desde a fase de acampamento, a produção agrícola no assentamento foi favorecida pelas relações estabelecidas entre a Coordenação do Assentamento e a Lar, que, a partir de sua sede em São Miguel do Iguaçu, firmou contrato de parceria para viabilizar a produção de grãos (soja, milho e trigo) e de mandioca dos acampados.

Na relação empresa/assentados, a Lar concedeu aos produtores crédito para as despesas de plantio, adubo, sementes e pesticidas para os tratos culturais. No momento da colheita, os produtores eram obrigados a entregar a produção nas unidades de beneficiamento agroindustrial da Lar, assumindo os custos de transporte.

Após a pesagem da produção, os gastos da empresa eram apurados, o valor da saca, quilo ou tonelada definido pelo preço do dia, e a partir daí é que o produtor sabia se o valor final apurado lhe permitia sacar um crédito em dinheiro, ou se ele ficava em débito com a empresa.



Figura 27: Assentamento “Antônio Companheiro Tavares. Lavoura de trigo produzida no sistema convencional. Muitos produtores estabelecem parcerias com a Lar para desenvolver esta atividade em seus lotes. Na foto, a casa do produtor está no lado direito. Atravessando o lote, se vê as linhas de transmissão de energia da hidrelétrica de Itaipu.

Fonte: Sérgio Gonçalves, 2008.

De qualquer forma, qualquer que fosse o resultado, a empresa realizava novos contratos com os produtores. Porém, no caso de dívidas elevadas, ela levava à justiça o recebimento das dívidas acumuladas, colocando o assentado no Sistema de Proteção ao Crédito (SPC).

Apesar dos riscos iminentes da prática agrícola, sobretudo em relação a problemas climáticos (seca, excesso de chuvas) e dos riscos econômicos (custos elevados e preços da produção baixos), ainda existem 20 famílias neste assentamento que se relacionam diretamente com a Lar, cultivando lavouras no sistema convencional.



Figura 28: Assentamento “Antônio Companheiro Tavares. Caminhão com 15 toneladas de milho cultivado no sistema tradicional. Na imagem, o senhor à esquerda é o dono da carga.

Fonte: Sérgio Gonçalves, 2008.

A imagem acima é de um produtor que acabara de realizar a colheita de dois hectares de milho, que seriam enviados à Lar, perfazendo uma carga total de 24 toneladas de milho, ou 400 sacas. Segundo cotação do dia, a colheita garantiria uma renda bruta de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos Reais).

Porém, como o produtor devia R\$ 5.000,00 (cinco mil Reais) à Lar em empréstimos realizados em safras anteriores, e ainda haveria de apurar os débitos concernentes à safra que estava sendo colhida (frete mais custos de produção da lavoura), ele tinha certeza que o máximo que poderia fazer era abater metade da dívida total (atual e passada) com a empresa.

A expectativa do produtor de quitar suas dívidas e tornar-se credor da cooperativa estava depositada na safra de verão, que ocorreria no mês de outubro com o plantio da soja, cuja colheita se realizaria em fevereiro de 2009.

No entanto, o aumento dos custos de produção devido à alta dos insumos (adubos e venenos) e a possibilidade de problemas climáticos (veranicos) e doenças (ferrugem) que afetaram a lavoura da soja em safras anteriores e certamente afetará na safra futura, o produtor não descartava os riscos de ver sua dívida com a Lar ampliar-se ainda mais.

No assentamento, encontramos 20 famílias que tinham débitos com a Lar referentes a dívidas de safras passadas, com valores variando de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos Reais) a R\$ 12.000,00 (doze mil Reais).

Como estão devendo e têm a “ficha suja” no Sistema de Proteção ao Crédito (SPC), os produtores não podiam receber créditos de fundos públicos como o Pronaf, que lhes seria até mais vantajoso, sobretudo pela existência de garantias de safra, ou seja: qualquer intempérie que ocorresse na produção, o agricultor ficaria livre do pagamento da dívida ao Banco do Brasil, a instituição que oferta o crédito.

Na parceria com a Lar não existem seguros. Neste sentido, pode-se dizer que a relação Lar/assentados é uma relação estritamente de dependência, na qual todos os riscos ficam sobre responsabilidade dos assentados, e a mercadoria, seja ela grãos ou tubérculos, é recebida pela empresa, que garante o fluxo contínuo de extração da renda da terra ao controlar os três momentos da relação, quais sejam: a oferta dos créditos, a venda dos insumos e a compra da produção.

No caso do leite, outro segmento de produção importante, apesar de existir uma situação de oligopólio, as famílias são igualmente dependentes e exploradas pelos agentes externos.

No nosso assentamento Antonio Tavares existem 8 empresas que compram o leite, tem 4 preços diferenciados num grupo de apenas 80 famílias, e o preço do leite varia aqui para as famílias de R\$ 0,36 (trinta e seis centavos de Real) a R\$ 0,65 (sessenta e cinco centavos

de Real) o valor do litro, de forma que isto esta muito aquém do preço desejado ou necessário para uma família conseguir uma renda razoável com o leite para sua manutenção diária, há uma necessidade dos produtores de comercializar o leite de uma maneira mais direta para agregar valor ao seu produto, ou seja, o preço do pacote de leite Barriga-Mole, pasteurizado, ele gira em torno de R\$ 1,00 (um Real), R\$ 1,20 (um Real e vinte centavos), R\$ 1,25 (um Real e vinte e cinco centavos), o leite de caixinha R\$ 1,00 (um Real) até R\$ 1,40 (um Real e quarenta centavos) o litro, no entanto, nós vendemos a R\$ 0,50 (cinquenta centavos de Real) em média o litro de leite. (Entrevista, N. G, 2008).

A princípio, a discussão da agroecologia ocorreu neste assentamento para superar esta relação de dependência com a Lar já na fase de assentamento, momento em que a parceria ainda envolvia várias famílias que consideravam imprescindível continuar negociando para se capitalizar e produzir na terra.

A ideia era desenvolver a agroecologia como mecanismo de resistência e independência. Porém, os camponeses ficaram receosos.

Na época em que nós começamos a discutir era uma coisa bem óbvia. A maioria do pessoal tinha um pouco de medo, podia ser uma coisa não viável e que até as famílias podiam passar necessidade até mesmo de alimento. Na medida em que nós gastamos nosso tempo na formação dos camponeses, no sentido de orientar, de trocar experiência e de começar a fazer nos lotes um planejamento para as conversões das propriedades, as famílias começaram a sentir mais seguras no momento que o ITEPA começou a realizar os primeiros cursos ainda de maneira informal, já no ano de 2002 para gente a discutir esses sistema, e já na seqüência começou a discutir e fazer na escola um sistema diferenciado. (Entrevista, N. G, 2008).

Apesar de o assentamento contar com um dos principais centros de formação e capacitação técnica em agroecologia do MST no Paraná e os camponeses terem permanecido cerca de 5 anos acampados, vivenciando o processo de formação política, o Movimento não conseguiu difundir a agroecologia em todos os lotes do assentamento, pois somente 32 famílias trabalham no sistema agroecológico e a maioria (48 famílias) opta e trabalha no sistema convencional e tem relações estritas com a Lar para o financiamento de suas lavouras.

No caso específico das famílias que adotaram o sistema, realizou-se um conjunto de 12 visitas aos lotes agroecológicos e identificamos diferentes práticas na produção agrícola (caldas, adubação verde, produção de compostos orgânicos) e

pecuária (pastoreio Voison, sal mineral caseiro, tratamento fitoterápico de doenças e infestações) em desenvolvimento.

A produção de diferentes variedades de sementes crioulas tanto para a produção de grãos (milho, soja, feijão), quanto para a produção de cobertura morta e adubação verde (crotalária, evilhaca, nabo forrageiro, feijão de porco e moga) é prática comum entre os produtores agroecológicos do assentamento “Antônio Companheiro Tavares”, que adotam mecanismos tradicionais para preservar suas sementes sem a necessidade do uso de proteção química (figura 29).



Figura 29: Assentamento “Antônio Companheiro Tavares. Na foto, o produtor mostra a semente crioula do milho guardada em recipiente vedado e com adição de cinzas para a proteção contra caruncho.

Fonte: Sérgio Gonçalves, 2008.

Em relação à produção agrícola, a venda da lavoura, sobretudo de milho, soja e feijão, tem sido feita realizada com a Guebana, empresa com filial localizada no município paranaense de Medianeira (distante 45 quilômetros do assentamento), mas com sede na Suíça.

Nesse caso, os produtores têm selo de certificação emitido pela Rede Ecovida e a Guebana (Falta algo!) paga um valor de 30% superior ao praticado pelas demais empresas da região. Assim, se uma empresa compra grãos

produzidos no sistema convencional ao valor de R\$ 19,00 (dezenove Reais) a saca do milho e R\$ 35,00 (trinta e cinco Reais) a saca da soja, a Guebana pagaria pelos grãos certificados R\$ 24,70 (vinte e quatro Reais e setenta centavos) pela saca de milho e 45,50 (quarenta e cinco Reais e cinqüenta centavos) pela de soja.

A dinâmica produtiva existente no assentamento “Antônio Companheiro Tavares” é muito parecida com a realidade existente no assentamento “Contestado”, localizado no município da Lapa, lugar onde o MST criou a ELAA (Escola Latino Americana de Agroecologia) e onde existem 73 famílias trabalhando no sistema convencional e 35 no sistema agroecológico.

Resultado de uma ocupação ocorrida em 7 de fevereiro de 1999, a fazenda foi expropriada da Incepa, uma empresa ligada ao ramo de produção de louças sanitárias, e destinada à reforma agrária no ano de 2000.

Como a empresa proprietária realizava reflorestamento de *pinnus* e eucalipto em cerca de 700 hectares dos 3.200 da fazenda, destinados à produção de carvão, esta madeira faz parte de um litígio, pois a empresa entrou na justiça para obter o direito de retirar e vender as madeiras, e obteve uma ordem judicial favorável que embargou a possibilidade de retirada da madeira até que se definisse se a madeira era de propriedade do INCRA ou da empresa.

Mesmo com a questão na justiça, alguns assentados passaram a explorar ilegalmente a madeira como forma de obter recursos econômicos, fato que gerou um sério conflito interno, já que a Coordenação do Assentamento não aceitava esta prática.

Exercendo seu direito, a empresa denunciou à justiça a ação dos assentados, a Polícia Federal foi acionada, algumas pessoas foram processadas judicialmente. Estes fatos levaram a Coordenação a expulsar algumas famílias que contrariaram as decisões coletivas, realizando o despejo das que praticaram a ilegalidade, o que gerou uma situação de beligerância entre a coordenação e as famílias expulsas.

Este conflito interno determinou criou um “racha” interno, e prescindiu uma forma menos “agressiva” de ação do MST para construir tanto a proposta da ELAA, como trabalhar o desenvolvimento da Agroecologia com as famílias assentadas.

Eu vim da região Leste, perto de Cascavel, onde tinha um assentamento de famílias atingidas por uma barragem que a entidade se chamava CRABI (**Conselho Regional dos Atingidos por Barragem do Rio Iguaçu**), e que eles estavam discutindo sobre a produção orgânica, e onde eu estava começamos e fazer discussões sobre essa forma de produção e eu fui convidado para vim para esse assentamento na Lapa, porque as pessoas desse assentamento estavam desenvolvendo um novo jeito, uma nova proposta, que é na questão da Agroecologia, e chegando aqui agente entendeu esse projeto, sabia que era um projeto bom, mais dentro desse projeto tinha um grupo que defendia e aqueles que ficavam na linha do “pacotão” (**agricultura convencional**). Isso causou muito atrito das ideias: nós que estávamos na área da Agroecologia podíamos até morrer de fome, porque pra você produzir com máquinas necessita cultivar bastante lavoura, e como fazer isso se o tamanho do lote é pequeno e a terra é arenosa? Ai a gente queria sair do convencional e aprender várias coisas. Aqui dentro do assentamento hoje em dia está mais tranqüilo fazer esse debate. No princípio, nós da Agroecologia achávamos que o assentamento tinha que ser tudo agroecológico e nós fizemos essa pressão para as famílias e elas “vieram para cima de nós”. Hoje nós vimos que a mudança se faz devagar. (Entrevista, A.C., 2008. Grifo nosso).

Desta forma, a Coordenação do Assentamento passou a entender que não seria uma ideia imposta “de cima para baixo” que iria obrigar as famílias a adotarem a Agroecologia. Antes de mais nada, deveriam implantar em alguns lotes as experiências e pouco a pouco ir conquistando os vizinhos, de tal forma que num futuro a Agroecologia se firmasse como realidade em todo o assntamento.

As 108 famílias assentadas estão organizadas em dez núcleos familiares: “Che Guevara”, “Roseli Nunes”, “Eduardo Aghinoni”, “Sepé Tiarajú”, “Gabriel Kass”, “Antônio Tavares”, “Iguaçu”, “Lagoão”, “Libertação Camponesa” e “Evolução Camponesa”.

Enquanto o núcleo “Iguaçu” é o único que organizou as moradias no sistema de agrovila, 4 famílias destacadas dos grupos familiares supracitados criaram o “Grupo Dom José Gomes”, uma experiência de trabalho e produção coletiva da terra.

No assentamento, todas as famílias assentadas já receberam os créditos de investimento, sendo que 8 delas não quiseram se endividar, o que é um fato raro no Brasil, em se tratando de famílias assentadas e as facilidades de pagar os investimentos públicos do Pronaf.

Dentre os segmentos produtivos, praticamente todas as famílias possuem gado leiteiro, produzem grãos (milho) e algumas produzem hortaliças e morango. No caso do leite, a produção é destinada a uma queijaria ainda artesanal, administrada pelos próprios assentados, agregando valor ao produto.

Esta agroindústria é ainda um ensaio, caracteriza-se como uma experiência que poderá conseguir beneficiar um número razoável de produtores ao ampliar sua produção. Para que possa dar passos mais longos, necessita de investimentos, que estão sendo pleiteados junto a órgãos públicos. Esses investimentos, alguns já aprovados pelos órgãos técnicos, como o de uma Cozinha Industrial já foi aprovado junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e com recursos liberados pela Caixa Econômica, deverão ampliar a capacidade de produção e a diversificação da produção, bem como conseguir enquadrar a produção nas normas técnicas de comercialização e ter capacidade de beneficiar outras matérias-primas além do leite, como por exemplo, a fabricação de geleias. (VALADÃO, 2005, p. 128).

Visando desenvolver a atividade industrial, através de negociações, os assentados obtiveram recursos para construir um laticínio, porém, o projeto de desenvolvimento da produção e agroindustrialização do leite está parado devido a questões políticas com a prefeitura da Lapa.

Então esse é um debate muito forte que está no Movimento, no sentido de que é necessário que nós avance para que se consiga estruturar a produção. Nós queremos ter isso sem depender das empresas e que a gente consiga fazer o cultivo, a produção, o manejo, a colheita, e que agente avance na agro industrialização. O agricultor participa da produção que é o trabalho mais difícil, assumindo pra si as questões ambientais (seca, chuva) e acaba entregando para os atravessadores e eles que ficam com o lucro. A gente sabe que o lucro maior não fica com o agricultor. A gente tem feito um debate aqui que se precisa avançar e a construção de um laticínio apareceu nesse debate. Quando foi feito um projeto de desenvolvimento sustentável pelo INCRA, o leite apareceu como viável aqui no assentamento, tanto que os recursos e investimentos aplicados pelo INCRA, muitas famílias comprou o gado as cercas. Na época, encaminhamos um projeto de Emenda Parlamentar que estruturasse o laticínio, e com o passar do tempo não conseguiu se efetivar na prática a construção do laticínio. As famílias começaram a desanimar, houve um período que vendíamos mais leite, e hoje vendemos o queijo para os atravessadores. Uma parte dos assentados acabou vendendo os animais até por falta de pastagem. Mas nós acreditamos que esse laticínio pode ser implantado, pois temos R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil Reais) na mão da Prefeitura, e essa gestão não fez nada para o assentamento. Nós temos o dinheiro, mas dependemos que a prefeitura faça o laticínio. Mas ano

que vem vamos retomar esse debate com as famílias para implantar esse laticínio, pois tem um projeto estruturado e o recurso está aí e precisamos avançar na produção. (Entrevista, P., 2008).

Como o assentamento está localizado a pouco mais de 80 km da sede do município de Curitiba, a produção de queijo, leite em saquinho, iogurte e doce-de-leite pode ser um diferencial para desenvolver ainda mais o assentamento, já que se espera que a agregação de valor ao leite e a venda direta ao consumidor favoreçam a obtenção de maior renda por parte dos produtores.

Considerando que o assentamento está localizado em uma área de solos arenosos e pouco férteis, com topografia com alta declividade, paralelamente à produção leiteira, em 2005 o MST introduziu a discussão sobre a produção agroecológica de hortaliças.

A ideia era realizar a produção de lavouras de ciclo curto e alto valor agregado, já que o sistema agroecológico traz embutida a qualidade ambiental da produção, e realizar a comercialização da produção nas feiras de produtores que ocorrem semanalmente na Capital paranaense e nos demais municípios da Região Metropolitana.

Nesse processo, os agricultores criaram o Grupo de Agroecologia e Cooperação Terra Livre, a experiência associativa que deu o “pontapé” inicial para a emergência da agroecologia no assentamento.

Bom, queríamos que todo mundo seguisse o mesmo caminho, mas como isso por enquanto não é possível, nós não vamos parar, temos que continuar a testar, fazer experiência, pesquisando e continuando o trabalho. As pessoas só vão realmente vir quando der certo. Não adianta falar porque tem que haver quem comece. (Entrevista, E., 2008).

Dessa forma, no assentamento “Contestado” observa-se um paulatino crescimento do número de agricultores que tem praticado a Agroecologia.

O povo não acreditava, dizia que o projeto não iria dar certo. No começo no primeiro ano eram 15 famílias. No segundo era 24 famílias. Agora no terceiro ano que começaram a acreditar, tanto que já temos 35 famílias, e há outras 40 na fila para começar a desenvolver a produção. Eles queriam plantar soja, feijão, milho que dá mais lucro, menos trabalho e usando agrotóxico e maquinário. Mas nós, plantando dessa forma, temos uma produtividade maior, ocupando uma menor faixa de terra. Demorou para todos acreditarem, mais já estão começando a aderir a esse tipo de técnica e produção. (Entrevista, A.C., 2008).

O “Grupo Terra Livre” iniciou com 15 assentados, avançou para os 35 atuais e os debates internos têm se realizado na proposta de incorporar mais 40 famílias ao projeto, demonstrando que pouco a pouco o MST está quebrando a resistência social dentro do assentamento em torno da proposta.

No Grupo Terra Livre, os produtores desenvolvem esquemas diversificados de associação para realizar a produção, pois tanto há famílias que trabalham sozinhas, como há aquelas que se unem em duas ou três famílias para “tocar” conjuntamente as hortas e lavouras (figura 30).



Figura 30: Assentamento “Contestado.” Horta de dois vizinhos que trabalham em conjunto na produção de repolho, cebolinha, ervilhas, cenoura e couve. Além da produção associada, os produtores desenvolvem individualmente o cultivo de batata-doce, mandioca, abóbora, batata Yacon, e cebola. Porém, todos os produtos são comercializados de forma coletiva, através da Associação Contestado.

Fonte: Sérgio Gonçalves, 2008.

A viabilização e o desenvolvimento da agroecologia no assentamento são decorrentes de uma série de fatores. Em primeiro lugar, a superação dos problemas sociais e políticos que marcaram o início do assentamento, resultaram em um novo patamar de participação comunitária nas discussões da produção na Coordenação do Assentamento e nos Núcleos de Famílias.

Em segundo lugar, o papel da extensão rural praticada pelos técnicos do MST e pelos educandos da ELLA em diversas atividades nos lotes, estabelecendo um processo de formação tanto com os produtores que já praticam a agroecologia quanto as famílias que trabalham no sistema convencional.

A escola é uma questão importante dentro do assentamento, pois ela tem necessariamente a função política e programática de ser uma escola inserida na realidade local. O processo da escola é todo ele dialogado com as instancias do MST que gestionam o assentamento e a Brigada “Monge José Maria”. Então há uma intervenção entre a escola e as instancias organizativas do MST. Outro caminho é uma relação direta com essas famílias então no interior da escola. Também organizamos uma disciplina onde os educandos são inseridos na realidade da produção agrícola, atuando diretamente nos 10 Núcleos do assentamento. Nesta atividade, eles realizam visitas aos produtores, e são visitas organizadas pelo Núcleo das famílias. Então eles são acompanhados, e colocam o educando sobre a orientação da escola com a prática profissional. Nesta relação dialógica, as famílias passam a conhecer o funcionamento de seu agroecossistema, e no bojo dessa relação horizontal é que vem ocorrendo a transição da agroecologia, sobretudo a partir da implementação dos experimentos, onde tanto para os educandos quanto para as famílias conseguimos a avançar o seu conhecimento da prática para a teoria. Além disso, as famílias participam em debates e cursos sobre as diversas práticas agroecológicas. (Entrevista, J. M. T., 2008).

Em terceiro, a superação dos gargalos econômicos da produção, que envolve desde o ato de produzir o alimento até a estratégia de alocação da produção no mercado.

Nós temos uma dificuldade e estamos entendendo que hoje, apesar de todos os problemas que temos aqui, antes tínhamos 15% das famílias que defendiam essa proposta **(da Agroecologia)** e hoje estamos chegando a 80% que estão produzindo verduras, saindo do convencional, entrando num processo muito lento. Mais para nós já esta dando uma unidade, de estarmos conversando. As famílias antes nunca se desafiaram em fazer a sua venda organizada e para nós o mais importante é nós mesmos fazermos a nossa venda direta. É pegar um pouco de cada um para vender, é um processo muito bom e é um desafio para as famílias fazer isso, porque as famílias sempre foram preparadas para o atravessador pegar em casa. E hoje, ao produzir em quantidade e boa qualidade, nossos produtos estão valorizados. (Entrevista, A.C., 2008. Grifo nosso).

A estratégia de inserção da produção no mercado não é isolada, pois o Movimento estabeleceu parcerias com a AOPA, que ajudou o MST a se inserir institucionalmente na Rede Ecovida de Agroecologia e receber certificação da produção agroecológica do assentamento.

Ademais, a Rede Ecovida ajuda nos esquemas de distribuição da produção, pois semanalmente um caminhão de alimentos passa pelo assentamento e os produtores tanto podem comprar produtos de outros agricultores, como podem vender sua produção no comércio solidário.

Além disso, realizando intervenções políticas nos municípios da Região Metropolitana, o Movimento tem conseguido participar do mercado institucional, realizando a venda de parte da produção local no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), também conhecido como Programa de Compra Antecipada da Agricultura Familiar, do Governo Federal.

No programa da Conab, no P.A.A, sem duvida que ela hoje reforça o agricultor, seja do assentamento ou da agricultura familiar. É só o fato de ele estar conseguindo comercializar este tipo de produto já é um ganho muito bom, por que na maioria das vezes, o agricultor não poder comercializar sua produção. Se ela tem uma limitação de produção, mas que muitas vezes nem aquilo ela consiga comercializar. Então, ela apresenta tudo que produz (a fruta, a verdura) ali dentro de um planejamento, mesmo dentro de uma escala consegue comercializar, então só esse fato já é um ganho, e é claro que por ele ser um produto agroecológico tem uma porcentagem a mais quando está direcionado, quando ele é um produto agroecológico ele tem ainda um sobre ganho digamos assim sobre esse produto entregue. Então de forma que está, o P.A.A para agricultura familiar foi um dos melhores programas desse Governo, por que em outros governos nunca tinham aberto essa possibilidade, essa dimensão de a família produzir seu alimento, entregar na comunidade, na cidade, na escola, e que tinham varias entidades ali diretamente, se beneficiando do alimento e beneficiando as famílias. (Entrevista, J. P., 2008).

Gerenciado pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), que adquire a produção, no PAA todos os alimentos são repassados a entidades educacionais, hospitais e filantrópicas. Neste caso, obedecendo à legislação, os assentados criaram uma associação de produtores, a “Associação Contestado”, que gerencia tanto o processo de recebimento e entrega da produção, quanto o pagamento aos produtores.

A primeira venda de produto ocorreu quando fomos fazer uma feira na Lapa e depois em Curitiba. Isso foi há uns dois anos. Com isso e aí nós se demos conta que para ir para a feira nós não tínhamos produção suficiente, aí tivemos que parar. Aí veio a proposta da Economia Solidária, em parceria com várias entidades. Então passamos a entender que eles pegariam nosso produto e nos tínhamos que produzir quantidade e qualidade e nós não estávamos preparados para isso. O grande desafio era produzir, Aí surge o projeto do governo federal, que é o projeto da CONAB. Ai facilitou para nós, que aí nós não pegávamos o dinheiro em mãos, pois todo o recurso vinha em nome da Associação. Então vamos dizer, a gente faz o projeto igual nós fizemos esse ano para 80 e poucas famílias. Então, nós temos dinheiro hoje, que já é um acerto com o Governo, e vem na conta da Associação. Aprovou o projeto dia primeiro, então dia primeiro o dinheiro fica ali e vai gerando um juro, e esse dinheiro vai sendo desbloqueado todo o fim do mês quando as famílias faz a contabilidade dos produtos que entregou e a CONAB avalia cada nota do produtor, e a cada trinta dias as famílias recebem aquilo que ele produziu. Antes, com 35 famílias, recebemos 12 mil nunca abaixou de 9 mil. Com 86 famílias nos podemos estar puxando uns 23-24 mil no assentamento. Então nos produzimos os itens de produtos deve se passar de 30 itens ai vai desde cheiro verde até o maior, só não vai derivados de animais porque não entra dentro do projeto. No começo nos entregávamos para duas entidades e hoje para 10 entidades. Nós entregávamos para uma entidade aqui na Lapa, que era o Lar dos Idosos dos idosos e para ELAA. Aí no segundo ano passamos para 7 entidades, ficamos aqui na Lapa só com ELAA, e em Campo Largo ficamos com 6 entidades, ai pegamos escolas, Lar de Idosos, e agora no terceiro ano vamos entregar lá em Curitiba para mais três entidades, somando 10. Vamos entregar para 3 hospitais, inclusive o Hospital do Câncer de Curitiba. (Entrevista, A.C., 2008).

É certo que o mercado institucional apresenta uma limitação de R\$ 3.000,00 (três mil Reais) por família ao ano. Porém, o sistema de compras públicas garante um retorno financeiro importante, sobretudo por dissociar o produto convencional do ecológico, já que paga 30% a mais pela produção certificada. Para evitar esta dependência, têm-se buscado uma maior integração com a Rede Ecovida, na tentativa de explorar o mercado da Região Metropolitana.

Por fim, deve-se destacar a importância de uma valorização da segurança alimentar das famílias e a emergência de uma consciência ecológica que é percebida em questões como a preservação dos solos, a economia com a compra de recursos externos ao lote, a organização na produção e na distribuição, a consciência política entorno da Agroecologia, o paulatino reconhecimento da importância econômica da Agroecologia, e a busca pela diversificação da produção (figura 31).



Figura 31: Assentamento “Contestado”. Produtor aparece em meio a um cultivo de inverno, onde foram plantados em conjunto centeio, ervilhaca e aveia. Além de proteger o solo da ação da chuva, a diversidade de plantas dinamiza o agroecossistema e no momento de sua incorporação, fertilizará o solo para a cultura de verão. Desta forma, o produtor economiza com a compra de adubos químicos mas garante a produtividade da lavoura e preserva o solo as intempéries.

Fonte: Sérgio Gonçalves, 2008.

Sobre o que acontece na comunidade, o assentado P. afirmou que:

Estamos trabalhando a questão da diversificação de produção de alimento, pensando na ideia em primeiro produzir para consumo e depois pensar no mercado. No projeto da Conab trabalhamos muito nisso, para que as famílias apresentem uma proposta de produção, onde dentro dessa proposta esteja colocado esse cuidado com o lote, com a erosão, com o solo, que se faça pequenas produções, principalmente aquela que é feita próxima a moradia. Cada família deve fazer uma entrega semanalmente, obtendo uma renda 350 a 400 reais. Não é o suficiente ainda, mais nos três últimos anos têm trazido uma estabilidade para as famílias que participam do projeto, onde a gente vê que aqueles que tem a produção tradicional não tem essa estabilidade. Além disso, as famílias tem produzido uma grande diversidade de alimentos e com essa proposta vimos que essas famílias passaram a consumir o que antes não tinha. (Entrevista, P., 2008).

Ademais, o Grupo Terra Livre tem realizado um importante trabalho de aprimoramento e difusão das técnicas da Permacultura (bioconstruções), da medicina popular (hortas medicinais e tratamentos bioenergéticos), da preservação ambiental da floresta de araucárias que circunda o assentamento, além da preocupação com o manejo dos animais (pastoreio Voison, tratamento fitoterápico dos animais).

Uma das experiências mais interessantes é a Mandala, uma forma de organizar a produção na qual um conjunto de plantas arbóreas, frutíferas, medicinais e hortaliças é introduzido, construindo um agroecossistema diversificado, onde se encontram mais de 130 espécies de plantas (pêssego, nêspera, nectarina, maçã, caqui, pêra, poncã, mexerica, lima, limão, pitanga, canela, ginko biloba, goiaba, romã, louro, salsa, cebola, alho, alface, tomate, cebolinha, tansagem, pimenta, repolho, rabanete, cenoura, couve, nabo, etc), que, por conta da diversificação, ficam livres do ataque de insetos, realizam troca de nutrientes, o que garante estabilidade produtiva e resistência às doenças.



Figura 32: Assentamento “Contestado”: Mandala – sistema de produção agroecológico integrado.

Fonte: Sérgio Gonçalves, 2008.

A primeira horta Mandala foi instalada à pouco mais de 1 ano, mediante financiamento concedido pela Eletrobrás. Neste ano de 2008, a Associação conseguiu firmar uma parceria com a Secretaria Estadual de Abastecimento do Paraná (SEAB), que vai destinar os recursos necessários para implantar outras 10 (dez) mandalas no assentamento.

Na estrutura das mandalas, além de alimentos, vai ocorrer a produção de frutas e plantas medicinais, que no futuro comporão uma nova cesta de produtos direcionados ao comércio, tanto *in natura* quanto processados na forma de geleias, doces, extratos de ervas, ervas desidratadas, enfim.

É certo que, apesar de toda a negociação envolvendo a ampliação do número de produtores agroecológicos de 35 para 75, ainda restariam 33 famílias assentadas que desenvolvem uma agricultura baseada no sistema convencional.

Em trabalhos de campo, tivemos contato com 8 destes produtores, que explicaram que a opção pelo trabalho no sistema convencional de produção tinha relação direta com a dificuldade de desenvolver a Agroecologia nas culturas que tinham mais interesse de produzir, entre as quais, o milho, o feijão e a produção de morangos.

Aqui produzo de tudo: feijão, milho, batatinha, salada em fim de tudo, principalmente o que é do sustento. A gente começou na produção agroecológica, mais eu não me saí bem, até para alimentar os animais (galinha, porco, cavalo) não estava produzindo. Na verdade foi o milho, o milho que não deu certo, a produção a produção caiu, ai eu parti pro milho e o feijão convencional. Aí abandonei. Só que o meu sistema não é todo convencional. Eu uso só ureia. (Entrevista, N. B., 2008).

No caso dos produtores de morango, há um agente externo ao assentamento, que vem da cidade de Campo Largo e faz um contrato de parceria com os assentados.

Para um grupo de 10 famílias, o arrendatário instalou um sistema de irrigação (moto-bombas, aspersores), trouxe toda infra-estrutura de estufa para a proteção da cultura no inverno, fornece todos os insumos químicos (venenos e adubos) e as mudas selecionadas do morango, além de bandejas e caixas para acondicionamento da produção.

Nesse caso, a família entra com a terra e a mão-de-obra, realizando as diversas etapas do processo produtivo: preparo do solo, plantio de mudas, passagem de veneno para controle de pragas e doenças, eliminação do mato,

irrigação, colheita, classificação e acondicionamento da produção nas bandejas. e entrega.

O pagamento ao produtor é feito pelo sistema 3X1 (três por um), ou seja, ele entrega três bandejas de morangos ao arrendatário, que lhe paga o valor relativo a uma bandeja, que no momento das entrevistas estavam sendo recebidas pelo valor de R\$ 1,00 (um Real).

Apesar do trabalho intensivo e dos riscos iminentes de intoxicação nas atividades laborais da produção de morangos, que causaram envenenamento em várias pessoas das famílias que estão na atividade, o interesse na produção de morangos ainda persiste, sobretudo pelo elevado retorno econômico dessa cultura.

“Eu sei dos riscos, mas a atividade agrícola ela é complicada, e qual a cultura hoje que permite obter um retorno de 3 a 5 mil reais livre cultivando 5 a 7 mil pés de morango em menos de meio hectare?”, complementou o senhor S., um dos cultivadores de morango.

Nesse sentido, a produção de morangos, ainda que sob uma estratégia de extração de renda da terra e controle do trabalho pelo agente do capital, que segundo informam, é o terceiro maior (*sic*) produtor de morangos do Paraná, se coloca como uma atividade econômica e produtiva altamente atraente, apesar de existirem plantadores de morango que, este ano de 2008, procuraram a coordenação para cultivar hortaliças em suas propriedades, transição de sistema produtivo através do qual vão abandonar a agricultura convencional.

Devemos destacar que a duplicidade de sistemas produtivos ocorre também nos assentamentos “Sonho de Rose” (município de Bituruna), com 10 famílias agroecológicas e 35 convencionais; e nos assentamentos “Che Guevara” (com 30 famílias agroecológicas e 40 convencionais) e Pontal do Tigre (são 30 famílias agroecológicas e 296 convencionais), todos situados no município de Querência do Norte.

Além disso, tal realidade se expressa no município de Santa Cruz do Monte Castelo, no assentamento “Luiz Carlos Prestes” (30 famílias agroecológicas e 44 convencionais); e no município de Ponta Grossa, no acampamento “Emiliano Zapata” (50 famílias agroecológicas e 20 convencionais).

Ademais, deve-se destacar que em todos os assentamentos paranaenses onde o MST atua, exercendo sua força de gestão territorial, ocorre uma miríade de situações envolvendo as famílias assentadas. Apesar de não desenvolverem

plenamente a agroecologia em seus lotes, estas famílias têm preferido "experimentar" e desenvolver pequenas iniciativas de manejo ecológico de animais, plantas e do solo, como forma de baratear a produção.

Nesses casos, as famílias "aproveitam" as dicas fornecidas pelos técnicos do MST que prestam a assistência técnica, utilizam-se de técnicas ensinadas nos manuais e cartilhas distribuídos pelo Movimento, desenvolvem uma ou outra receita de adubo, inseticida natural, remédios fitoterápicos ou, ainda, realizam pequenas iniciativas de manejo de animais e plantas.

Como não são sistemas agroecológicos resultantes de uma transição de sistema produtivo efetivo, completo, e como também não são a permanência estrita no sistema convencional, podemos inferir que há sim, em diferentes assentamentos, processos diferenciados de difusão da agroecologia, que são impossíveis de serem quantificados, mas que estão lá, ocorrendo no dia-a-dia das famílias, com mudanças sutis, porém, importantes.

Esta assertiva está baseada em diferentes incursões realizadas ao longo dos últimos 4 anos em assentamentos do Paraná, praticamente em todas as regiões do Estado, onde pudemos conhecer *in loco* estas mudanças de comportamento dos produtores rurais.

O que percebemos nos trabalhos de campo é uma adaptabilidade enorme dos camponeses, que são na verdade as pessoas que têm a última palavra, já que de fato e de direito, são eles quem trabalham a terra e a fazem produzir.

De maneira geral, o que observamos e as informações coletadas a campo permitiram conhecer e explicitar as características gerais do conjunto dos assentamentos pesquisados e colocar em debate os avanços e os problemas dos projetos agroecológicos do MST.

4.5 OS AVANÇOS E OS RETROCESSOS DO MST NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS PARANAENSES.

Como exposto nas páginas anteriores, ao longo dos últimos 8 anos o MST atuou efetivamente em seu projeto de reestruturação do desenvolvimento rural e construiu a Agroecologia nos assentamentos rurais, contando efetivamente com algumas parcerias institucionais (ONGs e entidades públicas) neste processo.

Neste projeto, uma quantidade importante de assentados participou das Jornadas de Agroecologia, cujo caráter político-ideológico e formativo incutiu nos assentados e acampados participantes a mudança de sistema produtivo.

Ademais, toda a estrutura de gestão territorial do MST, organizada entorno das Brigadas, das cooperativas, dos centros de formação, dos dirigentes locais, dos núcleos de família e dos técnicos que trabalham a assistência técnica, se envolveu no processo de difusão da Agroecologia como ferramenta político organizativa.

Porém, a Agroecologia não está difundida nos assentamentos rurais nos quais o Movimento Sem Terra atua. Ao contrário, este é um sistema produtivo ainda marginal e secundarizado no contexto da reforma agrária paranaense, já que de um total de 19.210 famílias assentadas, somente 1.647 estão organizando suas unidades familiares de produção em bases estritamente agroecológicas em 14 projetos de assentamentos existentes no Paraná, além de 100 famílias que utilizam o sistema produtivo em dois acampamentos.

Logo, 91,42 % das famílias assentadas no Estado do Paraná não aceitaram (ainda) desenvolver o sistema de produção agroecológico. Se por um lado é um problema, para o MST é o desafio imposto à Organização, que tem que criar os mecanismos políticos, ideológicos, técnicos e culturais para alinhar estas 17.563 famílias que desenvolvem produção convencional a participar deste projeto.

Como o Movimento Sem Terra é um agente de estruturação do espaço com força política extremamente limitada, possui um poderio econômico pífio quando comparado ao Estado e aos agentes do capital, sua capacidade de propor e realizar uma reforma agrária agroecológica não tem a mínima perspectiva de ocorrer na dimensão pensada e projetada pelas lideranças do MST, ou seja, em todos os assentamentos rurais.

É verdade que existem os produtores que mesclam práticas agroecológicas com práticas convencionais, ações que futuramente podem ampliar e até desencadear uma transição eminentemente agroecológica.

Pela própria dinâmica, nem todas as famílias assentadas adotou as técnicas de agricultura propostas pelo MST. Muitas fazem uma agricultura do tipo mais tradicional, misturando técnicas menos agressivas ao ambiente, associada com um o uso parcial do pacote da Revolução Verde. Com este sistema, as famílias conseguem se manter, não têm ainda um avanço econômico e social, mas conseguem se manter com uma certa tranquilidade nos assentamentos. (Entrevista, J.M.T, 2008).

Todavia, a questão central é que existe um desajuste entre o projeto político das lideranças e o projeto de vida dos assentados, que bloqueia a capacidade do MST de, por dentro de seu aparato de gestão territorial, viabilizar a Agroecologia para além da quantidade de Territórios Agroecológicos (Lotes e Assentamentos) apontados na presente pesquisa.

Em nosso entendimento, esta dificuldade de ação política do MST é resultado direto de um conjunto expressivo de territorialidades conflitivas que ocorrem nos assentamentos rurais pesquisados, que perpassam as relações sociais e políticas locais (núcleos familiares de base, coordenação do assentamento), estão interconectadas à estruturação produtiva local/regional e têm relação direta com o processo de sensibilização e aceitação, pelas famílias, da Agroecologia.

No caso da estruturação econômica regional, os limites aos projetos do MST são impostos pelos diversos agentes do capital (cooperativas agropecuárias e empresas de processamento agroindustrial), que oferecem um leque muito mais amplo de oportunidades de inserção econômica e produtiva aos produtores assentados, comprando sua produção (aves, suínos, leite, fumo, bicho da seda, soja, milho, trigo, arroz, mandioca, batata, hortaliças), ainda que através de mecanismos de controle econômico financeiro considerados injustos, como as parcerias, o arrendamento de terras e os empréstimos bancários impagáveis.

Logo, se a organização do mercado pelos agentes do capital é uma força predeterminante dos circuitos produtivos, a única alternativa possível é recriar o mercado e reestruturar o sistema de vendas. Neste caso, uma das alternativas tem sido o mercado institucional, organizado pelo Estado, e as diferentes articulações envolvendo movimentos sociais e organizações governamentais, na construção do

comércio solidário, ou mesmo a venda no sistema porta-a-porta ou nas feiras livres, como ocorre na Copavi.

Não podemos esquecer que o Movimento sempre foi um incentivador da “Revolução Verde”, pois ao longo de 15 anos defendeu o avanço das forças produtivas e o desenvolvimento agrícola e agroindustrial como forma superior de agricultura.

Essa iniciativa da agroecologia aparece no MST numa sucessão de acontecimentos que vão sendo considerados na Organização da crítica da situação da dificuldade que as famílias assentadas têm em permanecer no campo e aquelas que permaneciam nos assentamentos acumulando uma situação bastante difícil nas suas condições de vida. Até porque, quando entravam no assentamento, as famílias eram estimuladas pela própria Organização em adotar os sistemas tecnológicos indicados pelo MST, que até ia buscar tudo que era de mais avançado em termos de tecnologia na produção agropecuária (tratores, máquinas, insumos, créditos) e também se estimulou a criação de grandes empreendimentos econômicos dentro da Organização. Então o balanço disso depois de 15 anos de luta de construção da Organização revelou mais problemas e fracassos de que êxitos de conquista de uma condição de vida melhor das famílias assentadas. (Entrevista, J.M.T., 2008).

Nesse sentido, o projeto agroecológico do MST decorre de uma mudança paradigmática importante, baseado na superação do sistema técnico produtivo da “Revolução Verde”, da luta contra a Agrobiotecnologia e a superação de uma agricultura tradicional e pobre, mas se choca com uma visão de mundo e um sistema técnico produtivo que já foi a “menina dos olhos” do MST.

Portanto, pode-se inferir que o conflito sobre qual o sistema ideal a ser seguido também não foi superado pelas lideranças. A prova disso é que em outros estados do Brasil a discussão sobre agroecologia passa longe do objetivo político dos MSTs estaduais.

Os principais limites ao projeto do MST são os próprios assentados, que apesar de toda a carga ideológica e formativa repassada no âmbito das Jornadas de Agroecologia, exercem sua autonomia política e ideológica em relação ao projeto do Movimento, construindo cada assentado seu projeto particular.

Devemos lembrar que os assentados não são, na sua maioria, portadores de uma cultura camponesa que representa o conhecimento tradicional tão importante para a difusão da Agroecologia.

Na maioria dos casos, os assentados são sujeitos que vivenciaram ao longo os últimos 50 anos as influências do sistema produtivo da “Revolução Verde” e, contemporaneamente, da Agrobiotecnologia.

Logo, “romper” com a carga político-cultural deste tipo de sujeito é o desafio que o MST tem que enfrentar. Porém, sem apoio institucional, sem apoio financeiro, de maneira isolada, a realidade tem demonstrado que o MST não consegue avançar e construir a Agroecologia.

Este desajuste entre o que quer o MST e o que quer o assentado é umas faces mais complexas da luta na terra, pois envolve um conjunto de agentes de gestão territorial (as ONGs, o Estado, o capital e o próprio Movimento) e sujeitos territorializados, que são os camponeses assentados.

É no território do camponês, cuja escala é o seu lote, que os embates entre uma multiplicidade de agentes ocorre, e que a territorialização dos sistemas técnicos produtivos se configuram.

Dessa forma, devemos entender os camponeses assentados como figuras centrais no processo de difusão dos sistemas técnicos produtivos, sobretudo porque são os assentados que fazem suas opções políticas segundo concepções de trabalho, razões culturais e racionalidade econômica próprias.

Logo, ou o MST compreende o universo de vida do camponês e demonstra a ele que a agroecologia é um sistema produtivo sólido e economicamente viável, ou os camponeses continuarão exercendo a resistência ao projeto do MST.

Nesta pesquisa, a visita aos assentamentos onde as famílias desenvolvem sistemas de produção mistos configurou um importante laboratório para compreender com mais evidência as contradições, já que os produtores agroecológicos e convencionais estão trabalhando lado a lado.

É verdade que em alguns assentamentos e em algumas Brigadas esta interpretação a respeito do universo do camponês é realizada pelas lideranças do MST, que tem percebido que a “sacada” é inserir a agroecologia nos acampamentos, já que nos assentamentos o debate é mais difícil por conta da existência de produtores autônomos no território dos seus lotes.

Fato é, que nos assentamentos onde houve uma negociação coletiva ou mesmo a Agroecologia não foi imposta como norma, a prática foi aceita ou esta em processo de consolidação, e nos assentamentos onde se procurou impor o sistema

produtivo, ocorreram “rachas” e conflitos sociais violentos entre lideranças e assentados não-agroecológicos.

Tratando especificamente da realidade do assentamento “Antônio Companheiro Tavares”, uma liderança sentenciou que.

Na medida em que as famílias obtiveram esse conhecimento e descobriram que a Agroecologia pode ser uma produção diferenciada e que inclusive ela preserva o solo, as famílias optarão por isso, o que nos dá a garantia de que as famílias tem certeza do que é isso, e isso é um enriquecimento que nos devemos fazer já na época do acampamento ou de pré-assentamento, para que quando as famílias tiverem essa definição, seja uma definição madura e consciente, eu acredito que se não estiver consciente do que está fazendo não se tem segurança também ou pode ser um processo que pode ter um arrependimento as famílias pode não se darem bem e voltar atrás depois. (Entrevista, N. G, 2008).

Sobre as vantagens e desvantagens e sobre as facilidades e as dificuldades da produção agroecológica no assentamento em questão, a liderança local, que também é um dos produtores agroecológicos, destacou que.

São várias vantagens, mas a principal que a família avalia é o ganho que se tem no valor à vida. Nós hoje trabalhamos e não temos necessidade de ter nenhum tipo de cuidado no manejo do solo e da propriedade no uso de equipamento que poderia criar qualquer tipo de acidente de trabalho (trator, veneno, pulverizador). Temos uma maior qualidade de vida por cultivar produtos puro. Temos uma qualidade ambiental, que levamos 2 meses para juntar um saco de 50 quilos de lixo, na propriedade juntamos até os papéis de plástico, e não usamos papel e plástico não reciclável, não queimamos lixo. Valorizamos a saúde e da vida. Também diminuí o custo, baixa o custo. Hoje as pessoas que dizem que a produção ecológica é mais cara, mas na verdade é mais barata. Cultivo minha semente de milho, e um quilo não custa 1 Real, eu planto um saco de 60 quilos e tenho um bom retorno. A produção agroecológica depende muito da estação do ano. A mucuna eu não mexia no solo porque não teve inverno para matar a mucuna e portanto tive que matar os inços, daí incorporei a mucuna, o que num primeiro momento gerou um gasto. Esta terra eu posso produzir um milho sem agrotóxico, a mucuna recuperou o solo, ela evitou o uso de agroquímico, já que adubou o solo, matou a trips, que é uma doença do milho. Há quem disse que em dois anos a terra descansando não gerou renda. Eu não concordo, como a maior parte do custo do milho tá em hora máquina, em defensivo e em insumo, eu obtive uma produtividade maior que se tivesse feito no convencional. A principal dificuldade é no período de conversão do sistema, porque nos primeiros anos a terra não reage rápido, ela demora, ela não produz, cria um descontrole ambiental, é um período difícil. Outra dificuldade é que não há

política agrícola de governo que favoreça e reconheça como um sistema viável para o País, falta recurso, o produtor tem que fazer com recurso próprio, o que fica difícil, nos primeiros 4 a 5 anos. Uma limitação é que o Ministério da Agricultura, ele não tem uma forma de reconhecer a produção ecológica para a comercialização de forma mais rápida, que agregue valor ao produto, ta tudo dentro do agronegócio, e um braço do agronegócio verde que controla tudo, que estão dentro do sistema de mercado, que acaba inviabilizando, Não há um reconhecimento mais ágil e rápido, não há agroindústria que faça agroecológico. Além disso, rodeado de produtores convencionais, é complicado produzir, pois o uso de veneno atrapalha. (Entrevista, N. G, 2008).

Para as lideranças do assentamento, a resistência ao projeto do MST de difundir a agroecologia em todos os lotes do assentamento “Antônio Companheiro Tavares” é estritamente econômica e cultural.

Temos de levar em consideração as diferenças culturais e a situação de cada famílias com a realidade em que ela vive ou foi criada ou acostumou a trabalhar. Nós temos na região assentamentos diferenciados. Aqui no Antonio Tavares, que é um assentamento que aconteceu em cima de uma área que era de um banco e pego uma área que a monocultura do soja e do milho, estas sempre foram as atividades desenvolvidas no lugar, sem ter uma preservação ambiental. As famílias que vieram para cima dessa essa área eram todas oriundas dessa região, e todas trabalhavam no sistema de produção agrícola convencional. Há anos o Movimento começou também a fazer uma discussão da produção diferenciada, eu entendo que aqui o processo de transformação da produção convencional para a produção agroecológica será questão de tempo, resultado de um processo mais lento, devido a realidade local do solo, do clima da cultura das famílias que estão em cima a origem das famílias, e a gente precisa respeitar isso e fazer isso com um processo gradativo, pausado para que isso tenha consolidação definitiva no futuro, e não seja uma coisa que as famílias optam e depois vão se arrepender e vão querer voltar para o convencional, então nos estamos respeitando isso, e fazendo tudo isso dentro de uma discussão planejada, que é a discussão de estruturação do assentamento e consolidação do assentamento no futuro . (Entrevista, N. G, 2008).

Porém, as relações estabelecidas entre as lideranças e as famílias assentadas visando o estabelecimento da Agroecologia não têm ocorrido da maneira “negociada” e “democrática” declarada na fala anterior, já que as lideranças do Assentamento Antônio Tavares erraram na forma de conduzir e propor a alternativa agroecológica na comunidade.

Vários produtores não aceitaram participar no projeto da Agroecologia, e alguns até participaram, mas se frustraram e voltaram para o sistema convencional, e foram enfáticos ao descrever as relações políticas para desenvolver a agroecologia no assentamento “Antônio Companheiro Tavares”.

Eu tentei produzir agroecológico dois anos e fiquei pendurado com dívidas, pois plantei feijão e mandioca. A princípio, a lavoura cultivada com feijão incentivado pelos ditador, chegou a colher 90 saco, no segundo ano colheu 18. O produtor se vê descontente com a forma como o Movimento aborda os produtores praticamente obrigando a fazer iniciativas e produção que não resultam em produção, já que nem mesmo o MST consegue fazer produzir agroecológico. A produção convencional dá muito mais retorno. A agroecologia tem muita dificuldade. Na produção convencional, o problema maior é quando você tem problema climático, como estiagem. Nascemos na lavoura e temos observado que o clima realmente mudou. Mas pra fazer o sistema sem uso de insumo é muito difícil. O inço compete com o que você planta. Na região tem muito inseto. Quando um produtor aplica o veneno na sua propriedade, parte dos insetos voa e atinge a lavoura daquele que plantou sem veneno, Daí, na falta de inimigos naturais, eles atacam e destroem a plantação. É inviável. No agroecológico a terra tem que estar zerada, e no primeiro/segundo ano não vai passar por orgânico, sobretudo se 30 a 70 metros vem resíduos químicos pelo ar, quando alguém aplica veneno, por exemplo. Só se o produtor fizer contenção de barreira para impedir a vinda dos químicos pelo vento para sua roça. Mas como fazer isso, se tanto grandes fazendeiros como pequenos sítiantes aplicam veneno o tempo todo na lavoura? E como se a propriedade tem só 4 alqueires? Fazer a barreira perderia muita terra. É por isso que o MST expulsou famílias da área de alguns produtores que não topavam desenvolver o projeto deles. (Entrevista, A.P.G, 2008).

Este conflito declarado em entrevista gerou a expulsão de 16 famílias, que foram trocadas por outras pessoas, vindas de acampamentos da região. Apesar de não declarar, pois soubemos depois do que se tratava, encontramos por duas vezes um advogado e outros líderes na casa de uma das lideranças entrevistadas, discutindo como fariam em uma audiência judicial onde a questão da expulsão de famílias seria tratada com o INCRA e a Justiça local, que queria reconduzir as famílias expulsas ao assentamento.

Também descobrimos *in loco* outros problemas. Má gestão das infra-estruturas do ITEPA, dívidas da escola, incapacidade de levar adiante as iniciativas produtivas desenvolvidas na área do Itepa, mudança constante no quadro dos técnicos que abandonam o Movimento e o assentamento descontentes com a tomada de decisões e pela política do trabalho voluntário, o abandono de algumas

experiências, enfim, um conjunto de situações e problemas internos que mina a capacidade de proposição do MST, cria “rachas” políticos expressivos no assentamento, enfim, um quadro político e social estritamente problemático.

É claro que este não é um quadro generalizado, mas nos dá uma noção dos problemas que envolvem a gestão do MST e os projetos que tenta viabilizar.

Por outro lado, é inegável que as famílias que trabalham no sistema agroecológico, sobretudo aquelas que conseguiram unir o processo produtivo com a questão da comercialização, como são os casos da Copavi e dos assentamentos “Ander Rodolfo Henrique” e “Contestado”, além do acampamento “Emiliano Zapata” têm conseguido avançar econômica e socialmente, ao criar novas formas de associativismo e relações sociais comunitárias.

Em parte, esta independência tem relação direta com a economia de recursos no momento da produção. A posse das sementes crioulas, a produção de alimentos, a adubação verde, os tratamentos fitoterápicos são importantes mecanismos de libertação: não adiantando recursos na compra do insumo, na compra de alimentos, na economia da compra de adubo, a renda que seria repassada ao agrocomércio fica com a família.

Em conversas e entrevistas com as famílias assentadas, lideranças locais e técnicos dos assentamentos onde a proposta tem avançado, foi possível perceber que as estratégias produtivas adotadas pelas comunidades têm reforçado a resistência local.

Apesar das dificuldades, as famílias que assumiram a agroecologia têm resistido e, na falta de uma política pública aos moldes daquela que o Estado desenvolveu na década de 1960 voltado ao desenvolvimento da “Revolução Verde” no Brasil, o MST compreende que a ação institucional vai ser fundamental para que alavanque realmente a agroecologia, dinamizando o quadro atual

Por que a agroecologia justamente essa fase de transição é uma condição de muitas vezes acaba tendo que investir mais, gastar mais do que ter resultado e que normalmente agente sabe que as famílias estão descapitalizadas e tal, que tem que comer, tem que sobreviver, que tem uma serie de dependência historicamente definidas que as pessoas foram criando de produtos externo, então ela acaba tendo que buscar isso muitas vezes fora, então essa fase aí, dessa transição, acho que eu colocaria ali quase que uma questão que pegar um lote totalmente devastado, tem que reconstituir tudo e atrapalha até a manutenção da família. Enquanto que de forma geral, a gente acha que é uma questão que tinha que ser uma política do

Estado, inclusive de fazer essas manutenção também. Enquanto tu esta trabalhando a questão da agroecologia, tu esta reativando todo o meio ambiente, que isso ele não esta pautado nas linhas políticas do governo, e de forma geral que acaba tendo um custo, que muitas vezes ele esta posto só pra família, e que a sociedade de forma geral acaba não tendo essa responsabilidade de bancar isso né? Se o agricultor tiver este apoio, ele vai sair da produção tradicional e se inserir, pois ele consegue, ele tem o conhecimento do território econômico ou financeiro digamos assim pra ele buscar outras coisas e fazer a transição. (Entrevista, J.P., 2008).

Assim, entre avanços e retrocessos, o MST trabalha construindo seu projeto e os assentados participam ou não desta realidade, seguem na luta na terra, mesclando uma dinâmica de submissão e de autonomia frente ao capital e ao próprio MST.

Devemos destacar que é inegável o crescimento da agroecologia no mundo, e que a iniciativa do MST de trazer esta discussão para dentro da organização e mediar iniciativas visando sua consecução são importantes.

É necessário lembrar, que nas comunidades rurais, tanto em acampamentos, quanto em assentamentos, tem se desenvolvido uma conscientização muito interessante em relação aos problemas ambientais e aos problemas socioeconômicos, implicando em mudanças culturais, maior participação social, além das transformações efetivas nas práticas produtivas adotadas pelas famílias.

Entendemos que a Agroecologia é uma ferramenta importante na construção de uma agricultura renovada, que preserve a vida, que valorize o trabalho do agricultor, que valorize o alimento, que valorize um mercado no qual o consumidor tenha acesso a um produto de qualidade, e retribua financeiramente àquele que trabalhou o processo produtivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu conhecer a fundo o projeto político e econômico de desenvolvimento da Agroecologia pelo MST, destacando que no âmbito brasileiro, o MST do Paraná aparece como um agente de destaque nesta empreitada.

A princípio, a capacidade de proposição e ação para construir a Agroecologia nos assentamentos rurais paranaenses decorre de uma grande capacidade de mobilização dos militantes do MST na maioria dos assentamentos do Estado, e de uma muito bem estruturada rede de poder (lideranças), articulação política (Núcleos de Famílias e Brigadas), sistema cooperativo (cooperativas), extensão rural (técnicos), participação em projetos institucionais (sobretudo com o Governo Federal e Estadual e empresas públicas como Petrobrás e Itaipu), além de projetos executados em parcerias com ONGs, entre as quais o CAPA e a AOPA.

Porém, estas articulações não permitiram ainda tornar a Agroecologia o padrão técnico produtivo dominante nos assentamentos rurais paranaenses, o que em certa medida é uma derrota para o MST, tendo em vista que é massiva a presença dos assentados nos espaços de formação política (Jornadas de Agroecologia).

Em nosso entendimento, a dificuldade em ampliar ainda o número de famílias assentadas que trabalham a Agroecologia (Lotes Agroecológicos Isolados) e os acampamentos e assentamentos (demais Territórios Agroecológicos da Reforma Agrária) que só aceitam este modelo sócio produtivo e organizacional, depende diretamente dos camponeses assentados, que são os sujeitos e agentes que têm a última palavra do quê e como fazer a luta na terra.

Nos assentamentos onde a proposta agroecológica foi colocada “de cima para baixo”, como é o caso do assentamento “Antônio Companheiro Tavares”, o MST implantou dissabores e tem colhido frustrações e problemas, já que não vingou a Agroecologia como o planejado.

Em assentamentos onde o Movimento negociou, discutiu, implantou pequenas experiências produtivas, deu palestras, trouxe assessorias, enfim, desenvolveu um processo lento de formação e convencimento, como são os casos dos assentamentos “Contestado”, “Ander Rodolfo Henrique”, a proposta acabou

sendo aceita por parte ou totalidade das famílias, e em alguns casos, houve crescimento do número de participantes.

Talvez o grande segredo para desenvolver ainda mais a Agroecologia não está no processo de produção, já que trabalhar a terra, cuidar dos cultivos, colher, são tarefas que os camponeses dominam. Quando vêem que a Agroecologia prega uma produção saudável e isenta de riscos na produção, com economia em insumos e venenos, bem como utilização de práticas baseadas nos conhecimentos culturais amplamente dominados pelas famílias, elas aceitam tais práticas.

O grande complicador é ainda, a comercialização da produção. Logo, ou o MST se articula no sentido de saber como vender e garantir a renda ao produtor agroecológico, ou a proposta nunca vai “decolar” e se territorializar nos demais assentamentos do Paraná onde o MST atua.

Prova disso é que nos lugares onde a Agroecologia é prática dominante ou esta difundida, o casamento entre produção e comercialização são efetivos.

É certo que também há a dependência e urgente necessidade de ação do poder público definir políticas voltadas para o desenvolvimento da Agroecologia, seja no âmbito da extensão rural, financiamento agrícola e comercialização da produção.

Da mesma forma, é importantíssimo a ampliação das relações estabelecidas entre o MST e demais entidades, sobretudo as ONGS. Muitas vezes, o aprendizado e a capacidade de organização e mobilização destas entidades trazem novas práticas que o MST desconhece e que, com certeza, enriquecem sua atuação.

De qualquer forma, entre avanços e retrocessos, o desafio está colocado. Resta saber em que medida a superação ao sistema de domínio sóciometabólico do capital, através da ação dos trabalhadores rurais e mediante a territorialização da Agricultura, vão permitir realmente a reconstrução da agricultura e a Soberania Alimentar.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1992.

ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. *In*: BECKER, Dinizar Fermiano. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 17-26.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Diferentes ode organização de Explorações familiares no Pontal do Paranapanema: reassentamento Rosana e assentamento Santa Clara**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: Unesp, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 1996.

ALTIERI, Miguel, **Agroecologia – A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, Miguel. NICHOLLS, Clara I.. Agroecologia: teoría y práctica para una agricultura sustentable. Serie Textos Básicos para la Formación Ambiental ° 4. PNUMA/Orplac: México, 2000.

AMIN, Samir; FOUNOU-TCHUIGOUA, Bernard. **Ajudas públicas e proteção aos agricultores: falsos problemas e desafios verdadeiros**. Cancun: 2003, mimeo (Documento apresentado na Conferência da OMC – Organização Mundial do Comércio).

AMIN, Samir. A crise do capitalismo e a vitimização camponesa. *In*: VIA CAMPESINA BRASIL. **A situação internacional da agricultura**. São Paulo: Via Campesina, 2004.

AMIN, Samir. O capitalismo e a renda fundiária (A dominação do capitalismo sobre a agricultura). *In*: AMIN, Samir.; VERGOPOULOS, Kostas **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ANCIÃES, Wanderley. CASSIOLATO, José Eduardo **Biotecnologia. Seus impactos no setor industrial**. Brasília: CNPq/Coordenação Editorial, 1985.

ANTONELLO, Ideni Terezinha. **A metamorfose do trabalho e a mutação do campesinato**. São Cristóvão: Núcleo de Pesquisas Geográficas, Universidade Federal de Sergipe, 2001.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaios sobre afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2002.

ASSAD, Maria Leonor Lopes; ALMEIDA, Jalcione. Agricultura e sustentabilidade. Contexto, desafios e cenários. **Ciência & Ambiente**, São Paulo, v. 1, n.294, p. 15-30, abr. 2004.

BANCO MUNDIAL. **Informe sobre el desarrollo mundial 2008: Agricultura para el desarrollo – Panorama General**. Washington (D.C.): Banco Mundial, 2008.

BARROS, Fritz. Subsídios, transferências e *FARM BILL*. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v. 19, n. 3, p. 485-487, set/dez 2002.

Bergamasco, Sônia Maria Pessoa Pereira. **A Alternativa dos Assentamentos Rurais: organização social, trabalho e renda**. São Paulo, Terceira Margem, 2003.

BONNY, Sílvio. A padronização tecnológica na agricultura: formas, origem e perspectivas a partir do caso francês. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v. 10, n. 1/3, 1993.

BORDO, Adilson Aparecido; PRUDÊNCIO DA SILVA, Cleide Helena; NUNES, Marcelo; BARBOSA, Túlio; MIRALHA, Wagner. As diferentes abordagens do conceito de Território. *In*: VI Semana de Geografia, 2005. CD-ROM. Presidente Prudente, 2005.

BORSATTO, R. S. **Agroecologia como um caminho para o estabelecimento de novas relações mercantis: estudo de caso do acampamento José Lutzenberger**. Curitiba, 2007. 48p. Monografia (Especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa). Universidade Federal do Paraná.

BORSATTO, R. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; MOREIRA, S. S.; FONTE, N. N.; FIDELIS, L. M. **Agroecologia e a valorização de novas dimensões no processo de reforma agrária: Estudo de caso do acampamento José Lutzenberger**. *In*: JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTO RURAIS, 3., 2007, Campinas, SP. Anais. Campinas: FEAGRI/UNICAMP, 2007. 1 CD.

BOSEUP, Ester. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1987.

BRANDENBURG, Alfio. **Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas**. Curitiba: mimeo, 2002. 21 pág.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de poder, dominação e resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na região oeste do Paraná**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2000.

BROOKES, Graham; BARFOOT, Peter. **GM Crops: The First Ten Years - Global Socio-Economic and Environmental Impacts**. Ithaca: ISAAA, 2006.

BROWNE, Lester R. **Semillas del cambio. La revolución verde y los progresos agrícolas para la década del setenta**. Montevideo: Hemisferio Sur, 1969.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura**. Petrópolis: Vozes, 1988.

BRÜSEKE, Frans Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. *In*: VIOLA, Eduardo *et al.* (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. Santa Catarina: Cortez Editoras, 1995, p. 29 - 40.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; CAMPOS, Rosana Soares. Soberania Alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona, vol XI, n. 245, ago, 2007. Disponível em: www.ub.es/geocrit/sn/sn-24568.htm. Acesso em: março de 2008.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 8, p. 70-82. 1997.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de. SILVA, Cezar Roberto Leite da. Eficácia da política agrícola nos países desenvolvidos. **Informações Econômicas**, São Paulo, vol. 25, n. 1, p. 57-74, jan. 1995.

CANUTO, João Carlos. Dimensão socioambiental da agricultura sustentável. *In: O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o Sul da Bahia*. UZÊDA, Mariella Camardelli (Org.). Ilhéus: Editus, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antonio. **Agroecologia: Enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA, 2006.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas. Ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Pensamento-Cutrix, 2005.

CARDIM, Sílvia Elizabeth da C. S.; VIEIRA, Paulo de Tarso Loguércio; VIÉGAS, José Leopoldo Ribeiro. **Análise da estrutura fundiária brasileira**. Brasília: NEAD, 2002. Disponível em: www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=95. Acesso em: março de 2008.

CARÍSIO, Maria Clara. **A evolução da Política Agrícola Comum da União Europeia e os interesses brasileiros**. Brasília: Instituto Rio Branco. Tese (Doutorado do CAE – Curso de Altos Estudos). FAG – Fundação Alexandre de Gusmão. ME – Ministério das Relações Exteriores, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. “Novas” contradições do espaço. *In: O Espaço no Fim de Século. A nova raridade*. DAMIANI, Amélia Luisa, CARLOS, Ana Fani Alessandri, SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Orgs.) São Paulo: contexto, 2001. Pág. 62-74.

CARVALHO, Horácio Martins. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). *In: SANTOS, Boaventura de Sousa. Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Horácio Martins. **Comunidade de resistência e de superação**. Curitiba: Peres, 2002. p. 233 – 259.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de. SILVA, Cezar Roberto Leite da. Eficácia da política agrícola nos países desenvolvidos. **Informações Econômicas**, São Paulo, vol. 25, n. 1, p. 57-74, jan. 1995.

CASTRO, Ana Célia. SILVEIRIA, José Maria F. J. da. Inovações biológicas para a agricultura: da via híbrida à engenharia genética. *In: MARTINE, George e CASTO, Cláudio de M. Biotecnologia e Sociedade: o caso brasileiro*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: ALMED, 1985.

CHAYANOV, Alexander Vasiljevich. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, Alexander Vasiljevich. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. *In*: SILVA, José G. e STOLCKE, Verona (orgs). **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHONCHOL, James. Soberania Alimentar. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 19, n.24, set/dez, 2005.

CHONCHOL, James. **Sistemas agrarios en América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

CODEX ALIMENTARIUS. **Diretrizes para la producción y elaboración, etiquetado y comercialización de alimentos producidos orgánicamente** (excepto secciones sobre producción pecuaria), 1999. Disponível em: <www.codexalimentarius.net/web/standard_list.do?lang=es>. Acesso em: nov. 2007.

COSTABEBER, J.; CAPORAL, F.R. Análise multidimensional da sustentabilidade. Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n.3, p.71-85, jul/set, 2002b.

COSTABEBER, José Antonio. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 422 p. Tesis (Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia). Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos y de Montes, Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba (España), 1998.

DAVID, Paul Antony.; GREENSTEIN, Shane. The economics of compatibility standards: an introduction to recent research. **Economic of Innovation and New Technology**, v.1, n.1-2, p.1-32, 1990.

DATALUTA. Relatório 2007. FCT/UNESP, Presidente Prudente, Mimeo.

DEMBO, David; DIAS, Clarence J.; MOREHOUSE, Ward. Os nexos vitais em Biotecnologia: relações entre pesquisa e produção e suas implicações para a América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1985.

DULLEY, Richard Domínguez. **Ambiente e Produção Agrícola: principais paradigmas**. 2003. 440 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.

EMBRAPA. **Marco referencial em Agroecologia**. Brasília: Embrapa Informações Tecnológicas, 2006.

ENGELS, Friedrich. O Problema Camponês na França e na Alemanha. *In*: SILVA, José G. e STOLCKE, Verona (orgs). **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ENGELS, Friedrich. MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista (1848)**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

ETC GROUP. **Concentración de la industria global se semillas – 2005**. ETC Goup: Comunicué. Nº 90, septiembre/octubre, 2005a. Disponível em: www.etcgroup.or/upload/publication/pdf_file/47. Acesso em: março 2008.

ETC GROUP. **Oligopólio, S.A. Concentración del poder corporativo**. Ottawa: ETC Goup: Comunicué. Nº 91, nov/dez, 2005b. Disponível em: www.etcgroup.or/upload/publication/pdf_file/43. Acesso em: março 2008.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2002.

FAO. **El estado Mundial de la Agricultura y la Alimentación 2005**. Roma: Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, 2006.

FAO. **Agricultura y desarrollo**. Roma: Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, 2004.

FAO. **Agricultura Mundial: hacia los años 2015/2030**. Roma: Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, 2002.

FAO/INCRA. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Projeto UTF/BRA/036, agosto de 1998.

FAO/PNUD/MARA. **Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária**. Relatório BRA 87/022. Brasília, FAO/PNUD/MARA, 1991.

FELICÔNIO, Ana Elisa Garcia. **Certificação de sistemas de produção não convencionais da agricultura orgânica à agroecologia**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrário. UFFJ, CPDA, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Gênese e desenvolvimento do MST**. Cadernos de Formação, nº 30. São Paulo: MST, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo: n.15, p. 59-85, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, V. 92).

FERNANDES, Bernardo Mançano; MARTIN, Jean-Yves. **Movimento sócioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST**. 2003, mimeo.

FUKUOKA, Masanobu. **Agricultura Natural**. São Paulo: Nobel, 1978.

- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GIULIANI, Gian Mario. O movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra e a questão ecológica. *In: Revista da Universidade Rural*. Rio de Janeiro: Vol. 19/21, N° 1/2, 69-84.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.
- GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a produção do espaço. Rio Claro: **Estudos Geográficos**, n. 02, 2004, junho, p. 29-42.
- GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais. **Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.
- GONÇALVES, José Sidinei. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 7-36, abr. 2005.
- GONÇALVES, José Sidnei. Competitividade da agricultura no mercado mundial globalizado: as ideias de Porter e a realidade das iniquidades. **Informações Econômicas**, São Paulo, vol. 33, n. 7, p. 15-36, jul. 2003.
- GONÇALVES, Sérgio. **A luta na terra: os assentamentos do MST e o desenvolvimento do município de Querência do Norte/PR**. Presidente Prudente: Edição do Autor, 2008.
- GONÇALVES, Sérgio. **O MST no município de Querência do Norte/PR: da luta pela terra à luta na terra**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Maringá: UEM – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2004.
- GOODMAN, David.; SORJ, Bernardo.; WILKINSON, John. **Da lavoura às Biotecnologias. Agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. *In: STÉDILE, João Pedro (Coord). A questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1994, p. 15 – 44.
- GORGEN, Frei Sérgio Antônio & STÉDILE, João Pedro (orgs.). **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social?. *In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (Orgs.). Reconstruindo a agricultura. Ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1997, p. 106 – 127.

GRAZIANO NETO, Francisco. **A verdade da terra: crítica à reforma agrária distributivista.** Tese (Doutorado em Administração). São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

GRAZIANO NETO, Francisco. **A verdade da terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil.** São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Qual reforma agrária? Terra, pobreza e cidadania.** São Paulo: Geração Editorial, 1996.

GREMPEL, Mary Beatriz. **Os assentamentos rurais coletivos do noroeste do Paraná e a participação da mulher nos processos de luta.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2000.

GRZYBOWSK, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos Movimentos Sociais no campo.** Petrópolis, Vozes, 1987.

GUARDAGNI, Alieto Aldo. KAUFMANN, Jorge. Comercio Internacional y pobreza mundial. *In: Revista de la CEPAL.* Número 84. dez. 2004. Santiago de Chile: CEPAL, 2004. p. 83 – 97.

GUIVANT, Julia S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, vol. 14, n.3, p. 411-446, set-dez. 1997.

GUIVANT, Julia Silvia. A Agricultura Sustentável na perspectiva das Ciências Sociais. *In: VIOLA, Eduardo J. (et al).* **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais.** São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. 99 – 133.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste.** Niterói: EdUFF, 1997.

HEGEDÜS, András. A questão agrária. *In: História do marxismo IV: O marxismo na época da Segunda Internacional* – org. de Eric Hobsbawm – trad. de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio N. Henriques – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (Coleção Pensamento Crítico; v. 56).

HEREDIA, Beatriz Maria de.; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de.; PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares.; LEITE, Sérgio Pereira.; CINTRÃO, Rosângela. **Os impactos regionais na Reforma Agrária: um estudo sobre áreas selecionadas.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ-NUAP/PPGAS/UFRJ, 2003.

HOBELINK, Henk. **Biotecnologia - muito além da revolução verde. As novas tecnologias genéticas para a agricultura: desafio ou desastre?.** Porto Alegre: Pallotti, 1990.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 17ª edição.

IFOAM. **Basic standards for organic agriculture and food processing.** Tholey-Theley: IFOAM (International Federation of Organic Agriculture Movements), 1995.

IFOAM. **The World of Organic Agriculture. Statistics and Emerging Trends 2008**. Bonn: IFOAM (International Federation of Organic Agriculture Movements), 2008.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos Rurais do Brasil – 2006**. Brasília: INCRA, 2007.

INDRIO, Francisco. **Agricultura Biológica**. São Paulo: Europa-América, 1980.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **O mercado de orgânicos no Paraná: caracterização e tendências**. Curitiba: IPARDES, 2007.

JAMES, Clive. **Global Status of Commercialized Biotech/GM Crops: 2006**. Ithaca: ISAAA, 2006.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Construindo um Projeto Popular e Soberano para a Agricultura Camponesa. Terra Livre de Transgênicos e sem Agrotóxicos**. (Carta de Compromissos). Ponta Grossa: Jornada de Agroecologia, 2004. Mimeo.

KALCSICS, Monica; BRAND, Ulrich. **O domínio da Natureza? Conflitos genéticos e pesquisa na América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade UFRGS, 2002.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

KOEPF, Herbert H.; PETTERSSON, Bo D.; SCHAUMANN, Wolfgang. **Agricultura Biodinâmica**. São Paulo: Nobel, 1983.

LEAL, Gleison Moreira. **Impactos sócioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio/SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: Unesp, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2003.

LEFÉBVRE, Henry. **Espacio y política**. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. Paris: Armand Colin, 1974.

LEFF, Henrique. **Ecologia, capital e Cultura. Racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: Edfurb, 2000.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Hucitec, 1986.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- MARQUES, Mariano. As políticas de sustentação de preços na Comunidade Econômica Europeia. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, vol. 1, n. 3, p. 18-22, jan-fev. 1993.
- MARTINE, George. GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo, Hucitec, 1995.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão (o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo)**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MARTINS, **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis; Vozes, 1984.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, Sérgio Roberto. **Agricultura, ambiente e sustentabilidade. Seus limites para a América Latina**. Curitiba: Emater, 2001. CD-ROM.
- MARX, Karl. **O coup main de Luís Bonaparte (O 18 brumário e cartas a Kugelmann)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MARX, Karl. **O capital. Crítica da Economia Política. Livro 1 – O processo de produção do capital. Volume II**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989a. 12ª edição.
- MARX, Karl. **O capital. Crítica da Economia Política. Livro 1 – O processo de produção do capital. Volume I**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989b. 13ª edição.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Vol. 3**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Vol. 1**. São Paulo: Abril Cultural, 1983c.
- MARX, Karl. **Teorias da Mais-Valia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1983b.
- MARX, Karl; Engels, Friedrich. Prática subversiva e consciência Revolucionária. in: FERNANDES, Florestan (org.). **Karl Marx, Fiedrich Engels: história**. São Paulo: Ática, 1983a.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844**. Lisboa: Edições 70, 1964.
- MATTEI, Lauro. Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. In: **Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 4.**, Belém, 2001.
- MAZOYER, Marcel. ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas do Mundo: do Neolítico à crise contemporânea**. Lisboa: Piaget, 1997.

MAZOYER, Marcel. **Defendiendo al campesinado en un contexto de globalización**. Roma: FAO, 2001.

MEDAETS, Jean Pierre; FONSECA, Maria Fernanda A. C. **Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional**. Brasília: MDA/NEAD, 2005. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=314>>. Acesso em ago/2008.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudoeste goiano**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2004.

MENESES, Francisco. Sustentabilidade alimentar: uma nova bandeira? *In*: FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. P. 249 – 270.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAES, Clodomir S. **Elementos sobre a teoria da organização no campo**. Caderno de Formação nº 11. São Paulo, 1986.

MORAIS, Reginaldo Correia de Moraes; COLETTI, Claudinei. MST, o radicalismo agrário em busca de um outro mundo... possível? *In*: COLETTI, Claudinei.; DUCLOS, Natalie.; ANDREW, Nancy.; SADOWBA, W.Z.; ZALEWSKI, F.; STEINMANN, Brigitte (Orgs.). **Globalização e radicalismo agrário**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

MORALES SANTOS, Tayde; LÓPEZ HERERRA, Agustín; RAMÍREZ DÍAZ, Francisco. J. Revolución biotecnológica, derecho internacional y propiedad intelectual. **Revista Fitotecnia Mexicana**. Chapingo, v. 29, n. 02, p. 103 – 109, Abr/Jun, ano 29, 2006.

MOREIRA, Rodrigo Machado. **Transição Agroecológica: conceitos, bases sociais e a localidade de Botucatu/SP-Brasil**. 2003. 139 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola). Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MOREIRA, Rodrigo Machado. CARMO, Maristela Simões do. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Revista Agricultura**, São Paulo, v. 51, n.2, p. 37-67, jul/dez, 2004.

MOREIRA, Ruy. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. **GEOgraphía**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 29 – 38, ano 3, 2001.

MOREIRA, Silvana. S. **Reconstruir a utopia camponesa: a comunidade Emiliano Zapata e sua re-significação do campo**. Curitiba, 2007. 70p. Monografia (Especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa). Universidade Federal do Paraná.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná: Uma contribuição ao entendimento do conflito capital X trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle social do capital**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Maringá: UEM – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2002.

MST. **Textos para estudo e debate do 5º Congresso Nacional do MST.** São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2007.

MST. **A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira.** São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2006.

MST. **A organização da base (textos para o debate)** São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2005.

MST. **Os desafios da produção e a organicidade do setor.** São Paulo: MST, 2002.

MST. **O que levar em conta para a organização do assentamento.** São Paulo: Concrab, 2001.

MST. **Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio! Textos para o debate do 4º Congresso Nacional do MST.** São Paulo: MST, 2000.

MST. **A evolução da concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999).** Caderno de Cooperação Agrícola, nº 8. São Paulo: MST, 1999.

MST. **Sistema cooperativista dos assentados.** Caderno de Cooperação Agrícola nº 5. São Paulo: MST, 1998. 2ª edição.

MST. **Cooperativas de Produção: questões práticas.** Caderno de formação nº 21. São Paulo: MST, 1997. 3ª edição.

MST. **Quatro Anos Organizando a Cooperação.** São Paulo: Concrab, 1996.

MST. **Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos. Cadernos de Cooperação Agrícola nº. 04.** São Paulo: Concrab, 1995.

MST. **A Cooperação Agrícola nos Assentamentos.** Caderno de Formação nº 20. São Paulo: MST, 1993.

MST. **Normas Gerais do MST.** São Paulo, 1989.

MST/CONCRAB. **Terra Não Se Ganha, Se Conquista! Caderno de Formação n.09.** São Paulo, Abril de 1986.

NAVARRO, Zander. "Mobilização sem emancipação" – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista.*** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 189 – 231.

NAVARRO, Zander. O MST e a canonização da ação coletiva (resposta a Horário Martins de Carvalho). *In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista.*** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 263 – 282.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. **Questão Agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial. Lutas & Resistências,** Londrina, v.01, n.01, p.107-120, set, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo**. Cadernos do XII Encontro Nacional do MST. São Paulo: MST, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Brasileira: transformações recentes. *In*: ROSS, Jurandir C. S. (Org). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. Contexto: São Paulo, 1988.

ORMOND, José Geraldo Pacheco. LIMA DE PAULA, Sérgio Roberto; FAVERET FILHO, Paulo. MARIA DA ROCHA, Luciana Thibau. Agricultura Orgânica: quando o passado é futuro. **Revista BNDES Setorial**. Rio de Janeiro, n.15, p.03-34, mar., 2002.

OXFAM INTERNACIONAL. **Echar la puerta abajo. Por qué las negociaciones en la OMC amenazan a los campesinos de los países pobres**. Oxford: Oxfam, informe nº 72, 2005b.

OXFAN/Intermon. **Goliat contra David. Quién gana y quién pierde con la PAC en España y en los países pobres**. Bruxelas: 2005a. Disponible em www.osfan.org. Acesso em: 10 fev. 2005.

OXFAN/Intermon. **Dumping sin fronteras. Cómo las políticas agrarias de EEUU destruyen los medios de vida de los productores mexicanos de maíz los países pobres**. Bruxelas: 2003. Disponible em www.osfan.org. Acesso em: 10 fev. 2005.

PAGAMUNICI, Aníbal. **Estudo dos referenciais de produção coletivo e individual dos assentamentos Santa Maria e Oziel Alves Pereira**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: Unesp, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2001.

PAULUS, Gervásio. **Do Padrão Moderno à Agricultura Alternativa: possibilidades de transição**. 1999. 153 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

PINHEIRO, Gustavo Silveira Rosa. **Agricultor familiar e projeto agroecológico de vida**. 2004. 122 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

PINHEIRO, Sebastião. **A máfia dos alimentos no Brasil**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2005.

PINTRUP-ANDEREN, Per; PANDYA-LORCH, Rajul, e ROSEGRANT, Mark W. Seguridad alimentaria global: una revision de los desafíos. *In*: PINTRUP-ANDEREN, Per; PANDYA-LORCH, Rajul. (Edit.) **La agenda inconclusa: perspectiva para superar el hambre, la pobreza y la degradación ambiental**. Washington: IIPPA (Instituto Internacional de Investigación sobre Políticas Alimentarias), 2002.

PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). **Perspectivas do Meio ambiente Mundial – 2002. Passado, presente e futuro**. Brasília: IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e UMA (Universidade Livre da Mata Atlântica), 2004.

PORTO-GONÇALVES. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PUDWELL, Celso A. M. A Nova Lei Agrícola Norte-Americana (*FARM BILL*). **Nota Técnica 02/2002**. BRDE: Diretoria de Planejamento, julho de 2002.

QUESNAY, François. Máximas Gerais do Governo Econômico de um reino agrícola. *In*: NAPOLEONI, Celso. **Smith, Ricardo, Marx**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Impactos sócioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – Região do Pontal do Paranapanema/SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: Unesp, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2002.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. Site institucional. Disponível em: <www.ecovida.org.br>. Acesso em: maio 2008.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **Gestão político-territorial dos assentamentos no Pontal do Paranapanema: uma “leitura” a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: Unesp, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2002.

RIBEIRO, Silvia. El poder corporativo y las nuevas generaciones de transgênicos. *In*: HELFRICH, Silke. **La vida en venta**. El Salvador: Ediciones Böll, 2002.

RICARDO, David. Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital. *In*: NAPOLEONI, Celso. **Smith, Ricardo, Marx**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e tributação**. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROMEIRO, Adhemar; GUANZIROLI, Carlos & LEITE, Sérgio (orgs). **Reforma agrária, produção, emprego e renda: o relatório FAO em debate**. Petrópolis: Vozes/IBASE/FAO, 1998.

ROSSET, Peter. Alternativa à política fundiária de mercado: Reforma Agrária e Soberania Alimentar. *In: Capturando a terra*. SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Mendes (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 315 – 342.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SCHIMIDT, Benício. V.; MARINHO, Danilo N. C.; ROSA, Sueli L. C. (orgs.). **Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

SCHIMIDT, Wilson. Agricultura orgânica: entre a ética e o mercado? *In: Agroecologia e Desenvolvimento rural Sustentável*. Porto alegre. V.2, nº1, p. 62-73, jan/mar. 2001.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e luta pela terra agrícola no Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia). Rio Claro: UNESP – Universidade Estadual Paulista, 1991.

Silveira, Fátima Rotundo da. **Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo**. Presidente Prudente. FCT/UNESP, 1996

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. *In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, Eliseu Savério.; SAQUET, Marcos A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. *In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

SCATOLIN, Fábio Dória. **Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná**. Porto alegre, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade do Rio Grande do Sul.

STÉDILE, João Pedro. A Alca e o controle dos mercados nacionais. *In: STEVAM, Douglas; FERREIRA, Maíra Soares. (Orgs.). Capital e Trabalho Vivo. Reflexões sobre a Área de Livre Comércio das Américas – Alca*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço..** São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SCHEUENSTUHL, Marcos Cortesão Barnsley. **Plantas transgênicas na agricultura**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2003.

SCHULTZ, Theodore W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SCHWENK, Luana Moura; CRUZ, Carla Bernadet Madureira. Os processos espaciais como mediadores na transformação do espaço geográfico. **Acta Scientiarum**. Maringá, v. 26, n. 2, p. 287-299, 2004.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “re” construcción de la Soberanía Alimentaria**. Madrid: Mundi-Prensa, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. ALONSO MIELGO, Eduardo. **Entre la agroecología, como movimiento social, y la agricultura orgánica como negocio: el caso de las asociaciones andaluzas de productores-consumidores**. Sevilla: Dirección General de Investigación Agrária, 2005.

SILVA, Anderson Antônio da; FERNANDES, Bernardo Mançano; VALENCIANO, Renata Cristiane (Coord.). **RIST – Relatório de Impactos Sócioterritoriais: desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente: INCRA/UNESP-NERA, 2006.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Maria Antônia de. **As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do MST**. Dissertação (Doutorado em Educação). Campinas: Unicamp, Programa de Pós-Graduação em Educação, 1999.

SPADOVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da Reforma Agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras, 2003.

STÉDILE, João Pedro. **Reforma Agrária e a luta do MST**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

STRAHM, Rudolf. **Subdesenvolvimento: porque somos tão pobres?** Petrópolis: Vozes, 1991.

TEDESCO, João Carlos. A produção, a comercialização e a possível industrialização de produtos no mercado agroecológico. In: TEDESCO, João Carlos. (Org). **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar. Velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós anos 90**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade de Passo Fundo, 2006.

TEIXEIRA, Olívio Alberto; LAGES, Vinícius Nobre. Do produtivismo à construção da agricultura sustentável: das abordagens pertinentes à questão. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 13, n. 3, p. 347-368, set/dez. 1996.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Trabalho mutante e território em disputa**. Presidente Prudente: mimeo, 2007b.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar (em questão a classe trabalhadora e a luta de classes no Brasil)**. Presidente Prudente: mimeo, 2007a.

UPOV. Unión Internacional para la Protección de las Obtenciones Vegetales. Sus actividades, su cometido. **Publicación de la UPOV**, nº 437, edición del 18 de junio de 2007. Ginebra, 2007.

UPOV, 1991. Convênio Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais de 1961. Revisado em Genebra em 10 de novembro de 1972 e em 23 de outubro de 1978. **Publicação da UPOV**, nº 295. Genebra.

UPOV, 1992. Convênio Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais de 02 de dezembro de 1961, revisado em Genebra em 10 de novembro de 1972 e em 23 de outubro de 1978 e em 19 de março de 1991a. **Publicação da UPOV**, nº 221. Genebra.

UPOV, 2002. Convênio Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais de 02 de dezembro de 1961, revisado em Genebra em 10 de novembro de 1972 e em 23 de outubro de 1978 e em 19 de março de 1991b. **Publicação da UPOV**, nº 437. Edição de dezembro. Genebra.

VALADÃO, Adriano da Costa. **Os núcleos de base do MST e a construção da cooperação agrícola: assentamento Contestado – Estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Ponta Grossa: UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2005

Vargas, Paulo Rogério. O insustentável discurso da sustentabilidade. *In*: **O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o Sul da Bahia**. UZÊDA, Mariella Camardelli (Org.). Ilhéus: Editus, 2004.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VERGOPOULOS, Kostas. O capitalismo disforme. *In*: AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VIA CAMPESINA. **IV Conferência Internacional da Via Campesina**. São Paulo: Via Campesina, 2004.

WEID, Jean-Marc von der; ALTIERI, Miguel. Perspectivas do manejo de recursos naturais com base agroecológica para agricultores de baixa renda no século XXI. *In*: LIMA, Dalmo Marcelo de Albuquerque; WILKINSON, John Orgs.). **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002, p. 229 – 248.

WILKINSON, John. HERERA, Selena. Subsídios para a discussão dos agrocombustíveis no Brasil. *In*: REBRIP. **Agrocombustíveis e a agricultura familiar e camponesa: Subsídios para o debate**. Rio de Janeiro: REBRIP (Rede Brasileira pela Integração dos Povos), 2008. p. 22-56.

ZAMBERLAM, Jurandir; FLORÃO, Santo Reni dos Santos. **Assentamentos: resposta econômica da pequena propriedade na região de Cruz Alta – RS**. Passo Fundo: Berthier, 1989.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)